

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Emmanuel dos Santos

Imprensa e poder político no Chile: o governo da Unidade Popular
e os jornais *El Mercurio* e *La Nación* (1970-1973)

Belo Horizonte

2018

Emmanuel dos Santos

Imprensa e poder político no Chile: o governo da Unidade Popular
e os jornais *El Mercurio* e *La Nación* (1970-1973)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientadora: Profa. Dra. Adriane Vidal Costa

Belo Horizonte

2018

983

S237i

2018

Santos, Emmanuel dos

Imprensa e poder político no Chile [manuscrito]: o governo da Unidade Popular e os jornais El Mercurio e La Nación (1970-1973) / Emmanuel dos Santos. - 2018.

274 f.

Orientadora: Adriane Aparecida Vidal Costa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. Chile – História - Teses. 3. Chile – Política e governo - Teses. 4. Socialismo - Teses. 5. Imprensa - Teses. I. Costa, Adriane Aparecida Vidal. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA




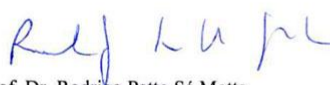
**"Imprensa e poder político no Chile: o governo da Unidade Popular e os jornais
El Mercurio e La Nación (1970-1973)"**

Emmanuel Dos Santos

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:


Prof. Dra. Adriane Aparecida Vidal Costa - Orientadora
UFMG


Prof. Dra. Elisa de Campos Borges
UFF


Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta
UFMG

Belo Horizonte, 02 de abril de 2018.

Agradecimentos

Como não poderia deixar de ser, este trabalho só foi possível graças à contribuição de um grande número de pessoas. A produção do conhecimento é sempre obra da ação coletiva, da contribuição de cada processo formativo e de seus agentes na formação das individualidades. Fica aqui, inicialmente, meu carinho e agradecimento a cada professor e professora que contribuíram para minha trajetória formativa.

Agradeço a minha mãe, Maria Olímpia, incansável batalhadora, cuja sociedade opressiva lhe negou acesso à escolaridade e tantas outras oportunidades, mas foi incapaz de apagar sua inteligência e brilhantismo.

A minha orientadora, professora Adriane Vidal Costa, pelo apoio, inspiração, confiança e da amizade cultivada ao longo desses últimos anos de trabalho em comum. Sua dedicação ao ensino e pesquisa em história das Américas foi um rico suporte para desenvolver este trabalho. Sempre serei grato pelo incentivo nos primeiros estágios de pesquisa e pela atenciosa orientação, dando-me liberdade de escolhas, mas sem se eximir de apontar os melhores caminhos. Com o rigor intelectual e o vasto conhecimento transmitidos por ela, essa obra seria de impossível realização sem sua generosa e precisa orientação.

A professora Kátia Gerab Baggio, pelas inspiradoras aulas ao longo da graduação e pós-graduação, pela permanente disponibilidade de diálogo e pelas cruciais contribuições na banca de qualificação deste trabalho. A professora Elisa de Campos Borges pelas sugestões e críticas a este trabalho durante o exame de qualificação. Ao professor Julio Pinto Vallejos por sua contribuição no estágio inicial desta pesquisa e pela solícita acolhida em Santiago.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida ao longo da produção deste trabalho.

Aos colegas “chilenistas” da Fafich, que ao longo dos anos sempre contribuíram com novas ideias, referências bibliográficas e perspectivas sobre o estudo da história chilena: Raphael Coelho Neto, Isadora Vivacqua, Flavia Schetino.

Aos colegas da graduação e pós-graduação em história da UFMG que nos últimos anos contribuíram com críticas, sugestões e um sem número de referências bibliográficas para este trabalho, em especial: Igor Garcia, Raione Pedrosa, Rafael Resende, Taillan Rivail, Thiago Prates, Mahira Caixeta, Débora Rocha, Natália Iglésias, Pedro Resende, José Queiroz, Adriano Cecatto.

Aos colegas que organizaram comigo o VI EPHIS. Aos membros dos núcleos de estudo da qual fiz parte, especialmente o NUPHA (Núcleo de Pesquisa em História das Américas da UFMG).

As pessoas queridas e amigas de longa data, cuja convivência sempre me foi de grande satisfação; aos inúmeros amigos e camaradas que fiz ao longo da vida na militância estudantil e política; listas que caberiam em muitas linhas, mas que não citarei nominalmente sob risco de algum esquecimento.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional do Chile e da Biblioteca do Congresso Nacional do Chile que, solícita e pacientemente, lidaram com meus incontáveis pedidos de materiais para consulta. Especial agradecimento a Constanza Bravo, diretora do arquivo de *La Nación*, que gentilmente me concedeu acesso aos arquivos do jornal.

Aos funcionários efetivos e terceirizados da UFMG, sua jornada e luta diária contribuem decisivamente para a excelência dos trabalhos de ensino, extensão e pesquisa da Universidade.

RESUMO

No Chile da Unidade Popular (UP), os veículos da grande imprensa desempenharam papel de relevo na intensa agudização da luta social e da polarização política que perpassou a realização da “via chilena ao socialismo”. Nosso trabalho consiste no estudo comparativo das formas pelas quais as vicissitudes do governo da UP foram representadas, noticiadas e discutidas em dois dos principais jornais da grande imprensa chilena da época: os diários *La Nación* e *El Mercurio*. Investigamos como esses periódicos construíram e articularam discursos e representações sobre as proposições e as práticas políticas da UP; atuando, desse modo, como importantes atores políticos. Nosso estudo nos levou a perceber como esses discursos estavam tanto articulados a partir de aspectos da luta política cotidiana quanto em torno de eixos temáticos mais gerais e de maior duração: como o antimarxismo, o poder popular, a atuação política dos militares e a perspectiva de revolução. Destarte, o trabalho coloca em primeiro plano a importância da grande imprensa para as disputas de hegemonia entre os diferentes projetos políticos em pugna durante o governo de Salvador Allende.

Palavras-chave: Unidade popular; imprensa; *La Nación*; *El Mercurio*; História do Chile.

ABSTRACT

In the context of the government of Popular Unity (UP) in Chile (1970-1973), the vehicles of mainstream press played an important role either for legitimizing or criticizing the project of the "Chilean road to socialism". Our work deals with the comparative analysis of the ways in which the vicissitudes of the UP government were represented, reported and discussed in two of the main newspapers of the Chilean press: *La Nación* and *El Mercurio*. We investigate how these periodicals constructed and articulated speeches about UP's political propositions and practices, thus acting with important political actors. Our study led us to understand how these discourses were both articulated in relation to the daily political struggle, and in the construction of images and representations around thematic axes such as: antimarxism, popular power, military and political power, revolution. Thus, the work puts in the foreground the importance of the mass media to the hegemonic disputes of the different political projects in conflict during the government of Salvador Allende.

Keywords: Popular Unity; press; *La Nación*; *El Mercurio*; History of Chile.

Lista de siglas

API – Ação Popular Independente
APS – Área de Propriedade Social
CODE – Confederação Democrática
CUT – Central Unificada dos Trabalhadores
DC – Democracia Cristã
DINA – Direção de Inteligência Nacional
EUA – Estados Unidos da América
IC – Esquerda Cristã
FACH – Força Aérea do Chile
FFAA – Forças Armadas
JAP – Junta de Abastecimento e Controle de Preço
MAPU – Movimento de Ação Popular Unificado
MIR – Movimento de Esquerda Revolucionária
PDC – Partido Democrata Cristão
PC – Partido Comunista do Chile
PN – Partido Nacional
PIR – Partido da Esquerda Radical
PR – Partido Radical
PS – Partido Socialista
PSD – Partido Socialdemocrata
SIP – Sociedade Interamericana de Imprensa
SOFOFA – Sociedade de Fomento Fabril
UP – Unidade Popular
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VOP – Vanguarda Organizada do Povo

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1. ORIGEM, TRAJETÓRIA E MATERIALIDADE DOS DIÁRIOS <i>LA NACIÓN</i> E <i>EL MERCURIO</i>.....	27
1.1 A família Edwards e o jornal <i>El Mercurio</i> : a construção do império econômico e midiático	27
1.2 Dólares da CIA, apoio ao golpe e à ditadura: <i>El Mercurio</i> e a luta contra a UP.....	46
1.3 O diário <i>La Nación</i> : do surgimento do moderno jornal ao controle estatal	60
1.4 <i>La Nación</i> em tempos de UP: Oscar Waiss e a nova direção do jornal	65
1.5 <i>La Nación</i> e o projeto comunicacional da UP: o jornal sob os auspícios do governo socialista	79
2. O DISCURSO POLÍTICO DE <i>EL MERCURIO</i> E <i>LA NACIÓN</i> NO GOVERNO DA UNIDADE POPULAR	88
2.1 Vitória eleitoral da UP e os embates pela legitimação do novo governo	88
2.2 O início do governo e a luta política pela afirmação do projeto da “via chilena”	106
2.3 Imprensa de combate: a ofensiva da oposição e o paro de outubro	127
2.4 Das eleições parlamentares ao golpe: a imprensa entrincheirada.....	144
3. IDEÁRIOS E IMAGINÁRIOS POLÍTICOS DE <i>LA NACIÓN</i> E <i>EL MERCURIO</i>: OS JORNAIS CINDIDOS ENTRE A ORDEM E A SUBVERSÃO.....	170
3.1 <i>El Mercurio</i> e o antimarxismo: o perigo da “ditadura totalitária”	170
3.2 <i>La Nación</i> e o discurso revolucionário: a afirmação do Chile socialista.....	187
3.3 O poder popular: sentidos e disputas.....	202
3.4 Militares e poder político: entre o constitucionalismo e a sedição.....	233
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	263
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS	267

INTRODUÇÃO

No Chile, os três primeiros anos da década de 1970 foram marcados pelo intenso debate político que mobilizou e polarizou a sociedade em torno da tentativa de realização do singular projeto político da Unidade Popular (UP), que pretendia alcançar o socialismo por meio da institucionalidade democrática. Mais do que uma coalizão partidária, a UP expressava uma conflitiva unidade política forjada entre setores das esquerdas chilenas após décadas de debates teóricos e programáticos. O Partido Socialista (PS), do qual Salvador Allende era integrante e por duas vezes fora eleito senador, e o Partido Comunista (PC) constituíam as duas principais forças políticas dessa unidade.¹

Não eram modestas as proposições do programa da UP, entre elas: nacionalizar as principais mineradoras do país, colocar fim ao latifúndio e “transformar las actuales instituciones para instaurar un nuevo Estado donde los trabajadores y el pueblo tengan el real ejercicio del poder”². Esse programa expressava um ambiente político no qual as esquerdas se moviam por grandes utopias — influenciadas por concepções marxistas e pela ideia de revolução —, inseridas em uma América Latina que vivenciava um período de grande efervescência política. Nos mil dias em que esteve no poder, o projeto de transformações revolucionárias da UP marcou um dos mais importantes períodos da história chilena, exercendo considerável impacto e influência política para muito além das fronteiras do país. Nas palavras do historiador chileno Julio Pinto Vallejos: “foram anos de historicidade densa”³.

A UP chegou à Presidência da República com a vitória de Allende nas eleições de setembro de 1970, derrotando Jorge Alessandri, candidato do Partido Nacional (PN), e

¹ Além do PS e do PC, firmaram o documento conhecido como *Pacto de La Unidad Popular*, em dezembro de 1969, o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU), a Ação Popular Independente (API), o Partido Radical (PR) e o Partido Socialdemocrata (PSD). Durante o governo da UP, algumas mudanças ocorreram na aliança partidária. Em julho de 1971, proveniente de uma divisão na ala esquerda da Democracia-Cristã, surgiu a Esquerda Cristã (IC – na sigla em espanhol), que logo juntou-se à UP. Em agosto de 1971, o PR sofreu um fracionamento com o surgimento do Partido de Esquerda Radical (PIR). O PIR, depois de continuar brevemente na UP, deixou o governo em abril de 1972. Em março de 1973, em um congresso com cerca de 1500 militantes, o MAPU se dividiu. Por estreita margem, o setor do MAPU liderado por Óscar Guillermo Garretón, defensor da radicalização do processo de trânsito ao socialismo, simbolizada pelo lema “*avanzar sin transar*”, obteve a maioria dos votos; por sua vez, o setor derrotado deu origem ao MAPU Operário e Camponês, alinhado às posições do PC e de Allende. VALENZUELA, Esteban Teo. *Dios, Marx... y el MAPU*. Santiago: LOM Ediciones, 2014.

² Programa básico de gobierno de la Unidad Popular. Candidatura presidencial de Salvador Allende, p. 13.

³ PINTO VALLEJOS, Julio. Os fantasmas da Unidade Popular: um vazio inquietante na historiografia chilena. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.14, p. 31-42, jan./jun. 2013.

Radomiro Tomic, da Democracia Cristã (DC). O Poder Executivo, assim, foi assumido por uma coalizão política de significativa base popular que anunciava a pretensão de construir o socialismo no país. Para isso, o projeto da UP apresentava como principal característica a intenção de realizar a transição ao socialismo por uma via não armada, nos marcos do Estado de Direito, visando o respeito às instituições democráticas, às liberdades civis, ao pluralismo partidário e à completa liberdade de imprensa. Desse modo, todas as transformações e reformas pretendidas, incluindo as próprias mudanças nas formas de participação democrática e das instituições políticas, deveriam acontecer em conformidade com as normas constitucionais. Esses foram aspectos essenciais do projeto que ficou conhecido como “via chilena para o socialismo”, ou simplesmente “via chilena”.⁴

No interior das esquerdas chilenas, porém, existiam em disputa outras concepções estratégicas, tanto internamente à UP quanto em setores fora da coalização governamental. A principal delas consistia em sustentar a necessidade de intensificar o enfrentamento com o conjunto da burguesia dominante a fim de preparar as condições para uma batalha decisiva pelo controle total do poder estatal. O governo da UP era visto, por essa perspectiva, como um meio para agudizar e preparar as bases para o inevitável enfrentamento pelo poder, que se daria de forma armada e insurrecional.

Essa posição era sustentada, com diferentes matizes, internamente ao governo principalmente pela maioria do PS, incluindo seu secretário geral, Carlos Altamirano,⁵ e externamente à UP pelo Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR)⁶. Embora nunca

⁴ MOULIAN, Tomás; GARRETÓN, Manuel. *La Unidad Popular y el conflicto político en Chile*. Santiago: LOM Ediciones, 1983.

⁵ O advogado chileno Carlos Altamirano Orrego foi professor de Direito Econômico na Universidade do Chile, secretário-geral do PS entre 1971 e 1979, deputado no período de 1961 a 1965 e senador entre 1965 e 1973. Após o golpe de Pinochet, exilou-se na Alemanha Ocidental e, posteriormente, na França; regressou ao Chile em 1993.

⁶ O MIR foi fundado em agosto de 1965 a partir da unificação de pequenos grupos políticos (como o MFR — Movimento de Forças Revolucionárias e a VRM – Vanguarda Nacional Marxista), históricos militantes trotskistas, importantes dirigentes sindicais de tradição anarquista e militantes que haviam rompido com as juventudes do PS e PC. Seu primeiro secretário geral foi o médico trotskista Enrique Sepulveda. A perspectiva da revolução armada, com bases populares e de massas, sempre esteve no norte estratégico da organização. Porém, diferentemente das tradições do foquismo guerrilheiro, o MIR reconhecia no proletariado a vanguarda histórica revolucionária, que deveria atuar ao lado de camponeses, intelectuais e da classe média empobrecida. O imaginário a respeito do MIR sempre esteve associado às ações guerrilheiras, isso se explica uma vez que a opção tática tomada em seu III Congresso de 1967 foi de privilegiar ações diretas e de massas. Tática que se materializou principalmente em “expropriações” — termo usado pelo MIR — de bancos e sequestros de caráter político, como o do jornalista democrata-cristão Hernán Osses, em 1969. Fato que levou o governo de Eduardo Frei Montalva a colocar o MIR na clandestinidade. Com a vitória de Allende, o MIR abandonou a tática de assalto a bancos e sequestros políticos. Nesse momento, o MIR passou a ter como foco a tática de ocupações de terrenos e a atuação nos espaços dos movimentos populares, sindicais e estudantis, sem abrir mão da retórica da luta armada e da “via insurrecional” para se atingir o socialismo. SALINAS, Sergio. *El tres letras. Historia y contexto del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)*. Santiago: Ril Editores, 2013.

tenha feito parte formal da UP, o MIR adotou uma postura de apoio crítico ao novo governo após a eleição de Allende, chegando a ser responsável, por algum tempo, por organizar a guarda armada pessoal do presidente. Tais teses da revolução por via armada, em contraposição à “via pacífica”, haviam sido adotadas pelo PS⁷ no seu Congresso de *Chilán*, em 1967, no qual o partido passou a se declarar marxista-leninista, e depois foram aprofundadas e consolidadas no Congresso de *La Serena* em 1971.⁸

A “via chilena”, na síntese do historiador Marcelo Casals Araya, era a “problemática mezcla entre los planteamientos sistémicos comunistas, la retórica revolucionaria socialista y la visión innovadora del allendismo.”⁹ A novidade do pensamento de Allende, amparado nas análises sobre as condições estruturais e o desenvolvimento histórico do Chile, fundamentava-se, principalmente, no modelo teórico que combinava institucionalidade democrática à negação da necessidade da violência revolucionária. Esse modelo tinha como principal sustentação teórica as formulações do espanhol Juan Garcés, um dos principais assessores políticos do presidente. Um elemento que se destaca nessa perspectiva é a inserção do processo revolucionário dentro de uma tradição nacional republicana, na qual os obstáculos ao projeto da UP deveriam ser solucionados a partir dos espaços democráticos, e o trânsito pacífico ao socialismo estaria acompanhado de uma desejada e duradoura paz cívica. Essa particular percepção do desenvolvimento histórico do país era combinada a aportes do marxismo clássico; mescla que, em geral, Allende buscou conciliar em seus discursos e na prática política.¹⁰ Ao longo deste trabalho, retomaremos e aprofundaremos essas perspectivas e concepções que nortearam a construção estratégica e a prática política da UP e as divergências entre os principais setores das esquerdas.

Na dimensão socioeconômica, o programa da UP rejeitava a concepção desenvolvimentista — segundo a qual o objetivo principal devia ser a aceleração da taxa de crescimento e que objetivava, assim, aproximar-se do nível dos países desenvolvidos a fim de

⁷ O PS teve uma trajetória de grandes mudanças e oscilações em sua linha estratégica. Do período fundacional e de seus primeiros anos de existência, influenciados pela social-democracia europeia, transformou-se profundamente, adotando a perspectiva leninista no Congresso de Chilán, em 1967. Contudo, o PS manteve uma relação ambígua com a UP. Isso uma vez que o partido via no processo de construção do governo da UP um período de acumulação de forças para a realização da ruptura institucional. Dessa forma, a retórica revolucionária de suas posições acabou por acomodar-se, não sem críticas, à construção da UP sob a orientação das teses da “via chilena” e nunca se materializou em uma política própria de efetivação da estratégia da via armada.

⁸ CASALS ARAYA, Marcelo. *El alba de una revolución: la izquierda y la experiencia de construcción estratégica de la “via chilena al socialismo” 1956-1970*. Santiago: LOM Ediciones, 2010, p. 275.

⁹ *Ibidem*, p. 275-276.

¹⁰ *Ibidem*, p. 272-273.

conseguir uma maior igualdade social e maior autonomia nacional.¹¹ De outro modo, o foco do programa econômico da UP — influenciado pela Teoria da Dependência¹² — apoiava-se na desconcentração dos meios de produção, na ruptura com a dependência externa e no combate à alta desigualdade de distribuição de renda do país. A UP sustentou que o modelo econômico baseado no desenvolvimentismo era concentrador e excludente: ao invés de se ampliarem os benefícios econômicos a novos setores da população, a concentração e a desigualdade de renda permaneceriam inalteradas. O projeto econômico da UP, de outra forma, era focado na maior produção de bens de consumo e no objetivo de associar a taxa de crescimento econômico a um padrão de consumo e distribuição de renda mais equitativo.¹³

Nesse sentido, pretendia-se, principalmente, a nacionalização dos recursos minerais essenciais, a estatização dos grandes monopólios e a conclusão da reforma agrária. Com isso visava-se ampliar a distribuição de riquezas e previa-se um conjunto de medidas sem precedentes na história do país por seu caráter e extensão, como a criação da Área de Propriedade Social (APS). A APS baseava-se na estatização e nacionalização do setor de extração mineral, do sistema bancário, do comércio exterior e das principais indústrias do setor produtivo e de distribuição. Para o projeto da UP, era essencial que a APS se tornasse o setor economicamente predominante e eixo fundamental da futura economia socialista.¹⁴

Neste trabalho, deixaremos de lado as nomenclaturas que buscam identificar as posições de Allende e do PC como “reformistas” e as dos setores favoráveis à “via insurrecional” como “revolucionárias”. Consideramos que esses conceitos, utilizados com frequência nos textos de disputas políticas entre críticos e adeptos da “via chilena”, obliteram as particularidades da luta política travada pelas esquerdas no governo da UP, principalmente

¹¹ BITAR, Sergio. *Transição, socialismo, democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 69.

¹² Segundo o economista chileno Sergio Bitar, ministro da Mineração no governo de Allende em 1973, a UP compreendia que o subdesenvolvimento chileno era uma característica histórica e estruturalmente diferente das vividas pelos países desenvolvidos; assim, países como o Chile coexistiam em um sistema internacional dominado pelos grandes países avançados no qual as economias subdesenvolvidas estavam inseridas e subordinadas. Esse diagnóstico “inspirou-se nos estudos latino-americanos sobre a dependência, que na época, estavam no auge” em contraposição às teses desenvolvimentistas da CEPAL. BITAR, Sergio. Op. cit., p. 69. Cabe ressaltar que muitos teóricos que contribuíram para o desenvolvimento da Teoria da Dependência, como os brasileiros Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos e o alemão André Gunder Frank estiveram exilados no Chile desde fins dos anos 1960. Esses intelectuais vincularam-se tanto à UP como ao MIR, e atuaram principalmente a partir do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO), órgão da Faculdade de Economia da Universidade do Chile. SALINAS, Sergio. Brasileiros e ciências sociais no Chile da Unidad Popular. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.18, p. 121-138, jan./jul. 2015.

¹³ BITAR, Sergio. *Transição, socialismo, democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 70.

¹⁴ GAUDICHAUD, Franck. *Poder Popular y cordones industriales. Testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973*. Santiago: LOM ediciones, 2004, p. 17-18.

se considerado o ineditismo e as especificidades contidas na tentativa de realização da “via chilena”. Dessa forma, concordamos com Julio Pinto Vallejos que indica como a revolução era um objetivo partilhado pelas diferentes organizações das esquerdas chilenas, existindo amplo acordo em tornos dos fins que deviam ser perseguidos e do tipo de sociedade a ser construída, marcadamente socialista, anti-imperialista e igualitária. Essa unidade de fins, contudo, acabou por ter menos prevalência do que os desacordos de ordem tática e estratégica, resultando em uma fragmentação de visões, muitas vezes antagônicas, sobre vias, ritmos e atores que deveriam orientar a dinâmica da construção socialista.¹⁵

Para o estudo dessas divergências, Pinto Vallejos agrupa as esquerdas em torno de duas posturas paradigmáticas pelas quais o pensamento revolucionário chileno esteve polarizado a partir dos anos 60: a *gradualista* (ou *sistêmica*, no sentido de estarem integradas ao sistema institucional estabelecido), baseada na defesa de transformações socioeconômicas pela via pacífica institucional; e a *rupturista*, cuja ênfase recaía na inevitável necessidade de um processo insurrecional armado para dar origem a uma ditadura do proletariado. O pensamento *gradualista* era hegemonizado pelas posições de Allende, do PC, por parte do PS e ao qual também aderiram o PR e setores do MAPU. Entre os grupos identificados com o pensamento *rupturista*, incluíam-se a maioria do PS, o MIR, a IC, e parte do MAPU.¹⁶

Portanto, mais do que pensar as diferenças das esquerdas como uma batalha entre campos antagônicos, essa abordagem sugere que o governo da UP, a partir de sua política de transformações revolucionárias, deu origem — de forma contraditória e ambígua — a um amplo espaço de criação e originalidade política. A partir da síntese dos debates táticos e estratégicos das esquerdas, novos caminhos e possibilidades originais, não previstos no programa inicial da UP, surgiram como alternativas possíveis para instrumentalizar a construção da “via chilena”, o que torna esse processo um importante objeto de análise histórica, além de uma rica fonte de ideias originais para o pensamento político contemporâneo.¹⁷

Essas escolhas não significam ignorar as contradições, ambiguidades e fortes tensões que marcaram as diferentes táticas políticas das principais organizações que hegemonizavam o governo da UP. Como afirma o sociólogo e historiador francês Franck Gaudichaud, desde suas origens, uma aguda contradição perpassava a UP: “el ‘gobierno popular’ y que pretende

¹⁵ PINTO VALLEJOS, Julio. Hacer la revolución en Chile. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Org.). *Cuando hicimos historia. La Experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

¹⁶ Idem.

¹⁷ CASALS ARAYA, Marcelo. *El alba de una revolución: la izquierda y la experiencia de construcción estratégica de la “via chilena al socialismo” 1956-1970*. Santiago: LOM Ediciones, 2010.

representar las aspiraciones de un movimiento social radicalizado, pero al mismo tiempo llama a los trabajadores a no poner en entredicho, directamente, a las instituciones chilenas y a su Ejército”.¹⁸ A partir de diferentes abordagens e práticas políticas, as organizações da UP tentaram lidar com os problemas originados dessa contradição. Segundo Gaudichaud, o PC teve uma atuação particular no período, ao promover a moderação dos setores populares mais radicalizados, a fim de garantir a estabilidade do governo. O PC buscava evitar, destarte, uma maior agudização do conflito entre a UP e a quem os comunistas denominavam de “burguesia nacional progressista”. Por sua vez, o PS — muito embora fosse hegemônico por uma ala esquerda radical, partidária da aceleração das reformas e da estratégia *rupturista*, assim como o MIR — acabou por não conseguir traduzir suas divergências com Allende e com o PC na materialização de um projeto político alternativo. Nessas polêmicas, e na condução política cotidiana, a unidade do governo em geral foi colocada acima da resolução das profundas divergências teóricas e táticas.¹⁹ Portanto, para Gaudichaud, essa divisão conceitual entre gradualistas e rupturistas é de caráter problemático, uma vez que os setores rupturistas não conseguiram efetivar, na prática política cotidiana, um projeto distinto da hegemônica pela perspectiva democrático-institucional. A diferenciação acabou sendo feita, sobretudo, no plano discursivo.

Isso está em consonância com as formulações de Tomás Moulian sobre as insuficiências estratégicas e as contraditórias práticas das esquerdas chilenas, indicando como a realização dos projetos políticos da UP e as representações e apropriações que distintos setores faziam da luta política do período eram vivenciadas como “si fuera una revolución socialista que, aunque se ejecutaba desde dentro del Estado o desde arriba, iba a tener en la lucha política todos los efectos polarizadores de una revolución socialista a secas”²⁰. Desta forma, não obstante a UP se anunciase como portadora de um projeto democrático de transição socialista, essa percepção do processo como uma revolução socialista clássica influenciava significativamente as estratégias e práticas dos distintos atores políticos. Além de se constituir como um substrato importante para os discursos midiáticos dos setores que buscavam reforçar no Chile um imaginário antimarxista, associando a UP a um bolchevismo radical.

¹⁸ GAUDICHAUD, Franck. Op. Cit., p. 24.

¹⁹ Ibidem, p. 24-25.

²⁰ MOULIAN, Tomás. La vía chilena al socialismo: itinerario de la crisis de los discursos estratégicos de la Unidad Popular. In: PINTO VALLEJOS, Julio (org). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005, p. 35.

A tentativa de realização do projeto da “via chilena” caracterizou os anos de 1970-1973, portanto, como tempos de intensa polarização e agudização da luta social, sobretudo pela intensa e feroz resistência das oposições internas aos propósitos da UP — representadas principalmente pelo Partido Nacional (PN)²¹ e pela Democracia Cristã (DC)²² —, com a ajuda exterior, sobretudo do governo dos EUA. Nesse marco, como aponta o historiador e jornalista chileno Eduardo Santa Cruz, “la lucha ideológica adquirió ribetes de una importancia como no los había tenido antes. Especialmente porque existían amplios sectores sociales que ambos polos luchaban por incorporar a su proyecto”, concluído que: “Efectivamente, la prensa fue una herramienta de difusión y combate ideológico por la captación de los sectores que ocupaban lugares sociales, políticos e ideológicos intermedios”.²³

Nesse sentido, considerando a importância da grande imprensa nos embates da “via chilena”, nosso trabalho se trata da análise comparativa das formas pelas quais as vicissitudes do governo da UP foram representadas, noticiadas e discutidas em dois dos principais jornais da grande imprensa chilena da época: os diários *La Nación* e *El Mercurio*. Discutimos como esses periódicos, ao articularem discursos sobre as proposições e as práticas políticas da UP, muitas vezes, deram origem a posicionamentos ambíguos e contraditórios, cujas posições políticas transitaram, paralelamente, entre a lealdade à democracia e à defesa do golpismo, caso de *El Mercurio*; e entre o apego a institucionalidade democrática e a sombra de um projeto revolucionário de poder popular, caso de *La Nación*.

²¹ Surgido em 1966, o Partido Nacional nasceu da fusão dos partidos Conservador, Liberal e da Ação Nacional, organização formada por uma diversidade de grupos nacionalistas. O PN resultou de um esforço para revitalizar a direita chilena. Opondo-se à perspectiva democrática da esquerda e do centro que apoiavam seus programas na redistribuição da propriedade, o PN reafirmou a inviolabilidade do direito à propriedade individual como sinônimo de liberdade. ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica Valdivia. *Nacionales y gremialistas: el “parto” de la nueva derecha política chilena, 1964-1973*. Santiago: Lom Ediciones, 2008.

²² O Partido Democrata Cristão (PDC), também conhecido como Democracia Cristã (DC), foi fundado em 1957, a partir da Falange Nacional – organização criada em 1938 por jovens que haviam rompido com o Partido Liberal. A DC representou, desde o início, a aspiração de disputar com os conservadores a hegemonia do campo católico. Inspirada em novas orientações teológicas e pastorais adotadas pela Igreja Católica no cenário político europeu do pós-guerra, a DC expressava a necessidade de reformas e políticas voltadas para a “humanização do capitalismo”. Nessa visão, seriam necessárias mudanças sociais profundas para combater as raízes do fascismo e políticas sociais para evitar que a classe trabalhadora passasse ao campo da “revolução proletária”. A DC, considerada uma força de centro, elegeu Eduardo Frei Montalva presidente da República, em 1964, com o projeto político denominado “Revolução em Liberdade”. Sua vitória, segundo Tomás Moullian, deveu-se principalmente ao desgaste da direita — que ocupava a presidência com Jorge Alessandri (PN) — e à capacidade dos democrata-cristãos de sistematizar, defender e divulgar suas ideias. Desse modo, introduzindo na política chilena novas preocupações com os problemas filosóficos e políticos e uma capacidade do uso de aparatos culturais que só tinha semelhança na atuação do marxismo com o qual a DC disputava as bases sociais proletárias. MOULIAN, Tomás. *Fracturas*. De Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973). Santiago: Lom Ediciones, 2006, p.209-211

²³ SANTA CRUZ A., Eduardo. *Prensa y sociedad en Chile, Siglo XX*. Santiago: Universitaria. 2015, p. 149-150.

Ao compreendermos os jornais *El Mercurio* e *La Nación* como parte da “grande imprensa”, fazemos uso da definição da historiadora Tania Regina de Luca:

A expressão grande imprensa, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro.²⁴

Nosso foco será discutir como se deu a atuação dos jornais nos momentos de maior polarização e crise política, procurando identificar como os principais atores políticos foram representados e como as estratégias discursivas dos jornais atuaram para legitimar ou enfrentar os campos políticos antagônicos em suas disputas por hegemonia. A ênfase nos momentos de maior crise, porém, não nos fará deixar de lado o estudo das estratégias discursivas que foram adotadas ao longo dos quase três anos da UP.

A nossa escolha por utilizar *La Nación* e *El Mercurio* não foi aleatória. Para estudar a atuação política da grande imprensa no governo da UP, elegemos dois periódicos que ocuparam posições opostas no espectro político, favorecendo, portanto, ao propósito de colocar em relevo os contrastes, as características e as especificidades de cada um deles, aspectos essenciais do método comparativo.

A opção por *El Mercurio* é motivada pelo jornal ter sido, durante o governo da UP, um dos principais espaços de organização e circulação do pensamento de oposição e pela própria historiografia indicá-lo como significativo ator político que contribuiu com destaque para a derrota da UP. A escolha de *La Nación*, jornal de longa história e bastante respeitado por seus suplementos literários, explica-se pelo diário ter se constituído como espaço de socialização político-intelectual de diferentes setores da UP. Outro aspecto relevante que favorece nossa comparação é *La Nación* ter tido uma estrutura gráfica e de espaço editorial semelhante ao da folha mercurial. Além disso, ambos tinham a preocupação de recorrer a uma linguagem e a uma cobertura jornalística inseridas no chamado “jornalismo sério”, que buscava se diferenciar do jornalismo “sensacionalista”, muito presentes em outros veículos da imprensa chilena do período²⁵.

²⁴ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 148.

²⁵ DOONER, Patrício. *Periodismo y política. La prensa de derecha e izquierda 1970-1973*. Santiago, Editorial Adelante, 1989.

El Mercurio foi fundado em Valparaíso, em 12 de setembro de 1827, pelo político liberal Pedro Félix Vicuña, e pelos tipógrafos Thomas G. Wells e Ignacio Silva. Depois de seguidas negociações, o jornal passou, em 1884, às mãos de Agustín Edwards Ross, proprietário de um dos grupos empresariais mais importantes da história chilena. Em 1º de junho de 1900, época em que o centro econômico se deslocava para a capital do país, Agustín Edwards McClure (filho e sucessor de Agustín Edwards Ross nos negócios da família) deu início à publicação de *El Mercurio* em Santiago, diário que em pouco tempo superaria em importância e influência seu homônimo de Valparaíso.²⁶ Ao longo dos anos, os Agustín Edwards estabeleceram profundos vínculos com setores liberais e conservadores da política chilena, ademais de uma sólida associação empresarial com importantes grupos econômicos norte-americanos, constituindo-se uma das famílias mais ricas e poderosas do Chile.²⁷

Neste trabalho, nos preocupamos em responder algumas questões sobre a atuação política de *El Mercurio*. De que forma seus discursos se modificaram ao longo do processo da “via chilena” culminando na contribuição para o desenvolvimento e legitimação de um ambiente político propício ao golpe de 11 de setembro de 1973? De que maneira o jornal, identificado com valores liberais, lidou com um governo que se anunciava como portador de um projeto socialista e democrático? Em síntese, ao analisarmos a trajetória discursiva do jornal durante o governo da UP e a dúbia relação estabelecida pelo periódico com valores democráticos, discutiremos como *El Mercurio* tornou-se um espaço privilegiado para articular a oposição ao governo e influenciar abertamente o conflituoso cenário político do país. Ainda assim, a partir da mudança de estratégia da oposição após as eleições de março de 1973, com a guinada dos setores opositores em direção ao golpe, analisaremos como *El Mercurio* assumiu uma estratégia de questionar de forma aberta e feroz a legitimidade do governo, contribuindo, intencionalmente, para um ambiente político propício à ruptura do regime democrático.

O diário *La Nación*, por sua vez, veio às ruas em setembro de 1917, fundado por Eliodoro Yáñez, Augusto Bruna e Alfredo Escobar, políticos de filiação liberal. De projeto ambicioso, seus fundadores desde o início anunciaram a intenção de criar um jornal que rivalizasse com a importância já conquistada por *El Mercurio*. Como veremos, o jornal teve

²⁶ Nas décadas seguintes, os Edwards desenvolveram um grande império comunicacional. Nos início dos anos 1970, controlavam quatro empresas do ramo da comunicação: a *El Mercurio S.A.P.*, que publicava os jornais *El Mercurio*, *Las Últimas Noticias* e *La Segunda*, de distribuição nacional, e mais outras três empresas responsáveis pela publicação de quatorze diários regionais por todo o país.

²⁷ MÓNCKEBERG, Maria Olivia. *Los magnates de la prensa: concentración de los medios de comunicación en Chile*. Santiago: Random House Mondadori, 2011.

um rápido sucesso comercial, tornando-se um dos mais lidos do país. Uma década depois de sua fundação, durante o governo ditatorial do general Carlos Ibáñez Del Campo (1927-1931), *La Nación* passou ao controle estatal. A empresa proprietária do jornal foi expropriada por um decreto presidencial. Iniciava-se, assim, o período em que a direção do jornal era indicada pelo Estado. Em fevereiro de 1971, poucos meses após a UP ter assumido a presidência, Oscar Waiss, intelectual e histórico dirigente do PS, foi nomeado diretor do diário.

Muito além de servir como mero porta-voz do governo, *La Nación* configurou-se como espaço de sociabilidade político-intelectual disponibilizado a vários setores da coalizão governamental. Em suas páginas, é possível encontrar debates – inclusive com críticas aos pressupostos da “via chilena” – sobre aspectos teóricos, táticos e estratégicos da condução política do governo, expressando, assim, em alguma medida, as tensões e disputas políticas internas da UP. *La Nación* pode ser considerado, portanto, um espaço socializador e massificador das posições de Allende e dos debates que ocorreram entre partidos e intelectuais do campo socialista, ao permitir que seus leitores tivessem contato com parte da pluralidade de posições políticas da UP. Neste estudo, interessa-nos compreender como as ambiguidades e debates expressos em *La Nación* indicavam as insuficiências teóricas e estratégicas da UP, contribuindo para que o projeto da “via chilena” estivesse muitas vezes imerso em uma retórica e uma linguagem política típica das revoluções de caráter insurrecional. Desse modo, influenciando os debates sobre a institucionalização do projeto socialista e de sua compatibilização com o regime democrático.

A perspectiva de tratar os dois jornais de forma comparativa nos permite realçar os contrastes, observar a partir de novos ângulos de análise e identificar novos problemas surgidos da comparação entre os diferentes objetos. Este estudo comparativo teve como foco questões relacionadas aos debates sobre a legitimidade democrática da UP. Correlato essencial a essa questão foi a análise comparativa de como os jornais cobriram e articularam discursos sobre os principais atores políticos do processo: o campo das esquerdas, incluída a própria figura de Allende — cuja imagem fortemente associada à defesa da institucionalidade democrática era de crítica problemática para os setores que questionavam os valores democráticos do governo; as Forças Armadas e os debates a respeito de seu alegado profissionalismo apolítico e os problemas de sua participação no poder; o centro político representado pela DC; o movimento de extrema-direita *Patria y Libertad*; os partidos da direita e o movimento gremial; os espaços de sociabilidade e de luta política surgidos das práticas de poder popular, como os cordões industriais, os comandos comunais e as Juntas de

Abastecimento e Controle de Preços (JAP)²⁸, cujos significados e sentidos foram de intensa disputa tanto pela UP quanto pela oposição.

Essa comparação nos permitiu perceber como a imprensa do período operava essencialmente a partir de uma lógica de buscar politizar todas as áreas da vida social. Com a comparação entre os dois jornais, evidenciamos a importância da imprensa para as disputas político-ideológicas do período e trouxemos à tona questões e problemas referentes à liberdade de imprensa no processo de realização da “via chilena”. Ao mesmo tempo, fica evidenciado em *La Nación* as dificuldades do governo para desenvolver instrumentos eficazes para a circulação de seus pressupostos ideológicos a fim de fazer frente ao poderio midiático das empresas vinculadas à oposição, que contaram com amplo suporte externo, sobretudo os milhões de dólares injetados em *El Mercurio* por parte do governo norte-americano.²⁹

No nosso estudo, ganha centralidade as formulações do uruguaio Héctor Borrat, sociólogo e professor de jornalismo. Borrat afirma que a imprensa é um importante ator político: os jornais são capazes de influenciar e afetar o governo, partidos políticos, grupos de interesses, movimentos sociais e seu público leitor, uma vez que estão inseridos na vasta trama das lutas políticas e dos grupos sociais. Como parte de suas estratégias discursivas, a partir das informações e fontes a que tem acesso, o periódico, cotidianamente, exclui, inclui, hierarquiza aquilo que será publicado em suas páginas, conferindo à seleção de notícias e ao que será inserido em suas opiniões, maior ou menor relevo, ignorando ou enfatizando determinados assuntos, de acordo com interesses, preferências, convicções de seus editores, proprietários e dos grupos que lhe dão apoio ou sustentação.³⁰

Soma-se a isso a concepção expressa por Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, que observam a imprensa como:

Instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.³¹

²⁸ As JAPs surgiram a partir de um decreto-lei de março de 1972, criadas com o propósito de se constituírem como órgãos de fiscalização da distribuição e controle de preços; acabaram por desempenhar importante papel na organização de setores do movimento popular na luta contra a especulação e o mercado paralelo que surgiu, sobretudo, durante a crise econômica de 1972.

²⁹ Sobre isso ver: KORNBLUH, Peter. *Los EEUU y el derrocamiento de Allende. Una historia desclasificada*. Santiago: Ediciones B Chile, 2003. No primeiro capítulo deste trabalho, trataremos com mais detalhes sobre o financiamento promovido pelo governo dos EUA aos meios de comunicação chilenos e, em especial, a *El Mercurio*.

³⁰ BORRAT, Héctor. *El periódico, actor político*. Barcelona: Gustavo Gili, 1989, p. 146.

³¹ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. 19.

Além disso, a proposta deste trabalho deve ser compreendida com base nos marcos teóricos da chamada nova história política, cuja obra de referência, organizada por René Rémond,³² apresenta novas abordagens, novos métodos e objetos para a análise da história política. Nessa perspectiva, o político passa a ser observado em sua dinâmica própria, rompendo com determinações absolutas de outras esferas, como a econômica, sendo percebido como importante constituinte da prática social.³³ É então que a imprensa, assim como outros meios pelas quais atua o político, adquire importância significativa como objeto historiográfico. Segundo Rémond, a história política passa a dar atenção à multiplicidade dos tempos históricos, permitindo o cruzamento do tempo curto do acontecimento com os aspectos culturais relacionados à longa duração.³⁴ Por conseguinte, a grande imprensa pode ser vista como espaço privilegiado para observar essa interseção, principalmente em suas práticas discursivas relacionadas à evocação e afirmação de aspectos da memória histórica e de imaginários políticos.

Ao superar a perspectiva de identificar a grande imprensa como mera portadora de fatos e verdades, os historiadores vêm utilizando-a cada vez mais como fonte e objeto principal de seus estudos.³⁵ Tal uso, contudo, como observa Rodrigo Patto Sá Motta, demanda uma série de cuidados, por ser necessário evitar apropriações simplistas, observar as influências que sofre do Estado, da opinião pública, do mercado e das convicções pessoais de proprietários e editores. Isso faz com que, muitas vezes, a trajetória política dos jornais seja marcada por ambiguidades e contradições.³⁶

Abandonam-se, assim, as interpretações que veem nos meios de comunicação simples veículos de ideias ou forças sociais subordinadas e determinadas por uma infraestrutura socioeconômica ou pelo poder estatal. Dessa maneira, os jornais — entendidos como atores políticos — ao expressarem e articularem projetos de distintos grupos sociais e superarem a compreensão da imprensa como um mero espelhamento da realidade, passam a ser percebidos como “prática constituinte de uma realidade social”.³⁷

³² RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

³³ *Ibidem*, p. 445.

³⁴ *Ibidem*, p. 35-36.

³⁵ DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

³⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. Topoi. *Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p.62-85, jan./jun. 2013.

³⁷ CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, dez. 2007, p. 258.

O que não significa que a grande imprensa deixe de ser entendida como um mecanismo importante para os embates por hegemonia na sociedade capitalista. O conceito de hegemonia desenvolvido pelo italiano Antonio Gramsci³⁸ ajuda-nos a compreender as disputas por consenso e dissenso que permeiam a produção simbólica nos meios de comunicação, atuando na conformação de imaginários sociais e nas disputas de sentido e de poder. Para Gramsci, a hegemonia pressupõe a luta pela liderança cultural e político-ideológica entre as classes sociais. Como afirma Denis de Moraes, “a hegemonia tem a ver com entrecosques de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política.”³⁹ A hegemonia se desenvolve por meio de embates que envolvem questões vinculadas tanto à estrutura econômica e à organização política como também, em um plano ético-cultural, “na expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que buscam legitimação e universalização”.⁴⁰

Para os estudos do imaginário e do ideário político dos jornais, dialogamos com a categoria de representação com base em enfoque de sentido amplo, configurando “um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual”⁴¹. Ademais, entendemos representação no sentido apontado por Francisco Falcon: “re-apresentar uma presença (sensorial, perceptiva) ou fazer presente alguma coisa ausente, isto é, re-apresentar como presente algo que não é diretamente dado aos sentidos”.⁴²

A abordagem qualitativa dos discursos políticos dos jornais é norteada, também, pelas elaborações feitas por José D’Assunção Barros ao analisar as conexões e diálogos entre história política, discurso e imaginário. Isso faz necessário uma análise do texto tanto em seu aspecto interno e estrutural, quanto em sua relação com o contexto histórico-social. O discurso é entendido simultaneamente como um “objeto de significação” e de “comunicação cultural entre sujeitos”, dois aspectos complementares:

[...] se por um lado o texto pode ser definido pela organização ou estruturação que faz dele uma “totalidade de sentido”, por outro lado, ele pode ser definido como um objeto de comunicação que se estabelece entre

³⁸ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

³⁹ MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jun. 2010.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2014, p. 21.

⁴² FALCON, Francisco. História e representação. In: CARDOSO, Ciro F. e MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações. Contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papius, 2000, p. 72.

um destinador e um destinatário (ou entre um destinador e muitos destinatários. A tentativa de avaliar o texto na sua primeira dimensão, a de ‘objeto de significação’, gera a análise interna ou estrutural do texto [...] Já a avaliação do texto como ‘objeto de comunicação’ implica na análise do contexto histórico-social que o envolve e que, de alguma maneira, atribui-lhe sentido. [...] Ainda com relação à sua análise externa, o texto também pode ser examinado do ponto de vista das intenções ou das motivações pessoais do autor que o produziu, ou daqueles que dele se apropriam imputando-lhe novos sentidos. A perspectiva mais útil para a História - e para a História Política em particular - é considerar mesmo o texto a partir da dualidade que o define enquanto ‘objeto de significação’ e ‘objeto de comunicação’.⁴³

Ademais, merece destaque em nosso estudo as reflexões de Maria Helena Capelato:

No que se refere ao estudo da atuação da “grande imprensa” no campo da política, devem-se considerar, primeiramente, as concepções ideológicas de seus proprietários e dos jornalistas responsáveis pela parte redacional do periódico, além dos interesses políticos e econômicos aos quais estão vinculados. Esses elementos são imprescindíveis para uma leitura ampla e aprofundada do jornal. Mas ela também exige um conhecimento igualmente amplo e profundo do contexto histórico referente ao período escolhido para análise, a partir do qual se podem compreender as ideias expostas no periódico.⁴⁴

Os editoriais são objetos fundamentais para nossas análises, uma vez que são espaços privilegiados de comunicação das posições institucionais dos periódicos, inclusive sobre temas que não estão expressamente relacionados às notícias que publica em uma determinada edição. Como gênero opinativo, o editorial tem a intenção de delimitar-se das seções de notícias, procurando passar uma imagem de isenção e imparcialidade, o que contribui para aumentar a credibilidade do jornal ao transmitir uma imagem objetivada de suas opiniões.⁴⁵

Assim, os editoriais constituem-se como espaços de produção de discursos e sentidos nos quais a interpretação da realidade passa do caráter objetivo para uma análise que busca influenciar a realidade social a partir das concepções políticas, ideológicas e das visões de mundo compartilhadas por seus editores e ou proprietários. Os editoriais transcendem o evento, a notícia do dia, e tornam-se também espaços para difusão e evocação de valores e imaginários que, percebidos ao longo de certo tempo, expressam estratégias discursivas de atuação política dos jornais, como afirma Héctor Borat: “[...] hay en efecto ciertos editoriales

⁴³ BARROS, José D’Assunção. História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface. *Saeculum - Revista de História*. n. 12. João Pessoa: UFPB, 2005, p. 132.

⁴⁴ CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana & PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs.). *História das Américas: fontes e abordagens históricas*. São Paulo: Humanitas, 2015, p. 128.

⁴⁵ BORRAT, Héctor. *El periódico, actor político*. Barcelona: Gustavo Gili, 1989, p. 138.

que prescinden de esa referencia a la noticia inmediata para situarse histórica y/o prospectivamente en una coyuntura, o en tiempos de larga duración, o en un mundo de ideas o abstracciones.”⁴⁶

Ao estudo dos editoriais, soma-se a análise de como os diários noticiaram em sua capa os principais eventos relacionados ao conflituoso processo de realização da “via chilena”. Na impossibilidade de estudar em detalhes todas as seções e elementos dos periódicos, dados os limites deste trabalho, privilegamos, além dos editoriais, o estudo da primeira página. Isso, pois, as capas dos jornais são espaços significativos para a compreensão das escolhas e seleções de notícias pelas quais os jornais circunscrevem suas estratégias discursivas e, conseqüentemente, fundamentais para a compreensão de seus discursos políticos. Essa escolha, contudo, não nos impediu de incluir e dar atenção a outros espaços do jornal que se mostraram relevantes para os objetivos deste trabalho.

Ademais, as capas têm a característica de atingir um público significativamente maior que o do próprio leitor do periódico, considerando que em geral são expostas ao longo do dia nas bancas de revistas espalhadas pelas cidades (ou nos pequenos *kioscos*, como são chamados pelos chilenos e tão presentes nas ruas e avenidas de Santiago). Assim, a primeira página do jornal tem a intenção de capturar a atenção do leitor, suas manchetes, com o uso de diferentes tipografias, cada qual utilizando um tamanho que pode ser lido a certa distância, configuram-se como uma espécie de cartaz, espalhado pela malha urbana, como sugere o professor de jornalismo José Ferreira Junior. Segundo ele, caberia também à “capa-cartaz” desenvolver uma forma arrojada na composição de aspectos verbais e imagéticos, dando ainda mais destaque ao apelo visual que exercem quando expostas ao público.⁴⁷

Os editoriais e as capas permitem, portanto, uma análise das estratégias discursivas dos jornais e também a percepção de como esses discursos inserem-se em certos padrões de manipulação da realidade social. Sem entrar nas questões referentes aos sentidos epistemológicos de realidade, o importante para nosso estudo é considerar que os veículos de comunicação estão inseridos em uma realidade histórica e sua produção textual vincula-se às disputas originadas nessa realidade; de outra forma, o discurso do jornal careceria de qualquer efetividade política. Assim, consideramos algumas formulações realizadas por Perseu Abramo sobre as formas pelas quais a imprensa articula suas representações de realidade:

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ FERREIRA JUNIOR, José. *Capas de jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico visual*. São Paulo: Senac, 2003.

[...] o público — a sociedade — é cotidiana e sistematicamente colocado diante de uma realidade artificialmente criada pela imprensa e que se contradiz, se contrapõe e frequentemente se superpõe e domina a realidade real que ele vive e conhece. Como o público é fragmentado no leitor ou no telespectador individual, ele só percebe a contradição quando se trata da infinitesimal parcela de realidade da qual ele é protagonista, testemunha ou agente direto, e que, portanto, conhece. A imensa parte da realidade ele a capta por meio da imagem artificial e irreal da realidade criada pela imprensa; essa é, justamente, a parte da realidade que ele não percebe diretamente, mas aprende por conhecimento.⁴⁸

Cabe ressaltar que o estudo das representações e imagens produzidas pelos jornais não parte do pressuposto de que caminham desvinculados das práticas sociais, local da efetivação da processualidade histórica. O discurso dos jornais tem sua gênese em aspectos do real sócio-histórico, pleno de conflitos sociais e de classes. No entanto, eles não são simples reflexos apriorísticos dessas realidades, expressam-se de forma relativamente autônoma, mediados por contradições, particularidades dos agentes emissores e interesses sociais pelas quais são submetidos a manipulações e transformações de sentidos.⁴⁹

Essa ideia implica que a manutenção da credibilidade e respeitabilidade social adquirida ao longo do tempo cobra do periódico manter seu discurso jornalístico inserido em certos limites, muitas vezes trabalhando com reduzidas margens para suas intenções de manipulação e construção de sentidos. Em outras palavras, o jornal não pode livremente inventar e criar discursos sem deixar de observar as correlações de forças e a conjuntura político-social na qual está inserido, sob o risco de causar um ruído — para usar um conhecido termo jornalístico — no diálogo com seu público leitor, o que permitiria vicejar o descrédito ou a desconfiança.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, analisamos as trajetórias e a materialidade dos jornais. Nosso intuito é o de apresentar os objetos de pesquisa deste trabalho, destacando suas origens, seus fundadores, principais editores, suas relações com grupos empresariais, políticos e com o Estado. Da mesma forma que para melhor compreender as posições assumidas por *El Mercurio* no governo da UP foi fundamental estudar a longa trajetória da família dos Agustín Edwards, damos destaque, também, ao estudo das ideias e trajetória do diretor de *La Nación* durante o governo da UP, o intelectual socialista Oscar Waiss. Além disso, de forma bastante tangencial, analisamos algumas questões da política comunicacional do governo da UP, tema que até os dias de hoje ainda é

⁴⁸ ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016, p. 38.

⁴⁹ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2005.

pouco estudado. Por último, embora o recorte temporal desta obra encerre-se com o golpe de 11 de setembro de 1973, achamos pertinente apresentar, de forma sinóptica, os desdobramentos que a ruptura democrática exerceu na imprensa chilena e na trajetória do dono de *El Mercurio*, e do diretor de *La Nación*.

No segundo capítulo, tratamos da atuação política conjuntural dos jornais, tendo como base as formas pelas quais noticiaram e discutiram os principais eventos políticos durante o governo da UP. A ênfase é dada, como já mencionamos, nos momentos de maior polarização e crise política. Dividido em quatro tópicos, o capítulo aborda as disputas em torno da legitimação do novo governo; o período de ofensiva política da UP; a conjuntura de intensa polarização iniciada em meados de 1972 que levou ao *paro* de outubro; e os conflituosos meses finais antes do golpe. Desse modo, analisamos as opiniões e estratégias discursivas de *El Mercurio* e *La Nación*, discutindo como seus posicionamentos não foram lineares durante os três anos de governo.

A proposta do terceiro capítulo é destacar alguns dos principais temas que estiveram presentes nos diários durante todo o período de governo da UP. Esses temas estiveram em estreita relação com a afirmação e evocação de ideários e imaginários políticos das direitas e das esquerdas chilenas e com as posições ideológicas assumidas e veiculadas pelos jornais. Por conseguinte, estudamos as formas pelas quais *El Mercurio* desenvolveu um forte discurso antimarxista, cujo núcleo versava sobre o perigo da construção de uma “ditadura marxista totalitária no Chile”. Por sua vez, a utopia revolucionária, recorrente nas publicações e na linguagem política de *La Nación*, é analisada em estreito vínculo com as diferentes escolhas estratégicas das esquerdas chilenas. Ademais, dois outros temas fundamentais para articular esses imaginários são analisados neste capítulo. O primeiro, o poder popular, essencial para os discursos contra o marxismo de *El Mercurio*, e tema que suscitou debates e disputas de sentidos nas páginas de *La Nación*. O segundo, as relações entre os militares, a UP e o poder político, destacando os discursos veiculados pelos jornais sobre o papel constitucionalista das Forças Armadas.

1. ORIGEM, TRAJETÓRIA E MATERIALIDADE DOS DIÁRIOS *LA NACIÓN* E *EL MERCURIO*

1.1 A família Edwards e o jornal *El Mercurio*: a construção do império econômico e midiático

A fortuna de Agustín Edwards Eastman, proprietário de *El Mercurio* durante o governo da UP, é produto de uma longa história de enriquecimento familiar, iniciada com a prosaica chegada ao Chile de um corsário inglês no início do século XIX. A duradoura influência de *El Mercurio* na cena cultural e política chilena é concomitante ao fortalecimento do poder econômico e político alcançado pelos proprietários do jornal ao longo do século XX. Nesta parte do trabalho, pretendemos traçar em linhas gerais as origens e o desenvolvimento desse poder, destacando a formação do império empresarial e comunicacional dos Edwards, assim como as ideias e concepções políticas que levaram Agustín Edwards Eastman a se vincular ferreamente à oposição ao governo da UP, tornando-se peça importante nas articulações que levaram à derrubada de Allende.

El Mercurio é o mais antigo dos diários que hoje circulam no Chile. Foi fundado por três jovens: o político liberal Pedro Félix Vicuña, e os linotipistas Thomas Wells e Ignacio Silva. Nasceu a poucas quadras do porto de Valparaíso, em 12 de setembro de 1827, como um diário “mercantil, político e literário”. A história do jornal, contudo, foi definitivamente marcada, em fins da década de 1870, por sua aquisição pela família dos Edwards.

A história dos Edwards no Chile começou com a chegada em 1805 do marinheiro inglês George Edwards Brown a bordo da fragata *Blackhouse*, embarcação corsária inglesa que regularmente promovia contrabando e assaltos nas costas sul-americanas. Em terras chilenas, George Edwards desertou e acabou cansando-se com a filha de uma rica família local, os Ossandón. Contudo, foi seu segundo filho, Agustín Edwards Ossandón, quem daria origem à fortuna da família, iniciando a longa “dinastia” que exerceu grande influência econômica, política e cultural no Chile.

Com algum capital conquistado nos anos de trabalho em escritórios de firmas de mineração, Edwards Ossandón apostou em um inovador negócio, precursor do sistema bancário chileno: para fazer fortuna na mineração, percebeu que não necessariamente era preciso trabalhar diretamente na extração mineral, o mais lucrativo era propiciar empréstimos monetários aos mineiros, financiando a aquisição de insumos e ferramentas, que em geral eram pagos com frações dos metais extraídos. Dessa forma, Edwards não tinha que arcar com

os enormes custos para operar uma mina, ao mesmo tempo em que garantia um fornecimento estável de metais. Ademais, esse sistema tinha outra vantagem: permitia prefixar o valor dos metais que lhe eram devidos, usando o que os economistas chamam de “arbitragem”, que permitia Agustín obter grandes somas com as flutuações de preços. O fornecimento estável de metais também favorecia outro negócio que logo lhe renderia bastante dinheiro, o da fundição.

A província de Copiapó, localizada no norte chileno, foi a região em que Edwards Ossandón prosperou, expandindo de forma consistente e duradoura seu capital e transformando-se em um dos principais “habilitadores do Norte Chico”. No ano de 1832, em Chañarillo, nas redondezas dessa região, havia sido descoberto o maior depósito de prata já encontrado no Chile, dando origem a uma efervescente atividade mineira quando centenas de aventureiros rumaram para o local em busca de fortuna.⁵⁰

Os primeiros anos de Edwards em Copiapó transcorreram em um ambiente político peculiar. No Chile, ganhava corpo um regime político centralizado, presidencialista e autoritário, aspectos estruturantes da chamada República Autoritária (1830-1861).⁵¹ Da influência de Diego Portales, comerciante e ministro do Interior, surgiu uma nova Constituição de caráter centralista, repressivo e autoritário. No plano econômico, nos sucessivos governos de inspiração portaliana, foram aprovadas leis que favoreceram gradativamente os grandes empresários, em desfavor da crescente classe trabalhadora. Desse modo, o ciclo de desenvolvimento econômico do país, entre 1830-1878, fez com que o Chile se inserisse na economia capitalista, nas palavras do historiador Ricardo Nazer Ahumada, “como productor de materias primas y receptor de manufacturas — permitió que en un ambiente económico liberal, sin impuestos a la renta y un mercado laboral sin regulaciones, se desarrollara un proceso de acumulación de capital sin par en nuestra historia.”⁵²

Tal favorecimento à acumulação de riquezas, uma espécie de *laissez-faire* à chilena, pode ser constatada na política de impostos sobre exportação mineral instituída pelo presidente Manuel Bulnes durante a década de 1840. O governo suprimiu por vários anos os impostos de exportação do cobre, com a condição de que fosse fundido utilizando-se o carvão

⁵⁰ NAZER AHUMADA, Ricardo. La fortuna de Agustín Edwards Ossandón: 1815-1878. *Historia*, Santiago, v. 33, p. 369-415, 2000. Disponível em < http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0717-71942000003300008&script=sci_arttext > acesso em: 10 set. 2017.

⁵¹ PINTO VALLEJOS, Julio; SALAZAR, Gabriel. *Historia contemporánea de Chile II: Actores, identidad y movimiento*. Santiago: LOM, 2014, p. 27.

⁵² NAZER AHUMADA, Ricardo. Op. cit.

chileno. Um duplo golpe de sorte para Edwards Ossandón. Ele não só deixava de pagar impostos para exportação do cobre como teria seu negócio de fundição impulsionado.⁵³

Nesse período, Edwards aprimorou seu modelo de “habilitador mineiro”. Com o tempo, passou a exigir que fossem firmadas promissórias como garantia para os empréstimos. Esse instrumento financeiro, então pouco usual, lhe permitiu expropriar legalmente as posses dos mineiros inadimplentes, o que na prática lhe garantia enormes lucros ao se apropriar dos direitos de exploração das minas em caso de não pagamento das dívidas. Agustín era implacável com os que não cumpriam seus compromissos; nos arquivos judiciais de Copiapó, Valparaíso e Santiago, como informa Nazer Ahumada, há centenas dessas ações de cobranças que foram executadas, de pequenas a grandes montas. Em pouco mais de uma década, Agustín Edwards Ossandón se tornou o mais importante capitalista da região mineira de Copiapó e um dos homens mais ricos do país.⁵⁴

Em um país onde ainda não existiam bancos, os sistemas de financiamentos como o de Edwards, uma espécie de agiotagem da exploração mineral, tornavam-se mecanismos fundamentais para garantir a exploração das minas. Em pouco tempo, os negócios de Agustín se tornaram, na prática, um tipo de instituição financeira, embora somente em 1867 se constituísse oficialmente a *Casa Edwards y Compañía*, firma que depois se tornaria o *Banco de A. Edwards*. Agustín Edwards também investiu no ramo dos seguros, dando origem a maior seguradora do país, a *Compañía de Seguros La Chilena Consolidada*. Expandiu seus negócios, ademais, para o setor de infraestrutura e transportes. Em 1850, Agustín fundou a *Compañía del Ferrocarril de Copiapó*, em sociedade com o norte-americano William Wheelwright, visando à construção de um trem entre Copiapó e o porto de Caldera, onde existiam fundições e o minério era exportado para a Europa, os Estados Unidos e a Ásia. Dez anos mais tarde, Agustín foi um dos financiadores da ferrovia entre Santiago e Valparaíso, já então o principal porto do país. A infraestrutura de transporte não era um problema menor para os grandes capitalistas, já que o tempo e custo de traslado encareciam consideravelmente a produção.⁵⁵

A especulação foi outra forma de rápido enriquecimento para Edwards. Em 1871, por exemplo, Agustín amealhou grande fortuna especulando com o preço do cobre no mercado internacional. Em uma jogada bem calculada, quando o preço estava em baixa, comprou todo

⁵³ MÉNDEZ, Luz María. *La exportación minera en Chile, 1800-1840: un estudio de historia económica y social en la transición de la Colonia a la República*. Santiago, Editorial Universitaria, 2004.

⁵⁴ NAZER AHUMADA, Ricardo. Op. cit.

⁵⁵ ILLANES, María Angélica. *La dominación silenciosa: productores y prestamistas en la Minería de Atacama*. Chile, 1830-1860. Santiago, Blas Caña, 1992.

o cobre disponível no Chile e ordenou que representantes comerciais pelo mundo estocassem o metal de sua propriedade e não o vendessem sob nenhuma condição. Em um ano, a manobra de Edwards contribuiu para que o preço internacional do cobre subisse 60%, quando ele então vendeu todo seu estoque, faturando uma grande fortuna.⁵⁶

Agustín Edwards Ossandón morreu aos 62 anos, em 2 de janeiro de 1878. Era casado com Juana Ross, sua sobrinha por parte da mãe, e filha do cônsul David Ross Gillespie, membro da tradicional família dos Ross. A historiadora chilena Sofía Correa Sutil destaca como os negócios e matrimônios comuns entre as mais importantes famílias foi aspecto importante para a consolidação do poder da elite do país:

Es muy sabido que la elite tradicional chilena se consolidó en el siglo XIX estrechándose en un tupido tejido de negocios comunes y alianzas matrimoniales que reunía a terratenientes y comerciantes de origen colonial por una parte, con banqueros e mineros enriquecidos durante las primeras décadas republicanas, descendientes muchos de ellos inmigrantes.⁵⁷

À época de sua morte, a fortuna de Edwards Ossandón equivalia a cerca de 5% do PIB chileno, cuja maior parte foi deixada para o primogênito da família, Agustín Edwards Ross, que catapultaria a milionária família da província aos mais altos círculos do poder político e social do país. Com forte ambição política ao longo de sua vida, Edwards Ross se deu conta de que o mundo da política não só servia para articular os interesses econômicos de sua família. Ele viu na política uma fonte duradoura de prestígio social, passando a atuar também no ramo da imprensa.⁵⁸

Edwards Ross, desde cedo, ambicionou ocupar um papel de primeiro plano na política chilena, chegando a mirar a presidência da República. Foi deputado pelo Partido Nacional⁵⁹, exercendo a função por quatro mandatos entre 1876 e 1888. Teve participação crucial no desenrolar da Guerra do Pacífico⁶⁰ e, no governo de José Manuel Balmaceda, ocupou a cadeira de ministro da Fazenda, deixando o posto em pouco tempo, após a recusa do presidente em apoiar o projeto de privatização das minas de Salitre. A exploração do salitre

⁵⁶ NAZER AHUMADA, Ricardo. Op. cit.

⁵⁷ CORREA, SUTIL. Sofía. *Con las riendas del poder*. La derecha chilena en el siglo XX. Santiago: Debolsillo, 2011, p. 30.

⁵⁸ NAZER AHUMADA, Ricardo. Op. cit.

⁵⁹ Não confundir com o Partido Nacional (PN) surgido na década de 1960. O Partido Nacional, também chamado de monttvarista, foi fundado, em 1857, pelo presidente Manuel Montt como uma versão mais laica do conservadorismo chileno e existiu até 1933.

⁶⁰ Sobre as relações dos Edwards com a Guerra do Pacífico e a importância de *El Mercurio* para o conflito ver Flavia Schettino Marques. *A Guerra do Pacífico, o Combate Naval de Iquique e a construção do nacionalismo chileno nas páginas do jornal El Mercurio de Valparaíso (1879-1884)*. Dissertação (Mestrado em História) — Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

foi uma atividade econômica que os Edwards passaram a explorar pouco antes da morte de Agustín Edwards Ossandón.

O início dos negócios dos Agustín Edwards no ramo da imprensa foi facilitado pelas atividades de empréstimos financeiros que há décadas enriqueciam a família. Recaredo Santos Tornero, dono de *El Mercurio de Valparaíso*, imerso em dívidas contraídas com o pai de Agustín Edwards Ross, foi praticamente forçado a vender o diário ao seu principal credor, transação que se concretizou em meados da década de 1870. Com essa aquisição, nos anos seguintes, Edwards Ross esteve a cargo da administração de *El Mercurio de Valparaíso*, diário de grande influência e que rivalizava em importância com o jornal *El Ferrocarril* de Santiago:

El único de esos periódicos que había podido subsistir sin la subvención gubernativa era El Mercurio de Valparaíso, que tenía gran circulación en toda la costa de Pacífico, con muchos avisos y que era, además, entonces el más noticioso y el mejor de todos los órganos de la prensa chilena.⁶¹

Como banqueiro e dono de minas, Edwards Ross não tinha experiência no campo jornalístico. Assim, em vez de criar novos jornais, optou por comprar diários já existentes. Paralelamente à administração do recém-adquirido *El Mercurio de Valparaíso*, comprou em 1882 o diário *La Época*, que havia sido fundado no ano anterior por Guillermo Puelma, membro do Partido Radical e velho amigo da família Edwards. Nesse jornal, escreveram nomes que depois se tornariam escritores consagrados, como o poeta nicaraguense Rubén Dário e o cubano José Martí. Sua última edição saiu às ruas em 28 de janeiro de 1892, pouco depois de cumprir dez anos de existência.⁶²

Edwards Ross também exerceu destacado papel em associações de classe. A partir da década de 1880, as associações operárias intensificaram a exigência por direitos sociais e trabalhistas. Multiplicavam-se as vozes que pediam um maior papel regulatório do Estado para frear a ambição dos grandes capitalistas. As greves e protestos passaram a ocorrer em praticamente todos os setores econômicos. Em 1888, aconteceram 26 protestos e greves, incluindo a dos tipógrafos de *El Mercurio de Valparaíso*. Para dar resposta a essa crescente mobilização social, os empresários criaram em 1883 uma entidade cujo primeiro presidente foi o próprio Agustín Edwards Ross: a Sociedade de Fomento Fabril (SOFOFA). Entidade que teria, quase um século depois, destacado papel na oposição a Allende.

⁶¹ BARROS ARANA, Diego. *Un decênio de la historia de Chile: 1841-1851*. Santiago: PUC, 2003, p. 174.

⁶² SILVA CASTRO, Raúl. *El Mercurio de Santiago: 1900-1960*. Santiago, Editorial Lord Cochrane, 1960.

A importância de Edwards Ross ficou em evidência quando José Manuel Balmaceda, eleito presidente em 1886, o nomeou ministro da Fazenda. Edwards Ross havia apoiado o candidato rival de Balmaceda, José Francisco Vergara. Apesar disso, como Balmaceda necessitava de apoio político entre os monttvaristas⁶³, acabou nomeando políticos adversários para seu gabinete, com a intenção de formar uma espécie de governo de coalizão. Entretanto, a insólita aliança entre Edwards e Balmaceda durou pouco; em 1888, após um período de crise política, o presidente removeu os monttvaristas do gabinete para formar um governo exclusivamente composto pela Aliança Liberal. No mesmo ano, Edwards Ross foi eleito senador por Valparaíso.⁶⁴

Quando estalou a Guerra Civil⁶⁵ em 1891, o governo interveio no *Banco de A. Edwards*, como consta no decreto oficial: “teniendo presente que don Agustín Edwards es jefe reconocido de la revolución y que ha contribuido y contribuye con sus recursos a fomentarla y sostenerla”.⁶⁶ Edwards havia sido um dos 19 senadores, em um total de 30, que em 1º de fevereiro de 1891 firmou o ato de deposição de Balmaceda. Nesse conflito, que colocou em confronto os poderes executivo e legislativo, a Armada — como é conhecida a Marinha chilena — partidária dos congressistas, ocupou a cidade de Iquique, onde foi instalado um governo paralelo, encabeçado pelo capitão da Marinha Jorge Montt. Em março de 1891, ocorreram os primeiros enfrentamentos armados entre os opositores e as forças leais ao presidente — principalmente pertencentes ao Exército. A Guerra Civil de 1891 foi, sobretudo, um conflito entre “frações oligárquica” que lutavam por “hegemonizar o controle de Estado”.⁶⁷

Iniciada a Guerra, Edwards Ross passou à clandestinidade, refugiando-se em distintos locais do país. Em maio de 1891, os administradores do *Banco de A. Edwards* foram presos e o governo cancelou o privilégio dos bancos de emitirem dinheiro, com o propósito de tentar estrangular o financiamento dos setores opositores. Em julho, a família de Edwards deixou o Chile, após um salvo conduto ser expedido pelo próprio Balmaceda. Agustín Edwards Ross

⁶³ Grupo político dos partidários do ex-presidente Manuel Montt, que governou o Chile entre 1851 e 1861.

⁶⁴ SILVA CASTRO, Raúl. Op. cit.

⁶⁵ Durante o governo do presidente José Manuel Balmaceda (1886-1891), intensificaram-se os conflitos entre o Executivo e o Parlamento, principalmente em torno de leis que versavam sobre gastos públicos e da forma de controle das divisas advindas da exploração do salitre. Disputas que refletiam os conflitos entre setores oligárquicos e o papel do Estado na economia nacional. Em 11 de fevereiro de 1891, o presidente decretou o fechamento do Congresso, desencadeando o conflito que custou a vida de mais de 4 mil chilenos ao longo de seis meses de duração. Os congressistas tiveram apoio da Marinha e de alguns oficiais do Exército. Por outro lado, a grande parte do Exército se manteve leal a Balmaceda.

⁶⁶ Apud HERRERO, Victor. *Agustín Edwards: una biografía desclasificada del dueño de El Mercurio*. Santiago: Debate, 2015, p. 80.

⁶⁷ PINTO VALLEJOS, Julio; SALAZAR, Gabriel. *Historia contemporánea de Chile I: Estado, legitimidade, ciudadanía*. Santiago: LOM, 2014, p. 38.

comprometera-se a não interferir mais no conflito. Tal situação gerou um ruidoso descontentamento de aliados do presidente, que exigiam a prisão de Agustín. O sangrento conflito terminou em agosto de 1891, com a renúncia de Balmaceda, que, refugiado na embaixada da Argentina, cometeu suicídio três semanas depois.

Chama atenção a maneira pela qual *El Mercurio de Valparaíso* justificou a queda de Balmaceda, uma vez que, oitenta e dois anos depois, usaria um discurso bastante similar nos anos da UP para justificar o golpe. Em artigo intitulado “En presencia de la dictadura”, de 13 de dezembro de 1891, o jornal afirmava:

Como lo hemos dicho en más de una ocasión en el momento mismo en que salga de la ley el presidente dejará de ser autoridad constitucional y legítima y cesará el deber que tenemos los ciudadanos de tenerle obediencia. Desde ese momento, será lícito resistir hasta someterlo a la ley, y si no se somete, hasta despojarlo del poder que habrá usurpado.⁶⁸

De acordo com o historiador Luis Vitale, em suas análises das formas como *El Mercurio* fazia oposição a Balmaceda, o objetivo do jornal foi “crear la imagen de ‘ilegitimidad’ del gobierno, de un Presidente ‘dictador’, actuando al margen de la Constitución, para dar patente ‘legalidad’ al golpe de Estado, en nombre de ‘la libertad y las leyes’”.⁶⁹ Importante destacar que a Guerra Civil de 1891, a partir de interpretações sobre eventos e atores do conflito, será muitas vezes evocada para justificar e legitimar posições políticas tanto em *El Mercurio* como em *La Nación* durante o governo da UP. Período em que ambos periódicos destacaram tanto os temores de uma nova guerra civil quanto o perigo de divisão das Forças Armadas, tema que veremos mais adiante neste trabalho.

Terminada a Guerra Civil, Agustín Edwards Ross esteve por cinco meses à frente do ministério de Indústria e Obras Públicas. Morreu em de novembro de 1897, aos quarenta e cinco anos. Seu único filho, Agustín Edwards MacClure, seria o responsável por dar novo impulso aos negócios jornalísticos da família.

Por conseguinte, em 1900, época em que o centro econômico do Chile se deslocava para a capital, Edwards MacClure fundou a versão santiaguense de *El Mercurio*, diário que em pouco tempo superaria em importância e influência seu homônimo de Valparaíso.

⁶⁸ En presencia de la ditadura. *El Mercurio de Valparaíso*, 13 dez. 1891 *apud* VITALE, Luis. *Interpretación marxista de la historia de Chile*. Santiago, LOM, 2011, v. 2, p. 138.

⁶⁹ VITALE, Luis. *Op. cit.*, p. 138.

O êxito comercial conquistado por *El Mercurio* nas décadas seguintes passou a ser atribuído, em muitos trabalhos sobre a história da imprensa chilena, à clarividência de seu fundador. Ademais, principalmente a partir dos anos 1930, difundiu-se a ideia que, desde sua fundação, *El Mercurio* estaria destinado a liderar e ser o principal ponto de inflexão do processo de modernização da imprensa chilena. O historiador Patricio Bernedo e o jornalista Eduardo Arriagada Cardini, professores de jornalismo da Universidade Católica do Chile, em estudo baseado no epistolário de MacClure, afirmam:

Al consultar los principales textos sobre la historia de la prensa chilena⁷⁰ se constata que la fundación de *El Mercurio de Santiago*, el 1° de junio de 1900, es considerada, sin excepción, como el gran hito modernizador tanto de la práctica profesional del periodismo como de la empresa periodística chilenas. Esta atribución se funda en la idea de que los periódicos del siglo XIX no habrían sido empresas, sino solo una aventura romántica a través de la cual no se pretendía ganar dinero y cuyo objetivo principal habría sido la defensa de una determinada posición ideológica. De esta manera, el periódico concebido como empresa aparecería recién con la creación de *El Mercurio* de la capital.⁷¹

Bernerdo e Arriaga, contudo, recordam que:

Sin embargo, a la luz de las evidencias que hemos encontrado en recientes estudios sobre el diario *El Ferrocarril de Santiago* — que circuló entre los años 1855 y 1912 —, queda claro que las afirmaciones anteriores no son del todo acertadas; ello en tanto *El Ferrocarril*, desde sus inicios, fue un periódico cuyo propietario, Juan Pablo Urzúa, lo concibió como un negocio que debía ser rentable; que tenía una estrategia muy bien definida para conseguir suscriptores y avisadores, y que también defendió y practicó — casi siempre — su independencia político-ideológica.⁷²

O historiador e jornalista Eduardo Santa Cruz, professor da Universidade do Chile, em recentes trabalhos que versam sobre a história da imprensa chilena nos séculos XIX e XX, reconhece o papel desempenhado por *El Ferrocarril de Santiago* como percussor na adoção de práticas relacionadas ao jornalismo liberal moderno, muito embora apresentando várias

⁷⁰ Os autores se referem aos textos: PELÁEZ Y TAPIA, José. *Un siglo de periodismo chileno: historia de El Mercurio*. Santiago, [s.n.], 1927. VALDEBENITO, Alfonso. *Historia del periodismo chileno 1812-1955*. Santiago, [s.n.], 1956; SILVA CASTRO, Raul. *Prensa y periodismo en Chile*. Santiago: Ediciones Universidad de Chile, 1958; SILVA CASTRO, Raúl. *El Mercurio de Santiago: 1900-1960* Santiago, Lord Cochrane, 1960; SANTA CRUZ, Eduardo. *Análisis histórico del periodismo chileno*. Santiago, Nuestra America, 1988. OSSANDÓN, Carlos; SANTA CRUZ, Eduardo. *Entre las alas y el plomo: la gestación de la prensa moderna en Chile*. Santiago, LOM, 2001.

⁷¹ BERNEDO, Patricio; ARRIAGADA, Eduardo. Los inicios de El Mercurio de Santiago en el epistolario de Agustín Edwards Mac Clure (1899-1905). *Historia (Santiago)*, Santiago, v. 35, p. 13-33, 2002. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-71942002003500003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 04 out. 2017.

⁷² Idem.

permanências das folhas “doutrinárias” do século XIX. Todavia, Santa Cruz destaca que o surgimento de *El Mercurio* representou um marco e uma mudança radical no mercado de imprensa da época. Equipado com máquinas modernas e com páginas enriquecidas de amplo noticiário nacional e internacional, *El Mercurio*, segundo Santa Cruz, constituiu-se como modelo e paradigma, um “hito que da comienzo al periodismo liberal moderno en Chile”, influenciando os moldes pelos quais os novos empreendimentos de imprensa seriam criados.⁷³

O próprio *La Nación*, no editorial de sua primeira edição, já indicava como era bastante forte no imaginário do início do século XX o papel modernizador de *El Mercurio* para a imprensa chilena:

Desde la fecha, a quince años de distancia, en que el lanzamiento de *El Mercurio* vino a romper todos los moldes del periodismo chileno, revolucionando hasta sus cimientos los procedimientos de la prensa nacional, el público se ha convertido en un intenso apreciador de la forma y métodos con que cada diario lo sirve. En estas condiciones, al dar a luz el primer número de *La Nación*, nada podemos decir de nuevo, sobre la materia, a nuestros lectores.⁷⁴

Bernedo e Arriaga apontam como *El Mercurio* optou, nos primeiros anos de existência, por ser um jornal vespertino, evitando enfrentar diretamente “al entonces todavía poderoso e influyente matutino *El Ferrocarril*”.⁷⁵ Somente dois anos após sua criação, a folha mercurial tornou-se matutino, ao mesmo tempo em que passou a publicar uma segunda edição vespertina, intitulada *Las Últimas Noticias de El Mercurio*. Ambas edições compartilhavam o mesmo diretor e a mesma equipe de redação. Esse funcionamento se modificou apenas em 1915, quando *Las Últimas Noticias* tornou-se um jornal independente, constituindo-se mais um da longa lista de diários de propriedade da empresa jornalística dos Edwards.⁷⁶

Apenas a partir do segundo semestre de 1904, *El Mercurio* começou sua longa jornada de sucesso comercial, logrando estabelecer sua proposta jornalística e empresarial. Isso leva Bernedo e Arriaga a concluir, contrariando a ideia da clarividência e infalibilidade histórica de Edwards, que:

A la luz de los antecedentes expuestos, se hace evidente la necesidad de introducirle algunos matices a la reiterada afirmación expuesta en la literatura sobre la historia de la prensa en Chile, acerca de la consolidación,

⁷³ SANTA CRUZ A., Eduardo. *Prensa y sociedad en Chile, Siglo XX*. Santiago: Universitaria, 2015, p. 24-25.

⁷⁴ *La Nación*, 14 jan. 1917 apud SANTA CRUZ A., Eduardo. Op. cit., p. 26.

⁷⁵ BERNEDO, Patricio; ARRIAGADA, Eduardo. Op. cit.

⁷⁶ SANTA CRUZ A., Eduardo. Op. cit., p. 26.

prácticamente automática, que habría caracterizado al proyecto de El Mercurio de Santiago, desde el instante mismo de su fundación. Quizá el más importante de ellos tenga relación con un punto capital: aun cuando muchas de las propuestas que Edwards aplicó en su diario puedan entenderse como modernas dentro del contexto del desarrollo de los periódicos chilenos de comienzos del siglo XX, pensamos que es preciso entenderlas desde una lógica histórica, es decir, como parte de un proceso que en el tiempo se fue desarrollando de manera irregular, con aciertos y desaciertos, con avances (como gran parte del año 1901 y del año 1904) y con retrocesos (como gran parte de los años 1902 y 1903); con desafíos que fueron surgiendo y que fue necesario ir enfrentando y superando.⁷⁷

Nos anos seguintes à fundação da folha mercurial em Santiago, Edwards MacClure criou, entre outras publicações, o diário *Las Últimas Noticias* — edição vespertina de *El Mercurio*; a revista *Zig-zag*; *El Mercurio de Antofagasta*; a revista infantil *El Peneca*; a revista de arte *Selecta*; a revista *Família*, dedicada ao público feminino.⁷⁸

Ao mesmo tempo em que se dedicava a criar novos periódicos, MacClure, assim como o pai, manifestou desde cedo grande ambição política. Foi eleito deputado em 1900 por Quillota y Limache, local em que a família possuía várias fazendas. Ademais, entre outros cargos políticos que ocuparia durante sua vida, foi ministro, em diferentes governos, de Relações Exteriores, do Interior e da Fazenda.⁷⁹

A tradição de participação direta na política, ocupando cargos públicos, seria quebrada pelo filho primogênito de MacClure. Agustín Edwards Budge, nascido em agosto de 1899, não se filiou a nenhum partido político e nem chegou a ocupar cargos no governo. Sua vida foi dedicada aos negócios da família e à direção de *El Mercurio*. Sob seu comando, fez-se um giro dos negócios da família ao setor industrial entre as décadas de 1920 e 1940, usando como método principalmente a compra de ações de companhias já estabelecidas. Assim, os Edwards passaram a controlar a Compañía Cervecerías Unidas (CCU), Compañía de Gas de Valparaíso, Compañía de Refinería de Azúcar de Viña del Mar, Cía. de Acero del Pacífico e Cía. Industrial e diversas outras empresas.⁸⁰

Budge morreu em setembro de 1956, deixando como principal herdeiro seu filho mais velho e personagem que seria crucial para a oposição à UP: Agustín Edwards Eastman, que nessa altura já ocupava cargos diretivos nos negócios da família, além de trabalhar na redação do jornal *El Mercurio*.

⁷⁷ BERNEDO PINTO, Patricio; ARRIAGADA CARDINI, Eduardo. Op. cit.

⁷⁸ SANTA CRUZ A., Eduardo. Op. cit., p. 24.

⁷⁹ HERRERO, Victor. Op. cit., p. 96-98.

⁸⁰ Ibidem, p. 121.

Nascido em Paris, em 24 de novembro de 1927, durante o autoexílio de sua família após a chegada do general Ibañez ao poder, Eastman foi o primeiro patriarca dos Agustín Edwards a não ter vindo à luz no Chile. Em 1935, mudou-se com a família para Londres, onde foi educado em um dos melhores colégios ingleses. Agustín Edwards Eastman falava espanhol com sotaque inglês, que o acompanhou por toda a vida. Somente aos dez anos de idade, em 1937, fixou residência no Chile. Contudo, nos anos seguintes passaria longos períodos no exterior. A vinculação com o estrangeiro foi uma característica marcante de sua vida.⁸¹

O regresso da família ao Chile ocorreu em um momento de grande tensão para a elite do país, atemorizada com a vitória da Frente Popular nas eleições de 1938. A campanha eleitoral daquele ano causou uma crise editorial em *El Mercurio*. A redação do jornal se ressentiu da ordem dada por Edwards Budge de respaldar a versão oficial do governo Alessandri sobre o episódio que ficou conhecido como “massacre do Seguro Obrero”⁸². Os jornalistas também se queixaram que, nos primeiros dias da vitória do radical Aguirre Cerda, lhes foi ordenado dar ampla cobertura às denúncias oficialistas de que o liberal Gustavo Ross havia sido vítima de fraude eleitoral.⁸³

Edwards Eastman, que iniciara os estudos de direito na Universidade do Chile, acabou largando o curso para estudar nos EUA. Em junho de 1947, matriculou-se no Instituto de Assuntos Públicos e Internacionais da Universidade de Princeton, tradicional instituição norte-americana, com fama de ser socialmente conservadora, e parte das universidades de elite da costa Oeste, conhecidas como “Ivy League”.⁸⁴

No seu trabalho de conclusão de curso, Agustín expressou vários dos valores que orientavam sua família e que o acompanharam por toda a vida. Na obra, escrita em inglês e intitulada *Anarchy and Autocracy: Chile 1817 to 1831*, o jovem Edwards dissertou sobre o período de 1817 a 1831 da história chilena, momento em que se consolidara a independência do país e iniciou-se a organização do Estado nacional. Como observa seu biógrafo, Victor Herrero, este foi o texto mais extenso e de maior profundidade analítica já escrito pelo dono

⁸¹ HERRERO, Victor. Op. cit., p. 132.

⁸² Em 5 de setembro de 1938, durante o governo de Arturo Alessandri, após uma malograda tentativa de golpe de Estado pelo Movimento Nacional Socialista do Chile (MNSCH) e a morte de um carabineiro, foi ordenada a invasão do local em que os nazistas haviam se refugiado: o edifício da *Caja del Seguro Obrero*, que fica em frente a *La Moneda*. Como resultado, 59 jovens integrantes do movimento, após terem se rendido, foram sumariamente executados pelas forças policiais por uma ordem dada diretamente pelo presidente. A versão inicial do governo afirmava que haviam morrido em combate, algo que não era verídico. MOULIAN, Tomás. *Fracturas. De Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973)*. Santiago: LOM, 2006, p. 50-51.

⁸³ HERRERO, Victor. Op. cit., p. 141-143.

⁸⁴ Idem.

de *El Mercurio*. De acordo com Herrero, o texto não primava pela originalidade, tampouco trazia qualquer grande novidade sobre a época estudada. Todavia, era uma boa síntese das ideias conservadoras compartilhadas por grande parte da elite chilena e, sobretudo, pela família do autor. No seu texto, Edwards indicava a necessidade de uma ordem central forte e alertava para os “perigos da liberdade descontrolada” e proclamava a necessidade de “avanços lentos” em vez de “uma revolução violenta”. Nessa época, o jovem Agustín já expressava desprezo pelos setores populares e colocava nas mãos das elites a responsabilidade pelo desenvolvimento e prosperidade nacional:

La independencia fue ganada por los terratenientes criollos y los empresarios, el proletariado ignorante dejó llevarse por sus amos y peleaba por los patriotas o los realistas, dependiendo de dónde estaban las simpatías de sus amos [...] La nación ya existía como un ideal y un sentimiento en la mente de las personas, y estaba representada por un grupo pequeño, un núcleo políticamente consciente, que era la oligarquía.⁸⁵

O momento de formatura de Agustín em Princeton coincidiu com o momento em que sua família estreitava laços comerciais com os Estados Unidos, girando seu centro de lealdades comerciais e políticas de Londres a Washington, dinâmica que vinha ocorrendo desde a primeira década do século XX. Nos anos seguintes, os Edwards estabeleceriam negócios e sociedades com alguns dos principais grupos empresariais norte-americanos, como as famílias Guggenheim, J. P. Morgan e Rockefeller.

Em 1943, no contexto da Segunda Guerra Mundial, por iniciativa de Washington, que procurava aumentar sua influência em diversas esferas das relações sócio-políticas na América Latina, foi criada a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). *El Mercurio* foi um dos primeiros filiados à nova entidade, que reunia os donos e a cúpula dirigente dos principais jornais das Américas. A partir da rede de contatos estabelecidas na SIP, Agustín Edwards desenvolveu importantes relações empresariais e políticas. Logo após sua fundação, a SIP passou a ter sede permanente nos EUA e se converteu em importante espaço para influenciar a opinião pública latino-americana, em especial na articulação de campanhas anticomunistas e em defesa da liberdade de imprensa como expressão de um dos maiores valores da democracia liberal. Como mostra de sua importância política, Agustín Edwards presidiu a entidade no fim da década de 1960.⁸⁶

⁸⁵ EDWARDS EASTMAN, Agustín. *Anarchy and Autocracy. Chile 1817 to 1831*. Princeton University, 1949 *apud* HERRERO, Victor. Op. cit., p. 146.

⁸⁶ GARGUREVICH, Juan. *A golpe de titular: CIA y periodismo en América Latina*. Lima: Editorial Causachun, 1982.

No pós-Guerra, além da intensificação das relações empresariais, outro aspecto aproximou os Edwards aos EUA: o férreo anticomunismo. No cenário da incipiente Guerra Fria, os Edwards rapidamente se alinharam aos EUA contra o bloco comunista. Desse modo, durante o ano de 1948, *El Mercurio* iniciou uma forte campanha anticomunista em suas páginas editoriais. Quando o governo de Gabriel González Videla promulgou a Lei da Defesa Permanente da Democracia, *El Mercurio* foi um dos maiores entusiastas da medida que baniu o Partido Comunista da vida política legal do país.⁸⁷

Não é de se espantar, portanto, que Agustín Edwards, em 1964, tenha sido um dos principais articuladores da candidatura que derrotou a terceira tentativa frustrada de Allende chegar a *La Moneda*. Articulação que ocorreu em estreita relação com o governo dos EUA e da CIA. Chefe dos negócios da família desde a morte de seu pai, em 1956, Agustín não só colocou seus veículos de imprensa à disposição da campanha do democrata-cristão Eduardo Frei Montalva como atuou para arrecadar dinheiro no exterior e organizar a classe empresarial contra a candidatura da *Frente de Acción Popular (FRAP)*⁸⁸. O apoio da direita chilena a Eduardo Frei teve um caráter, sobretudo, tático. Em uma conjuntura em que se avaliava que uma disputa tripartite, como aconteceria em 1970, acabaria por permitir que o candidato socialista tivesse chances de êxito, a direita optou por um “mal menor”, apoiando os democrata-cristãos. Documentos do governo norte-americano mostram como Washington colocou em marcha um enorme apoio financeiro e operacional para a eleição de Frei Montalva.⁸⁹

Ademais, essa campanha foi caracterizada por um forte anticomunismo, realizada por inúmeros meios de comunicação, com uma profusão de cartazes, panfletos, mensagens de rádio, pinturas em muros, malas diretas. A CIA organizou e financiou uma equipe que produzia diariamente 12 spots de rádio, veiculados em Santiago e em 44 emissoras regionais, e três mil cartazes destinados aos muros do país. Uma campanha de tal monta e virulência que a própria Comissão do Senado norte-americano que investigou as ações encobertas da CIA no Chile usou um duro tom em seu relatório final:

Foi uma "campanha do medo", que se utilizou fortemente de imagens de tanques soviéticos e pelotões de fuzilamento cubanos e estava dirigida

⁸⁷ HERRERO, Victor. Op. cit., p. 159.

⁸⁸ A FRAP foi uma coalizão de partidos da esquerda chilena surgida em 1956 e que teve Allende como candidato à presidência em 1958 e 1964. Em 1958, Allende foi derrotado por Jorge Alessandri Rodríguez do PN por uma pequena diferença de pouco mais de 33 mil votos. Em 1964, o socialista foi superado pelo democrata-cristão Eduardo Frei Montalva, que conquistou 56% dos votos contra 38.9% de Allende.

⁸⁹ HERRERO., Victor. Op. cit., p. 236-237.

especialmente às mulheres. Centenas de milhares de cópias de uma carta pastoral anticomunista do Papa Pio XI foram distribuídas por organizações democrata-cristãs. Essa missiva continha os dizeres "impressa privadamente por cidadãos sem filiação política" a fim de divulgar mais amplamente seu conteúdo. Também foram utilizadas "desinformação" e "propaganda falsa" em materiais que pretendiam ser originários de outras fontes, como o Partido Comunista Chileno. [...] A CIA considera essa campanha anticomunista como a atividade mais efetiva realizada pelos EUA em favor do candidato democrata-cristão.⁹⁰

Marcelo Casals Araya agrega que a tradição anticomunista no Chile, arraigada em significativos setores políticos e sociais, favoreceu essa campanha:

La “campaña del terror” de aquel año, en otras palabras, no podría haberse instalado y propagado en la opinión pública local en la manera en que lo hizo sin la existencia previa tanto de actores interesados en difundir ese tipo de ideas (periódicos, revistas, intelectuales, partidos políticos, organizaciones sociales, dependencias estatales, etc.) como de la relativa legitimidad, a nivel de percepciones compartidas e imaginarios sociales, que tenían las críticas y la aversión generalizada hacia lo que genéricamente se identificaba como “comunismo”.⁹¹

Não foi nada incômodo para os redatores e editorialistas de *El Mercurio* participarem dessa campanha, uma vez que, em geral, eram indivíduos com passado de militância de direita ou mesmo de extrema-direita, como era o caso do diretor de *El Mercurio*, René Silva Espejo⁹², e de orientação fortemente anticomunista. Em suas memórias, um dos mais

⁹⁰ *Covert Action in Chile, 1963-1973*. Staff report of the select committee to study governmental operations with respect to intelligence activities. Washington, U. S. Government Printing Office, 1975, p. 15-16, tradução nossa. “It was a ‘scare campaign,’ which relied heavily on images of Soviet tanks and Cuban firing squads and was directed especially to women. Hundreds of thousands of copies of the anti-communist pastoral letter of Pope Pius XI were distributed by Christian Democratic organizations. They carried the designation, ‘printed privately by citizens without political affiliation, in order more broadly to disseminate its content.’ ‘Disinformation’ and ‘black propaganda’ - material which purported to originate from another source, such as the Chilean Communist Party - were used as well. [...] The CIA regards the anti-communist scare campaign as the most effective activity undertaken by the U.S. on behalf of the Christian Democratic candidate.”

⁹¹ CASALS ARAYA, Marcelo. *La creación de la amenaza roja. Del surgimiento del anticomunismo en Chile a la «campaña del terror» de 1964*. Santiago: LOM, 2016, p. 20.

⁹² René Silva Espejo foi diretor de *El Mercurio* de 1963 até 1978. Antes havia sido redator e subdiretor do diário. Era bastante prestigiado no meio jornalístico e concentrava grande poder interno no jornal. Em 1956, recebeu o prêmio Mergenthaler da Sociedade Interamericana de Imprensa; no ano seguinte, o Maria Moors Cabot oferecido pela Universidade de Columbia e o *Premio Nacional de Periodismo*. Antes de seguir a carreira no jornalismo fora professor de espanhol e filosofia, ingressando em *El Mercurio* no ano de 1946 como redator de editoriais. Nos anos 1930, Silva Espejo participou do Movimento Nacional Socialista chileno (MNS). Por essa época, Silva Espejo, que era editor do jornal *El Debate*, de forte conteúdo germanófilo, junto de Fernando Ortúzar Vial, chefe das tropas nazistas de assalto do movimento, tentaram tomar a direção do MNS, então liderada por Jorge González von Marées. O intento malogrou e ambos foram expulsos. CORVALAN MARQUEZ, Luis. *Identidad, ideología y política en el Movimiento Nacional Socialista de Chile, 1932-1938*. *Izquierdas* (Santiago), Santiago, n. 25, p. 76-119, out. 2015.

destacados jornalistas de *El Mercurio*, Hermógenes Pérez de Arce⁹³ — que trabalhou como redator no jornal entre 1962 e 2008 — ao comentar sobre um editorial que escrevera sobre a Guerra do Vietnã, afirmou que recorrentemente orientava suas análises de conjuntura internacional por uma clara base anticomunista:

En mis crónicas rara vez perdía la oportunidad de echarles la culpa de todo a los vietnamitas del Norte, a los rusos y a los chinos que los apoyaban. Pues como el resto del mundo, siguiendo su costumbre, tenía el cerebro lavado, culpaba a los Estados Unidos de la guerra de Vietnam, en circunstancias en que ella se había originado precisa y concretamente debido a la invasión por parte de los comunistas de Vietnam del Norte del territorio de Vietnam del Sur, cuyo gobernante era bastante más democrático que el de aquel y, por añadidura, católico. Por eso los sudvietnamistas gozaban de todas mis simpatías.⁹⁴

Por essa época, *El Mercurio* havia desenvolvido uma autoimagem que de alguma forma influenciava o fazer jornalístico do periódico. Essa autoimagem baseava-se em sua decisiva importância para a política chilena e na ideia de que o diário tinha uma missão institucional que estava acima dos interesses de seus proprietários. Sobre isso, um dos principais editorialistas de *El Mercurio* afirmou em um ensaio sobre a história do jornal:

Hasta 1924, del diario podría murmurarse que estaba alabando la carrera política de su propietario. Después, sus herederos — Agustín Edwards Ross, primero, y Agustín Edwards Eastman, ahora — no han tenido aspiraciones políticas ni ostensibles ni secretas, salvo una inspiración general que podría formularse así: el diario es una institución cultural permanente, que está siempre al servicio de las grandes causas nacionales.⁹⁵

Embora o interesse de Agustín não fosse diretamente por ocupar cargos públicos, sempre teve algum tipo de atuação na política chilena, sendo fundamental para as articulações dos interesses capitalistas de diferentes setores das elites, com uma aberta postura de combate ao comunismo, e mesmo das posições democrata-cristãs, consideradas por ele como demasiadamente estatistas. Dessa forma, as direitas chilenas tiveram em *El Mercurio* um eficiente porta-voz de suas posições, como afirma Correa Sutil:

Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-50492015000400004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 20 out. 2017.

⁹³ Hermógenes Pérez de Arce é jornalista, economista e advogado, nasceu em 10 de janeiro de 1936, em Santiago. Foi eleito deputado nacional pelo PN nas eleições legislativas de 1973. Ademais, paralelamente a seu ofício em *El Mercurio*, foi editor do jornal *La Segunda* durante a ditadura de Pinochet.

⁹⁴ PÉREZ DE ARCE, Hermógenes. *Autobiografía Desautorizada*. Santiago: El Roble, 2015, p. 119.

⁹⁵ SILVA CASTRO, Raúl. *Estampas y ensayos*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1968, p. 140.

Los partidos políticos no fueron los únicos portavoces de la derecha chilena, pues la explicitación de intereses comunes a largo plazo junto a una visión de mundo compartida por el conjunto de la elite dirigente, que veíamos reflejada en las asociaciones empresariales, fue expresada con la mayor nitidez y lucidez por el diario El Mercurio.⁹⁶

Agustín Edwards Eastman estabeleceu uma ampla rede pessoal de contatos a partir dos seus negócios com grandes grupos empresariais norte-americanos. Um de seus principais amigos era Donald Kendall, presidente da PepsiCo. No autoexílio de Agustín nos EUA, após a chegada de Allende ao poder, sua relação com Kendall foi decisiva para que ele fosse nomeado vice-presidente internacional da Pepsi-Cola. Contudo, a mais importante relação que estabeleceu foi com um dos banqueiros mais influentes do mundo: David Rockefeller. O banqueiro se tornaria não apenas seu amigo pessoal, mas parceiro de importantes negócios em terras chilenas e abriria as portas para que Agustín se aproximasse dos homens mais poderosos de Washington.⁹⁷

O principal veículo empresarial dos Rockefeller na América Latina era a *International Basic Economy Corporation (IBEC)*. Empresa com foco de atuação no setor financeiro, mas que teve importantes operações agrícolas e industriais em diversos países da América Latina, como o Chile, o Brasil e a Venezuela. Os interesses da família Rockefeller também abarcaram de forma indireta a mineração chilena: o banco *First Nacional City* era o principal agente financeiro das grandes mineradoras norte-americanas que operavam no Chile, como a Anaconda Mining, Kennecott Copper e Anglo Latauro, que foram nacionalizadas durante o governo da UP.

No Começo dos anos 1960, os Rockefeller criaram a *IBEC Chilena S. A.*, cujo sócio no Chile era justamente Agustín Edwards, que detinha 20% das ações da empresa e foi nomeado seu presidente. Em pouco tempo, a IBEC passou a ter investimentos em mais de uma dezena de empresas. Em alguma delas, o próprio Edwards tinha importante participação, como a *Compañía Cerveceras Unidas (CCU)*, maior fabricante de bebidas do país, e a *Compañía Industrial*. Por meio da IBEC, David Rockefeller instalou no Chile, em 1967, a Ralston Purina, maior fabricante de comida animal do mundo e importante produtor de carne de frango. Rockefeller havia sido um grande promotor da Aliança para o Progresso, e contribuíra financeiramente para o apoio clandestino que o governo norte-americano dera ao candidato democrata-cristão na eleição de 1964. A IBEC Chilena, desse modo, tornou-se um espaço de

⁹⁶ CORREA SUTIL, Sofia. Op. cit., p. 60-61.

⁹⁷ HERRERO, Victor. Op. cit., p. 222-223.

confluência de interesses empresariais e políticos de setores da elite chilena, em estreita relação com os EUA. Agustín Edwards e sua extensa rede de contatos foram fundamentais para o sucesso dos negócios dos Rockefeller no Chile.⁹⁸

Ao mesmo tempo em que estabelecia negócios com Rockefeller, Agustín Edwards aproximou-se e passou a promover as ideias neoliberais da Escola de Economia da Universidade de Chicago. Com essa intenção, suas empresas patrocinaram a criação do Centro de Estudos Socioeconômicos (Cesec), considerado por muitos o primeiro *think tank* chileno. O Cesec foi formado por economistas que, a partir de um convênio firmado entre a Universidade Católica e a Universidade de Chicago, haviam realizado estudos de pós-graduação na Faculdade de Economia da universidade norte-americana. Seria a origem do grupo de economistas que mais tarde ficariam conhecidos como *Chicago Boys*.

Como comenta a historiadora Sofia Correa Sutil, uma característica peculiar da ditadura chilena foi uma curiosa interdependência entre o autoritarismo político fortemente repressivo e um projeto de profundas transformações econômicas e sociais de agressivo viés neoliberal. Esse projeto foi encarnado pelos *Chicago Boys*, coeso grupo de economistas monetaristas, que impulsionaram um conjunto de medidas para deter a inflação galopante e logo se transformaram na própria equipe econômica do governo ditatorial. Para a difusão das ideias neoliberais no Chile e a formação desse grupo de economistas, a autora destaca a importância crucial do convênio entre a Universidade de Chicago e a Universidade Católica e o papel de *El Mercurio*, tanto no apoio institucional ao Cesec quanto na difusão das ideias neoliberais em suas páginas.⁹⁹

Um desses economistas, Adelio Pipino, recorda o papel de Edwards na fundação do Cesec:

En el año de 1964, un empresario visionario, Agustín Edwards, se acerca a los economistas Sergio de Castro, Pablo Baraona, Manuel Cruzar, Javier Fuenzalida y Sergio Undurraga sugiriendo la idea de que hay que hacer algo frente al socialismo demócratacristiano. Hay que defender los principios de la empresa privada y de la economía de mercado. Así se creó el Cesec, apoyado financieramente por El Mercurio.¹⁰⁰

Agustín Edwards e *El Mercurio* já haviam dado grande apoio à chamada missão *Klein-Saks*, formada por um grupo de economistas norte-americanos que nos anos 50

⁹⁸ HERRERO, Victor. Op. cit., p. 222-223.

⁹⁹ CORREA SUTIL, Sofia. Algunos antecedentes históricos del proyecto neoliberal en Chile (1955-1958). *Opciones*, Santiago, n. 6, mai./ago. 1985.

¹⁰⁰ SOTO GAMBOA, Ángel. *El Mercurio y la difusión del pensamiento político económico liberal, 1955-1970*. Santiago, Libertad, 1995, p. 36.

assessorou o governo de Ibáñez del Campo, resultando em algumas medidas neoliberais que visaram o controle da inflação.¹⁰¹ Por conseguinte, o estreitamento das relações entre a Universidade de Chicago e os economistas chilenos despertou grande entusiasmo em Agustín. Essas ideias cabiam perfeitamente no pensamento empresarial e econômico que a família dos Edwards adotara nos últimos cem anos. A mínima intervenção do Estado, leis que favoreciam a iniciativa privada, normas trabalhistas mais flexíveis, favorecimento ao comércio exterior, tudo lembrava o ambiente do *laissez-faire* de fins do século XIX, período em que a família fez sua fortuna com um colossal acúmulo de capitais.¹⁰²

Além de Edwards, outros influentes grupos de empresários, como Jorge Ross Ossa e Carlos Urenda Zegers, acionistas do Banco de Chile, se propuseram a financiar as atividades da Faculdade de Economia da Universidade Católica. Também nas Forças Armadas as ideias neoliberais tiveram seus difusores. Hernan Cubillos — ex-capitão da Marinha e funcionário de *El Mercurio* e o capitão da Marinha Roberto Kelly, também funcionário do jornal e amigo de Edwards, fizeram uma intensa propaganda das ideias neoliberais em círculos da alta oficialidade chilena. Em meados dos anos 1960, Edwards havia criado a “confraria náutica”, espaço de sociabilidade que reunia civis e militares e que acabou funcionando como um espaço que contribuiria para as posteriores articulações golpistas. Dessa confraria participavam, além de Edwards, Kelly e Cubillos, personagens proeminentes da fração golpista das Forças Armadas: os almirantes José Toribio Merino, Patricio Carvajal e Arturo Troncoso. Roberto Kelly seria encarregado, em finais de 1972, por um setor das Forças Armadas, já conjecturando um futuro golpe, de coordenar a elaboração de um projeto econômico para o governo militar.¹⁰³

A partir de 1967, Edwards colocou à disposição dos *Chicago Boys* as páginas do jornal, no qual vários dos economistas do Cesec passaram a escrever frequentes artigos e editoriais. Em junho de 1967, o diretor do jornal, René Silva Espejo, teve a ideia de concentrar esses escritos em um só dia da semana, criando a *Página Económica*, cujo impacto foi enorme. Publicada em *El Mercurio* todos os sábados, foi a primeira vez que um importante periódico de circulação nacional dedicava uma seção exclusiva aos temas econômicos.¹⁰⁴

¹⁰¹ A missão Klein-Sacks teve como centro a sugestão de políticas monetárias com as quais o governo reduziu a inflação para 38% em 1956 e a 17% em 1957. A missão se estabeleceu por três anos no Chile, e elaborou um amplo programa, de perspectiva neoliberal, de reorganização da economia nacional. Contudo, naquela época, não conseguiu conquistar apoio suficiente para sua adoção. Tais ideias ainda eram estranhas às concepções do empresariado chileno, historicamente desenvolvidas em uma perspectiva calcada no desenvolvimentismo e na intervenção estatal na economia. CORREA SUTIL, Sofia. Op. cit., 1985.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ GONZÁLEZ, Mónica. *La conjura. Los mil y un días de un golpe*. Santiago: Catalonia, 2013, p. 134.

¹⁰⁴ SOTO GAMBOA, Ángel. Op. cit., p. 37.

Ángel Soto Gamboa, em seu estudo sobre o papel de *El Mercurio* para a difusão do pensamento neoliberal, destaca que os principais temas tratados recorriam a valores como a livre iniciativa e a livre concorrência como papel preponderante do mercado; a defesa da liberdade dos preços; fomento ao investimento estrangeiro com estabilidade cambial; e a diminuição do Estado na economia. O autor conclui que: “El concepto liberal o de liberalismo económico es visto a sí mismo por el diario, más que como una ideología o doctrina, como una forma propia, natural del espíritu del hombre, en cuanto individuo participe de la sociedad”.¹⁰⁵

Em fins da década de 1960, *El Mercurio*, embora tivesse grande influência no cenário nacional, também sofria questionamentos e crises. Em 1967, ocorreu o célebre episódio da faixa estendida por estudantes em frente à Universidade Católica em que se lia “Chileno: *El Mercurio* miente”, dizeres que tiveram grande repercussão e que até hoje são recorrentemente associados ao jornal. A imagem que *El Mercurio* buscava construir, calcada na ideia de um jornalismo isento, equilibrado e imparcial ficava, desse modo, questionada em praça pública. Esse episódio ocorreu em um momento no qual ocupações estudantis contra o projeto de reforma universitária do governo Frei Montalva ocupavam os prédios de importantes universidades pelo país.

Em uma dessas ocupações, na Universidade Técnica Federico Santa María, em Valparaíso, cujo presidente do conselho diretivo era justamente Agustín Edwards, uma ação dos estudantes levou a uma grande crise. Naquele momento, os estudantes tinham como cultura, logo que ocupavam os prédios, tornar públicos documentos encontrados na administração das universidades, algo que também aconteceu com a universidade dos Edwards. Na época, era desconhecida a importância da fundação gestora da Universidade para o império de Agustín. O que se revelou foi que os Edwards usavam os fundos da Universidade para uma série de investimentos em suas próprias empresas, sendo acusados em uma investigação no Senado de “haber transformado la fundación de beneficencia Federico Santa María en un verdadero holding de empresas para mover capitales, controlar sociedades y montar un imperio económico”.¹⁰⁶

Depois de longas disputas jurídicas e políticas, Edwards se viu obrigado a renunciar seu posto na direção da Universidade. Todo esse processo gerou um grande desgaste da imagem pública de Edwards e de *El Mercurio*. É claro que os estudantes, que eram acusados

¹⁰⁵ SOTO GAMBOA, Ángel. Op. cit., p. 135.

¹⁰⁶ Trecho do discurso do senador socialista Tomás Chadwick no Senado *apud* HERRERO, Victor. Op. cit., p. 283.

pelo jornal de estarem sob influência de agentes comunistas, passaram a sofrer ainda mais ataques de *El Mercurio*. Durante meses, o jornal dedicou inúmeros editoriais para deslegitimar as ocupações estudantis de 1967. Foi em resposta a isso que, no dia 11 de agosto de 1967, os estudantes afixaram a icônica faixa na Universidade Católica de Santiago.

A reação do jornal a esse episódio foi seguir com a tese da “infiltração comunista”, afirmando em editorial: “lo lamentable es que el movimiento que promueven ciertos grupos de estudiantes en las universidades católicas no nace de estas, sino que corresponde a un plan elaborado y divulgado por los comunistas”.¹⁰⁷ Pouco a pouco, ficava claro que os estudantes da Universidade Católica havia conseguido, com uma frase incisiva, realizar um contundente questionamento à obscura rede empresarial dos Edwards. Ano mais tarde, o então vice-diretor de *El Mercurio*, Arturo Fontaine, comentou o revés sofrido pelo jornal com a ação dos estudantes: “A nosotros nos golpeó mucho, nos dolió mucho. Para un diario que se precia de su seriedad, decirle que miente es lo más ofensivo que le pueden imputar”.¹⁰⁸

1.2 Dólares da CIA, apoio ao golpe e à ditadura: *El Mercurio* e a luta contra a UP

De maneira distinta à eleição de seis anos antes, na qual o governo norte-americano havia apoiado e financiado a candidatura democrata-cristã, em 1970 a decisão foi de não dar suporte exclusivo a nenhum dos candidatos, tendo como foco uma campanha contra o marxismo. Os documentos do governo norte-americano mostram que, em reunião de 25 de março de 1970, presidida pelo assessor de Segurança Nacional, Henry Kissinger, o Conselho de Estado norte-americano aprovou apoiar uma campanha anti-Allende, autorizando o financiamento dos partidos considerados “democráticos”, como o PN e a democracia-cristã e promover “ações encobertas” de vários tipos.¹⁰⁹

Essa decisão de Washington enfureceu o dono de *El Mercurio*, que poucos dias antes havia se encontrado com Kissinger para tratar do tema. Para Agustín Edwards, não bastava uma campanha contra Allende, era necessário dar total apoio ao candidato do PN, Jorge Alessandri. No início de março, Edwards embarcara para os EUA para pressionar o governo norte-americano a adotar essa estratégia política, argumentando que não ter um candidato bem definido poderia contribuir para a vitória socialista. David Rockefeller e Donald Kendall

¹⁰⁷ *El Mercurio*, 12 ago. 1967 apud HERRERO, Victor. Op. cit., p. 286.

¹⁰⁸ Apud HERRERO, Victor. Op. cit., p. 287.

¹⁰⁹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos*. A derrubada de Salvador Allende. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 143.

tinham a mesma posição, e foi Rockefeller que colocou Edwards diretamente em contato com Kissinger para tratar do assunto, todavia esses esforços foram em vão.¹¹⁰

Enquanto Agustín fazia suas gestões nos EUA, desenvolvia-se no Chile uma violenta campanha anticomunista tal como queriam Kissinger e o presidente Nixon. Foi uma operação que contou com o financiamento da CIA e na qual *El Mercurio* e diversas organizações desfecharam uma campanha comunicacional tão feroz que o Congresso chileno decidiu, em julho de 1970, investigá-la ainda antes das eleições. A comissão de investigação do Senado chegou à conclusão de que a campanha usava técnicas de desinformação, como a de divulgar dados falsos de pesquisas eleitorais e de executar operações comunicacionais organizadas por empresas e organizações de fachada, valendo-se principalmente da publicação de anúncios em jornais e revistas de propriedade da empresa *El Mercurio S. A. P.*

Duas dessas organizações eram as obscuras *Chile Jovem* e *Acción de Mujeres de Chile*, que inundaram os jornais e muros do país com artigos e cartazes que desenhavam um cenário apocalíptico caso Allende vencesse. Um desses anúncios, explorando os recentes acontecimentos em Praga, dizia: “¿Usted se imaginó alguna vez tanques soviéticos frente a La Moneda? Bueno, en Checoslovaquia tampoco lo imaginaban, pero tanques soviéticos llegaron a aplastar las libertades”. Em outro texto, produzido pela *Acción de Mujeres*, alertava-se: “Mujer chilena, ¿aceptaría usted que sus hijos tengan una metralleta en lugar de un silabario? Eso es lo que les espera si triunfa el comunismo”.¹¹¹

A investigação descobriu que uma agência de publicidade, que era dirigida por um ex-oficial das Forças Armadas, era a responsável pelos anúncios. Essa agência veiculava 80 peças publicitárias diárias em 22 jornais do país, todos os meios de comunicação pertencentes à *El Mercurio S. A. P.* estavam entre eles. Descobriu-se também que essa agência de publicidade recebeu vultosas somas de financiamento de três empresas controladas por Agustín Edwards.¹¹²

Essas ações enquadraram-se na variedade de formas pelas quais a CIA tentou influenciar o conturbado cenário eleitoral do país e que foi discutido no relatório da comissão do Senado norte-americano que investigou, em meados dos anos 1970, as ações da CIA nos países latino-americanos. Um dos mecanismos usados pela CIA durante a eleição, à semelhança do que fizera em 1964, foi produzir milhares de impressos, em variados formatos, como cartazes,

¹¹⁰ HERRERO A., Victor. Op. cit., p. 308.

¹¹¹ *Apud* HERRERO, Victor. Op. cit., p. 313-314.

¹¹² *Idem.*

panfletos e cartilhas, além de levar a cabo campanhas publicitárias em rádios e jornais. Além disso:

Existiu grande variedade de produtos de propaganda: um newsletter enviado para cerca de dois mil jornalistas, acadêmicos, políticos, e outros formadores de opinião; um folheto mostrando como seria a vida caso Allende fosse eleito; tradução e distribuição de artigos de oposição ao regime soviético; equipes que afixavam cartazes e pintavam muros. As equipes tiveram instruções para pintar o slogan "su paredón" em 2.000 muros, evocando a imagem de pelotões de fuzilamento comunistas. A "campanha do terror" explorou a violência da invasão da Tchecoslováquia com grandes fotografias de Praga e de tanques no centro de Santiago. Outros cartazes, parecidos com os usados em 1964, retratavam prisioneiros políticos cubanos diante do pelotão de fuzilamento, e advertiam que uma vitória de Allende significaria o fim da religião e da família no Chile.¹¹³

Sobre o papel de *El Mercurio* na campanha presidencial de 1970, Casals Araya afirma que o diário deu vida a “una intensa campaña mediática destinada a desfigurar los fines del proyecto izquierdista, haciendo ver al triunfo de Allende como el inicio de lúgubre y sangrientos episodios de represión y terrorismo de Estado”.¹¹⁴

Recorde-se que, no início da década de 1970, a família de Edwards seguia sendo um dos grupos econômicos mais ricos do país. Participava em cerca de quarenta sociedades empresariais, das quais controlava vinte e seis. Agustín era dono da totalidade das ações das empresas *El Mercurio S.A.P*, *Compañía de Seguros La Chilena Consolidada*, *Compañía Mobiliaria* e *Inmobiliaria Tierra Amarilla* e *Editorial Lord Cochrane*. Possuía 95% das ações da *Compañía Agrochilena*; 80%, do Banco A. Edwards; 75% da *Compañía de Seguros La Lautaro* e ainda detinha a maioria das ações em diversos outros empreendimentos.¹¹⁵

No ramo da imprensa, as empresas de Edwards detinham considerável fatia do mercado. A empresa *El Mercurio S. A. P*, em Santiago, tinha como propriedade os diários *El Mercurio* (circulação diária média de 120 mil exemplares), *Las Últimas Noticias* (67 mil) e

¹¹³ *Covert Action in Chile, 1963-1973*. Staff report of the select committee to study governmental operations with respect to intelligence activities. Washington, U. S. Government Printing Office, 1975, p. 22, tradução nossa. “There was a wide variety of propaganda products: a newsletter mailed to approximately two thousand journalists, academicians, politicians, and other opinion makers; a booklet showing what life would be like if Allende won the presidential election; translation and distribution of chronicles of opposition to the Soviet regime; poster distribution and sign-painting teams. The sign-painting teams had instructions to paint the slogan ‘su paredón’ (your wall) on 2,000 walls, evoking an image of communist firing squads. The “scare campaign” (campaña de terror) exploited the violence of the invasion of Czechoslovakia with large photographs of Prague and of tanks in downtown Santiago. Other posters, resembling those used in 1964, portrayed Cuban political prisoners before the firing squad, and warned that an Allende victory would mean the end of religion and family life in Chile.”

¹¹⁴ CASALS ARAYA, Marcelo. *Op. cit.*, 2010, p. 257-258.

¹¹⁵ DAHSE, Fernando. *El mapa de la extrema riqueza. Los grupos económicos y el proceso de concentración de capitales*. Santiago, Aconcagua, 1979.

La Segunda (25 mil); no interior, a empresa controlava 14 diários regionais, com destaque para *El Mercurio de Valparaíso* (32 mil exemplares) e *El Mercurio de Antofagasta* (12 mil). A *Editorial Lord Cochrane* editava revistas de grande circulação (semanais e quinzenais), de temáticas variadas: femininas, juvenis, cinema, música, quadrinhos etc.¹¹⁶

Poucos dias após a vitória eleitoral de Allende¹¹⁷, Agustín Edwards, à semelhança de outros empresários chilenos, abandonou o país, passando a viver nos EUA, onde residiu até 1975. Em sua chegada a Nova York, no dia 13 de setembro de 1970, Donald Kendall o aguardava. No dia seguinte, os dois empresários seguiram para a capital do país, onde foram recepcionados no aeroporto por Richard Helms, diretor da CIA, quem os trasladou ao hotel Washington Hilton, local da importante reunião que teriam na manhã seguinte com o Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger. Nesse encontro, Agustín fez um longo relato sobre os acontecimentos no Chile e foram discutidas possíveis alternativas para impedir que a vitória eleitoral de Allende fosse ratificada pelo Congresso, inclusive a opção de uma ação militar.¹¹⁸

Os indícios de que Agustín se reunira com os funcionários do governo norte-americano logo após a eleição de Allende são conhecidos desde que uma comissão especial do Senado dos EUA — conhecida como Comissão Church¹¹⁹ — revelou, ainda em meados da década de 1970, parte das ações encobertas da CIA no Chile. A Comissão publicou uma série de relatórios que traziam detalhes sobre a intervenção norte-americana em outros países. Contudo, nessa altura, ainda não haviam sido desclassificados os documentos que comprovavam as relações de Edwards com o governo norte-americano, como é o caso do memorando que descreve a reunião do dono de *El Mercurio* com os funcionários do governo norte-americano.¹²⁰

A revelação do conteúdo do que foi conversado nesse encontro e a confirmação oficial dos participantes só aconteceriam décadas depois, após a desclassificação de novos

¹¹⁶ MATELLART, Armando et. al. *Los médios de comunicación de masas. La ideología de la prensa liberal en Chile*. Argentina: El Cid, 1975, p. 43-45.

¹¹⁷ Esse e outros eventos relacionados ao governo da UP serão tratados com mais detalhes nos dois próximos capítulos.

¹¹⁸ Foreign Relations of The United States, 1969–1976. Volume XXI: Chile, 1969–1973. Washington: United States Government Printing Office, 2014, p. 243-248.

¹¹⁹ No contexto do caso *Watergate* e de diversas denúncias contra órgãos de inteligência do governo norte-americano em princípios dos anos 1970, a Comissão Church, denominada assim por ter sido presidida pelo senador democrata Frank Church, foi uma comissão de inquérito instituída no Senado dos EUA para investigar as operações de vários órgãos governamentais, entre eles a *Central Intelligence Agency* (CIA), a *National Security Agency* (NSA) e o *Federal Bureau of Investigation* (FBI). Entre 1975 e 1976, a Comissão publicou uma série de relatórios que traziam detalhes sobre as operações norte-americanas em diversos países, entre eles o Chile.

¹²⁰ KORNBLUH, Peter. *Los EEUU y el derrocamiento de Allende. Una historia desclasificada*. Santiago: Ediciones B Chile, 2003, p. 73.

documentos do governo dos EUA. Destarte, no ano 2000, uma primeira versão do memorando da reunião de Edwards e Helms foi revelada, porém ainda com muitos trechos tarjados e com o próprio nome de Edwards sob sigilo, forma pela qual a CIA buscava proteger a identidade de seu colaborador. Somente em 2014, em uma nova coletânea de documentos desclassificados, foi possível conhecer mais detalhes sobre o conteúdo do que Edwards informou aos norte-americanos e a confirmação oficial de que Agustín Edwards se reunira com Kissinger e Helms para tratar sobre o cenário posterior à vitória eleitoral de Allende.¹²¹

O historiador norte-americano Peter Kornbluh — diretor do Projeto de Documentação Chilena do Arquivo de Segurança Nacional localizado na Universidade George Washington — foi um dos pesquisadores que exerceram contínua pressão para que os EUA desclassificassem arquivos relacionados ao Chile. Kornbluh foi o primeiro a analisar a nova coletânea de documentos. Em artigo escrito para o *Centro de Investigación Periodística de Santiago*, afirmou:

De hecho, Edwards y Helms sí discutieron exhaustivamente y en detalle la necesidad de un Golpe de Estado en Chile en ese encuentro realizado el 14 de septiembre de 1970, diez días después de la elección presidencial en la que Allende obtuvo la primera mayoría. [...] el dueño de El Mercurio entregó extensa información de inteligencia sobre los potenciales conspiradores para un Golpe de Estado en las distintas ramas de las Fuerzas Armadas chilenas y sobre sus preocupaciones respecto al apoyo de Estados Unidos. Agustín Edwards no sólo abogó por una solución militar para impedir que Allende llegara a La Moneda, sino que asumió el rol de informante de la CIA al proveer a la central de inteligencia de información sobre figuras políticas y militares clave que podrían ayudar en los objetivos ideológicos y económicos de Estados Unidos, los que coincidían con los intereses financieros y políticos que representaba el dueño de la empresa El Mercurio. Para ambos resultaba de vital importancia derrumbar la democracia constitucional en Chile.¹²²

Kornbluh também levantou expectativas de que essas novas informações pudessem exercer um papel legal em novos processos criminais contra Edwards, já que judicialmente o dono de *El Mercurio* sempre negou ter realizado essas reuniões com os norte-americanos. Isso, pois, como afirma Kornbluh, os documentos indicam que, do ponto de vista judicial,

¹²¹ O memorando dessa reunião encontra-se na coletânea de documentos: *Foreign Relations of The United States, 1969–1976*. Volume XXI: Chile, 1969–1973. Washington: United States Government Printing Office, 2014. Disponível em: < <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v21>>. Acesso em: 20 out. 2017.

¹²² KORNBLUH, Peter. *Nuevo informe de cita de Agustín Edwards con el jefe de la CIA devela su rol clave en el Golpe*. Ciper, Centro de Investigación Periodística, 27 mai. 2014. Disponível em: < <http://ciperchile.cl/2014/05/27/nuevo-informe-de-cita-de-agustin-edwards-con-el-jefe-de-la-cia-devela-su-rol-clave-en-el-golpe/>>. Acesso em 28 set. 2017.

Edwards possivelmente “conspiró con una potencia extranjera para hacer daño y provocar un quiebre institucional en su patria. En efecto, es tiempo de confrontar a Agustín Edwards con las evidencias contundentes de sus verdaderas acciones como un traidor de su país y a su Constitución.”¹²³

Com a posse de Allende confirmada, Richard Nixon convocou, em 6 de novembro de 1970, uma reunião do Conselho de Segurança Nacional para discutir possíveis formas de enfrentar e provocar a derrota do governo da UP. Duas possibilidades foram colocadas na mesa: “procurar um modo de convivência com o governo de Allende” ou “adotar uma postura de aberta e franca hostilidade”. Essa duas formas, segundo relatou Kissinger ao Conselho, apresentavam riscos. Permitir uma convivência pacífica com Allende poderia ajudar o governo a se consolidar e então ele acabaria se voltando contra os EUA; por outro lado, uma postura beligerante poderia fortalecer o “apelo nacionalista” da UP e acabar não funcionando. Depois de um longo debate, a maioria dos presentes concordou que os EUA deveriam ter uma postura de evitar que a UP se consolidasse e se tornasse um exemplo para outros países do continente. Nixon foi bem taxativo: “Nossa principal preocupação em relação ao Chile é a perspectiva de que ele [Allende] possa se consolidar, e com isso a imagem projetada para o mundo será a de seu sucesso”.¹²⁴ Nisso inserem-se as “ações encobertas” que a CIA promoveu no Chile durante o governo da UP. Adotando, entre outras medidas, o financiamento de partidos políticos de oposição e veículos da imprensa opositora, principalmente *El Mercurio*. Estima-se que a CIA enviou ao Chile mais de 3 milhões e meio de dólares para promover e fortalecer a oposição ao governo da UP.¹²⁵

A situação financeira de *El Mercurio* não era das mais confortáveis em 1970. O jornal enfrentava recorrentes crises financeiras, fruto de uma administração ineficiente, problemas de fluxo de caixa, diminuição de receitas publicitárias, escassez de insumos de impressão e conflitos trabalhistas.¹²⁶ Com efeito, a crise no *Banco de A. Edwards*, que entraria em processo de liquidação após longas disputas judiciais com o governo da UP, agravou ainda mais a situação. Pesava também contra o jornal as denúncias de que *El Mercurio* atuava como um agente de interesses externos e da oligarquia nacional, algo que fazia com que setores da UP pressionassem Allende a ter uma posição mais contundente em relação ao jornal, alternativa não acolhida pelo presidente.

¹²³ KORNBLUH, Peter. Op. cit., 2014.

¹²⁴ *Foreign Relations of The United States, 1969–1976*. Volume XXI: Chile, 1969–1973. Washington: United States Government Printing Office, 2014, p. 446-449. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v21>>. Acesso em: 20 out. 2017.

¹²⁵ KORNBLUH, Op. cit., p. 88.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 93.

Desde as primeiras semanas após o resultado eleitoral, sabendo que *El Mercurio* era identificado pelas esquerdas como um jornal a ser combatido, existiu uma intensa campanha internacional promovida pela SIP, que tinha como foco a defesa da liberdade de imprensa, maneira de criar desconfiança sobre as reais intenções da UP em relação aos meios de comunicação opositores. A SIP, que fora presidida até o ano anterior por Edwards, emitiu uma nota, sob orientação direta da CIA, expressando preocupação em relação à situação da imprensa no Chile, e articulou a publicação de artigos de apoio ao jornal *El Mercurio* em vários dos principais diários da América Latina. Ao mesmo tempo, diversos jornais dos EUA publicaram textos alertando sobre os supostos perigos que corria o diário de Agustín.¹²⁷

Além disso, crises internas e familiares também afetavam *El Mercurio*. Pouco tempo após Agustín Edwards deixar o Chile, a propriedade da empresa controladora do jornal esteve sob disputa judicial. A irmã de Agustín, Sonia Edwards, simpatizante da UP, pleiteou na justiça chilena a posse da empresa. Sonia, que fazia parte do conselho diretivo de *El Mercurio*, apoiava a organização de trabalhadores do diário, reunidos no Comitê da Unidade Popular (CUP)¹²⁸. Segundo alguns relatos, mais tarde Sonia chegou a procurar o próprio Allende oferecendo-se para vender sua parte acionária de *El Mercurio S. A. P.*, negociação que foi interrompida pelo golpe de 11 de setembro. Contudo Allende não enxergava com bons olhos a possibilidade de a UP assumir posições internas na direção do diário, procurando evitar que o acusassem de querer controlar a imprensa opositora.¹²⁹

Essas tensões internas contribuíram também, em nossa opinião, para que as ambiguidades da postura de *El Mercurio* em relação a Allende, principalmente nos primeiros meses de 1971, como se verá no próximo capítulo, contribuíssem para que o jornal vivesse um breve período de amenização de suas críticas em relação ao governo. Considerando também que seus redatores e funcionários estavam inseridos em uma atmosfera política que influenciava limites discursivos a serem seguidos, a fim de fortalecer uma autoimagem calcada em um pretensão jornalismo “equilibrado” e “isento”.

Nesse contexto, a ajuda financeira do governo dos EUA foi importante para que *El Mercurio* continuasse a funcionar sem maiores problemas. Os documentos desclassificados mostram que, em 1971, Nixon esteve indeciso entre duas possibilidades em relação a *El Mercurio*: enviar generosas somas de dinheiro para financiar o jornal ou deixar *El Mercurio*

¹²⁷ Ibidem, p. 352.

¹²⁸ Durante a campanha presidencial, havia se formado nas oficinas de *El Mercurio* um Comitê da Unidade Popular (CUP), organizações de base criadas em grande número de empresas para apoiar a candidatura de Allende e que, depois da vitória eleitoral, continuaram a existir como espaço de apoio ao governo da UP.

¹²⁹ HERRERO A, Victor. Op. Cit.

sair de circulação e usar seu fechamento como forma de propagandear os danos que estariam sendo causados pela UP à liberdade de imprensa. No fim das contas, como mostram os memorandos da CIA, as recomendações do embaixador Edward Korry para que os EUA financiassem o jornal resolveram a questão. A Comissão Church, em seu relatório, revelou que:

A CIA gastou um milhão e meio de dólares em apoio a *El Mercurio*, o maior jornal do país e o mais importante canal para a propaganda anti-Allende. De acordo com os documentos da CIA, esses esforços desempenharam um papel importante na preparação para o golpe militar de 11 de setembro de 1973.¹³⁰

Peter Kornbluh, a partir de análises dos documentos tornados públicos pelo governo norte-americano, demonstrou, porém, que a quantia destinada a *El Mercurio* foi ainda maior. De acordo com o autor, em 9 de setembro de 1971, o próprio Richard Nixon aprovou um envio imediato de 700 mil dólares para *El Mercurio*, quantia que chegou a 1 milhão com a aprovação pessoal de Henry Kissinger de um pagamento adicional de 300 mil dólares algumas semanas mais tarde. Sete meses depois, em 10 de abril de 1972, a CIA solicitou e teve aprovado outro fundo para *El Mercurio* de 965 mil dólares, totalizando uma ajuda de quase 2 milhões em um período de menos de um ano. No memorando que solicitava o novo apoio, a CIA ressaltava: “Em termos de impacto público e efeito político, *El Mercurio* atualmente é considerado tanto pela oposição como pelo governo de Allende como o principal veículo de mídia anti-Allende no Chile.”¹³¹ Importante destacar que esses dólares eram trocados no “câmbio paralelo”, que tinha uma cotação dezenas de vezes acima do oficial, dessa forma as quantias enviadas pelos EUA constituíam um valor bastante significativo.

Ficou constatado, ainda, que a CIA utilizava a empresa norte-americana de telecomunicações ITT, operadora no Chile da *Compañía de Teléfonos*, como intermediária para repassar os dólares ao caixa de *El Mercurio*.¹³² Os rumores dessas transações e do papel da ITT no cenário político do país explodiram na imprensa no início de 1973. *El Mercurio*, naquela época, contudo, publicou uma série de reportagens negando todas as denúncias e

¹³⁰ *Covert Action in Chile, 1963-1973*. Staff report of the select committee to study governmental operations with respect to intelligence activities. Washington: U. S. Government Printing Office, 1975, p. 29. Disponível em: < <https://www.intelligence.senate.gov/sites/default/files/94chile.pdf>>, tradução nossa. “The CIA spent \$1.5 million in support of El Mercurio, the country's largest newspaper and the most important channel for anti-Allende propaganda. According to CIA documents, these efforts played ‘a significant role in setting the stage for the military coup of September 11, 1973.’”

¹³¹ *Foreign Relations of The United States, 1969–1976*. Volume E-16: Documents on Chile, 1969–1973. Washington: United States Government Printing Office, 2015, p. 559, tradução nossa. “In terms of public impact and political effect, *El Mercurio* is considered by both the opposition and the Allende government as the most effect anti-Allende media outlet operative in Chile today.”

¹³² KORNBLUH, Peter. Op. cit., p. 95-96.

acusando o governo de conspirar contra o jornal com boatos e mentiras visando cercear a liberdade de imprensa.

Entretanto, é necessário apontar que, na nossa visão, alguns trabalhos que analisaram o papel dos EUA no golpe tendem a superdimensionar a influência norte-americana para o fim do governo da UP. Não há dúvida de que o governo de Nixon desempenhou papel de relevo nos processos que levaram às múltiplas crises do governo da UP, tanto no plano econômico quanto político. Internamente, as ações da CIA contribuíram qualitativamente em diversas conjunturas para o acirramento de crises e o fortalecimento da oposição ao governo. A política sistemática de embargo do cobre chileno e de cortes de financiamentos e créditos, também teve considerável impacto na economia do país. Contudo, a ruptura da institucionalidade é resultante de uma complexa articulação de diversos aspectos, tanto externos quanto internos, do qual a interferência dos EUA é apenas mais um deles.

Após a partida de Agustín Edwards aos EUA, a empresa *El Mercurio S. A. P.* ficou sob a administração do engenheiro Fernando Léniz Cerda, que exercia a função de gerente geral do jornal desde meados dos anos 1960. Depois do golpe em 1973, Fernando Léniz se tornaria o primeiro civil a ser ministro da Economia na ditadura. Como presidente da *Editorial Lord Cochrane*, a outra grande empresa editorial do grupo, Edwards designou o ex-capitão da Marinha Hernán Cubillos Sallato, que posteriormente seria ministro de Relações Exteriores de Pinochet. E como diretor de *El Mercurio*, Edwards manteve no cargo René Silva Espejo, auxiliado pelo vice-diretor Arturo Fontaine Aldunate.¹³³

O diretor de *El Mercurio* e alguns de seus funcionários tiveram destacada participação nas articulações do movimento que levou ao golpe de setembro de 1973. René Silva Espejo, Hernán Cubillos e Robert Kelly participaram ativamente de uma espécie de comitê coordenador das ações golpistas que reunia civis e militares. Assim, a partir do momento em que avançava a conspiração golpista, eles passaram a se reunir semanalmente no escritório de Hernán Cubillos, localizado no prédio da *Editora Lord Cochrane*, de propriedade dos Edwards. Além de Silva Espejo, Cubillos e Kelly, participavam regularmente dessas reuniões o presidente da SOFOFA, Orlando Sáenz, além de Jaime Guzmán, Arturo Fontaine Aldunate entre outros. Ali se intercambiavam informações sobre o que acontecia nas empresas, grêmios e universidades, além de se orientar a produção de campanhas de imprensa. Esse “comitê”

¹³³ MÖNCKEBERG, Maria Olivia. *Los magnates de la prensa: concentración de los medios de comunicación en Chile*. Santiago: Random House Mondadori, 2011, p. 100.

mantinha estreito contato com a fração golpista do alto comando militar, que passou a se reunir periodicamente a partir de 25 de junho de 1973.¹³⁴

René Silva Espejo tinha uma metódica forma de compor a folha editorial do jornal desde que assumiu a direção de *El Mercurio* em 1963. Em geral, reunia pontualmente o comitê editorial ao meio-dia, definindo então os responsáveis por escrever os editoriais do dia seguinte, que eram publicados sem assinatura. Os redatores escreviam os editoriais, entregando-os ao secretário de redação, então Silva Espejo assumia a responsabilidade de revisão, adequando os textos ao estilo mercurial e promovendo mudanças nos textos que julgasse necessárias.¹³⁵

No período entre 1970 e 1973, a estrutura gráfica de *El Mercurio* sofreu poucas alterações. A edição dominical tinha em média 32 páginas, com 4 cadernos: a) *primer cuerpo*, com a página de editoriais e opinião, notícias internacionais e informações sobre esportes, era nesse caderno, em geral, em que se veiculavam espaços publicitários políticos pagos; b) *segundo cuerpo*, que trazia o resumo das notícias da semana e circulava apenas aos domingos; c) *tercer cuerpo*, com notícias nacionais, informativo local e policial, além de classificados e anúncios; d) *suplemento dominical*, com informações de cultura, quadrinhos e mais classificados. As edições de segunda a sábado tinham espaços e ou cadernos especiais em determinados dias da semana, como a já referida *Página Econômica*, publicada sempre aos sábados; a coluna *La Semana Política*, com comentários do jornal sobre os principais assuntos da semana; *martes desportivo*, suplemento com informações sobre esportes em formato tabloide de 16 páginas, publicado às terças-feiras.

Em setembro de 1970, o preço de capa do jornal era de um escudo e trinta centavos nos dias de semana; aos domingos, 50 centavos mais caro. Preço que se manteve estável, com aumentos de poucos centavos até meados de 1972, quando o valor começou a disparar, acompanhando a alta inflação do período. No início de 1973, o jornal já era vendido a 12 escudos em dias de semana e 15 aos domingos. Em setembro de 1973, poucos dias antes do golpe, o valor atingiu 20 escudos, em dias de semana, e 25 escudos, aos domingos.

Não por acaso, após o golpe, Agustín Edwards e seus veículos de comunicação apoiaram de forma praticamente acrítica a junta de governo. Como mencionado, alguns de seus importantes homens de confiança, Fernando Léniz, Hernán Cubillos, Roberto Kelly passaram a ocupar cargos importantes no governo ditatorial. As convicções políticas e

¹³⁴ GONZÁLEZ, Mónica. Op. cit., 2012; MAGASICH, Jorge. Los que dijeron “no”. Historia del movimiento de los marinos antigolpistas de 1973. Santiago: LOM, 2008, p. 337; ARANCIBIA CLAVEL, Patricia. *Conversando con Roberto Kelly V.:* recuerdos de una vida. Santiago, Biblioteca Americana, 2005.

¹³⁵ SILVA CASTRO, Raúl. Op. cit.

econômicas de Edwards, assim como o papel que jogou nas articulações para derrotar a UP, são outros aspectos que explicam as razões do irrestrito apoio do jornal à ditadura. Mas não só isso. Alguns anos após o golpe, *El Mercurio* passou por graves crises econômicas, fruto principalmente do alto endividamento externo resultante da desvalorização cambial do início dos anos 80, algo que quase o levou o jornal a falência, assim como ocorreu com muitas empresas em uma conjuntura de forte crise econômica, com uma recessão que chegou a quase 14% do PIB em 1982. Não fosse a “mão salvadora” de Pinochet, que deu ordens ao Banco do Estado para que fossem concedidos vultosos empréstimos em condições muito favoráveis a Agustín, *El Mercurio* teria fechado as portas. Em troca, o general, que se reunia periodicamente com Edwards, com isso esperava — e obteve — uma linha editorial sempre favorável ao regime.¹³⁶

O diretor de *El Mercurio*, René Silva Espejo, não escondeu a satisfação com as batalhas que o jornal travava contra o governo de Salvador Allende. Em 1975, pouco mais de um ano após o golpe, momento em que centenas de indivíduos já haviam sido torturados, executados ou estavam desaparecidos pelas mãos da ditadura, Silva Espejo escreveu o apologético opúsculo *El Mercurio y su lucha con el marxismo*, no qual analisa os momentos de maior tensão no governo da UP, buscando sempre defender a perspectiva adotada pelo jornal. O texto foi publicado pela Editora Nacional Gabriela Mistral, empresa criada pela ditadura em substituição à Editora Quimantú, fechada com o golpe em 1973, e pertencente ao Estado chileno. Na conclusão da obra, reivindicando mais uma vez o golpe, Silva Espejo não deixa dúvida sobre o papel que *El Mercurio* teria cumprido ao salvar o país do “perigo marxista”:

La jornadas que culminaron con un cambio de régimen en el país dejan una lección objetiva: la prensa puede salvar a un país de cualquier peligro en la medida que permanezca vigilante, que refleje toda la realidad y permita, con sus opiniones, mantener el rumbo que mejor satisfaga las verdaderas aspiraciones de la mayoría ciudadana.¹³⁷

¹³⁶ No final de 1983, o Banco do Estado concedeu um empréstimo de 50 milhões de dólares a *El Mercurio*, além de renegociar as dívidas já existentes em condições bastante favoráveis. Em 1985, em nova operação de ajuda, Pinochet ordenou pessoalmente que Andrés Passicot, vice-presidente do banco estatal, solucionasse os problemas das dívidas do jornal que já atingiam 100 milhões de dólares. Em um acordo privilegiado, em uma conjuntura de falência de múltiplas empresas que não tiveram os mesmos benefícios, *El Mercurio* conseguiu um abatimento de 70% de suas dívidas e recebeu um prazo de 10 anos para saldar o restante, recebendo ainda uma redução de 50% nas taxas de juros. HERRERO, Victor. Op. cit., p. 458-460.

¹³⁷ SILVA ESPEJO, René. *El Mercurio y su lucha con el marxismo*. Santiago, Editora Nacional Gabriela Mistral, 1975, p. 32.

Todavía, mesmo *El Mercurio*, um dos poucos veículos cuja circulação foi permitida no período posterior ao golpe¹³⁸, sofreu uma breve censura nos primeiros dias de ditadura, com a presença de um censor militar em suas dependências. O diário, contudo, não tinha o que reclamar, a restrição de circulação de outras folhas acabaria contribuindo para que *El Mercurio* concentrasse as verbas publicitárias do novo governo. Além disso, a concorrência foi diminuída, uma vez que antes em Santiago havia outros nove jornais de grande circulação, dos quais vários deixaram de circular (como *Clarín* e *La Nación*). A presença do censor militar no jornal foi breve: logo o governo convocou uma reunião com os diretores de jornais e revistas para definir uma espécie de autocensura, que *El Mercurio* não hesitou em aderir.¹³⁹ Perguntado sobre quem fazia a censura na redação do jornal nos primeiros dias após o golpe, o vice-diretor de *El Mercurio*, Arturo Fontaine, conta como inicialmente a inspeção teve algum rigor, mas que *El Mercurio* rapidamente passou a ter um tratamento diferenciado: “Coroneles o tenientes coroneles. Inflexibles pero con buenas maneras. Pero fue un período corto; en el caso nuestro la censura total no duró 15 días. Ahí empezó después entregas por partes y después fueron soltando la mano y no tuvimos censores.”¹⁴⁰

De volta ao país, algum tempo depois de instaurada a ditadura, Agustín Edwards entusiasmadamente participou da ciranda neoliberal inaugurada com as novas medidas econômicas do governo, adquirindo diversas empresas que haviam sido privatizadas pela UP, principalmente no setor financeiro. Muito embora seu império não estivesse imune às crises do início dos anos 1980, causadas pelo efeito rebote dos planos neoliberais que havia concentrando ainda mais a riqueza nos primeiros anos de ditadura.

O apoio ao governo e o silenciamentos sistemático de suas violências, foi característica geral da grande imprensa do período, como afirma o relatório Rettig¹⁴¹:

No obstante lo expresado, los medios de comunicación, en general, ya por control o autocontrol, ya en forma espontánea, siguieron adhiriendo en forma relativamente incondicional al régimen, sin formular críticas a su gestión por la situación de los derechos humanos en Chile.

¹³⁸ Os outros foram: *La Segunda* e *Las Últimas Noticias*, de propriedade de Agustín Edwards; e *La Tercera*, jornal de propriedade da família Picó Canás que havia feito férrea oposição à UP.

¹³⁹ DOUGNAC, Paulette; SALINAS, Claudio; HARRIES, Elizabeth. et al. *Periodismo en tiempos de excepción*. In: LAGOS, Claudia (ed.). *El diario de Agustín: cinco estudios de casos sobre El Mercurio y los derechos humanos (1973-1980)*. Santiago: LOM, 2009.

¹⁴⁰ Arturo Fontaine a Patrícia Arancibia Clavel, entrevista publicada na edição eletrônica de *El Mercurio* de 6 de outubro de 2002, disponível em: <http://diario.elmercurio.cl/detalle/index.asp?id={b875bd0a-f344-4659-b0f6-ae7d82230a4e}>. Acesso em: 15 out. 2017.

¹⁴¹ Relatório da *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, organismo criado em 1990 pelo presidente Patricio Aylwin para investigar as violações de direitos humanos cometidas no governo de Pinochet. A comissão ficou popularmente conhecida como Comissão Rettig por ter sido presidida pelo jurista e ex-Senador Raúl Rettig.

Por regra general, la prensa continuó haciéndose portavoz de las versiones oficiales de sucesos relacionados con detenidos desaparecidos que pretendieron ocultar la responsabilidad de agentes del Estado chileno y que fueron presentadas como "la verdad" de lo ocurrido, en circunstancias de que, en muchas ocasiones, existían motivos plausibles para dudar de tales versiones.¹⁴²

Nos anos de governo da junta-militar, segundo Mönckberg, *El Mercurio* acentuou seu caráter conservador e fechou os olhos a todo tipo de violência contra os direitos humanos. Os desaparecidos eram “supostos desaparecidos”; os assassinados pelas costas se tornariam “mortos em enfrentamento”; as torturas não existiam, quando muito se falava em alguns “excessos”.¹⁴³ Ainda há escassos estudos sobre o papel da imprensa durante a ditadura, no entanto destacamos o livro *El diario de Agustín*, trabalho que analisa o papel de *El Mercurio* em alguns célebres casos de violação aos direitos humanos impetrados pela ditadura de Pinochet.¹⁴⁴ Seus autores analisam como não só foi importante para o regime o apoio dado em numerosos editoriais e coberturas jornalísticas, mas sobretudo o imperativo silêncio, ou as meias informações, que o diário guardou sobre importantes violações aos direitos humanos. Para isso, a obra destaca os casos do chamado “Plano Z”¹⁴⁵, da “Operação Colombo”¹⁴⁶, entre outros.

¹⁴² *Informe de Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*. Santiago: [s. n.], 1991, v. 1, t. 2, p. 610. Disponível em <<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-94640.html>>. Acesso em 15 out. 2017.

¹⁴³ MÖNCKEBERG, María Olivia. Op. cit., p. 107.

¹⁴⁴ LAGOS, Claudia (ed.). *El diario de Agustín: cinco estudios de casos sobre El Mercurio y los derechos humanos (1973-1980)*. Santiago: LOM, 2009.

¹⁴⁵ Chamado também de “Plano Zeta”, seria um plano — alegadamente descoberto em documentos supostamente encontrados pelos militares após o golpe —, de setores da UP para realizar uma espécie de autogolpe, que eliminaria importantes figuras do governo e das Forças Armadas, impondo um “governo marxista” liderado por Carlos Altamirano; ocorreria em 17 de setembro de 1973. A alegada existência deste plano foi vazada pelos militares à imprensa, que divulgou os detalhes dos “documentos” diariamente por quase dois meses. Entre setembro e outubro de 1973, *El Mercurio* publicou cotidianamente trechos do “plano” em grandes chamadas de capa, editoriais e reportagens. Assim, produziram-se manchetes como: “Unidad Popular pensaba liquidar a las FFAA”, “Arsenal en *La Moneda*” (*El Mercurio*, 15 set. 1973); “Sangriento golpe contra sus mandos y la oposición” (*El Mercurio*, 17 set. 1973); “Plan extremista contemplaba la muerte del presidente depuesto” (*El Mercurio*, 8 out. 1973). Como forma de legitimar tal cobertura, noticiou-se a apreensão de grandes arsenais de armas supostamente pertencentes a setores da UP e ao MIR entre outros artifícios. SALINAS MUÑOZ, Claudio. *El Mercurio y el plan Z: el periodismo no ha tenido lugar*. In: LAGOS, Claudia (ed.). op. cit., 2009.

¹⁴⁶ Também conhecido como “o caso dos 119 desaparecidos”. Em um contexto no qual o governo sofria pressões de organismos de direitos humanos e de familiares de desaparecidos, a Direção de Inteligência Nacional (DINA) orquestrou uma operação para dar conta do paradeiro de 119 militantes políticos que estavam desaparecidos. Foram divulgadas para a imprensa duas listas de militantes do MIR, uma com 59 e outras com 60 nomes, que, segundo o governo, nos meses anteriores teriam sido mortos ou em enfrentamentos com forças militares argentinas ou em confrontos entre os próprios companheiros de militância, em um processo de depuração política. *La Segunda*, jornal de Agustín Edwards, levou às ruas, em sua edição de 24 de julho de 1975, uma das manchetes mais infames da história do jornalismo chileno: “Exterminados como ratones: 59 miristas chilenos caen en operativo militar en Argentina”. *El Mercurio*, por sua vez, reproduziu acriticamente a versão oficial do governo em editoriais e reportagens, jamais

Em julho de 2017, Agustín Edwards Eastman morreu aos 90 anos de idade sem nunca ter sido condenado judicialmente por crimes que porventura tenha cometido no período anterior ou durante o governo de Augusto Pinochet. Com exceção de um curto processo e uma detenção de poucas horas em 1987, Edwards não teve maiores problemas com a justiça. Essa detenção se deu em um inquérito sobre uma violação cometida pelo jornal na ocasião da visita do Papa João Paulo II ao Chile, quando *El Mercurio*, com informações de agências de segurança do Estado, legitimou a prisão de dois jovens, Iván Barra e Jorge Jaña, que foram depois torturados.¹⁴⁷

Em 2013, Agustín chegou a ser citado pelo juiz Mario Carroza no âmbito de uma investigação sobre a responsabilidade de civis no golpe. Todavia, Edwards, perante o juiz, negou que houvesse repassado informações ao governo dos EUA. Nessa época, a parte dos documentos que comprovam sua reunião com Kissinger e Helms para prover informações que subsidiariam ações dos EUA no Chile ainda não havia sido desclassificada. Além disso, ele negou qualquer responsabilidade pessoal na cobertura que o jornal fez da “Operação Colombo”.

Sua maior desonra pública e punição ocorreu no início de 2015. Depois de não recorrer de uma condenação do conselho de ética do *Colegio de Periodistas de Chile*, Agustín foi definitivamente expulso da entidade. Ressalte-se que o *Colegio de Periodistas de Chile* foi um órgão que por décadas Agustín e sua cadeia de jornais foram participantes e patrocinadores entusiastas. A expulsão foi resultado da aceitação da petição demandada pela

fazendo uma autocrítica do ocorrido. Até hoje, as 119 pessoas (a maioria de militantes do MIR, mas também do PC, PS, MAPU, e outros sem vinculação partidária) seguem desaparecidos. HARRIES MUÑOZ, Elizabeth. La prensa sin fe de erratas: el caso de los 119 según *El Mercurio*. In: LAGOS, Claudia (ed.). op. cit., 2009.

¹⁴⁷ Em abril de 1987, em sua visita ao Chile, João Paulo II, celebrou uma missa no parque O'Higgins, na qual se estima a participação de 500 mil pessoas. No meio do evento, se produziram graves distúrbios que deixaram mais de 600 pessoas feridas. Dias depois, em 6 de abril, *El Mercurio* publicou a manchete “Identificados violentistas del PC em el parque”, ao lado de uma foto da manifestação em que dois rostos estavam marcadas com círculos. Responsabilizava-se, assim, dois homens, supostamente militantes do PC, por iniciar os atos. Contudo, a notícia era falsa. Um dos identificados por *El Mercurio* sequer havia estado no parque. Agustín Edwards, então diretor do jornal, havia conseguido o “furo” com Francisco Javier Cuadra, agente de um órgão de segurança nacional. No processo que um dos homens moveu contra *El Mercurio*, o juiz decretou uma acareação entre Agustín e Javier Cuadra, que apresentavam versões contraditórias. Todavia, as diligências do magistrado mostraram que Edwards havia se encontrado pessoalmente com membros do CNI (Central Nacional de Informaciones, sucessora da DIN) para obter as fotografias e identidades dos dois homens. Semanas depois, Edwards foi processado e, segundo relatos da imprensa da época, esteve preso por algumas horas no anexo carcerário de Capuchinos; apesar de logo ser liberado. Agustín se tornou réu e impedido de deixar o país. Não obstante, poucas semanas depois, a *Corte de Apelaciones de Santiago* arquivou o processo “sin expresar mayores razones”. El duro round entre Edwards y Cuadra. *La Nación*, 8 abr. 2007; El día en que Agustín Edwards fue declarado reo: La historia de los jóvenes que desafiaron al dueño de El Mercurio. *The Clinic Online*, 5 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.theclinic.cl/2017/03/05/dia-agustin-edwards-fue-declarado-reo-la-historia-los-jovenes-desafiaron-al-dueno-mercurio/>> Acesso em: 16 out. 2017.

então presidenta do *Colegio*, Javiera Olivares, e subscrita por dezenas de jornalistas e colegas locais da entidade. Baseou-se no papel cumprido por *El Mercurio* no mencionado episódio da visita do Papa João Paulo II ao país; e nas relações entre Edwards e órgãos de governo dos EUA, sobretudo na farta documentação da reunião dele com funcionários norte-americanos em Washington em 1970.¹⁴⁸

Por ocasião da morte de Agustín Edwards, o *Colegio de Periodistas* publicou uma dura nota na qual resgatava, de forma bastante crítica, o papel do dono de *El Mercurio* na recente história política chilena, afirmando que:

Quedará en los registros de la historia de Chile el oscuro legado que Agustín Edwards Eastman dejó, tanto por sus acciones personales como por su manejo de las empresas periodísticas que controló, las que fueron el soporte comunicacional de la conspiración contra el sistema democrático al servicio del golpe militar, que ensombreció Chile a partir del 11 de septiembre de 1973 e instauró la dictadura cívico-militar que sobrevino, con su secuela sistemática de violaciones a los derechos humanos y que fuera ampliamente respaldada por El Mercurio y sus medios asociados.¹⁴⁹

1.3 O diário *La Nación*: do surgimento do moderno jornal ao controle estatal

Em comparação com *El Mercurio*, há uma bibliografia bastante escassa sobre a história de *La Nación*. Apenas recentemente, por exemplo, surgiu a primeira obra dedicada exclusivamente ao estudo dos primeiros anos do jornal¹⁵⁰. Isso embora *La Nación* tenha sido um dos veículos mais importantes do processo de modernização da imprensa chilena no início dos anos 1920. Dessa forma, a escassez de fontes e de bibliografia não nos permitiu, nos limites deste trabalho, fazer um estudo mais aprofundado da trajetória do jornal. Em alternativa, e para melhor compreender a atuação de *La Nación* durante o governo da UP, demos destaque ao estudo da trajetória política e intelectual de Oscar Waiss, diretor que imprimirá uma linha político-ideológica bastante marcante no diário a partir do início de 1971.

¹⁴⁸ Javiera Olivares Mardones, Presidenta del Colegio de Periodistas, y otros vs Agustín Edwards Eastman. Tribunal de Ética y Disciplina, Consejo Metropolitano, Colegio de Periodistas de Chile, abr. 2015. Disponível em: <https://issuu.com/psegura/docs/fallo_edwards/2>. Acesso em: 16. Out. 2017.

¹⁴⁹ Declaración pública Colegio de Periodistas de Chile ante fallecimiento de Agustín Edwards Eastman. Disponível em <<http://www.colegiodeperiodistas.cl/2017/04/declaracion-publica-colegio-de.html>>. Acesso em: 16 out. 2017.

¹⁵⁰ Trata-se da obra: DE CASTRO, Rodrigo. *Tiempos de reforma*. El diario de Eliodoro Yáñez y la instauración del Estado de Bienestar. Santiago: Radio Universidad de Chile, 2015.

La Nación veio às ruas pela primeira vez em 14 de janeiro de 1917, época em que a imprensa chilena ainda passava por seu processo de modernização. Foi criado por uma sociedade composta por quatro senadores do Partido Liberal: Eliodoro Yáñez Ponce de León, Alfredo Escobar Campaña, Augusto Bruna Valenzuela e Abraham Gatica Silva, que aportaram partes iguais de uma cota acionária de um milhão de pesos. Em 1924, Eliodoro Yáñez comprou 25% das ações de Gatica Silva, tornando-se o único proprietário do jornal, uma vez que nos anos anteriores já havia adquirido as partes dos outros sócios fundadores.¹⁵¹

Eliodoro Yáñez era um dos principais políticos liberais do país e aspirava ser candidato presidencial nas eleições de 1920. Entretanto, o objetivo de Yáñez e seus sócios, ao fundarem o jornal, segundo Raúl Silva Castro, foi de criar um jornal moderno que fizesse frente ao já bem-sucedido *El Mercurio*, inspirando-se em grandes periódicos estrangeiros como o *The Times* londrino e o *The New York Times*, a partir de uma concepção de imprensa empresarial:

[...] no quisieron publicar un diario meramente político y estudiaron el asunto hasta en sus menores detalles a fin de hacer un diario que sobreviviera a la campaña presidencial inmediata y que compartiese, si era posible, las posiciones conquistadas por *El Mercurio*.¹⁵²

No editorial de sua primeira edição, *La Nación* anunciava estar comprometido com um projeto de “prensa informativa liberal moderna”, diferentemente das folhas fundadas no século anterior, que tinham um caráter eminentemente de combate político-ideológico. O historiador Eduardo Santa Cruz ressalta que a noção de “imprensa modernizada” apoia-se, sobretudo, nos jornais que se caracterizam por procurar separar informação da opinião, relegada, pelo menos em teoria, aos editoriais, preservando-se assim o restante das páginas a conteúdos informativos e noticiários, concluindo que:

La Nación se limitó a proclamar en el editorial ya mencionado que su línea opinante y doctrinaria se reduciría a reflejar “con elevación de espíritu e imparcialidad el sentimiento liberal del país”, destacando el hecho de que estaba desligado de todo compromiso con la dirección de los partidos políticos y sin pretender representarlos. Por otro lado, se establecía de manera explícita que el diario naciente se dirigía a “la opinión ilustrada del país”.¹⁵³

¹⁵¹ SANTA CRUZ A., Eduardo. Op. cit., p. 28.

¹⁵² SILVA CASTRO, Raul. *Prensa y periodismo en Chile*. Santiago: Ediciones Universidad de Chile, 1958, p. 370.

¹⁵³ SANTA CRUZ A., Eduardo. Op. cit., p. 28-29.

Outra característica dessa imprensa moderna é o espaço dedicado à publicidade, responsável por grande parte de seu financiamento. Nessa primeira época, *La Nación*, dedicava três páginas completas a avisos comerciais e classificados, além de propagandas dispersas publicadas ao longo de suas páginas. O diário, nessa época, era publicado geralmente com 16 páginas.¹⁵⁴

Santa Cruz aponta que *La Nación* inovou o mercado comunicacional chileno em vários aspectos. Algo que se constituiu em forte fator de competitividade, o que explica o grande sucesso inicial conquistado pelo novo diário:

La fórmula ideada por Yáñez (el alma del diario, que revisaba todas sus páginas antes de despacharlas) había tenido éxito, era simple pero novedosa: a través de convenios informativos con *La Nación* de Argentina y con la agencia United Press Internacional (UPI) se le otorgó un amplio espacio a las noticias internacionales, como la Primera Guerra Mundial, la Revolución Rusa y la crisis de posguerra. Además, se potenció la cobertura deportiva casi inexistente entonces. A esto se sumó el aporte del equipo periodístico, que en su mayoría ya tenía experiencia en otros medios.¹⁵⁵

Desde o primeiro número, o jornal anunciou um serviço de notícias inédito no país, baseado em um convênio estabelecido com o jornal *La Nación* argentino e com a agência *United Press* de Nova York. Com essas parcerias, *La Nación* passou a apresentar ao público chileno a mais ampla cobertura de notícias no âmbito continental e mundial, superando inclusive o noticiário internacional de *El Mercurio*. Desse modo, cada edição do jornal publicava não menos que duas páginas de noticiário dedicado às notícias do exterior.

Além disso, fundamental para sua popularidade, foi *La Nación* ter conseguido desde sua fundação reunir um grupo de jornalistas e colaboradores com reconhecida experiência anterior e bastante conhecidos na cena cultural da época, que fizeram de suas páginas um espaço de publicação de crônicas que recebiam excelente acolhida. Assim, *La Nación* contou com uma equipe de conhecidos jornalistas e intelectuais, entre eles Inés Echeverría, Gabriel González Videla (futuro presidente da República), Carlos Dávila, Joaquín Edwards Bello, Aníbal Jara Letelier, Conrado Ríos Gallardo, Ernesto Barros Jarpa, Carlos Fanta, Ernesto Montenegro Nieto, Hernán Díaz Arrieta.

Já nos primeiros tempos, o diário dedicou grande atenção e destaque aos esportes, criando seções específicas para tratar do tema, algo que caracterizaria o jornal nas décadas seguintes, quando chegou a ganhar a alcunha de “jornal do esportista”. Nos primeiros anos de

¹⁵⁴ Ibidem, p. 29-30

¹⁵⁵ Idem.

existência, *La Nación* teve um rápido sucesso comercial, conquistando uma tiragem diária de 60 mil exemplares, tornando-se o vespertino mais lido do país até pelo menos fins dos anos 1920.¹⁵⁶

Foi na presidência do general Carlos Ibáñez del Campo que os rumos do jornal sofreram uma drástica mudança. Em 1927, uma década após sua fundação, a empresa proprietária de *La Nación* passou ao controle do Estado. Nessa época, Eliodoro Yáñez e seu jornal tinham uma posição bastante crítica a Ibáñez. Por esse motivo, e dada à popularidade do diário, o governo viu na aquisição do jornal um duplo objetivo: silenciar uma voz crítica, ao mesmo tempo em que conquistava um importante veículo para sua propaganda oficial. Depois de sofrer fortes pressões, Eliodoro Yáñez viu-se praticamente obrigado a vender o diário. Inicialmente contrário à ideia, ele acabou aceitando desfazer-se da empresa por cerca de 4 milhões de pesos, um montante considerado muito abaixo do real valor de mercado. Em seguida, sofrendo perseguições políticas, Eliodoro Yáñez partiu para o exílio, vivendo na França até a queda de Ibáñez em 1931.¹⁵⁷

O jornal, apesar da mudança de propriedade, seguiu com a mesma estrutura gráfica e as mesmas seções, sofrendo poucas mudanças e mantendo praticamente a mesma equipe de colaboradores até o fim da ditadura de Ibáñez em 1932.¹⁵⁸

Após a estatização, *La Nación* inicialmente ficou vinculado à presidência da República, sendo seu funcionamento normatizado e regulamentado por diversos decretos presidenciais. Posteriormente, por um Decreto Supremo de 23 de maio de 1934, foi criada a *Empresa Periodística La Nación S. A.*, que passaria a ter controle sobre a publicação do diário. O Estado passou a deter uma cota de 69% das ações, por meio do Fisco (ações ordinárias), e o restante foi repassado a investidores privados (ações preferenciais). A direção da empresa era composta por um presidente e um conselho formado por quatro conselheiros (dois representando o Estado, e dois os investidores particulares). Esse conselho era o responsável por eleger o diretor do jornal e os principais chefes de redação.¹⁵⁹ Pelos menos até o golpe de 11 de setembro de 1973, essa constituição acionária e organizativa da empresa controladora de *La Nación* manteve-se praticamente inalterada. Portanto, mesmo sendo um jornal cujo controle era feito pelo Estado, por ser o acionista majoritário, não estava isento de atender a interesses particulares, o que impunha alguns limites à completa autonomia que o governo tinha sobre sua publicação.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ DE CASTRO, Rodrigo. Op. cit., p. 431.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ *La Nación*, 14 jan. 1967, p. 8.

Com a queda de Ibáñez, em julho de 1931, *La Nación* foi fechado por um breve período, voltando a circular em 1932, durante a efêmera República Socialista¹⁶⁰. O responsável pela reabertura do jornal foi seu ex-diretor e então presidente da República, Carlos Dávila.

Nas décadas seguintes, *La Nación* deu grande destaque aos temas culturais, estabelecendo um perfil voltado para as classes médias e setores intelectuais. Isso sem, no entanto, deixar de lado a extensa cobertura esportiva que garantia popularidade ao jornal. Entre os decênios de 1940 e 1960, as edições dominicais traziam na capa contos e trechos de obras de importantes autores chilenos e estrangeiros. Por ela passaram escritos do brasileiro Graciliano Ramos, do norte-americano Ernest Hemingway, do guatemalteco Virgílio Rodríguez Macal, do russo Alexandre Pushkin entre outros. Ao mesmo tempo, destinava-se grande espaço para a crítica de arte, principalmente a literária, nas penas de reconhecidos críticos como Ricardo Latcham e Luis Menéndez. Não por acaso, o jornal foi dirigido por diversos escritores, como Hugo Silva Endeiza, Jocelyn de la Maza Gómez, Jorge Hubner Bezanilla, Jorge Luco Cruchaga, Carlos Prendes Saldías e Domingo Melfi.¹⁶¹

Essas características de *La Nación*, como pudemos observar, continuaram presentes durante o governo da UP. Sua revista dominical, por exemplo, continuou a dar amplo espaço para a crítica artística em geral, além de publicar poemas e trechos de obras literárias de autores consagrados e de novas promessas que surgiam no cenário cultural.

Nos anos 1950, sob a direção de Ramón Cortés Ponce, *La Nación* passou a destinar espaço também à crônica policial, que ajudou a transformar o jornal novamente em um dos mais vendidos do país. Além disso, surgiram suplementos que abordavam viagens, moda, sociedade e temas afins. Nesse período, a cobertura esportiva ganhou ainda mais espaço, com a publicação de um suplemento dedicado aos esportes, que ia às ruas toda segunda-feira e que conquistou grande popularidade, tendo como centralidade as informações sobre o campeonato

¹⁶⁰ Em 4 de junho de 1932, um movimento civil-militar formado por militantes socialistas liderados pelo advogado Eugenio Matte Hurtado e partidários do coronel da FACH Marmaduke Grove marcharam sobre *La Moneda*, forçando a renúncia do presidente Juan Esteban Montero. Formou-se uma junta de governo composta pelo general da reserva Arturo Puga, Eugenio Matte e Carlos Dávila, que proclamou a República Socialista do Chile. O coronel Grove assumiu o ministério da Defesa. Os comunistas e as federações de trabalhadores por eles influenciadas rejeitaram apoiar a nova República, sob o pretexto de que era um movimento militar. Ao mesmo tempo, setores militares, estudantes da Universidade Católica e as associações empresariais organizaram uma forte oposição, não reconhecendo o novo governo. Em 16 de junho, um grupo de oficiais do Exército da guarnição de Santiago lideraram uma contraofensiva que derrubou o governo. Em seus 13 dias de duração, a República Socialista começou a levar a cabo inúmeras reformas de caráter estrutural. Uma das medidas instituídas, que acabou continuando em vigor mesmo após a caída do governo, foi descoberta e utilizada pelo governo da UP. Tratava-se do direito do Estado expropriar legalmente empresas que tinham certos conflitos trabalhistas.

¹⁶¹ 56º aniversário de *La Nación*. *La Nación*, Santiago, 14 jan. 1973, p. 3.

nacional de futebol, incluindo reportagens fotográficas das principais partidas. Disso, derivou-se um costume que se manteve até o fechamento do jornal em 1973: todas as capas das segundas-feiras eram dedicadas à partida de futebol mais importante do domingo anterior. Havia também ampla cobertura sobre boxe, atletismo, xadrez, esporte amador e juvenil.¹⁶²

Não obstante as limitações de pluralismo político, uma vez que era um jornal controlado pelo Estado, o diário manteve uma incisiva linha editorial, em especial nas presidências de Gabriel González Videla (1946-1952) e Carlos Ibáñez del Campo (1952-1958). Muito conhecida ficaram as contendas nas páginas do jornal que promovia Dario Sainte-Marie, diretor de *La Nación* e futuro proprietário do *Clarín*, com o então candidato e futuro presidente Jorge Alessandri. No governo de Eduardo Frei Montalva (1964-1970), o jornal deu grande publicidade às reformas impulsionadas pelos democrata-cristãos, época em que *La Nación* passou a adotar o slogan "el diario al servicio de Chile", que na administração da UP seria substituído por "una voz y una idea al servicio de Chile".¹⁶³

1.4 *La Nación* em tempos de UP: Oscar Waiss e a nova direção do jornal

Em fevereiro de 1971, a direção do diário *La Nación* e a presidência da empresa *La Nación S. A.* foram assumidas pelo intelectual e militante socialista Oscar Waiss¹⁶⁴, que permaneceu à frente do jornal até o momento do golpe. Em janeiro de 1992, na ocasião em que *La Nación* comemorava 75 anos de existência, Waiss escreveu uma breve crônica recordando sua nomeação ao cargo de diretor do jornal e a postura pluralista pela qual buscou orientar a publicação:

[...] Fui amigo y compañero de luchas, aventuras y peleas con Salvador Allende. La noticia de mi nombramiento como director de *La Nación*, a comienzos del gobierno de la Unidad Popular, me comunicó Carlos Altamirano. Me llamó por teléfono y me dijo que hablara con Salvador, porque me acababa de nombrar director del diario. Recuerdo que éste me dijo: "Oscar, te entrego *La Nación*. ¡Me tienen loco! Todos me han asaltado por este puesto, pero yo he decidido nombrarte a tú, por tantas razones que tú conoces...". [...] Me criticaron por practicar el pluralismo en sus páginas. Le di espacio a un artículo de Radomiro Tomic que ni en el diario de la DC

¹⁶² Un diario al servicio del país, con 93 años de historia. *La Nación*, Santiago, 19 dez. 2010, p. 5.

¹⁶³ *La Nación*, Santiago, 14 jan. 1992, suplemento especial de aniversário, p. 2.

¹⁶⁴ Oscar Waiss Band nasceu em Concepción, em 16 de novembro de 1912; faleceu em Santiago, em 19 de setembro de 1994. Foi advogado, formado em direito pela Universidade de Concepción, escritor, jornalista e militante de várias organizações socialistas. Publicou livros de contos, romances e obras de natureza política. Ao longo do texto traremos mais informações sobre sua biografia e trajetória político-intelectual.

entonces, *La prensa*, se lo habrían aceptado. Salvador me llamó para felicitarme [...] ¹⁶⁵

Ao longo deste trabalho, discutiremos como de fato existiu algum intento de tornar *La Nación* um espaço plural. Porém, não sem evitar desequilíbrio e falta de isonomia no espaço dedicado às diferentes concepções políticas que constituíam a UP. Em geral, acabou-se por privilegiar determinados atores políticos e linhas estratégicas em detrimento de outras. A postura pluralista também teve uma nítida oscilação conjuntural. Em alguns momentos existiu mais espaço para o debate, incluindo publicações de militantes da democracia-cristã e do MIR, e bastante lugar para Carlos Altamirano, como porta-voz das posições *rupturistas*. Não obstante, na grande parte do tempo, a linha do jornal esteve majoritariamente vinculada às posições de Allende.

É bastante perceptível a mudança da linha editorial do jornal após Waiss assumir a direção. Até então, desde a posse de Allende, *La Nación*, que apoiara a candidatura do democrata-cristão Radomiro Tomic, limitou-se a defender a efetivação da posse do socialista sem fazer críticas ou uma defesa mais explícita das posições do novo governo. Sob a direção de Waiss, *La Nación* assumiu uma linha editorial de nítido apoio ao “governo revolucionário”, termo pelo qual, em geral, o jornal se referia ao governo da UP.

Quando assumiu *La Nación*, Waiss já era um reconhecido militante socialista de longa trajetória e autor de diversas obras teóricas que tiveram significativa importância na história das lutas políticas entre as diferentes frações e agrupamentos do socialismo chileno. Por conseguinte, pensamos ser relevante um breve estudo de suas ideias e de sua trajetória político-intelectual, uma vez que, como veremos, terão grande influência nos editoriais e nos discursos políticos do jornal.

Para a historiadora Eugenia Palieraki, Oscar Waiss teve o importante papel de promover uma renovação ideológica no socialismo chileno nos anos 1950. Suas obras exerceram considerável influência, contribuindo tanto para os debates internos do PS, como para a formação da nova geração de militantes que daria origem ao MIR. ¹⁶⁶

Nessa época, sucessivos fracionamentos ocorreram no PS, em virtude de acirradas disputas internas. Essas crises ocorreram em um contexto de declínio do projeto da Frente

¹⁶⁵ WAISS, Oscar. Tiempos de pluma en ristre. *La Nación*, Santiago, 18 jan. 1992, p. 10.

¹⁶⁶ PALIERAKI, Eugenia. ¡La revolución ya viene! El Mir chileno en los años sesenta. Santiago: LOM Ediciones, 2014, p. 48-49.

Popular¹⁶⁷ e da perda de força política dos partidos da esquerda nos anos 1940. A aprovação da “Lei de defesa permanente da democracia”, popularmente chamada de “lei maldita”, durante o governo de Gabriel González Videla, também teve grande impacto nas esquerdas, levando a novas divisões entre socialistas, alguns favoráveis e outros contrários à medida. O PC, que integrara o gabinete ministerial de González Videla, foi severamente afetado pela lei. No contexto de perseguição aos comunistas no início da Guerra Fria, essa medida repressiva colocou o PC na ilegalidade entre 1948 e 1958, prescrevendo os registros eleitorais de seus filiados, cassando mandatos, proibindo seus militantes de ocuparem cargos sindicais e levando à prisão de alguns de seus dirigentes. De acordo com estatísticas oficiais, os comunistas tiveram grande redução de inscritos nos registros eleitorais, principalmente em regiões mineradoras. O PC perdeu, por exemplo, 20% do número total de eleitores inscritos em Chuquicamata (região de mineração de cobre); 34%, em Pedro de Valdivia (salitre); 40%, em Toco (salitre); 58%, em Lota (carvão). Em 1947, os comunistas haviam liderado importantes greves em algumas dessas regiões, principalmente a greve do carvão em 1947, conquistado grande influência política, um dos motivos dos atritos com González Videla.¹⁶⁸

O fracasso da experiência de aliança com os radicais, a crise dos grandes partidos da esquerda e o fortalecimento das forças de direita levaram ao início de profundas e acaloradas polêmicas no campo socialista e comunista. Debates que tiveram como foco os caminhos e vias para a superação do capitalismo. Nesse sentido, conforme escreveu Palieraki, a obra de Waiss *Nacionalismo y socialismo en América Latina*, publicada em 1954, teve calorosa recepção e ampla difusão entre os socialistas, influenciando as concepções do socialismo chileno de forma duradoura.¹⁶⁹

¹⁶⁷ A estratégia da “Frente Popular” foi uma reorientação política da Internacional Comunista (IC) após a vitória do nazismo na Alemanha. No período anterior, os comunistas apostaram na perspectiva que ficou conhecido como estratégia de “classe contra classe”, voltada para o horizonte imediato de revoluções proletárias; isso em um momento em que o movimento operário ainda apoiava massivamente, em vários países europeus, partidos socialdemocratas, como o SPD alemão. Essa estratégia levou, por exemplo, a que os comunistas criassem dificuldades para o estabelecimento de alianças com a socialdemocracia na Alemanha, o que impediu a formação de uma frente unitária para enfrentar o nazismo. Após a derrota na Alemanha, a IC passou a adotar a tática de frentes antifascistas não só em unidade com a socialdemocracia, como também com setores considerados “progressistas” das burguesias nacionais. Essa estratégia depois se tornará permanente, ganhando o nome de Frente Popular, estendendo-se para todos os países com atuação comunista. No Chile, a Frente Popular, aliança estabelecida principalmente pelos partidos Comunista, Radical e Socialista, venceu as eleições de 1938. O PS deixou a coligação e o governo em 1941. Os comunistas mantiveram sua coligação com os radicais até 1947, ano em que foram expulsos do governo. Nesse período, foram eleitos presidentes os radicais: Pedro Aguirre Cerda (1938), Juan Antônio Ríos (1942) e Gabriel González Videla (1946).

¹⁶⁸ CORREA SUTIL, Sofia. Op. cit., p. 148.

¹⁶⁹ PALIERAKI, Eugenia. Op. cit., p. 48-49. JOBET, Julio. *El Partido Socialista de Chile*. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1971, tomo II.

Ademais, o texto de Waiss, segundo o historiador Marcelo Casals Araya, também é um marco na busca de um modelo geral e alternativo ao que era até então defendido pelos socialistas chilenos. De acordo com o autor, em *Nacionalismo y socialismo* há uma nítida influência de Mariátegui nas preocupações de Waiss em apresentar uma perspectiva regional para os problemas do socialismo chileno. Além disso, Waiss discute como no Chile era preciso pensar uma fusão das etapas “democrático-burguesa” e “socialista” da revolução (uma separação defendidas pelos comunistas), algo muito próximo das teorias trotskistas da Revolução Permanente.¹⁷⁰

Aliás, alguns autores chegam a afirmar que Waiss fazia parte da tradição trotskista¹⁷¹. No entanto, ele mesmo afirmava que, apesar de proximidade com o trotskismo no início de sua militância política, acabou por se afastar dessa perspectiva ao se posicionar contrariamente à formação da IV Internacional e ao estabelecer polêmicas com o próprio Trótski, sobretudo em relação à formação da Frente Popular no Chile.¹⁷² Waiss também relata a influência que sofreu da obra do peruano José Carlos Mariátegui. Aliás, em *La Nación*, décadas depois, Waiss assinou alguns editoriais usando o pseudônimo de “Amauta”, título de uma revista editada por Mariátegui no fim da década de 1920.

Em *Nacionalismo y socialismo*, após um longo estudo sobre o desenvolvimento político e econômico das principais nações latino-americanas, Waiss criticou a noção de que as distintas sociedades evoluiriam por meio de “leis gerais” e afirmou que as particularidades nacionais seriam fundamentais para se pensar estratégias e táticas no desafio de construção da revolução socialista. As especificidades de cada país influenciariam a composição social dos movimentos, seu arco de alianças, as bandeiras de luta, formas organizativas e os ritmos pelas quais seria possível propor a superação do capitalismo. Entretanto, tal análise não o fez

¹⁷⁰ CASALS, ARAYA. Marcelo. El alba de una revolución. Santiago: LOM ediciones, 2010, p. 47.

¹⁷¹ Cf. LÓPEZ LOZOYA, Ivette, El pensamiento político latinoamericano y su recepción, creación y circulación en MIR chileno. In: ARANA GONZÁLEZ (org.) et al. *Sociedades en conflicto. Movimientos sociales y movimientos armados en América Latina*. Buenos Aires, Imago Mundi, 2016.

¹⁷² As polêmicas de Waiss com o trotskismo são relatadas em seu livro de memórias. Alguns de seus textos à época, entre 1934 e 1936, foram publicados no semanário *Izquierda*. Waiss menciona uma “extensa carta” que o próprio Trótski havia escrito para esse semanário, desde o exílio mexicano, em respostas às polêmicas sobre a constituição da Frente Popular no Chile. Waiss escreve que “Según Trotsky el frente popular era una trampa y debíamos denunciarlos airadamente”. Todavia não foi possível localizar tal carta, que não consta em nenhuma das coletâneas de textos do revolucionário russo e, aparentemente, acabou por não ser publicada no semanário *Izquierda*. Contudo, como afirma o historiador francês Pierre Broué, responsável pela publicação dos 27 volumes de *Cahiers Léon Trotsky*, destinado à obra completa do velho bolchevique, há inúmeros arquivos de textos escritos por Trótski e enviados a dirigentes comunistas latino-americanos que se encontram perdidos ou em coleções vedadas ao acesso público ou de localização desconhecida, citando o caso do arquivo com os papéis pessoais do dirigente socialista chileno Manuel Hidalgo. Cf. WAISS, Oscar. *Chile Vivo. Memorias de un socialista: 1928-1970*. Santiago: Centro de Estudios Salvador Allende, 1986, p. 59-61; BROUÉ, Pierre. Le mouvement trotskyste en Amérique latine jusqu'en 1940. *Cahiers Leon Trotsky*, n. 11, set. 1982.

romper com a ideia teleológica da “inevitable revolución latino-americana”.¹⁷³ Waiss também toca no tema da “excepcionalidade chilena”, ideia de que o Chile, diferentemente dos países vizinhos, teria uma sólida história política sem grandes abalos ou rupturas. A historiografia chilena há muito discute como a história do país não pode ser caracterizada por uma linear e pouco conflituosa tradição política que teria levado quase naturalmente o Chile a uma República bem ordenada. O conflituoso processo de independência; a dominação e massacre dos povos indígenas; a Guerra Civil de 1891, que deu origem ao semiparlamentarismo; o regime ditatorial entre 1927 e 1932; os massacres contra movimentos grevistas, como o ocorrido na Escola de Santa Maria em 1907, em Iquique, no qual morreram, segundo fontes oficiais, 500 trabalhadores portuários; o forte anticomunismo que colocou o Partido Comunista na ilegalidade na década de 40 são alguns exemplos da tortuosa e sangrenta história política chilena anterior ao golpe de 1973.¹⁷⁴

Esse tema terá ênfase nos discursos da imprensa durante o governo da UP e que analisaremos com mais propriedade nos dois próximos capítulos, ao estudarmos como *La Nación* e *El Mercurio* evocaram e reafirmaram a tese da “excepcionalidade chilena”. Em *Nacionalismo y socialismo*, Waiss acaba por reproduzir de forma pouco crítica essa ideia da “excepcionalidade” chilena:

Durante más de cien años de vida independiente — por decirlo de algún modo — las naciones latinoamericanas no han conseguido estabilidad política. La excepción puede ser Chile, a pesar de que, por lo menos en dos oportunidades, 1891 y 1924, el régimen jurídico normal descarriló por algún tiempo.¹⁷⁵

Além disso, Waiss polemiza indiretamente com as teses do PC sobre a revolução por etapas, defendendo que o processo revolucionário na América Latina e as particularidades para sua conquista tinham uma natureza determinada por questões regionais, advogando que, portanto, seria necessário fazer uma leitura heterodoxa dos livros clássicos de Marx e Lenin. Uma proposta que, como destaca Palieraki, foi uma primeira formulação de uma via para o socialismo adaptada às especificidades chilenas e que mais tarde seria concretizada pela UP.¹⁷⁶

¹⁷³ WAISS, Oscar. *Nacionalismo y socialismo en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Iguazú, 1961, p. 21.

¹⁷⁴ Sobre isso ver: PINTO VALLEJOS, Julio; SALAZAR, Gabriel. *Historia contemporánea de Chile*. Santiago: LOM, 2014. 4v.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 23.

¹⁷⁶ PALIERAKI, Eugenia. *Op. cit.*, p. 49.

Outro aspecto essencial da obra de Waiss aparece na centralidade que o autor confere à conexão das lutas nacionalistas e socialistas, buscando incorporar aspectos do nacionalismo ao processo revolucionário anticapitalista. Dessa forma, o autor discute a importância dos socialistas disputarem os rumos dos movimentos de contestação ao imperialismo com a “burguesia” e os “caudilhos civis e militares”, visando fortalecer a opção estratégica socialista. O autor, em boa parte da obra, adota uma postura de ressaltar a importância do nacionalismo e da consciência nacional para as lutas populares. Para Waiss, a condição de exploração que sofreu o continente e a falta de uma distribuição de terras “retardaron en todos los países de América Latina la formación de una conciencia nacional en el pueblo”. Não é de se estranhar, como se verá, que em *La Nación*, durante a administração de Waiss, as lutas identificadas ao anti-imperialismo adotarem um discurso de nítida exaltação patriótica e nacional. Ressalte-se, todavia, que um traço distintivo de Waiss em relação a outras perspectivas nacionalistas de esquerda é a relação estreita que o autor confere entre o nacional e o continental. Para Waiss, as questões nacionais estavam entrelaçadas em uma perspectiva de revolução latino-americana, aspecto que o autor discute longamente em dois capítulos de sua obra, intitulados “El carácter de la revolución latino-americana”.

Nacionalismo y socialismo teve também a intenção, segundo Tomás Moulian, de buscar compatibilizar e justificar a participação dos socialistas no governo do general Ibáñez¹⁷⁷, desenvolvendo a noção de uma “República Democrática de Trabajadores”.¹⁷⁸ Nesse sentido, Waiss argumentava:

El nacionalismo latino-americano, sin la participación activa de dirigentes de convicción y mentalidad socialista, no es capaz de destruir a las clases sociales más reaccionarias y mantiene en su integridad el régimen capitalista y el sistema político de la democracia burguesa.¹⁷⁹

Ideias que estão inseridas em um sentido analítico que fez com que Waiss passasse a ser visto como um marxista não dogmático. O autor afirmava, assim, que a unidade entre os

¹⁷⁷ O general Ibáñez retornou a presidência do Chile, dessa vez eleito, para o mandato de 1952 a 1958. Nessa eleição, Allende concorreu pela primeira vez ao cargo presidencial, após ter deixado o PSP e retornado ao PS. Oscar Waiss, porém, seguiu no PSP, que apoiou a eleição de Ibáñez e depois fez parte do governo. O PSP e Waiss romperam com Ibáñez em 1955, após o governo ter reprimido duramente vários processos de lutas populares. Pouco tempo depois, o PSP e PS se unificaram no processo eleitoral de 1958, em que Allende foi derrotado por uma estreita margem de votos por Jorge Alessandri.

¹⁷⁸ MOULIAN, Tomás. *La vía chilena al socialismo*: itinerario de la crisis de los discursos estratégicos de la Unidad Popular. In: PINTO VALLEJOS, Julio. *Hacer la revolución en Chile*. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Org.). *Cuando hicimos historia. La Experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005, p. 41-42.

¹⁷⁹ WAISS, Oscar. Op. cit., p. 169.

setores populares e os setores nacionais desenvolvimentistas e anti-imperialistas, em uma época em que as lutas de libertação nacional tinham grande impacto no imaginário social, representava a superação dos discursos sem vida e estereotipados, indicando que o marxismo era uma “filosofia da ação”. É a prática e a experimentação, dizia Waiss, que permitia a “classe social progressiva” adquirir a capacidade de ganhar “la confianza del resto del pueblo y asumir el poder para realizar sus propios fines”. Desse modo, um dos traços distintivos de Waiss era a constante crítica ao dogmatismo, embora nem sempre ele próprio conseguisse escapar de alguns rígidos arcabouços teóricos de um marxismo mais estreito. Em um tom irônico e incisivo, que lhe eram característicos, concluiu em *Nacionalismo y Socialismo*:

Un partido revolucionario sin principios, es como un cuerpo sin alma. Pero un partido que se dedique a rumiar mecánicamente sus principios, es como un cuerpo con alma, pero sin cerebro. No se es revolucionario solamente por el hecho de repetir determinadas fórmulas cabalísticas o aún conocer los elementos esenciales del materialismo dialectico; hace falta, además apreciar debidamente la correlación de las diversas fuerzas en lucha, ubicarse frente a los partidos y los hombres que representan el pensamiento de los diversos sectores, maniobrar hábilmente para asegurarse el control de las acciones y apreciar en su conjunto toda la situación, para saber hasta dónde se puede transar o en qué medida es preciso mantenerse intransigente.¹⁸⁰

Não deixa de ser irônico, contudo, que Waiss tenha escrito essas linhas em um momento no qual seu partido participava de um governo que, em pouco tempo, desencadearia uma dura repressão às lutas populares, motivo inclusive que fez os socialistas romperem com Ibáñez. A crise da aliança entre socialistas e Ibáñez marcou também, segundo Tomás Moulian, a crise do projeto de orientação nacional-popular chileno. Embora traços e noções teóricas dessa orientação nunca tenham deixado de ter grande força nas esquerdas do país.¹⁸¹

As principais contribuições teóricas de Waiss surgiam em um momento de grande reflexão sobre os problemas estratégicos do socialismo e a releitura críticas dos principais referenciais clássicos do marxismo revolucionário. O PC chileno, que já desde o início da década de 1950 iniciara discussões sobre a possibilidade de uma “via pacífica” ao socialismo, deu um salto em suas elaborações teóricas após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956, consolidando sua linha estratégica.¹⁸²

Nesse célebre Congresso, ademais das questões sobre a “via pacífica”, se formularam duras críticas ao “culto à personalidade” e às práticas e aparatos repressivos do período

¹⁸⁰ WAISS, Oscar. Op. cit., p. 183.

¹⁸¹ MOULIAN, Tomás. *Democracia y socialismo en Chile*. Santiago: FLACSO, 1983.

¹⁸² MOULIAN, Tomas. *La forja de ilusiones: el sistema de partidos 1932-1973*. Santiago: Universidad Arcis, 1993.

staliniano, revelados no famoso relatório lido por Nikita Krushev aos delegados do encontro (e que seria publicado na URSS somente décadas depois). O ex-secretário do PC chileno Luis Corvalán, em suas memórias, comenta que a “desestalinização” do comunismo internacional significou um grande esforço — emocional mais que racional — para seus militantes, na medida em que baixava do pedestal o homem que por muitos anos foi admirado “[...] como representante del Partido que había abierto a la humanidad la era del socialismo y del pueblo que había aplastado el fascismo.”¹⁸³

Em uma época em que a questão das “vias nacionais” começava a ser debatida pelos comunistas em vários países do mundo, as teses apresentadas no XX Congresso significaram uma necessária sanção doutrinária para que o PC chileno avançasse no tema da “via pacífica”. Os debates do XX Congresso sustentaram que, em virtude da correlação de forças de classes de cada país, abrir-se-ia em certos países a possibilidade de conquistar o poder pacificamente, sem a necessidade de insurreições armadas, apoiando-se nas instituições parlamentares existentes. No marxismo chileno, Casals Araya aponta que a crítica sistemática à concepção de “via pacífica” foi feita, nos últimos anos da década de 1950, a partir dos escritos de “tres de sus más destacados teóricos: Salomón Corbalán, Oscar Waiss y Alejandro Chelén”.¹⁸⁴

No opúsculo *Vía pacífica o revolución*, publicado em 1961, Waiss buscou resgatar obras clássicas do marxismo para estabelecer uma crítica estratégica à “via pacífica”. Com uma profusão de citações sobretudo de Lênin, o autor reafirmou o caráter de classe do “Estado burguês”, a impossibilidade de reformá-lo e a necessidade inexorável da revolução violenta para transformar suas estruturas.

Em uma discussão essencialmente de hermenêutica textual, Waiss chega a negar o caráter de “marxista” da concepção de “via pacífica”, uma vez que aspectos de sua teoria estariam em contradição fundamental com postulados do marxismo. Nesse sentido, Waiss aponta que a democracia, segundo a teoria marxista, “es una forma política que emplea el Estado para regular las relaciones entre las clases sociales que integran la nación”, colocando em antagonismo a “democracia burguesa” e a “democracia proletária”. A primeira tenderia a levar à restrição da participação política, abrindo caminho ao fascismo, quando “resulta impotente para contener el avance de las masas”. Enquanto a segunda deveria eliminar as formas de dominação das classes proprietárias e extinguindo paulatinamente o Estado. Waiss concluía que as formulações teóricas da “via pacífica” se apoiavam “sobre la debilísima base de algún párrafo aislado en que se admitió la remota posibilidad, la curiosa excepción, de que

¹⁸³ CORVALÁN, Luis. *De lo vivido y lo peleado, memórias*. Santiago, LOM, 1999, p. 58.

¹⁸⁴ CASALS ARAYA, Marcelo. Op. cit., p. 59-73.

podiera observarse alguna vez, una transferencia pacífica del poder, de manos de los opresores a la de los oprimidos”.¹⁸⁵

Essa crítica, e a feita por outros autores, como sugere Casals Araya, constituíram, apesar de suas lacunas e problemas, construções lógicas e coerentes dentro da perspectiva marxista, tendo influências significativas nos rumos do PS. Casals Araya afirma que o PS passava por um processo de “leninização”, referindo-se a adoção cada vez mais estreita de um modelo de partido inspirado nas concepções bolcheviques, culminando na adoção das teses da revolução armada em seu Congresso de 1967. Contudo, o autor também indica que os socialistas não conseguiram lograr, de forma concreta, um projeto de transformação social a partir de suas críticas ao modelo da “via pacífica”. Além disso, observava-se uma tensão contínua entre prática gradualista/sistêmica e as análises e caracterizações de viés *rupturista*. Tensão produzida principalmente “por el crónico oportunismo del partido, lo cual llevó a que, en la acción cotidiana, se expresara un claro riesgo electoralista, mientras que discursivamente rechazara la institucionalidad burguesa”.¹⁸⁶ Tomás Moulian acrescenta que a busca de uma “leninización”, procurando reafirmar a postura revolucionária crítica ao pacifismo, deu origem a um PS contraditório, em que o “mundo de la teoría y el de la política real tendían a una creciente disociación”. Isso, pois, segundo Moulian, o PS tinha uma característica “asambleísta”, onde coexistiam tendências de caráter caudilhesco e de natureza doutrinária. Além disso, a força centrífuga do sistema institucional, com sua dinâmica parlamentar e eleitoral, acabavam por arrastar e determinar a prática política do partido.¹⁸⁷

Nas polêmicas e debates da esquerda chilena dos anos anteriores à formação da UP, Oscar Waiss exerceu incisiva postura crítica às contradições entre a prática e a teoria na atuação do PS. Em *Una carta a los jóvenes socialistas* e depois no opúsculo *O espejismo del 64*, Waiss explicitou as ambiguidades da direção socialistas e teceu duras críticas à linha adotada pelo PS em relação à política do partido para a eleição presidencial de 1964. Ele criticou também os vícios originados da adaptação do partido à institucionalidade democrática. Estes textos, segundo Casals Araya, foram importantes influências teóricas que levariam o PS a assumir a estratégia em seus congressos seguintes. Nesse Congresso, saiu derrotado o grupo liderado por Raúl Ampuero, defensor da tese gradualista que orientara o partido em sua aliança com o PC na eleição presidencial de 1964, na qual Allende foi

¹⁸⁵ WAISS, Oscar. *Via pacífica o revolución*. Ni dogmatismo ni revisionismo: Leninismo. Santiago, [s. n.], 1961, p. 8-17.

¹⁸⁶ CASALS, ARAYA. Marcelo. Op. cit., p. 76.

¹⁸⁷ MOULIAN, Tomás. *Democracia y socialismo en Chile*. Santiago: FLACSO, 1983, p. 89.

derrotado por uma considerável diferença de votos pelo democrata-cristão Eduardo Frei Montalva.¹⁸⁸ Escreveu Waiss:

No acierto a explicarme como, en el año de gracia de 1962, se puede haber retrogradado teóricamente a la majadería de la vía pacífica que presupone la pasividad de los organismos tradicionales de presión de clase, sin contar con la neutralidad absurda del imperialismo yanqui. Si ello resulta explicable en los comunistas, que actúan en función de relaciones internacionales complejas, no es soportable en los socialistas revolucionarios que encarnan, o deben encarnar, la necesidad revolucionaria de nuestro pueblo. [...] Todas las variaciones sobre el mismo tema, la llegada al poder por la vía pacífica, terminan riñendo, no solo con la doctrina revolucionaria, sino con la lógica formal.¹⁸⁹

Ademais, segundo Palieraki, em *O espejismo de 1964*, Waiss desenvolveu argumentos que foram retomados e utilizados reiteradamente pelo MIR até 1973.¹⁹⁰ Nessa obra, Waiss apresentou novos e aprofundados postulados críticos às concepções gradualistas/sistêmicas e da “via pacífica”. Como afirma Casals Araya, “El texto de Waiss no fue solo un rechazo a la línea sistémica de la izquierda por las complejidades prácticas que generaba, sino que también consistió en un cuestionamiento global a su validez intrínseca como práctica política”.¹⁹¹

No início dos anos 1960, uma série de militantes identificados com as posições mais radicais e críticas à “via pacífica” foram expulsos do PS, entre eles Oscar Waiss. Como acontece muitas vezes nesses casos, as pugnas ocorrem com justificativas alheias às disputas políticas de fundo. Waiss havia denunciado a direção do partido — nessa época controlada por Raúl Ampuero, defensor da “via pacífica” e do acordo eleitoral com os comunistas — por ter recebido um auxílio de setenta e cinco mil dólares da Ação Democrática Venezuelana, de Rómulo Betancourt¹⁹². Essa remessa, que tinha sido mantida em segredo pela direção do partido, chegou quando o presidente Betancourt colocava em marcha uma grande operação de repressão contra a guerrilha venezuelana. Waiss foi acusado de indisciplina e expulso pelo tribunal nacional disciplinário do PS, no qual apenas Alejandro Chelén Rojas, adepto das críticas à “via pacífica”, saiu em sua defesa.

Os dois anos seguintes foram marcados pela expulsão sistemática de todos os dirigentes regionais do PS que haviam apoiado Waiss. A maior parte desses militantes

¹⁸⁸ CASALS ARAYA, Marcelo. Op. cit., p. 89.

¹⁸⁹ WAISS, Oscar. *El espejismo del 64*. Santiago, Victoria, p. 132-133.

¹⁹⁰ PALIERAKI, Eugenia. Op. cit., p. 50.

¹⁹¹ CASALS ARAYA, Marcelo. Op. cit., p. 90.

¹⁹² A *Acción Democrática* era uma corrente de viés socialdemocrata que governou a Venezuela por vários períodos a partir dos anos 1940. Rómulo Betancourt foi presidente do país entre 1945 e 1948, e nos anos de 1959 a 1964.

expulsos se uniu ao trotskista Partido Obrero Revolucionário (POR). Waiss seguiu outro caminho, passando a militar de forma independente até a criação do MIR, em agosto de 1965, quando foi eleito para o primeiro Comitê Central da organização. Como já mencionamos, o MIR surgiu unificando uma miríade de militantes das mais diversas tradições políticas. Descontente com a hegemonia que ganhava Miguel Enríquez e a aproximação da organização com Cuba, Waiss deixou o MIR em 1967, assim como outro histórico dirigente oriundo do PS: Enrique Sepúlveda. Nos anos seguintes, Waiss seria reincorporado ao PS e sua sanção de expulsão extinta.¹⁹³

A partir de 1964, Waiss passou a trabalhar como articulista e posteriormente chefe de redação do diário *Clarín*, um dos jornais de maior circulação do Chile à época, de propriedade do empresário e jornalista Darío Sainte-Marie. Sob o pseudônimo de Lord Callampa, Waiss dedicou seu espaço no jornal para apoiar a candidatura de Allende, também apoiada por Sainte-Marie (que dividia o apoio com a candidatura democrata-cristã de Frei Montalva). Depois da vitória da DC, Waiss transformou seus artigos em uma tribuna crítica ao governo. *Clarín*, no entanto, mantinha columnistas ligados à DC, sobretudo à sua ala esquerda, buscando apresentar-se como espaço plural e democrático, o que significava que no jornal apareciam também críticas aos socialistas e a Allende. Waiss, todavia, recorda que, quando se começou a ventilar a possibilidade de uma nova candidatura de Allende em 1970, procurou ter uma postura, como chefe de redação, de evitar excessos críticos em relação aos socialistas:

Poco después decidí, como Jefe de Redacción, no publicar un artículo virulento contra Allende, en el cual sostenía que sí este presentaba nuevamente su candidatura a la presidencia, los obreros se reírían a gritos. Una cosa es dejar en libertad a los columnistas para expresar su pensamiento y otra convertir a *Clarín* en una trinchera antipopular idéntica a *El Mercurio* o *PEC*.¹⁹⁴

Sem dúvidas, o período de Waiss no *Clarín* foi aspecto significativo para que fosse escolhido como diretor de *La Nación*. Sua postura de contribuir para que o popular diário apoiasse a candidatura de Allende nas eleições de 1964 e 1970, somada à popularidade de seus artigos no jornal, faziam de Waiss um nome forte para a indicação. Além disso, contava a seu favor sua longa trajetória na militância socialista e sua experiência como editor e redator em diferentes jornais ao longo da vida.

¹⁹³ PALIERAKI, Eugenia. Op. cit., p. 58.

¹⁹⁴ WAISS, Oscar. *Chile Vivo. Memorias de un socialista: 1928-1970*. Santiago: Centro de Estudios Salvador Allende, 1986, p. 147.

A partir das fontes consultadas, entretanto, pudemos constatar que a iniciativa da nomeação de Waiss como diretor de *La Nación* tem diferentes versões. Além disso, em muitos locais se afirma que Allende e Waiss tinham uma amizade íntima, algo que o próprio Waiss não corrobora em seu livro de memórias. Sobre sua nomeação como diretor de *La Nación*, Waiss afirmou que foi uma iniciativa do próprio presidente “fui designado por La Comisión Política, a petición de Allende”¹⁹⁵, informação que é replicada em outras fontes. Em suas memórias, Ozren Krstulovic, secretário particular de Allende à época, todavia, apresentou outra versão: “Jamás fueron amigos, sino más bien adversarios. Sin embargo, con amplitud de criterio y generosidad, Allende aceptó, a petición del PS y ya como Presidente de la República, que se designara a Waiss como director general de *La Nación*.”¹⁹⁶

Allende e Waiss iniciaram a militância política juntos no grupo *Avance*, agrupação juvenil com destacada atuação na Universidade do Chile nos anos de ditadura do general Ibáñez. Nas décadas seguintes, compartilharam inúmeras campanhas políticas e por muitos anos fizeram parte dos mesmos organismos partidários. A versão mais provável, porém, é que não tinham uma relação de amizade próxima. Tudo isso não impediu que estabelecessem uma cordial relação política nos anos em que Waiss foi diretor do jornal. Em entrevista ao autor deste trabalho, Ruby Weitzel Perez, chefe de informações de *La Nación* durante o governo da UP, afirmou que Waiss se reunia quase diariamente com Allende para discutir as pautas do jornal. Além disso, ela nos relatou um prosaico episódio da vida interna do jornal em tempos de grande polarização social, que indica o caráter cordial da relação entre o presidente e o diretor de *La Nación*:

Oscar Waiss, no era un político dogmático, aunque fuera un político de viejo cuño. Era un hombre muy conciliador y respetuoso de sus periodistas. Muy valorador del trabajo de las mujeres periodistas. Además sabía apreciar el desempeño, y la entrega que los profesionales ponían en su trabajo. No está de más recordar que fue él quien me volvió al sector Moneda y fue él quien me designó Jefa de Crónica y luego de Informaciones, sin ser yo militante de la Unidad Popular.

De hecho tuvo que hacer frente a una paralización de los periodistas de la Nación, militantes de la Unidad Popular cuando fui nombrada Jefa de Informaciones argumentando ellos que yo no era una persona de confianza del régimen.

Puedo contarte como anécdota, que en ese momento no era nada de anecdótico, por el contrario, que esta actitud de los periodistas,

¹⁹⁵ Ibidem, p. 154.

¹⁹⁶ KRSTULOVIC, Ozren. *Allende, el hombre y el político: memorias de un secretario privado*. Santiago: Ril Editores, 2007.

especialmente socialistas, enfureció a don Oscar al punto que al segundo día de paralización me llamó a su oficina y me dijo:

Ruby, póngase la chaqueta y sígame sin hablar...

Bajó rápidamente los tres pisos, a pesar de su cojera, seguido por mí. Cruzamos la Plaza de la Constitución y sin una sola explicación a nadie, entramos a La Moneda, subimos las escalas y sin aviso a la secretaria o al edecán, entramos al despacho presidencial. Yo no podía creer que, así de pronto, me encontraba frente al Presidente Allende que de pie, frente a su escritorio, hablaba por teléfono. Le hizo una seña a don Oscar que se esperara y luego se acercó a nosotros. Luego de darse la mano, don Oscar, me presentó:

— La compañera Ruby Weitzel, Jefa de Informaciones.

Me saludó con un apretón de manos y un beso al tiempo que le decía:

— ¿Qué te trae por aquí, Oscar...?

— Mira Salvador, los periodistas socialistas están de paro porque la nombré Jefa de Informaciones del diario...

Nombra a otro pues Oscar, la solución la tienes tú.

— No, Salvador... como están las cosas, no confío en nadie más para el cargo.

— ¿Y por qué no la quieren...?

— Porque no es militante de la UP.

— Compañera... ¿y por qué no milita así terminamos con el problema.

— Perdón, Presidente, pero creo que un periodista no debe militar en ningún partido político...

Bueno, está bien. Oscar, voy a hablar con Hernán del Canto (ministro del Interior) para que termine con este problema. Ándate tranquilo con tu jefa de informaciones.

Cuando llegamos de regreso al diario, la paralización de los periodistas socialistas había terminado.¹⁹⁷

A partir desse estudo da trajetória político-intelectual de Waiss, é bastante interessante notar que Allende tenha dado aval para que *La Nación* fosse comandada por um socialista historicamente identificado às posições *rupturistas*. Tal nomeação se explica em parte pela força política do PS e de Carlos Altamirano, mas é possível pensar em outras questões. Primeiro que a nomeação de Waiss reforçava o discurso pluralista de Allende, indicando alguém para a direção de *La Nación* que não estava identificado, pelo menos aparentemente, com sua própria visão de transição ao socialismo. Ademais, há um fator de importante cálculo político: Waiss, sobretudo, assumia um compromisso com Allende e com a UP. Sua influência e respeito entre os grupos *rupturistas* poderia significar um importante fator de controle. Como veremos, as posições mais extremadas da UP — e do próprio MIR — tiveram apenas ocorrência ocasional no jornal. A linha editorial que *La Nación* assumiu foi, em geral,

¹⁹⁷ WEITZEL PEREZ, Ruby. Entrevista ao autor por correio eletrônico, dez. 2016.

nitidamente alinhada às posições de Allende. Carlos Altamirano, figura que apareceu inúmeras vezes em reportagens e entrevistas em *La Nación*, por vezes passava longos períodos sem lugar nas páginas do diário. Entretanto, a linha editorial do jornal não foi linear, sem contradições e ambiguidades. Em alguns momentos, críticas às posições de Allende acabaram por surgir em *La Nación*, principalmente dando voz a atores políticos próximos às teses dos setores rupturistas.

Uma questão importante que nos colocamos nessa pesquisa foi a respeito do grau de autonomia que o jornal poderia ter, por pertencer a uma empresa majoritariamente controlada pelo Estado, e como isso poderia limitar e influenciar as decisões editoriais da publicação. Evidentemente, em um sentido geral, era plenamente esperado que *La Nación* corroborasse as posições do governo. Contudo, a própria linha do governo apresentou dificuldades e contradições ao longo do processo. Muitas vezes as concepções de “via democrática” e “via revolucionária” acabavam por se confundir, gerando conflitos e tensões dentro da própria UP. Como isso se refletia em *La Nación*? É uma das questões que discutiremos ao longo deste trabalho.

Sobre a questão da relação do jornal com o Estado, em um editorial por ocasião de seu 56º aniversário, em janeiro de 1973, o próprio *La Nación* procurou indicar como, de maneira geral, tinha como centralidade cumprir um papel de “porta voz” extraoficial das posições do governo:

Cuando el rotativo pasó a ser de propiedad fiscal, se ciñó a las orientaciones de los sucesivos gobiernos. Pero, al convertirse en Sociedad Anónima la empresa editora, con participación de accionistas particulares, adquirió más bien el carácter de "vocero oficioso", ya que el Gobierno mantiene un paquete mayoritario de acciones y diversos inversionistas, el resto. Es así como "La Nación" apoya el programa de Gobierno Popular sin perjuicio de ejercer una libre y amplia crítica de los funcionarios o las reparticiones que no sirven adecuadamente los objetivos populares.¹⁹⁸

Sobre a autonomia de Waiss na condução do jornal e sua relação com Allende durante o governo da UP, Ruby Weitzel afirmou:

Había absoluta autonomía por cuanto los directores, sólo los directores eran de absoluta confianza del Presidente de la República, por lo menos en los dos gobiernos que me consta: Eduardo Frei Montalva (1964 -1970) y Salvador Allende (1970-1973). Era, precisamente el director del diario, con plena autonomía, designar los cargos más relevantes: Subdirector, Jefe de

¹⁹⁸ 56º aniversário de *La Nación*. *La Nación*, Santiago, 14 jan. 1973, p. 3.

Informaciones, Jefe de Crónica, Jefe de Política, Jefe de Deportes. No había ningún control, ni antes ni después, por parte del gobierno en el contenido de la redacción de los artículos o en cuanto a temas políticos candentes. Estos eran definidos por el director y/o el Jefe de Política. [...]don Oscar se reunía a gran nivel con los altos jefes, no sólo del Partido Socialista, sino que de toda la Unidad Popular, pero no por su rol de director de La Nación, si no por su alto rol político por décadas.¹⁹⁹

Entretanto, até que ponto um veículo da grande imprensa comprometido com um projeto de transformação socialista conseguiria estabelecer uma relação relativamente independente em relação ao governo? Seria possível combinar as formas tradicionais de jornalismo com um processo que buscava alargar os horizontes de participação popular? Veículos como *La Nación* deveriam ter como prioridade tornarem-se folhas antagônicas à imprensa de direita, procurando se pautar em responder as grandes polêmicas suscitadas por ela, ou ser um eixo de expressão de uma disputa contra-hegemônica, procurando ser um canal de difusão de uma cultura e ideologia socialista? Seria possível combinar essas possibilidades?

1.5 *La Nación* e o projeto comunicacional da UP: o jornal sob os auspícios do governo socialista

As questões sobre a autonomia e o funcionamento de *La Nación* estão diretamente relacionadas às dificuldades inerentes à própria política comunicacional da UP. O programa da UP considerava que os meios de comunicação de massas (imprensa, rádio, cinema, televisão) eram um fator fundamental para a formação de uma “nueva cultura y un hombre nuevo”. Por conseguinte, era proposto que os meios de comunicação tivessem uma “orientação educativa” e fossem libertados de seu caráter comercial, “adoptando las medidas para que las organizaciones sociales dispongan de estos medios eliminando en ellos la presencia nefasta de los monopolios”.²⁰⁰

Todavía, de forma geral, essas medidas ficariam limitadas pelos acordos estabelecidos entre a UP e a Democracia-Cristã que garantiram a posse do novo governo. Entre outras questões, Allende se comprometeu a respeitar a completa “liberdade de imprensa”, o que significava garantir que as grandes empresas controladoras dos principais jornais diários do país não fossem estatizadas e incluídas na Área de Propriedade Social. No que se refere à

¹⁹⁹ WEITZEL PEREZ, Ruby. Entrevista ao autor por correio eletrônico, dez. 2016.

²⁰⁰ Programa básico de gobierno de la Unidad Popular. Candidatura presidencial de Salvador Allende, p. 31-32.

grande imprensa, o combate aos “monopólios de comunicação”, previsto no programa da UP, nunca deu lugar a uma prática política efetiva.

Já nos primeiros meses de governo, muitas advertências foram feitas por setores da UP sobre a ausência de uma sólida política comunicacional. Várias iniciativas e experiências tentaram superar essas deficiências, como a criação da editora Quimantú. Ademais, promoveu-se uma constante mobilização política de trabalhadores da imprensa, visando influenciar “pelo chão da redação” os jornais de oposição e construir uma unidade política entre os jornalistas da esquerda.

Nesse sentido, foi organizada, em abril de 1971, a Primeira Assembleia Nacional de Jornalistas da Esquerda, com a participação de 320 delegados (representando 640 jornalistas de todo o país), que eram militantes de partidos da UP, do MIR e independentes. A delegação mais numerosa foi a de trabalhadores de *El Mercurio*. A presidenta eleita da Assembleia foi Eliana Cea, repórter do jornal *La Segunda* (de propriedade de Agustín Edwards). Allende, na fala de abertura do encontro, destacou a necessidade dos jornalistas estabelecerem um compromisso mais forte com os trabalhadores e com o processo de transformações em curso, preocupando-se em contribuir para elevar a consciência política e intensificar a participação e mobilização popular.²⁰¹ Além disso, fez uma crítica ao “objetivismo” da imprensa, sempre parcial, acrescentando:

Sabemos, entonces, cuán duro y difícil es para el periodista que tiene un pensamiento revolucionario, que tiene una ideología, el tener que trabajar y verse limitado en las posibilidades de exponer sus ideas, en empresas cuya actitud está destinada a defender los privilegios de unos pocos y a negar el derecho de los más.

[...] el objetivismo como tal, no puede existir, si pensamos que en esta sociedad burguesa, hay y tiene que haber un enfrentamiento entre grupos y sectores, entre clases sociales. Y que han sido las clases minoritarias las que han detentado el poder, las que han comprado el poder, las que defienden sus granjerías y privilegios, las dueñas a su vez de los medios de prensa y de información.²⁰²

Essa fala de Allende dialogava com um dos eixos mais polêmicos da Assembleia: o debate sobre o controle e expropriação dos meios de comunicação. Na fala inaugural, Allende, afirmara que as transformações propostas pela UP levariam à formação de

²⁰¹ Declaración de la Primera Asamblea Nacional de Periodistas de Izquierda. *Punto Final*, Santiago, n. 129, p. 9-11, mar./abr. 1971. Esse número da revista *Punto Final* publicou um suplemento especial com a declaração completa de Allende à *Asamblea*, ademais de outros documentos relativos ao encontro.

²⁰² Discurso de Salvador Allende na Primera Asamblea Nacional de Periodistas de Izquierda. *Punto Final*, Documentos, Santiago, n. 129, p. 6-7, mar./abr. 1971.

cooperativas de imprensa, mas de forma a coexistir com empresas privadas: “de tal manera que no sólo sean los empresarios los dueños de los medios de difusión, sino todos los trabajadores que trabajan en esas empresas”.²⁰³ Posição que foi rechaçada pelos delegados do MIR, os quais propunham que a estatização dos meios de comunicação começasse a ser perseguido de forma imediata. Todavia, a declaração final da Assembleia, aprovada pela maioria dos delegados, em consonância com as posições de Allende, caracterizava o momento como uma etapa inicial de transição na luta pelos meios de comunicação, opondo-se à tese da imediata estatização. Destarte, a Assembleia aprovou um plano de lutas por questões menos radicais, como a democratização do *Colégio de Periodistas do Chile*, criação de comitês da UP em todos os meios de comunicação e a formação de uma Federação de trabalhadores de empresas de comunicação.²⁰⁴

Em *La Nación*, um aspecto interessante, como conta Ruby Weitzel, foi que na redação existia uma parte considerável de jornalistas que militavam em organizações da esquerda *rupturista*, inclusive havia entre eles militantes do MIR. Isso fazia com que muitas vezes se gestasse uma relação tensa entre esses jornalistas e a direção do jornal. Segundo Weitzel, o diretor do jornal e ela atuavam para controlar essas disputas: “Muchas veces tuve problemas porque insistían en que *La Nación* tomara un rol más activista, más de periodismo de trinchera, pero don Oscar jamás lo permitió y yo, como segunda a bordo, tampoco”.²⁰⁵ Porém, é bastante perceptível que *La Nación* acabou por ter um claro “periodismo de trinchera”, como discutiremos no segundo capítulo. O que Weitzel, se refere, evidentemente, é que o jornal nunca assumiu a linha editorial desejada pelos setores *rupturistas*.

A partir das posições apresentadas por Allende na Assembleia, uma questão a ser levantada é quanto à independência dos jornalistas de esquerda dentro dos próprios diários que apoiavam o governo, como era o caso de *La Nación*. Em nossa visão, muito embora *La Nación* tivesse aberto espaços de debates e questionamentos sobre os rumos da UP, as posições associadas ao MIR e à ala *rupturista do PS*, tiveram pouco espaço (quando tiveram, como é o caso das posições miristas, praticamente inexistentes no jornal). A defendida liberdade para os jornalistas da esquerda seria apenas nos veículos de imprensa da oposição, ou isso se aplicaria também à redação de *La Nación*? Infelizmente esse debate aparentemente não foi abordado na Assembleia de Jornalistas, pelo menos não aparecem nos documentos a que tivemos acesso.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Declaración de la Primera Asamblea Nacional de Periodistas de Izquierda. *Punto Final*, Santiago, n. 129, p. 9-11, mar./abr. 1971.

²⁰⁵ WEITZEL PEREZ, Ruby. Entrevista ao autor por correio eletrônico, dez. 2016.

Entre a intelectualidade de esquerda, as estratégias da imprensa da UP também receberam bastante atenção. Contribuindo para pensar essas questões, o sociólogo belga radicado no Chile Armand Mattelart, professor da Universidade Católica e conselheiro da UP em políticas comunicacionais, teve papel de destaque ao elaborar diversos estudos de significativa influência. Pensando a imprensa nos marcos das disputas ideológicas e culturais, Mattelart afirmava que os veículos de comunicação da UP tinham dificuldades para se desvencilhar da lógica mercantil de funcionamento da imprensa tradicional. Em vários artigos publicados à época, Mattelart questionava os sentidos mais profundos e ideológicos da produção jornalística, sustentando que somente a expropriação dos meios de comunicação não constituiriam uma panaceia que solucionaria os problemas relacionados à dominação ideológica exercida pelas direitas e o imperialismo. Para ele, o fundamental teria a ver com a necessidade de uma criatividade política que nortearia à construção de novas formas pelas quais as “forças revolucionárias” dariam origem a produção de conteúdos jornalísticos inovadores, tanto em aspectos formais e estéticos quanto ao conteúdo.

Nessa perspectiva, Mattelart sustentava que a utilidade dos meios de imprensa passava em primeira mão por “desnaturalizar” a forma historicamente desenvolvida de jornalismo tradicional, estruturado essencialmente a partir de determinadas relações sociais de classe. Assim, criticava a própria forma de organização da imprensa, pela qual os sujeitos coletivos, e os indivíduos dessas coletividades, estariam afastados dos espaços de expressão, uma vez que a imprensa funcionava como uma espécie de mediação em que editores, repórteres, redatores estariam cindidos das massas populares. Mattelart sintetizava suas preocupações advogando a ideia de que a imprensa de esquerda deveria “devolver a fala ao povo”. Sua crítica apontava que os veículos de imprensa da esquerda estavam mais preocupados em conquistar os “setores médios”, reproduzindo essencialmente as formas tradicionais do fazer jornalístico. Em outras palavras, a estratégia de “poder popular” da UP em matéria de comunicação e jornalismo deveria ter como base a noção de que o povo deveria se converter no elaborador de suas próprias notícias, e o conteúdo da imprensa expressar as preocupações e anseios populares. Nessa perspectiva, sustentava a importância para a imprensa de ter “correspondentes operários” e “células de informação” organizadas nos espaços de trabalho, sindical, militância etc.²⁰⁶

²⁰⁶ MATELLART, Armand. Lucha de clases, cultura socialista y medios de comunicación masivos. In: *Cuadernos de la Realidad Nacional*, Santiago, CEREN, Universidad Católica, n. 8, p. 173-223, jun./ago. 1971.

Ainda sobre o papel dos veículos de imprensa da esquerda, em meados de 1972, o semanário *Chile Hoy* — editado pelos sociólogos brasileiros Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, exilados em Santiago, e pela chilena Marta Harnecker — promoveu um debate com os diretores dos principais veículos de imprensa alinhados ao governo, entre eles Oscar Waiss.²⁰⁷ Perguntado se os órgãos de imprensa da esquerda interpretavam adequadamente a realidade do processo, Waiss afirmou que a imprensa sempre se vinculava a algum projeto político:

Hay órganos de prensa que responden a la orientación de partidos políticos y otros que están, simplemente, al servicio de la causa popular. Interpretan la realidad del proceso en la medida misma que forman parte de un medio social, igual que los dirigentes sindicales o políticos [...] No creo justo "separar" la acción política de cualquiera de sus expresiones externas. Si la línea es justa, las expresiones también lo serán.²⁰⁸

Por essa época, no Chile, havia jornais de conteúdo explicitamente apelativo, cujos conteúdos transitavam do erótico ao policial passando pelo político com capas nas quais notícias de explícita violência figuravam ao lado de fotos de mulheres seminuas e manchetes políticas com linguagem sensacionalista. Tais veículos gozavam de ampla circulação, como é o caso do diário *Clarín*, que também apoiava a UP.

La Nación, por sua vez, assim como *El Mercurio*, apostava em um jornalismo de outros moldes, evitando o sensacionalismo. Essa escolha acabava fazendo com que a tiragem desses diários fosse menor que os tabloides de cunho “sensacionalista”. Sobre isso, *Chile Hoy* inquiriu os diretores de como combinar as óbvias necessidades de vender jornais e defender certas perspectivas políticas — muitas vezes impopulares —, questionando também se era correto apelar ao “sensacionalismo policialesco-sexual” para esse fim. Evitando criticar o formato sensacionalista do *Clarín*, jornal em que havia sido diretor e redator, Waiss procurou contemporizar, afirmando que os veículos de imprensa da esquerda deveriam também dedicar espaço às páginas policiais, uma vez que crimes são aspectos inerentes às “circunstâncias da sociedade burguesa”, embora esse não fosse o foco de *La Nación*. Waiss concluía afirmando que: “Los periódicos se venden por dos cosas: porque dan noticias [...] y porque entretienen o interpretan. Ello no excluye analizar el proceso y formular planteamientos.”²⁰⁹

²⁰⁷ Participaram também: Alberto Gamboa Soto (diretor do diário *Clarín*); Francisco Galdamés (*Ultima Hora*); Rodrigo Rojas Andrade (*El Siglo*); Luis Carrera Villavicencio (revista *Mayoría*).

²⁰⁸ WAISS, Oscar. Directores UP polemizan, critican, se confiensam. *Chile Hoy*, n. 4, p. 12, jul. 1972.

²⁰⁹ *Ibidem*, p. 15.

Tais respostas do diretor de *La Nación*, que acabaram por ser bastante parecidas às dos outros entrevistados, todavia, indicam como havia muita dificuldade em se pensar os jornais vinculados ao governo a partir do ineditismo do processo da UP. As questões levantadas por Matellart, aparentemente, não conseguiram ter influência mais profunda no fazer jornalístico dos órgãos da grande imprensa ligados à UP, que em geral pouco revolucionaram formas e práticas jornalísticas.

O fato é que *La Nación*, em termos de estrutura gráfica, manteve seu formato praticamente inalterado em relação ao período anterior, pelo menos até meados de 1973, quando mudou seu formato para tabloide. Durante os anos de UP, *La Nación* se assemelhava bastante ao formato gráfico de *El Mercurio*, o que nas escolas de jornalismo do Chile convencionou-se a se chamar de “formato mercurial”: ou seja, folhas de tamanho semelhante ao modelo do *The New York Times* e do *Times* londrino, jornais que também haviam sido inspiração para o formato de *El Mercurio*.

Em 1972, *La Nación*, principalmente nas edições de domingo, já publicava fotografias coloridas na capa, assim como em reportagens sobre arte e cultura, nas quais pinturas e desenhos apareciam, muitas vezes, em imagens policromáticas. *La Nación* trazia a página editorial, assim como a folha mercurial, sempre na terceira página do primeiro caderno. Nessa página, também era publicada a charge do dia, invariavelmente com um tema político. Segundo Ruby Weitzel, os principais editoriais eram escritos pelo próprio diretor do jornal.²¹⁰ Os editoriais, até 1973, em geral não eram assinados, com exceção da coluna “*El lunes con Waiss*”, publicada na página editorial toda segunda-feira; e de colunas de colaboradores semanais que passaram a aparecer na página editorial após o jornal ter se tornado tabloide.

As edições de *La Nación* tinham geralmente 32 páginas, divididas em três cadernos: a) notícias nacionais e internacionais; b) esporte, informativo local e policial, e classificados; c) cultura, com artigos sobre literatura, cinema, teatro e cobertura da programação dos canais de televisão. Semanalmente eram publicados suplementos especiais, em formato tabloide, com uma média de 8 páginas. Aos sábados, era publicada a popular “revista deportiva” (que em 1973 passou para as terças-feiras), com cobertura sobre os eventos esportivos da semana, com destaque para o futebol, boxe, atletismo e xadrez. Aos domingos saía a “revista dominical”, sob a direção de Orlando Cabrera Leyva; esse suplemento, que variava entre 12 e 16 páginas, era uma espécie de revista de variedades, com reportagens mais aprofundadas

²¹⁰ WEITZEL PEREZ, Ruby. Entrevista ao autor por correio eletrônico, dez. 2016.

sobre cultura, história, política, tecnologia, entre outros assuntos. Às sextas-feiras, o jornal trazia o “suplemento hípico”, com informações sobre esse esporte e as cotações de apostas.

Em maio de 1973, o jornal passou por uma grande reformulação, adotando o formato tabloide, considerado mais popular (embora mantivesse o mesmo tom editorial, não aderindo ao jornalismo sensacionalista). A página editorial passou a contar com um editorial principal, não assinado, e duas colunas de colaboradores semanais. Essas colunas eram assinadas por militantes políticos das diferentes correntes que compunham a UP.

Durante os três anos de UP, o preço de venda das edições do jornal sofreu grande variação, acompanhando as altas taxas de inflação. No fim de 1970, era vendido a 1,30 escudos nos dias de semana e 1,80 escudos aos domingos, sem distinção de preço na capital e outras regiões. Em meados de 1972, o valor em Santiago era de 2,30 escudos nos dias de semana, e 3,00 escudos aos domingos; no interior, os preços eram ligeiramente maiores: 2,50 e 3,20 escudos, respectivamente, indicando que o jornal tinha circulação para além de Santiago e o custo de envio para o interior onerava o preço de capa. Em setembro de 1973, o custo na capital havia subido para 20,00 e 25,00 escudos nos dias de semana e domingos, respectivamente; para o interior, 5,00 escudos mais caro.

Relatório publicado em meados de 1972 pelo órgão do governo *Oficina de Informaciones y Radiodifusión (OIR)*, que media a circulação de revistas e jornais chilenos, informava que *La Nación* tinha uma tiragem diária média de 21 mil exemplares, número que subia para 34 mil aos domingos. Pelo menos metade desses exemplares era vendida em Santiago e o restante no interior do país.²¹¹

Não foi possível conseguir maiores informações sobre a circulação nos arquivos do jornal, que desde 2014 está sob a propriedade da Universidade Diego Portales, adquirido ao Estado após a empresa *La Nación S. A.* ter sido fechada em 2012. Compra que gerou polêmica a época, com vários segmentos sociais criticando a privatização do arquivo. Muito embora nos tenha sido permitido livre acesso a esses arquivos, os documentos da parte administrativa do jornal referentes ao período anterior ao golpe estão desaparecidos. Não se sabe se o sumiço ocorreu durante a ditadura ou se foi no processo de transferência dos arquivos para as dependências onde atualmente estão armazenados; a primeira alternativa, contudo, de acordo com o que nos afirmou a direção do arquivo, parece ser a mais provável.

No dia do golpe de 11 de setembro de 1973, *La Nación* teve a redação do jornal invadida por militares e a circulação do jornal foi suspensa. Antes disso, bem cedo pela

²¹¹¿Que leen los chilenos? *Chile Hoy*, Santiago, n. 4, p. 19, jun. 1972.

manhã, após tomar conhecimento da crítica situação, Oscar Waiss convocou Ruby Weitzel para que ela fosse ao jornal tirar uma edição de emergência. Os trabalhadores gráficos já haviam sido avisados e estavam a postos.

Anos mais tarde, em uma crônica narrada em terceira pessoa, Ruby Weitzel relatou os últimos momentos vividos na redação de *La Nación*. Logo após o chamado de Waiss, em pouco tempo ela já estava nas dependências do jornal, que funcionava em um edifício em frente a *La Moneda*. Nas salas desertas, passou a ligar para que outros jornalistas fossem à redação.

Já há tanques cercando o Palácio. Escutam-se tiros. Informações chegam por telefone: “— Don Oscar, me dijeran que hay varios Ministros detenidos y también altos dirigentes de los partidos, que tenemos que salir de aquí antes que bombardeen, que usted tiene que fondearse...”. Uma explosão a lançou ao solo. Janelas se partiram. Quando se levantou, pela janela via *La Moneda* arder em chamas. Refugiam-se no subsolo junto aos trabalhadores gráficos, já com as rotativas prontas para imprimir a última edição, que nunca sairia. O portão de entrada foi colocado abaixo por uma explosão, a placa com o letreiro luminoso “*La Nación*” ficou tombada; do lado de fora, as paredes estavam crivadas de balas. Em meio a golpes e empurrões, o prédio foi evacuado por ordem dos soldados. Aos gritos, informavam que em 15 minutos se iniciaria o toque de recolher, que saíssem dali. *La Nación* deixava de existir.²¹²

Oscar Waiss foi preso no mesmo dia à noite. Levado ao Estádio Nacional do Chile, logo seria transferido para a *Cárcel Pública de Santiago* e algum tempo depois confinado na *Tercera Comisaría de Santiago*.²¹³ Posteriormente, graças à interferência da embaixada da Alemanha Ocidental no Chile, lhe foi permitido sair do país. Exilou-se primeiramente na Alemanha Ocidental, onde se tornou professor convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Frankfurt.²¹⁴ No início da década de 1980, mudou-se para a Espanha. No exílio, editou, junto com Enrique Sepúlveda, a revista *Pensamiento Socialista*, que publicou 35 números entre outubro de 1976 e maio de 1985 e cujo conselho editorial era composto por

²¹² WEITZEL, Ruby. Cuando *La Nación* dejó de existir. In: *200 años de la prensa en Chile*. Santiago: Editorial USACH, 2011.

²¹³ Os momentos de prisão e confinamento foram relatados por Waiss, de forma novelada, em um livro de contos, abrangendo também o período de exílio. WAISS, Oscar. *Chile ni siquiera una tumba*. Madri: Editorial Mayler, 1977.

²¹⁴ GARAY CANALES, Sol Marina. *Memoria y exilio a través de la obra de escritores chilenos exiliados en Alemania (1973-1989): una apertura al otro*. Tese (Doutorado em Literatura e Estudos Transculturais) – Madri: Universidade Autônoma de Madri, 2010.

militantes e intelectuais socialistas, entre eles Carlos Altamirano, Erich Schnake e Jorge Arrate.²¹⁵ Além disso, no seu período de exílio, Waiss publicou diversos artigos e livros.²¹⁶

Pouco tempo após o golpe, a Junta Militar passou a direção e a administração da empresa *La Nación S. A.* ao *Consejo Nacional del Colegio de Periodistas*. Sob a direção do democrata-cristão Carlos Sepúlveda Vergara, o jornal sofreu grandes alterações, inclusive mudando de nome. Nas oficinas de *La Nación*, a partir de 11 de outubro de 1973, passou a ser editado o diário *La Pátria*, folha oficial de apoio à ditadura.

Em setembro de 1975, após ter tido pouco sucesso comercial, os militares determinaram o fim desse novo jornal. Para o seu lugar, foi criado o diário *El Cronista*, sob a direção da jornalista Silvia Pinto, ex-deputada do Partido Nacional e funcionária da embaixada chilena em Buenos Aires. *El Cronista* tinha como propósito ser um diário popular, apostando em uma diagramação moderna e no formato tabloide. Inspirava-se no diário argentino *El Cronista Comercial*. Mesmo com as mudanças, o jornal não conseguiu conquistar grande público, o que levou à ideia de ser retomada a publicação de *La Nación*.

Com grande injeção de recursos estatais e voltando ao formato *mercurial*, *La Nación* saiu novamente às ruas em 3 de junho de 1980, retomando a numeração interrompida em 1973 (a última edição publicada em 11/09/1973 havia sido a de número 20359, a edição de 03/06/1980 teve o número 20360). Nessa nova fase, *La Nación* — com o slogan "El diario grande de Chile" — passou a ser publicado com vários cadernos e suplementos semanais: dominical, educacional, ciência e tecnologia e uma revista esportiva.²¹⁷

La Nación foi publicado em versão impressa até 19 de dezembro de 2010, deixando de circular após o governo de Sebastián Piñera ter decidido por sua extinção. A versão online, todavia, continua a existir.

²¹⁵ As revistas estão disponíveis online em http://www.socialismo-chileno.org/waiss/Revista_Waiss.html

²¹⁶ O site Socialismo Chileno, mantido pelo Partido Socialista, tem disponível online a grande maioria das obras de Waiss em: <http://www.socialismo-chileno.org/waiss/textos/waiss.html>

²¹⁷ *La Nación*, Santiago, 14 jan. 1992, suplemento especial de aniversário, p. 3; *La Nación*: Historia Y Futuro. *La Nación*, Santiago, 19 dez. 2010, edição eletrônica. Disponível em: <<http://www.lanacion.cl/noticias/site/artic/20101218/pags/20101218212559.html>> acesso em: 10 jun. 2017.

2. O DISCURSO POLÍTICO DE *EL MERCURIO* E *LA NACIÓN* NO GOVERNO DA UNIDADE POPULAR

2.1 Vitória eleitoral da UP e os embates pela legitimação do novo governo

Os sessenta dias transcorridos entre o anúncio da vitória eleitoral da UP e a posse do novo presidente estiveram carregados de momentos de euforia, expectativa, angústia e tensão. A celebração popular pela tão aguardada chegada de um candidato socialista à Presidência do Chile logo deram lugar a um cenário de incertezas. Com efeito, a votação obtida por Allende, inferior a 50% dos votos,²¹⁸ não lhe dava acesso imediato à Presidência do país. Em tais circunstâncias, a Constituição determinava que o presidente fosse eleito pelo Congresso Pleno, sessão do Parlamento formada pela reunião dos 50 senadores e 150 deputados, que deveria escolher entre as duas primeiras maiorias obtidas nas urnas, conquistadas respectivamente por Allende e Jorge Alessandri. O fato do candidato da UP não ter conquistado a maioria absoluta dos votos deu margem para que as direitas chilenas, com o envolvimento do governo norte-americano, tramassem tanto por vias institucionais quanto por meios extralegais para impedir a posse do socialista.

Nesses dois meses de conflitos e expectativas, *El Mercurio* e *La Nación* expressaram e buscaram influenciar as disputas em torno do processo eleitoral. Na grande imprensa, a divisão era percebida entre os que destacavam a vitória do “presidente eleito” e os que afirmavam em suas manchetes e análises que a UP havia conquistado apenas a maioria relativa e, portanto, a eleição seguia indefinida.

O jornal *El Mercurio*, apesar de ter procurado se afastar de um discurso sensacionalista e manter um tom de sobriedade editorial, não poupou esforços para criar obstáculos à eleição de Allende. Uma das principais maneiras foi buscar lançar dúvidas sobre a viabilidade do caráter democrático e institucional proposto pela “via chilena”. *El Mercurio* buscou, destarte, demonstrar que o programa da UP representava o perigo de mergulhar o Chile em um processo que rapidamente transformaria o país em um regime comunista. O editorial “Incógnitas del Programa Marxista” é emblemático nesse sentido. Publicado dois dias antes da eleição, afirmava que, embora a UP falasse de um período de “trânsito ao

²¹⁸ Na eleição de quatro de setembro de 1970, em um total de 3.539.747 votantes, o número exato de votos conquistados por cada candidato foi: Salvador Allende (PS), 1.070.334 (36,2%); Jorge Alessandri (PN), 1.031.159 (34,9%); Radomiro Tomic (DC), 821.801 (27,8%). Archivo del Servicio Electoral de la República de Chile. Citado em: AMORÓS, Mario. *Allende: la biografía*. Santiago: Ediciones B, 2013, p. 533.

socialismo”, as medidas propostas pelos socialistas levariam a uma dinâmica de rápido controle estatal sobre a economia por meio de um processo mais acelerado do que o vivido em Cuba. A ênfase do editorial residia no perigo de mudanças drásticas e rápidas. Para o jornal, a forma vaga como a UP apresentava seus projetos econômicos deixava margens para que o Chile caminhasse velozmente para uma situação muito próxima a de outros países do mundo socialista:

Esta misma vaguedad es la que permite pensar que se aplicarán las mismas técnicas que en otros regímenes marxistas, es decir, el racionamiento mediante tarjetas controladas. Por ese procedimiento se evita que los precios suban con el simple expediente de prohibir a los consumidores adquirir los artículos que ellos más solicitan. Es así, por tanto, que las escasas proposiciones concretas y las numerosas omisiones intencionadas “del programa marxista” permiten avizorar, para el caso de que fuera impuesto desde el poder, no un proceso de paulatina socialización, sino una modificación substancial y drástica del sistema, que abarcaría desde la propiedad de los medios de producción hasta los hábitos de consumo de la población.²¹⁹

No dia 3 de setembro de 1970, véspera das eleições, no editorial “Amenazas contra la propiedad privada”, *El Mercurio* voltou a anunciar os perigos contidos nas propostas da UP, reforçando o discurso de alertar para o perigo de uma rápida expropriação dos setores produtivos.²²⁰ Contudo, em um momento em que a vitória de Allende parecia improvável e confiando nas pesquisas do instituto Gallup que o próprio diário publicara²²¹ — que indicavam folgada vitória de Jorge Alessandri — *El Mercurio* evocava a tradição política chilena de se referendar o primeiro colocado nas eleições:

Somos los primeros en concordar con el propósito de que se respete sin reservas la voluntad del electorado. Este diario incluso ha insistido en que la interpretación constitucional más equitativa es la consagrada por la costumbre y que concede el triunfo al candidato que obtiene la primera mayoría de los sufragios. La voluntad del pueblo debe ser respetada, pero esa voluntad es la que emana genuinamente de los votos emitidos por la ciudadanía, computados con arreglo a la ley y aún que intervengan manipulaciones, distorsiones y presiones. Las Fuerzas Armadas, al tomar sobre si la delicada responsabilidad de velar por el orden en la elección, asegura a la mayoría ciudadana que no será frustrada al depositar un voto y

²¹⁹ Incógnitas del Programa Marxista. *El Mercurio*, Santiago, 2 set. 1970, p. 3.

²²⁰ Amenazas contra la propiedad privada. *El Mercurio*, Santiago, 3 set. 1973, p. 3.

²²¹ Nessa pesquisa, publicada na capa da edição de dois de setembro com a manchete “Amplia ventaja para Alessandri”, os números apontavam: 41,5% dos votos iriam para Alessandri, Tomic teria 29% e, em último lugar, Allende 28%. Além disso, outra pesquisa do CESEC (Centro de Estudos Socioeconômicos), fundado nos anos 60 por Agustín Edwards Eastman, indicava uma tranquila vitória de Alessandri com 44% dos votos, contra 33% de Allende e 22% de Tomic.

que la verdad y la ley se impondrán por sobre los intereses empeñados en desfigurar el sentir del pueblo.²²²

Já neste momento o jornal delineava um aspecto discursivo que foi recorrente nos momentos de maior crise no governo da UP e que é perceptível tanto em *El Mercurio* quanto em *La Nación*: a exaltação das Forças Armadas como sustentáculo do regime democrático, conferindo aos militares o papel supremo de garantir a soberania popular. Não por acaso, nos dias que antecederam a eleição, *El Mercurio* publicou manchetes e editoriais em que ressaltava o papel constitucionalista das Forças Armadas, como na capa de 3 de setembro: “Fuerzas Armadas Garantizarán Normalidad en las Elecciones”²²³.

Nos dias seguintes, *El Mercurio* buscou minimizar o significado da vitória eleitoral de Allende, reforçando que a eleição havia produzido duas maiorias relativas. Assim, na primeira página da edição de 5 de setembro de 1970, reproduziram-se lado a lado fotografias de Alessandri e Allende — a foto do candidato do PN ocupando um espaço maior. Sob o título “Estrecho triunfo de Allende” era informada a situação da apuração eleitoral, liderada por Allende com uma diferença de 37 mil votos, faltando contabilizar outros 300 mil. Dava-se destaque na capa também a uma nota intitulada “Las Dos Primeras Mayorias”, que fazia uma breve crônica da acirrada disputa.²²⁴ Em editorial, afirmando que o resultado eleitoral definitivo seria confirmado ou modificado em poucas horas, *El Mercurio* destacava que o primeiro lugar estaria longe de conseguir a maioria absoluta de votos e que o Congresso Pleno resolveria a questão.²²⁵

Com uma cobertura bastante distinta, *La Nación* estampava manchetes exaltando a votação de Allende e dando grande destaque às mensagens do democrata-cristão Radomiro Tomic reconhecendo a vitória dos socialistas. Além disso, *La Nación* exaltava a eleição como um marco de renovação da tradição democrática chilena. O jornal afirmava que, em um continente abalado por convulsões sociais e regimes ditatoriais, o Chile seguia sendo uma notável exceção, uma vez que não se viu no cenário eleitoral nenhum tipo de violência ou ruptura da ordem institucional. Diferentemente de *El Mercurio*, porém, *La Nación* não destacava, nesse momento, as Forças Armadas como ator importante para o bom funcionamento das eleições, sendo a evocação da tradição democrática chilena o aspecto essencial do discurso:

²²² Decisión por las urnas y no por la Fuerza. *El Mercurio*, Santiago, 4 set. 1970, p. 3.

²²³ *El Mercurio*, Santiago, 4 set. 1970, p. 1.

²²⁴ *El Mercurio*, Santiago, 5 set. 1970, p. 1.

²²⁵ La elección presidencial. *El Mercurio*, Santiago, 5 set. 1970, p. 3.

Esta serenidad generalizada no puede ser el resultado de una imposición formal de la autoridad; se trata, en efecto, de virtudes cívicas desarrolladas a la largo de toda una historia. El Gobierno no ha hecho más que acoger un espíritu democrático que ya forma parte nuestra idiosincrasia política y social. Sería necesario comparar este clima con la violencia que generalmente acompaña elecciones en otras latitudes para evaluar en toda su extensión la naturaleza de esta conquista chilena en la esfera del respeto recíproco y la convivencia social. [...] En suma, al margen del resultado final y de las divisiones políticas imperantes, los chilenos han ofrecido, una vez más, prueba de su equilibrio político, contando siempre con respaldo de un Gobierno que refleja sus orientaciones democráticas. Ha sido, sin duda, una gran jornada para los chilenos.²²⁶

Imediatamente após o resultado eleitoral, as direitas chilenas, em estreita relação com órgãos do governo norte-americano, articularam algumas possibilidades de intervenção no cenário político do país a fim de impedir a posse de Allende. De acordo com a historiadora chilena Verónica Valdívía Ortiz de Zárate, na madrugada do dia 5 para 6 de setembro, em reunião de dirigentes do PN e de outros setores da direita chilena, gestou-se a opção política que ficaria conhecida na imprensa como “fórmula Alessandri” ou “gambito Alessandri”²²⁷. A ideia consistia em sustentar que o processo eleitoral continuava inconcluso e que só teria fim com a escolha do presidente pelo Congresso Pleno, rechaçando reconhecer o triunfo de Allende. O passo seguinte seria eleger Jorge Alessandri de forma indireta pelo Congresso. Alessandri então imediatamente renunciaria, forçando a convocação de novas eleições. O sucesso dessa manobra institucional dependeria, entretanto, de um acordo a ser alcançado com a DC. Como parte do plano, o PN estaria disposto a apoiar um candidato presidencial da DC após a renúncia de Alessandri. Na visão dos nacionais (como eram conhecidos os integrantes do PN) isso seria um “mal menor” necessário para derrotar o projeto marxista no Chile.²²⁸

Essa opção foi assumida rapidamente por *El Mercurio*. A 10 de setembro, em sua primeira página, o jornal publicou nota assinada por Alessandri na qual o candidato do PN definia sua posição em relação às eleições:

[...] yo planteé mi candidatura como un plebiscito tendiente a lograr una profunda modificación de nuestro inadecuado sistema político imperante, que ha impedido solucionar los graves problemas que aquejan a la nación. Durante la campaña y en mi último discurso por radio reiteré que necesitaba

²²⁶ Una gran jornada de la democracia chilena. *La Nación*, Santiago, 5 set. 1970, p. 3.

²²⁷ Gambito é um termo do mundo do xadrez, que consiste em uma jogada em que é “sacrificada” uma peça como forma de obter algum tipo de vantagem ou mesmo dar xeque-mate ao rei adversário.

²²⁸ ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica Valdivia. *Nacionales y gremialistas: el “parto” de la nueva derecha política chilena, 1964-1973*. Santiago: Lom Ediciones, 2008, p. 272-274.

para ello de una amplia y clara mayoría, la que no se obtuvo. En estas condiciones me sentiría impedido para ejercer el poder, cualesquiera que sean los resultados de los trámites constitucionales que habrán de cumplirse. En el caso de ser elegido por el Congreso Pleno, renunciaría al cargo, lo que daría lugar a una nueva elección. Anticipo, desde luego, en forma categórica, que en ella yo no participaría por motivo alguno. Reitero mi más hondo reconocimiento a todos cuantos me dispensaron la confianza de su voto y pido una vez más a Dios que proteja a Chile. Jorge Alessandri R.²²⁹

Endossando as posições de Alessandri, *El Mercurio*, em editorial de 11 de setembro de 1970, alertava para a importância de uma nova eleição que pudesse contrapor em dois campos “os defensores da liberdade e o comunismo marxista”, usando um tom bastante duro para se referir à perspectiva de Allende assumir o poder:

[...] Añade el señor Alessandri que, en el caso de ser elegido por el Congreso Pleno, renunciaría al cargo, lo que daría lugar a una nueva elección en la cual el no participaría por motivo alguno. [...] y abre la posibilidad de que el Congreso Pleno, en uso de sus facultades constitucionales, provoque un plebiscito entre marxismo e democracia. [...] Los verdaderos demócratas de este país esperan sin duda que sus representantes en el Congreso cumplan su juramento constitucional, no en la forma sino en el hecho, y no permitan que fracase la libertad en Chile cuando tienes los instrumentos legales para defenderla. [...] No cabe engañarse. Una nueva elección para decidir entre la Democracia Cristiana y el comunismo no sería entre la derecha e izquierda; entre lo establecido y la revolución; entre la conservación del sistema y las transformaciones sociales profundas. La verdadera decisión está entre un régimen de auténtica avanzada y un régimen totalitario. En ese pronunciamiento ratificará la posición de don Salvador Allende, quedaría demostrado que es efectivo que la mayoría de los chilenos no está por aceptar que llegue el poder el marxismo por la vía legal.²³⁰

Jorge Alessandri, quando estava certo de conquistar a primeira maioria nas urnas, passara toda a campanha declarando que respeitaria o resultado eleitoral, legitimando o primeiro colocado mesmo se ele não conquistasse a maioria absoluta dos votos. O discurso agora era claramente outro. Percebe-se que, nesse ponto, a exaltação das tradições democráticas chilenas é secundarizada, dando lugar ao apelo ao constitucionalismo e aos mecanismos legais disponíveis. Embora a Constituição possibilitasse a manobra proposta por Alessandri, a história recente do país mostrava que, em todas as situações análogas em que o primeiro colocado das urnas não conquistara a maioria absoluta, o primeiro colocado havia

²²⁹ *El Mercurio*, Santiago, 10 set. 1970, p. 1.

²³⁰ La verdadera decisión ciudadana. *El Mercurio*, Santiago, 11 set. 1970, p. 3.

sido ratificado pelo Congresso, inclusive nos casos em que a maioria fora conquistada por uma margem estreita de votos²³¹.

A estratégia de desqualificar a primeira maioria e decretar a necessidade de uma eleição plebiscitária buscava minar, sobretudo, a legitimidade da vitória de Allende. De forma bastante incisiva, *El Mercurio* buscou opor o projeto socialista da UP a uma ideia abstrata de liberdade, desconsiderando todo o sentido e o conteúdo democrático e constitucionalista apresentado pela “via chilena”, usando inclusive a noção do perigo de um “regime totalitário”²³².

Deste modo, buscando enfrentar o paradoxo de afirmar que a “via chilena” colocava em risco a democracia, *El Mercurio* publicou no dia 12 de setembro editorial problematizando as reais possibilidades constitucionalistas do discurso de Allende. Reconhecendo que, em toda a sua trajetória de atuação pública, Allende mantivera-se férreo defensor das formas jurídicas institucionais democráticas, o jornal, no entanto, apontava como essa convicção não era a mesma dos partidos que constituíam a UP. Esses partidos, segundo *El Mercurio*, teriam como principal objetivo, em curto prazo, transformar o sistema eleitoral em um arremedo do sistema soviético, destacando no programa da UP o ponto sobre a “Asamblea del Pueblo”, órgão que monopolizaria o poder político do país:

El examen de los principios transcritos y de los demás que el programa contempla sobre "la organización política" permite ver claramente que no hay expectativas de que el candidato triunfante en las urnas pueda garantizar por el mismo futuras elecciones libres. Las fuerzas de que ha sido abanderado exigirán el cumplimiento del programa y la consagración de la Asamblea del Pueblo como órgano superior de poder.²³³

Essa estratégia discursiva, como analisaremos com mais propriedade no terceiro capítulo deste trabalho, será uma das formas privilegiadas pela qual *El Mercurio* buscará combater a anunciada intenção de realização do socialismo por vias democráticas.

²³¹ Com efeito, entre 1932 e 1970 ocorreram sete eleições presidenciais, em quatro delas o presidente foi eleito de forma direta pelo sufrágio popular, conquistando a maioria absoluta²³¹. Nas outras vezes, o primeiro colocado, mesmo sem ter conquistado 50% dos votos, teve a vitória referendada pelo Congresso Pleno. Esse foi o caso de Gabriel González Videla, em 1946, com 40,2% dos votos; Carlos Ibáñez del Campo, em 1952, com 46,7%; e Jorge Alessandri, em 1958, com 31,5% (ano em que venceu a Salvador Allende por uma diferença de pouco mais de 33 mil sufrágios). Entre 1932 e 1973, os presidentes chilenos eram eleitos para mandatos de seis anos sem direito à reeleição. Os presidentes eleitos por maioria absoluta de votos nesse período foram: Arturo Alessandri, em 1932, com 54,7% dos votos; Pedro Aguirre Cerda, em 1938, com 50,4%; Juan Antonio Ríos, em 1942, com 55,9%; e Eduardo Frei Montalva, em 1964, com 56%. O sistema atual, com mandatos de quatro anos, foi instituído na reforma eleitoral de 2005.

²³² Trataremos do uso da ideia de “totalitarismo” pelo jornal ao longo do governo da UP, assim como do discurso antimarxista, no terceiro capítulo deste trabalho.

²³³ El futuro de las elecciones. *El Mercurio*, Santiago, 12 set. 1970, p. 3.

Em seus estudos, Verónica Valdivia indica como o PN, cindido internamente entre o projeto de um liberalismo autoritário e uma perspectiva de nacionalismo modernizador antidemocrático, desenvolveu um *estilo* político que conferiu ao partido uma identidade durante o governo da UP. Esse *estilo* unificou política e pragmaticamente o PN sem, no entanto, resolver os conflitos programáticos de fundo. Destarte, os nacionais encontravam-se dividido entre um setor propenso à destruição da ordem democrática e que aspirava a uma “revolução nacionalista”, e outra parte que via na institucionalidade democrática, moldada por um regime mais autoritário, a forma de realização da perspectiva liberal. Essas diferenças foram momentaneamente unificadas por um “estilo político” qualificado como “*ariete*”²³⁴, caracterizado pela permanente confrontação e um intento intransigente de derrotar o governo da UP.²³⁵

Importante ressaltar que até a assinatura do acordo entre a UP e a DC, que foi essencial para referendar a vitória de Allende, as estratégias discursivas e as posições políticas de *El Mercurio* e do PN aproximavam-se, sendo assim perceptível esse estilo *ariete* também no jornal. Neste trabalho, contudo, foi possível observar que, ao longo dos três anos de governo da UP, esse *estilo* sofreu aproximações e distanciamentos em *El Mercurio*. Enquanto o PN manteve sua postura de beligerância política de forma constante, com diferentes táticas, até 1973, *El Mercurio* passou por períodos, embora breves, como analisaremos, de relativa amenização de suas críticas em relação ao governo, principalmente, ao se referir a Allende. Isso é algo pouco considerado pela historiografia sobre a UP, que em geral analisa a postura de *El Mercurio* diante do governo como um discurso praticamente linear durante os mil dias de governo.

Em direção oposta a de *El Mercurio*, *La Nación* se opôs duramente à “fórmula Alessandri”. Em editorial de 8 de setembro, o jornal denunciou a contraditória posição do candidato do PN, uma vez que durante as eleições Alessandri havia declarado de forma efusiva que a primeira maioria, mesmo que conquistada pela diferença de um único voto, deveria ser reconhecida; descartando, assim, a possibilidade do Congresso ser o protagonista

²³⁴ O termo *ariete* (em português: aríete) refere-se a um instrumento militar utilizado para derrubar portas e muros. Na conceituação desse “estilo político”, o termo é usado no sentido de uma prática política beligerante e de permanente postura ofensiva. A categoria “*ariete*” foi desenvolvida pelo sociólogo chileno Patricio Dooner em seu breve estudo dos meios de comunicação nos anos da UP. Para o autor, enquadravam-se nesse “estilo” os veículos de imprensa que procuravam socavar por todas as formas a legitimidade do governo, focando em enfraquecer a autoridade dos governantes; gerar alarme público, generalizando crises; e com tendência a desinformação, com distorção e ou uso da cobertura jornalística a fim de superdimensionar a importância de determinados conteúdos. DOONER, Patricio. *Periodismo y política. La prensa de derecha e izquierda 1970-1973*. Santiago, Adelante, 1989.

²³⁵ ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica Valdivia, Op. cit., p. 271-272.

da escolha do novo presidente. Ao mesmo tempo, *La Nación* apontava como o jornal *El Mercurio* havia, destinado durante a eleição, vários artigos e editoriais sobre o problema da primeira maioria, nos quais deixara claro que já existia uma tradição política no sentido de proclamar no Congresso Pleno o candidato que conquistara mais votos nas urnas:

El Mercurio aseguró con insistencia que ese era la “buena doctrina” y que solamente espíritus oportunistas temerosos del triunfo del señor Alessandri querían alterarla antes de la elección. ¡Qué cambio tan increíble después del triunfo del senador Allende en 4 de septiembre!²³⁶

No mesmo editorial, *La Nación*, de forma ainda mais incisiva, questionou os planos de Alessandri, ademais de criticar o “caráter cínico” e manipulatório da direita chilena:

Lo que ocurre es que se está cumpliendo simplemente el vaticinio de numerosos representantes de la Democracia Cristiana antes de las elecciones: los histriónicos pronunciamientos alessandristas sobre el respeto a la primera mayoría relativa eran una maniobra puramente publicitaria, destinada a dar una impresión de seguridad. Los fundamentos jurídicos y los precedentes históricos que el alessandrismo citaba para respaldar su posición eran una simple fachada, que caería apenas tuvieran conocimiento de su derrota. La derecha siempre ha mostrado respeto por la Constitución en la medida en que se amolde a sus intereses, apenas la Constitución deja de favorecerla la abandona ruidosamente elaborando nuevas justificaciones.[...] Nada puede ser más conveniente para la izquierda chilena que esta pública demostración de duplicidad de la derecha [...] La votación del alessandrismo no corresponde, en realidad, a una sociedad donde los trabajadores son mayoría y el descrédito que caerá sobre sus dirigentes, por su precaria honestidad, será la causa de la primera deserción en las filas del alessandrismo.²³⁷

Essa posição assumida por *La Nación*, embora fosse um jornal controlado acionariamente pelo Estado, demonstra a relativa autonomia editorial que permitia a seus editores terem uma linha política divergente da assumida pelo então presidente da República, Eduardo Frei, que se inclinava a apoiar a manobra proposta por Alessandri. Importante ressaltar que nesse período a direção de *La Nación* ainda era a que fora designada por Frei em fins dos anos 60; a nova direção do jornal, encabeçada pelo socialista Oscar Waiss, só assumiria em fevereiro de 1971.

Com efeito, enquanto *La Nación* apoiava abertamente a confirmação da eleição presidencial de Allende, parte da cúpula da DC, incluindo Frei, movimentava-se para impedi-la. Em relatório secreto enviado ao governo dos EUA, o embaixador norte-americano no Chile, Edward Korry, informava que, no dia 11 de setembro de 1970, reunira-se com três

²³⁶ El Alessandrismo y la primera mayoría relativa. *La Nación*, Santiago, 8 set. 1970, p. 3.

²³⁷ Idem.

importantes dirigentes da DC para tratar sobre esse assunto. Sergio Ossa, Ministro da Defesa, Tomás Pablo, presidente do Senado e o ex-ministro da Fazenda Raúl Sáenz informaram ao embaixador que Frei e significativa parte dos dirigentes democrata-cristãos atuavam para garantir votos suficientes no Congresso para eleger Jorge Alessandri. De acordo com Sergio Ossa, todo o gabinete de Frei — com exceção dos ministros Gustavo Lagos e Pacheco Gómez — respaldavam tal manobra. Além disso, a “fórmula Frei” já contava com o apoio de 38 parlamentares da DC, enquanto 17 apoiariam Allende e 19 estariam indecisos. As forças contrárias a Allende haviam, segundo o relatório, constituído uma complexa rede de comitês no Parlamento e no Senado e em diálogo com setores da sociedade civil.²³⁸

No entanto, os esforços conjuntos das oposições internas e do governo norte-americano não obtiveram sucesso e a “fórmula Frei” fracassou após a UP e a DC assinarem no dia 8 de outubro o documento que ficou conhecido como *Estatuto de Garantías Constitucionales*. Esse documento foi proposto pela DC à UP e expressava eixos programáticos pelos quais os democrata-cristãos procuravam comprometer a UP com um projeto focado na polarização “forças progressistas” versus “forças conservadoras” em detrimento da polarização “marxismo” versus “democracia”. Os pontos principais do *Estatuto* eram: a) manutenção e preservação da institucionalidade democrática; b) manutenção do caráter profissional e apolítico das Forças Armadas; c) liberdade de educação e autonomia acadêmica; d) liberdade para sindicatos e organizações comunitárias.²³⁹ A partir da anuência da UP ao documento, a DC se comprometeu a ratificar a primeira maioria de Allende na sessão do Congresso Pleno de 24 de outubro.

Desde o início das negociações entre UP e DC, *La Nación* exaltava a proposta dos democrata-cristãos como uma iniciativa que tinha por propósito levar tranquilidade aos chilenos “porque alejada de toda tentación aventurera busca por el mejor camino asegurar valores fundamentales que han sido conquistados por el pueblo chileno tras grandes y memorables luchas”²⁴⁰. O jornal buscava ressaltar a autonomia dos chilenos para resolver seus conflitos, uma clara crítica às ingerências externas na resolução da crise do período pós-eleitoral, e exaltava a institucionalidade democrática do país:

Es en nuestro pueblo, sus instituciones, sus fuerzas políticas, sus hombres públicos, en suma, todas las llamadas "fuerzas vivas" de la nación, donde reside en forma exclusiva el derecho de decidir su destino. Sólo ellas, a

²³⁸ Foreign Relations of The United States, 1969–1976. Volume XXI: Chile, 1969–1973. Washington: United States Government Printing Office, 2014, p. 218.

²³⁹ MOULIAN, Tomas; GARRETÓN, Manuel. Op. cit., p. 49.

²⁴⁰ La posición de la Democracia Cristiana. *La Nación*, Santiago, 25 set. 1970, p. 3.

través de las normas y cauces que se han dado, pueden resolver sus problemas y enfrentar sus coyunturas históricas en forma soberana. Nadie más.²⁴¹

Por sua parte, *El Mercurio* questionava duramente os propósitos das negociações entre a UP e DC, afirmando que os democrata-cristãos conseguiriam, na melhor das hipóteses, que os socialistas aclarassem pontos de seu programa, mas nunca lograrían garantías sólidas em relação ao futuro das instituições democráticas. Para o jornal, o grande perigo seria representado pelas ideias marxistas no governo e sua perspectiva de transformação da democracia chilena em uma “democracia popular”, algo que as garantias exigidas pela DC à UP não impediriam. Allende e “sócios menores” da UP, seriam, no discurso do jornal, incapazes de se contraporem a dinâmica antidemocrática dos comunistas. Dessa forma, em editorial publicado no dia 18 de setembro, fazendo uma leitura bastante enviesada da história chilena contemporânea, *El Mercurio* alertava sobre o perigo dos comunistas participarem do governo; além disso, o jornal buscava justificar a lei que banuiu da atividade política o PC no fim dos anos 1940:

Las experiencias históricas en los últimos cincuenta años indican que el Partido Comunista, en gobiernos de coalición democrática, termina siempre por dominar a sus asociados y excluirlos del poder por la violencia. En el único caso en que este plan se frustró fue el efímero Gobierno elegido en Chile en 1946 y en cual la peligrosidad advertida por los radicales los llevó a erradicarlo violentamente dejándolo por diez años en la clandestinidad por medio de la ley de defensa de la democracia. Esta excepción, además de comprobar la regla general de que el comunismo trata de absorber a todo partido de corte democrático libre y sin estructura regimentada no podría dar otro ejemplo en Chile porque ahora los comunistas encabezan el Gobierno por el número de sus militantes y la influencia decisiva que ejercitan sobre los sindicatos. Ambas ventajas le permitirían volver a intentar el dominio del régimen, sin otra contemplación que los intereses del socialismo marxista que ha ido más lejos en objetivos y tácticas antidemocráticas que el Partido Comunista.²⁴²

Há aqui um evidente uso do passado histórico chileno para instrumentalizar uma intencionalidade política do presente. *El Mercurio* tenta legitimar a lei que banuiu da legalidade o PC entre 1948 e 1958 a fim de sugerir o perigo dos comunistas dominarem seus aliados dentro da UP. Para isso, o jornal reafirma os mesmos argumentos usados pelos radicais quando romperam a aliança com o PC em 1947 e no ano seguinte promulgaram a lei de banimento, que recebeu o irônico nome de “Lei de Defesa Permanente da Democracia”,

²⁴¹ Los únicos dueños del destino de Chile. *La Nación*, Santiago, 26 set. 1970, p. 3.

²⁴² ¿Garantías para la democracia? *El Mercurio*, Santiago, 18 set. 1970, p. 3.

como visto no primeiro capítulo. Todavia, não há um único exemplo nesse editorial para sustentar a afirmação de que os comunistas “nas experiências históricas das últimas cinco décadas dominaram seus associados em coalizões democráticas”. Na verdade, as experiências históricas, como o fracasso da aliança com os radicais e a expulsão do PC do governo de González Videla em 1947, demonstram que a estratégia de privilegiar alianças com setores que os comunistas qualificam de “burguesias progressistas” mais levou a derrotas políticas e o fortalecimento da direita do que ao domínio comunista sobre seus aliados.

A lei de “Defesa Permanente da Democracia” inseria-se em um contexto no qual se iniciaram severos cerceamentos às liberdades democráticas no país, constituindo, inclusive, um dos inúmeros questionamentos à construção teórica que afirma a tão apregoada excepcionalidade chilena, que se basearia em uma longa tradição democrática sem grandes abalos no regime político. Tomás Moulian considera que nesse momento inicia-se uma conjuntura de “dominación represiva”, colocando fim ao período em que “a democracia ofreció oportunidades a una izquierda con pretensiones de transformaciones”. Moulian ressalta ainda que essa mudança ocorreu “a través de un conducto legal, sin necesidad de recurrir a un golpe de Estado o a la imposición de un estado de excepción”. Para Moulian, com a lei que baniu os comunistas, a direita buscava enfrentar dois problemas essenciais: aumentar a capacidade coercitiva para conter as mobilizações populares, excluindo da disputa um dos “partidos antissistema”, e gerar condições favoráveis para superar seu isolamento em relação ao centro político.²⁴³

As palavras de *El Mercurio* sobre os “perigos” de alianças com os comunistas terminam com um alerta para os democrata-cristãos:

En el debate que se está llevando a cabo, tanto los socios menores de la Unidad Popular, que aún profesan respecto por las libertades ciudadanas como la Democracia Cristiana, aparecen al el dilema de dar sus votos a sufragar en blanco. Lo único que no pueden esperar es que el Gobierno de don Salvador Allende preserve efectivamente los valores especiales concernientes a la democracia libre. Los que parecen desconocer la técnica comunista y miran con fatalismo lo que ocurrió el 4 de septiembre están tratando de convencer a la Democracia Cristiana que abandone las exigencias - imposible de materializar y de cumplir - y que hagan el experimento de probar su fuerza luchando con la Unidad Popular. Su consejo no toma en consideración el uso implacable que el comunismo hace de los resortes del poder para aniquilar a quienes pueden competir con él en el terreno político.²⁴⁴

²⁴³ MOULIAN, Tomás. *Fracturas. De Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973)*. Santiago: Lom Ediciones, 2006, p. 143-144.

²⁴⁴ Idem.

Contudo, a partir do momento em que ficava claro que não havia correlação de forças favoráveis ao sucesso da “fórmula Frei” sem abrir uma crise social de grandes proporções, e após selado o acordo entre a UP e a DC, *El Mercurio* passou a adotar um tom menos beligerante em relação à UP, em conformidade com o recuo que havia sido feito por Alessandri. Por conseguinte, *El Mercurio* declarou, em editorial de 20 de outubro — importante por marcar mudanças discursivas em relação ao novo governo —, que Allende havia dado garantias pela manutenção do regime democrático e que a reforma constitucional pactuada entre UP e DC, apesar de ainda insuficiente para estabelecer certezas sólidas sobre o futuro, “constituye también un elemento de valor ponderable dentro y fuera del país”, concluído que:

En el curso de su vida democrática independiente Chile ha afrontado toda suerte de acontecimientos políticos y sociales y más de una vez el escepticismo con que la mayoría nacional recibió los cambios radicales de régimen se vio contradicho por la continuación de las normas básicas del régimen de derecho. Podría sostenerse, con esa experiencia, que hoy nos encaminamos a otra de esas instancias en que puede prevalecer el interés nacional sobre el de partido y en que sean compatibles los cambios sociales y políticos con el resguardo de los fueros esenciales de la persona humana.²⁴⁵

A momentânea distensão política do jornal em relação a Allende era perceptível também na capa da edição de 24 de outubro que trazia a manchete “Cordial reunión entre Allende y Alessandri”. O objetivo do encontro, segundo o que próprio Allende afirmou ao jornal, foi manifestar seus agradecimentos pelas novas posições adotadas pelo candidato presidencial do PN.²⁴⁶

O editorial “Fin de un proceso electoral”, publicado no dia em que o Congresso Pleno ratificaria a eleição de Allende, é também bastante emblemático para perceber a mudança de tom de *El Mercurio* em relação ao novo governo. Praticamente ignorando que em grande parte do mês de setembro defendera insistentemente que a UP seria um risco à democracia, *El Mercurio* agora declarava:

Después de una campaña electoral difícil y de un tenso período post-eleccionario, que llega a la consternación pública con el criminal atentado contra el señor Comandante en Jefe del Ejército, general René Schneider, la democracia chilena consigue vencer los obstáculos de este período de su historia y logra el consenso necesario para la designación como Presidente

²⁴⁵ Clarificación en el proceso electoral. *El Mercurio*, Santiago, 20 out. 1970, p. 3

²⁴⁶ *El Mercurio*, Santiago, 22 out. 1970, p. 1.

de la República del candidato doctor Salvador Allende Gossens. La combinación política que lo ha llevado al poder ha insistido en el carácter democrático que la inspira, en tanto que el doctor Allende ha sido muy claro para expresar que, si bien su pensamiento es socialista, su disposición es no hacer un gobierno socialista, en el sentido en que lo entiende el marxismo-leninismo, aunque el país se encamine con cautela en esa dirección. [...] El doctor don Salvador Allende llega a la Suprema Magistratura rodeado de una convicción ciudadana fundamental: ella es que su persona es en el fondo la mejor garantía de que la experiencia de cambios profundos que proyecta encabezar se realice dentro del pleno respeto a la dignidad y seguridad de las personas y en el marco de los derechos humanos.²⁴⁷

A estratégia política de *El Mercurio* seguía una dinâmica parecida com a da DC, uma postura diferente teria levado a um desgaste com sua própria base de apoio. Além disso, a opção por levar até as últimas consequências a “fórmula Alessandri” poderia levar a uma crise social de grandes consequências e a uma polarização precoce com as forças da UP. Isso em um momento em que a maior parte da cúpula das Forças Armadas, como afirma Tomás Moulian, ainda tinha um comportamento de respeito às normas constitucionais, concluindo que nessa altura: “Si bien hubo altos oficiales coludidos con el intento de impedir que Allende llegara a presidente esa conducta no generaba un acuerdo amplio”.²⁴⁸

No dia seguinte, *El Mercurio* destacava em letras garrafais na primeira página: “Allende Presidente” e consolidava no editorial a mudança de posição em relação à posse do novo governo:

El Gobierno del Eximo. Señor Allende tomará la mano del país [...] con las esperanza de grandes y rápidas realizaciones y con la certeza existente de que el pueblo se ha convertido en protagonista de la historia política. Pese a esta convicción, forman parte también del pueblo inmensos sectores que no militan en la Unidad Popular. Estos sectores podrán rehabilitarse en el futuro en la medida en que consigan mantener abiertos los canales democráticos.²⁴⁹

Paralelamente à manobra institucional, fomentou-se uma saída extralegal, envolvendo militantes da extrema direita e militares chilenos, objetivando criar um cenário em que um golpe militar pudesse anular o resultado das eleições. Essas duas estratégias tiveram a participação da CIA. As mobilizações das direitas chilenas contra a vitória socialista originaram, além da “Fórmula Alessandri”, duas frentes de atuação: o *Movimiento Cívico*

²⁴⁷ Fin de un proceso electoral. *El Mercurio*, Santiago, 24 out. 1970, p. 3.

²⁴⁸ MOULIAN, Tomás. *Fracturas. De Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973)*. Santiago: Lom Ediciones, 2006, p. 237-238.

²⁴⁹ Históricos desplazamientos del poder. *El Mercurio*, Santiago, 25 out. 1970, p. 3.

Patria y Libertad — antecessor da *Frente Nacionalista Patria y Libertad*²⁵⁰ —, atuando como instrumento de pressão cívica; e a Frente Republicana Independente (FRI), unindo vários setores da direita nacionalista e militares notadamente antimarxistas como os generais Roberto Viaux e Héctor Martínez Amaro. O FRI, em articulação com a CIA, foi responsável pelas ações que tentaram criar condições para uma intervenção militar, cujo ápice foi, em 22 de outubro de 1970, o sequestro e assassinato do Comandante em Chefe do Exército, René Schneider.²⁵¹

A cobertura de *El Mercurio* sobre a morte de Schneider, de forma surpreendente, foi marcada por um tom de sobriedade e não modificou a política do jornal em relação ao novo governo. Exaltando a figura das Forças Armadas como sustentáculo do constitucionalismo e protagonista das investigações para encontrar os responsáveis pelo assassinato, o jornal declarava que, apesar das dificuldades, esse ato não estremeceria a distensão que o país vivia após o período eleitoral e acabaria por gerar uma união em torno do novo governo:

Por eso la unión que tiende a producirse es el mejor augurio para el Gobierno del Eximio. Señor Allende, quien encontrará a un país que, después de las tensiones que culminaran en el sacrificio del general Schneider, se muestra dispuesto al trabajo, a la disciplina responsable, a la transformación y modernización de sus estructuras así como al abandono de los privilegios. El nuevo Gobierno tendrá sin duda dificultades, pero estos días de meditación y de dolor han hecho desaparecer prejuicios y disponer los ánimos para la tarea común.²⁵²

Veronica Valdivia aponta que o PN não esteve envolvido diretamente nessas ações, organizadas essencialmente pelos grupos nacionalistas de extrema-direita; entretanto, a historiadora afirma que existiu a participação de líderes da juventude do PN no sequestro e assassinato de Schneider (ela não informa, porém, maiores detalhes sobre essa participação nem se a direção do partido tinha conhecimento).²⁵³

A ineficácia dessas ações extralegais para impedir a posse de Allende demonstram, ademais, como ações radicais de ruptura da institucionalidade dificilmente obtêm sucesso se

²⁵⁰ O *Movimiento Cívico Patria y Libertad* (MCPL) teve curta duração, sendo dissolvido por seu fundador, o advogado Pablo Rodríguez, em 27 de outubro, dois dias após ter sido libertado da prisão onde estava pelo envolvimento no assassinato de René Schneider. Embora o MCPL de alguma forma seja o precursor e tenha tido também como principal organizador Pablo Rodríguez, não é a mesma organização de extrema-direita que ficou conhecida pelos atentados terroristas e pela postura explicitamente golpista que atuou no Chile até o golpe de Pinochet: a *Frente Nacionalista Patria y Libertad*, que foi fundada em 10 de março de 1971. DIAS NIEVA, José. *Patria y Libertad: el nacionalismo frente a la Unidad Popular*. Santiago: CIP, 2015. Neste trabalho, passaremos a nos referir a *Frente Nacionalista Patria y Libertad* apenas como *Patria y Libertad*, forma pela qual era habitualmente chamada na época e referenciada pela historiografia.

²⁵¹ VERÓNICA VALDIVIA, Ortiz de Zárate, Op. cit., p. 274-275.

²⁵² Históricos desplazamientos del poder. *El Mercurio*, Santiago, 27 out. 1970, p. 3.

²⁵³ ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica V., op. cit, p. 276.

não conseguirem forjar uma ampla base de apoio. A posse de Allende, conquistada pela mobilização popular e pelas iniciativas que frustraram as intenções golpistas, indicam como as correlações de força daquele período eram muito distintas das que ocorreriam em 1973.

A transmissão do cargo presidencial teve também uma cobertura bastante condescendente por parte de *El Mercurio*, que trouxe na capa da edição de 3 de novembro trechos de uma entrevista que Allende concedera ao jornal mexicano *Excelsior*. *El Mercurio* procurou destacar os principais aspectos pelos quais Allende afirmara uma postura democrática e constitucionalista, afastando-se de posições identificadas com a das esquerdas *rupturistas*, entre os destaques: “Los Andes no serán una Sierra Maestra y yo no seré ‘puente’ entre Castro y Estados Unidos”; “La libertad por encima de todo. Pero si la economía no está al servicio del hombre, no hay libertad”.²⁵⁴ Referindo-se a Allende de forma comedida, sem deixar de apresentar desconfianças, a conclusão do editorial dessa edição é bastante significativa quanto ao tom que o jornal assumia neste momento em relação ao novo presidente:

Esta experiencia social chilena se inicia con la confianza de grandes sectores nacionales, con la expectación de otros u con la seguridad de todos en que este país mantenga integralmente sus libertades y no se sustituya el espíritu de justicia por el de desquite.²⁵⁵

La Nación, de forma efusiva, em um tom de exaltação, comemorava a transmissão de cargo e trazia em sua capa do dia 3 de novembro fotos de um sorridente Eduardo Frei e de Allende sobrepostas à imagem de uma multidão e as manchetes: “Allende asume hoy” e “Se inicia la gran tarea del Pueblo”²⁵⁶. No dia seguinte, de forma ainda mais calorosa noticiava: “Asumió el gobierno del pueblo. Santiago se volcó en las calles para vitorear al presidente”; ademais destacava, na primeira página, um trecho do discurso de Allende: “Hoy se abren las puertas de la historia”²⁵⁷. Em editorial, *La Nación* dava ares magnificentes aos propósitos do novo governo:

Desde el mediodía de este 3 de noviembre de 1970 asume la conducción del país el nuevo Gobierno cuya responsabilidad se acrecienta en proporciones extraordinarias por el hecho de tener sobre si fijos los ojos del mundo y por su compromiso con el pueblo que lo eligiera de dar solución a los problemas nacionales, extirpando la miseria y el retraso de las clases menos favorecidas por la fortuna. [...] creemos que deben repetirse palabras del Presidente Frei

²⁵⁴ *El Mercurio*, Santiago, 3 nov. 1970, p. 1.

²⁵⁵ Transmisión del mando supremo. *El Mercurio*, Santiago, 3 nov. 1970, p. 3.

²⁵⁶ *La Nación*, Santiago, 3 nov. 1970, p. 1.

²⁵⁷ *La Nación*, Santiago, 4 nov. 1970, p. 1.

recientemente pronunciadas y que hacemos sinceramente nuestras deseado el Excmo. Señor Salvador Allende que tenga éxito en su gestión. "El éxito del Presidente de Chile es el éxito de Chile" [...] expresó con justeza el Presidente Frei, quien tuvo también un acierto emocionante al recordarnos que "lo único inmortal es la Patria".²⁵⁸

Note-se também como *La Nación* nesse período buscava ressaltar as proximidades entre os interesses da DC e do novo governo. Em um processo no qual o desfecho dependeu das posições democrata-cristãs, o jornal procurava dar voz aos setores da DC favoráveis aos acordos com a UP, expressando, sobretudo, sua ala mais à esquerda, vinculada a Radomiro Tomic.

A postura relativamente amistosa também caracterizou a análise que *El Mercurio* fez do primeiro gabinete ministerial anunciado por Allende. As duras críticas e os alertas sobre os perigos de um governo marxista ficaram momentaneamente secundarizadas. Destacando a preocupação com a pluralidade partidária, o diário afirmou que o novo ministério — de maioria comunista e socialista²⁵⁹ — era expressão da vontade suprema do novo presidente, indicando que a condução política de Allende seguiria ditando os rumos do governo.²⁶⁰

É possível afirmar que essa atitude de *El Mercurio* foi influenciada tanto pela legitimidade social conquistada pela UP quanto expressão da desarticulação e dificuldades iniciais enfrentadas pelas direitas chilenas ao se opor ao novo governo. Visando manter sua credibilidade historicamente associada à apregoada autoimagem de um diário comprometido com um jornalismo sério, equilibrado e moderno, *El Mercurio* buscava formas de combinar suas críticas ao marxismo em geral com as dificuldades de se contrapor a um governo que despertava simpatia e expectativas políticas para muito além das forças socialistas. A própria DC, ator político fundamental para a confirmação da vitória de Allende, e que sempre teve uma relação tensa com a UP, nesses primeiros meses sofria fortes pressões de sua base social, composta entre outros setores por um considerável número de trabalhadores, para se aproximar do governo.

²⁵⁸ El magno acontecimiento cívico de hoy. *La Nación*, Santiago, 3 nov. 1970, p. 3.

²⁵⁹ O primeiro gabinete ministerial de Allende foi formado por: José Toha (PS), ministro do Interior; Clodomiro Almeyda (PS), Relações Exteriores; Pedro Vuskovic (PS), Economia, Fomento e Reconstrução; Carlos Cortez (PS), Habitação e Urbanismo; Jaime Bastidas (PS), Secretaria Geral de Governo; Américo Zorrilla Rojas (PC), Fazenda; Mario Astorga (PC), Educação Pública; Pascual Barraza (PC), Obras Públicas e Transportes; José Oyarce (PC), Trabalho e Previdência social; Lisandro Cruz Ponce (API), Justiça; Alejandro Rios (PR), Defesa Nacional; Orlando Cantuarias (PR), Mineração; Jacques Chanchol (MAPU), Agricultura; Óscar Jiménez (PSD), Saúde Pública; Humberto Martones (PSD) Terras e Colonização.

²⁶⁰ Primer Ministerio del Gobierno Allende. *El Mercurio*, Santiago, 31 out. 1970, p. 3.

Se nesse momento as articulações para derrotar o projeto socialista se mostraram prematuras, *El Mercurio* optava por pressionar a UP a se manter dentro dos limites de respeito à legalidade democrática e elegia os “extremistas da esquerda” como o principal perigo a ser combatido. Dessa forma, diferentemente da linha que adotará em conjunturas futuras, a folha mercurial procurava demonstrar certa confiança em que Allende pudesse controlar, mesmo com contratempos, os grupos mais “radicais” da UP. Assim, na edição de 6 de novembro, cuja capa trazia a manchete: “Dijo Allende en el Estadio Nacional: Chile forja su propio destino”²⁶¹, com toda a primeira página dedicada ao ato da UP que lotou o Estádio Nacional para comemorar a posse do novo governo, *El Mercurio* publicou o editorial “Interpretaciones de la ‘Vía chilena’”, no qual fica evidente o tom de exigências ao governo (sem deixar de lado as desconfianças) e a exaltação da natureza democrática chilena, sempre defendida quando o discurso democrático era conveniente ao jornal:

La novedad del llamado experimento social chileno es que se armonicen la democracia representativa con el socialismo marxista, lo cual impondrá, sin duda, gran trabajo al Presidente y a sus colaboradores así con un singular patriotismo a los partidos y a la ciudadanía toda. Vivir la democracia y no servirse de ella para amparar intereses o para traicionar a la libertad misma es una noble tarea, propia tan solo de pueblos con aptitudes morales y políticas privilegiadas.²⁶²

Surpreendentemente, nesse mesmo editorial, *El Mercurio* faz uma defesa da legitimidade da “via chilena”, desde que garantisse as liberdades democráticas para a oposição e eleições livres, propiciando ao povo o direito de mudar a linha política do país. O editorial chegou a citar e se delimitar de críticas que jornais estrangeiros faziam à UP. Nessas críticas, afirmava-se que “via chilena” era mera tática para implantação da ditadura do proletariado, sendo o discurso democrático apenas um disfarce para as reais intenções da UP; seriam assim incompatíveis a “via chilena” e o sistema democrático representativo. É preciso ressaltar, porém, que, no futuro breve, *El Mercurio* — que já havia flertado com esse discurso durante o período eleitoral e nas primeiras semanas pós-eleitorais — também passará a adotar essa linha de associar o projeto da “via chilena” a uma dinâmica que inexoravelmente levaria a formas incompatíveis com a democracia.

O tom ameno de *El Mercurio* em relação à UP não significava, todavia, que o jornal abandonara por completo sua linha de críticas gerais aos projetos socialistas, ao marxismo e aos setores considerados “extremistas”. Cabe aqui ressaltar que o jornal muitas vezes usava as

²⁶¹ *El Mercurio*, Santiago, 6 nov. 1970, p. 1

²⁶² Interpretaciones de la “Via chilena”. *El Mercurio*, Santiago, 6 nov. 1970, p. 3.

próprias críticas de Allende para endossar seu discurso contra os grupos políticos considerados inaceitáveis para a convivência democrática. Como exemplo, após órgãos da imprensa veicularem informações sobre uma suposta intenção de criar “milícias populares”, Allende rapidamente emitiu um desmentido. No dia 15 de dezembro, *El Mercurio* destaca em sua capa um trecho da declaração do presidente: “Categórico desmentido. Allende: ‘No hay ni habrá milicias populares en Chile’”²⁶³ e no editorial do dia seguinte afirmava:

La declaración oficial de la Presidencia de la República en que se afirma que, durante el Gobierno actual, "no hay ni habrá milicias populares" es un antecedente que tranquiliza a la opinión pública. [...] Esta es una de las manifestaciones concretas de acatamiento al régimen de derecho por parte de Excmo. Señor Allende. [...] Ciertas opiniones de la ultraizquierda [...] hacían necesario que el Presidente de la República precisara que durante su Administración no existen ni existirán milicias populares con amparo oficial u oficioso. Indirectamente la opinión de La Moneda envuelve un repudio a la actitud de las tendencias o partidos que no trepidan en organizar y mantener dispositivos armados. [...] La tranquilidad pública que producen declaraciones como la que comentamos va pues más allá de la simple confirmación de que el Gobierno o quiere apartarse de los cauces legales y de que confía a los institutos armados el cumplimiento de los deberes que los son propios.²⁶⁴

Como ficará perceptível ao longo desse trabalho, uma das estratégias discursivas de *El Mercurio* foi ora tratar as posições de Allende como hegemônicas na condução política da UP — principalmente nesse breve momento de distensão — ora tratar Allende como uma espécie de refém das posições mais extremada da UP e do MIR. Dessa forma, *El Mercurio* buscava explorar as contradições que existiam dentro do próprio campo das esquerdas. Essa oscilação editorial, que resultava em ambiguidades utilizadas discursivamente pelo jornal, só diminuiria à medida que o jornal passou a assumir uma postura de maior enfrentamento e deslegitimação do governo, sobretudo a partir de meados de 1972. Essas questões serão estudadas com mais propriedade no segundo capítulo deste trabalho.

Para os sociólogos chilenos Tomás Moulian e Manuel Garretón, o fracasso da oposição e a vitória de Allende inserem-se em uma conjuntura em que a chave interpretativa está na existência de uma dupla legitimidade que condicionou os limites pelas quais as forças políticas se moveram. Essa dupla legitimidade consistia, por um lado, em que o regime democrático ainda condicionava a viabilidade das alternativas políticas em disputa. Por outro, na generalização da ideia que a sociedade chilena necessitava de profundas transformações

²⁶³ *El Mercurio*, Santiago, 15 dez. 1970, p. 1.

²⁶⁴ No a las milicias populares. *El Mercurio*, Santiago, 16 dez. 1970, p. 3.

sociais; assim, essa "doble legitimidad del régimen político y de la necesidad de cambios, impidió que tomaran cuerpo una solución extralegal, o las soluciones que podían crear el clima de enfrentamientos armados o de guerra civil".²⁶⁵

Isso também nos indica os limites pelos quais *El Mercurio* — para não cair em amplo descrédito — orientava sua linha editorial. Desse modo, até fins de 1971, a atuação do jornal será de uma imprensa opositora fortemente crítica, atuando politicamente com um discurso antimarxista, mas sem desenvolver uma estratégia de enfrentamento permanente contra a iniciativa política conquistada pela UP, principalmente nos debates sobre a nacionalização do cobre, como veremos no próximo tópico deste capítulo.

La Nación, por seu turno, navegou com os ventos favoráveis à UP. Sua postura política foi a de rapidamente legitimar a vitória de Allende e atuar decididamente para que a DC e a UP estabelecessem uma relação que permitisse um novo governo de transformações estruturais. É possível afirmar que o jornal foi uma voz importante para legitimar os projetos da UP perante um público leitor acostumado a ver em *La Nación* uma linha editorial que compartilhava e apoiava os intentos de reformas sociais do governo anterior, como era o caso da *chilenización* do cobre iniciada por Frei. Quando em 1971 um setor rompeu com a DC formando a Esquerda Cristã (IC), que logo se integraria à UP, Allende teve uma posição contrária a esse movimento. Allende dizia que seria mais importante ter um setor favorável à UP dentro da DC, exercendo pressão interna e sobre suas bases sociais, do que mais um pequeno grupo de esquerda integrado ao governo.²⁶⁶ De certa forma, *La Nación* cumpriu, nesses últimos meses de 1970, o papel que Allende entendia como necessário para incidir sobre as bases sociais da DC: um ator político vinculado aos democrata-cristãos que expressava a necessidade de apoiar as transformações propostas pelo projeto da UP.

2.2 O início do governo e a luta política pela afirmação do projeto da “via chilena”

O período que vai até fins de 1971 apresentou as melhores condições políticas e econômicas vivenciadas pelo governo da UP. A aprovação do projeto de nacionalização do cobre, a incorporação à APS de dezenas de empresas estratégicas, a ampliação e aprofundamento da reforma agrária, o início da estatização dos bancos privados, foram conquistas da agenda política do novo governo. Nesse período, a oposição enfrentou fortes

²⁶⁵ MOULIAN, Tomás; GARRETÓN, Manuel. *La Unidad Popular y el conflicto político en Chile*. Santiago: LOM Ediciones, 1983, p. 52.

²⁶⁶ AMORÓS, Mario. *Allende: la biografía*. Santiago: Ediciones B, 2013, p. 378.

dificuldades para desenvolver sua luta política, perceptível, por exemplo, nas eleições municipais de abril, na qual a UP conseguiu ampliar sua votação em relação às eleições de 1970.²⁶⁷

Nesse contexto, o jornal *El Mercurio* teve pouca margem para desenvolver uma estratégia discursiva de ataques frontais ao governo. A forma como o jornal lidou com o processo de nacionalização das grandes minas de cobre, como veremos, evidencia os limites das estratégias discursivas antagônicas à UP, de outra forma a atuação política do diário não só seria de pouca efetividade como permitiria contribuir para o descrédito. Nesse momento, *El Mercurio* tinha como núcleo discursivo críticas em torno de questões gerais, como a defesa da liberdade de imprensa, questionamentos sobre o processo de estatização de empresas,²⁶⁸ ponderações sobre o caráter da reforma agrária em implementação,²⁶⁹ críticas às intenções de se reestabelecer relações com países do campo comunista, lançar dúvidas sobre projetos de reformas constitucionais propostos pela UP. Também era comum politizar a cobertura sobre eventos culturais e artísticos.

A partir de uma dessas críticas, por exemplo, o jornal *La Nación* envolveu-se diretamente em uma polêmica com *El Mercurio* sobre os acontecimentos do *XII Festival Internacional da Canção de Viña del Mar*, realizado em 11 de fevereiro de 1971. Nesse

²⁶⁷ MOULIAN, Tomás; GARRETÓN, Manuel. Op. cit., p. 56-80.

²⁶⁸ Até fins de 1971, passaram para o controle estatal 167 empresas; em 1972, mais 151 seriam estatizadas. No setor industrial, até o final de 1972, o Estado passou a deter 22% de toda a produção. A dura reação da oposição às estatizações explica-se principalmente porque as empresas estatizadas eram as principais em seu ramo de atuação e delas dependiam toda a cadeia produtiva. As campanhas da direita contra as estatizações, da qual *El Mercurio* era partícipe, concentraram-se em duas temáticas: uma “técnica”, afirmando que as estatizações impediriam o bom funcionamento das empresas, afetando a produção; outra, “política e ideológica”, centrada em alarmar a população, afirmando que as estatizações significavam um ataque à liberdade individual. BITAR, Sergio. Op. cit., p. 195-196.

²⁶⁹ Buscando acelerar e expandir a reforma agrária, o programa da UP centrava-se, entre outros, nesses eixos: 1) expropriação dos terrenos que excedessem o limite estabelecido por lei (80 hectares), inclusive vinícolas, pomares e florestas; 2) as terras expropriadas organizar-se-iam preferencialmente em forma de cooperativas; 3) incorporação de pequenos e médios proprietários aos benefícios de cooperativas próximas de suas terras; 4) proteção da integridade das terras das comunidades mapuche. Contudo, o processo efetivo de realização do projeto de reforma agrária da UP, embora tenha conseguido avanços acelerados, encontrou enorme resistência dos grandes proprietários de terra, sobretudo no sul do país. Por meio de alarmistas campanhas ideológicas, a direita conseguia muitas vezes que médios e pequenos camponeses ficassem contra o governo da UP atemorizados pela ideia difundida pelos grandes proprietários de que a real intenção do Estado seria a de expropriar todas as terras e formar empresas estatais agrícolas. Outro problema enfrentado pelo governo foi a radicalização de setores dos movimentos camponeses, principalmente ligados ao MIR, que passaram a ocupar terrenos (alguns com extensão inferior ao estabelecido pela lei) buscando acelerar as desapropriações. OSLAK, Oscar. *La trama oculta del poder. Reforma agraria y comportamiento político de los terratenientes chilenos, 1958-1973*. Santiago: LOM Ediciones, 2016.

tradicional festival²⁷⁰, *La Nación* criticou duramente a cobertura que *El Mercurio* fez do evento:

La prensa de derecha sigue siendo prensa de derecha en todos los terrenos. Incluso en la esfera de los espectáculos. 'El Mercurio', desde luego, no podía dejar de destacar, con mucha amplitud, las reacciones airadas de la Canción de Viña del Mar contra ciertos cantantes que eligieron canciones con contenido político. Los derechistas llevaron su violencia hasta el extremo de herir a una violinista con piedra. 'El Mercurio' no sólo no condena esta histeria de pequeños grupos reaccionarios, sino que declara que tienen razón y que los responsables son los cantantes. Dice que esos cantantes de izquierda fueron 'castigados' por el público por su intención de 'dirigir' las consciencias de los jóvenes.²⁷¹

Essa era uma clara referência ao texto editorial publicado por *El Mercurio* no dia anterior em que o jornal afirmara:

De un tiempo a esta parte, las consignas doctrinarias han llegado al plano de la cultura nacional, primero en forma subrepticia y luego de manera abierta. [...] Es evidente que los intelectuales han de tener su sensibilidad abierta ante los movimientos sociales; no obstante hacer vehículo sus producciones de lemas políticos, como sucede a menudo, no es otra cosa que desvirtuar la esencia misma del arte. [...] El repudio a las canciones con temas políticos en el festival viñamarino viene a demostrar el grado de discernimiento crítico de los concurrentes al evento musical. [...] La gran mayoría de quienes asistieron al torneo en referencia ha puesto de relieve que estas engañosas manifestaciones artísticas forman parte de una maquinaria de clara intención política. Una vez más quedó en evidencia que las híbridas canciones de protesta canalizan consignas doctrinarias y por ello están distantes del arte verdadero.²⁷²

Neste editorial e nos textos das reportagens, *El Mercurio* de fato não condenou as agressões sofridas pelos artistas, o que levou *La Nación* a comentar:

Pero, sin duda, 'El Mercurio' cae en una contradicción demasiado flagrante con sus propios 'principios' al estimar legítima esta reacción. ¿Dónde queda eh horror a la 'violencia' que, según sus editoriales, acompañaría siempre a los marxistas? Una pedrada a una violinista es aceptable para 'El Mercurio' cuando se lanza desde la derecha; si fueran izquierdistas los que reaccionaran en esa forma veríamos a los mismos 'delicados' corresponsales denunciar el 'totalitarismo' implícito en la actitud. En realidad, la única actitud justa sería condenar, no a los cantantes, sino a los que tratan de

²⁷⁰ A primeira edição do *Festival Internacional de la Canción de Viña del Mar* ocorreu em 1960 e acontece anualmente até os dias de hoje. Sua organização e realização esteve, desde o início, vinculada à municipalidade de Viña del Mar, e a partir de 1964 passou a ser transmitido pelo Canal 9 de televisão para Santiago.

²⁷¹ “El Mercurio” y las canciones de protesta. *La Nación*, Santiago, 12 fev. 1971, p. 3.

²⁷² Repudio a las Canciones de Protesta. *El Mercurio*, Santiago, 10 fev. 1971, p. 3.

acallar, por la violencia, a artistas que no hacen más que trabajar el folklore en un determinado sentido.²⁷³

Sobre as críticas de que o festival era destinado a “dirigir a consciência dos jovens”, *La Nación* destacou que as canções de protesto foram executadas somente pelo conjunto *Tiempos Nuevos* e pelo cantor *Dean Reed*, em uma programação na qual se apresentaram dezenas de artistas e que teve três horas de duração. O jornal também ressaltou que as canções sem claro conteúdo político foram maioria no festival. Por esse motivo, *La Nación* inclusive criticou tacitamente a organização do evento:

En realidad, se advierte alguna discriminación en el Festival es en contra de las canciones de protesta, porque el reducido número admitido no guarda relación con la elevada proporción de artistas que las compone y las canta. Si se piensa respetar el concepto de 'pluralismo' en todos los terrenos, los festivales musicales tendrían que incluir una cuota de canciones de protesta, eso está dentro de las reglas del juego. Pero 'El mercurio' parece tener una idea personal del pluralismo, que consiste en excluir sistemáticamente al adversario, y aún estimar justo que se lo 'castigue' lanzando piedras.²⁷⁴

Cabe ressaltar que artistas que haviam apoiado a UP no período eleitoral continuaram a desempenhar papel importante no governo de Allende, por isso muitas vezes lhes foi atribuída uma imagem de “arte oficial”. A nomeação dos músicos Isabel Parra, Víctor Jara e dos artistas integrantes dos grupos musicais Inti-Illimani e Quilapayún como Embaixadores Culturais do Governo Popular acabou por reforçar essa visão.²⁷⁵ A política cultural da UP, muitas vezes, foi usada como instrumento de denúncias pela oposição, buscando associá-la a formas de controle ideológico, nutrindo assim um elemento característico do discurso antimarxista.

Como é possível constatar, os jornais buscaram politizar em seus discursos diversos espaços da vida social, incluindo as expressões culturais. Ainda mais que o Chile nesse período vivia não só intensa efervescência política como também cultural e artística. Parte desse processo era impulsionado pela UP a partir de diversas iniciativas de incentivo à popularização dos mais variados movimentos artísticos²⁷⁶. Isso paralelamente ao incentivo da

²⁷³ “El Mercurio” y las canciones de protesta. *La Nación*, Santiago, 12 fev. 1971, p. 3.

²⁷⁴ “El Mercurio” y las canciones de protesta. *La Nación*, Santiago, 12 fev. 1971, p. 3.

²⁷⁵ SCHMIEDECKE, Natália Ayo. *Não há revolução sem canções: utopia revolucionária na Nova Canção Chilena, 1966-1973*. São Paulo: Alameda, 2015, p. 71.

²⁷⁶ No início do governo da UP foi criado o Instituto de Arte Latinoamericano com a perspectiva de gerir e incentivar a produção artística. Em 1971, o Instituto subscreveu a *Declaración de La Habana*, na qual se afirmava que a atitude que cabia aos artistas era a luta contra a alienação gerada pela cultura burguesa e o de trazer e levar arte ao povo. A partir dessas concepções, muitas instituições culturais organizaram uma série de eventos, exposições, experiências artísticas, oficinas com temática popular e engajada. Uma delas

mobilização popular para a defesa do projeto socialista. Toda essa efervescência cultural e política também despertava o ódio. Como afirmou o filósofo francês Jácques Rancière, as elites conservadoras expressam seu ódio pela democracia, sobretudo, quando a *vida democrática* parece chegar a uma insuportável sinfonia.²⁷⁷ Mesmo considerando que a UP ainda não conseguira iniciar as transformações dos espaços democráticos institucionais, tal como era propósito de seu programa, a participação política popular começava a ganhar novas formas e se intensificar. Toda essa efervescência democrática mostrou-se insuportável para as elites conservadoras chilenas.

A maneira pela qual a UP lidava com as concessões de asilos políticos também foi objeto de polêmicas por parte de *El Mercurio*, que aproveitava a chegada dos estrangeiros para criticar o governo. É importante ressaltar que o Chile, ainda no governo de Eduardo Frei, recebeu grande número de exilados provenientes dos países vizinhos e que sofriam as perseguições políticas dos regimes ditatoriais, processo que se intensificou no governo de Allende.

Significativos exemplos dessas críticas foram a cobertura e a linha editorial do asilo político concedido a setenta brasileiros que chegaram ao Chile, em 15 de janeiro de 1971, depois de terem sido banidos do território brasileiro. Na ditadura brasileira, a pena de banimento foi destinada, em geral, aos militantes políticos das esquerdas cuja saída da prisão fora negociada em troca da libertação de autoridades estrangeiras sequestradas em ações de grupos guerrilheiros. Assim, pela libertação do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Bucher, sequestrado no dia 7 de dezembro de 1970 pela Aliança Libertadora Nacional (ALN), setenta militantes de diversas organizações políticas foram banidos do território brasileiro e enviados ao Chile.²⁷⁸

Como destaca a cientista política Teresa Schneider Marques, a pena de banimento — instituída no Brasil por meio do Ato Institucional nº 13, de dezembro de 1969, que permitia banir do território nacional pessoas que fossem considerados uma “ameaça à segurança

foi o “Trem da Cultura”, caravana organizada pelo governo e que foi composta por músicos, poetas, folcloristas que percorreu mais de mil e quinhentos quilômetros do país, apresentando suas criações em pequenas localidades. Do “Trem” participaram músicos renomados: Quilapayún, Inti Iluminani, Isabel Parra. Outra iniciativa foi em 1971 a criação da Editora Quimantú, com o objetivo de popularizar o acesso a livros, revistas e outros formatos editoriais que totalizaram 12 milhões de exemplares publicados entre 1971 e 1973. ALBORNOZ, Cesar. *La Cultura en la Unidad Popular: porque esta vez no se trata de cambiar un presidente*. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Org.). *Cuando hicimos historia. La Experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

²⁷⁷ RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

²⁷⁸ MARQUES, Teresa Schneider. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, p. 43.

nacional”—, foi uma das muitas violações aos direitos humanos cometidas por militares brasileiros. O artigo 15 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) garante aos indivíduos o direito inalienável à nacionalidade; e no artigo 13 é garantido o direito de sair de seu país e regressar quando for desejado.²⁷⁹

Em 15 de janeiro, *El Mercurio* publicou edição dando destaque à chegada dos setenta brasileiros. Na primeira página, uma foto ocupando um terço da página mostrava os exilados com braços erguidos saudando o público no Aeroporto Internacional de Pudahuel; a chamada da capa dizia: “revisan documentación de los 70 exilados brasileños”.²⁸⁰

No editorial dessa edição, *El Mercurio* afirmava que o governo mantinha uma conduta de “deformación del Derecho de Asilo”. Expondo os principais aspectos dos tratados internacionais em vigor sobre concessões de asilo político, o jornal afirmava que a prática internacional de asilo existia para proteger os perseguidos políticos e os que cometeram crimes de natureza política, mas não as pessoas acusadas ou condenadas por crimes comuns. Além disso, caberia ao Estado que presta o asilo qualificar a natureza do delito. Segundo *El Mercurio*, o governo da UP, ao apressadamente conceder a permissão de asilo aos brasileiros, fazia essa qualificação sem maiores cuidados, possivelmente asilando criminosos comuns.

Por conseguinte, *El Mercurio* aproximava-se das posições sobre o banimento sustentadas pelo governo militar brasileiro ao sugerir que os setenta brasileiros foram “banidos” por sua conduta criminosa comum e que o governo chileno, apesar disso, os recebia como exilados políticos. O periódico, entretanto, fazia uma ressalva, afirmando que se fossem qualificados como criminosos políticos, após criteriosa análise, deveriam ser recebidos em solo chileno com a condição de se absterem, de acordo com pressupostos constitucionais, de interferir na luta política nacional.²⁸¹

Embora não tenha tratado do tema em editorial, *La Nación* teve um tom e uma cobertura sobre a chegada dos brasileiros nitidamente diferentes. O jornal, mesmo antes do Chile ser escolhido como o local de exílio, já dava destaque à libertação dos brasileiros. Assim, em 12 de janeiro, o diário publicou extensa reportagem intitulada: “70 presos políticos camino a la libertad”, informando que o local de exílio seguia indefinido, com Argélia ou México sendo os mais prováveis.²⁸² No dia 15, *La Nación* trazia na capa foto similar à reproduzida por *El Mercurio*, os brasileiros com os braços erguidos e festejando a chegada ao país, as manchetes, porém, tinham outro tom: “Grito de Libertad”, “Chile dio la bienvenida a

²⁷⁹ MARQUES, Teresa C. Schneider. Op. cit., p. 42-43.

²⁸⁰ *El Mercurio*, Santiago, 15 jan. 1971, p. 1.

²⁸¹ Deformación del Derecho de Asilo. *El Mercurio*, Santiago, 15 jan. 1971, p. 3.

²⁸² *La Nación*, Santiago, 12 jan. 1971, p. 7.

los liberados brasileños”.²⁸³ A perspectiva de *La Nación* usualmente foi de exaltar a importância da rápida concessão de asilo político aos perseguidos pelas ditaduras do continente.

Lançar dúvidas sobre a solidez do projeto democrático da UP era outra forma pela qual *El Mercurio* desenvolvia suas críticas ao governo. Mesmo ainda distante da beligerante campanha de buscar deslegitimar o governo, como ocorrerá nos anos seguintes, o jornal procurava dar espaço em suas páginas para a análise crítica das declarações políticas e das orientações programáticas dos partidos da esquerda. Um exemplo é o editorial de 18 de março de 1971, no qual é analisada a política do PS. O jornal acusava os socialistas de incitar a violência após terem declarado que os comitês da UP deveriam atuar nos sindicatos sob a perspectiva de “denunciar a direita sediciosa”. *El Mercurio* afirmava que os socialistas tinham por objetivo “aplastar con su peso material y moral a cualquiera que alce su mano sacrílega contra el Pueblo y su Gobierno”. Para o jornal, essas declarações colocavam um sinal de interrogação sobre os propósitos da UP de conciliar democracia com um projeto de via pacífica ao socialismo. Nesse momento, *El Mercurio* ainda mantinha um tom de exigências maior que o de críticas, concluindo o editorial de forma bastante amena: “Cabe formular sinceros votos para que la experiencia chilena tome realmente su propio camino y se emancipe de los ideologismos, de los prejuicios e del espíritu de imitación”.²⁸⁴

As eleições municipais de abril de 1971 estiveram no centro dos discursos políticos dos dois jornais ao longo do mês de fevereiro. *La Nación*, já com uma nova direção indicada por Allende, passou a assumir uma posição de aberta defesa do governo, combinando jornalismo com um discurso muitas vezes panfletário. Por um lado, exaltava os feitos e projetos do governo; por outro, mantinha uma linha de duras críticas aos setores da direita, em especial ao PN e seu principal veículo de comunicação, o jornal *La Prensa*.

Na mesma edição em que dava ampla cobertura para um multitudinário ato de rua organizado pela UP, *El Mercurio* destacava que as eleições de abril seriam um termômetro para medir a vontade dos chilenos em relação às recentes atuações do governo. Segundo o jornal, os resultados das eleições, dependendo de quais seriam os vencedores, apontariam dois caminhos: a aceleração da marcha de “estatização e das lutas de massas”, ou a moderação da política governamental, permitindo uma análise e um reordenamento de possíveis erros cometidos.²⁸⁵ Interessante notar que o jornal, por mais que nesse momento estabelecesse

²⁸³ *La Nación*, Santiago, 15 jan. 1971, p. 1.

²⁸⁴ El pleno socialista. *El Mercurio*, Santiago, 18 mar. 1971, p. 3.

²⁸⁵ La agitación preelectoral. *El Mercurio*, Santiago, 31 mar. 1971, p. 3.

críticas gerais à política da UP, não defendia abertamente — como fará nas eleições parlamentares de 1973 — que o governo deveria ser derrotado nas urnas. A atitude de *El Mercurio* nesse período foi seguir exigindo parcimônia por parte do governo e de alertar para o perigo dos setores radicais aumentarem sua influência. Isso é perceptível também no editorial em que *El Mercurio* analisou o resultado final das eleições:

El fuerte presidencialismo chileno - no alterado con el acceso al poder de la Unidad Popular - ha beneficiado esta vez al Presidente Allende, como antes favoreció a los Presidente Frei o Ibáñez. La votación de los socialistas es el apoyo que obtiene el partido del Presidente y, como este se ha comprometido en forma solemne a respetar la Constitución y las leyes, el apoyo electoral socialista es indicación de fuerte adhesión a la línea política que marca el Jefe del Estado dentro de las cauces de la legalidad. [...]

De esta jornada el país sale con una reafirmación de la confianza popular en sus instituciones y con un mensaje al Gobierno para que no se aparte de la ley ni se identifique con fórmulas extrañas para realizar su programa socialista. Al mismo tiempo, el veredicto del electorado ha sido un pronunciamiento en favor de las actitudes claras y de las líneas definidas así como un repudio a los ocultamientos doctrinarios.²⁸⁶

Demonstrando o bom momento vivido pela UP, os partidos do governo proporcionalmente aumentaram sua votação em relação a 1970. As posições de *El Mercurio*, é possível afirmar, eram influenciadas não só pela atmosfera de apoio e legitimidade que levavam a UP estar em um momento de ofensiva política, mas também pelas próprias disputas e crises internas que vivia o jornal. Como vimos, ocorriam nesse período disputas pelo comando da empresa controladora de *El Mercurio* envolvendo Sonia Edwards, de posições políticas simpáticas à UP, e Agustín Edwards Eastman, sócio majoritário do jornal e que estava morando, desde a vitória eleitoral de Allende, nos EUA. Essa forma de atuação do jornal, com críticas gerais sem uma sistemática campanha contra o governo, marcou as estratégias discursivas de *El Mercurio* por quase todo o ano de 1971.

Em 8 de junho, o assassinato do engenheiro Edmundo Pérez Zujovic, importante dirigente da DC e ex-ministro do Interior no governo de Eduardo Frei Montalva, lançou novamente incertezas sobre o cenário político do país, estremecendo as relações entre o governo e a DC, que, até então, pareciam caminhar para sólidos acordos. Enquanto conduzia seu carro por uma rua de Santiago, Pérez Zujovic foi morto a tiros de metralhadora pela organização guerrilheira Vanguarda Organizada do Povo (VOP), que declarou a ação como

²⁸⁶ Clarificación del panorama político. *El Mercurio*, Santiago, 6 abr. 1971, p. 3.

um “justiçamento político”²⁸⁷. Um dos autores do atentado foi Ronald Rivera Calderón, que militara na juventude do PC e posteriormente no MIR, sendo expulso de ambas as organizações, acusado de fracionamento interno e “aventureirismo político”. Rivera Calderón esteve preso no ano final do governo de Frei Montalva e foi libertado com o indulto concedido por Allende em janeiro de 1971 a militantes da esquerda que haviam sido detidos em ações armadas, o que rendeu inúmeras críticas da imprensa oposicionista ao presidente.²⁸⁸

La Nación rapidamente ligou o assassinato aos interesses da direita. Em nota oficial, a UP condenou o crime de maneira enérgica, sugerindo que a VOP estaria infiltrada pela CIA e que esse assassinato só interessava a quem buscava atacar a UP, permitindo que a imagem do governo fosse associada ao terrorismo e ao extremismo.²⁸⁹ Na edição de 9 de junho, dia seguinte ao assassinato, *La Nación* questionava os sentidos e interesses por trás da morte de Zujovic, concluindo que somente os setores de oposição se beneficiariam:

Lo que sucede, en el fondo, es que la oligarquía criolla no atinó a resistir por la fuerza el veredicto democrático que llevó a la Primera Magistratura a Salvador Allende, pero procura reconquistar el tiempo perdido, lanzando ahora la ofensiva que no pudo desencadenar el año pasado. Siempre las castas privilegiadas se sublevan contra las mayorías que emergen democráticamente y esa sedición, latente en Chile durante los últimos meses, está manifestándose hoy desembozadamente. [...] Lo más irritante es la irracionalidad de este asesinato. Resulta tan absurdo que se puede llegar la conclusión de que nadie está seguro y de que cualquiera puede ser el siguiente. Ya se vio [...], en el caso Schneider, que las hordas patibularias no tenían otro objetivo que provocar el desorden y entorpecer el proceso democrático.²⁹⁰

²⁸⁷ A VOP surgiu em 1969, fundada pelos irmãos Ronald e Arturo Rivera Calderón, por Heriberto Salazar (ex-carabineiro que foi expulso da corporação por agredir um oficial) e por Ismael Villegas Pacheco (tipógrafo que também pertencera à juventude comunista, expulso por acusação de fracionamento). Na contramão do MIR, a VOP manteve durante o governo de Allende a prática de ações armadas como forma de atuação política voltada a agudizar o conflito social. Desta forma, entre dezembro de 1969 e julho de 1971, efetuaram assaltos a bancos, supermercados, armazéns e outras empresas com o propósito de arrecadar recursos para financiar suas atividades políticas. Nessa perspectiva, insere-se o que a VOP denominou de “justiçamento político” de Pérez Zujovic, uma vez que ele havia ordenado, enquanto ministro do Interior, durante o governo de Eduardo Frei, a ação que ficou conhecida como “Massacre de Puerto Montt”. Esse evento ocorreu em março de 1969, no qual, após a ação de *carabineros* em um terreno ocupado por 90 famílias na província de *Llanquihue*, morreram dez participantes da ocupação, deixando dezenas de outros feridos. Embora a VOP se autodeclarasse marxista-leninista, o historiador chileno Luis Corvalán Marquéz qualificou a organização como uma sediciosa guerrilha urbana carente de uma tradição histórica e de filiação político-ideológica. CORVALÁN MARQUÉZ, Luis. *Los partidos políticos y el golpe del 11 de septiembre. Contribución al estudio del contexto histórico*. Santiago: Ediciones Chile América – CESOC, 2000.

²⁸⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formula para o caos: a derrubada de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 278-279.

²⁸⁹ Idem, p. 279.

²⁹⁰ ¡Los gorilas no pasarán! *La Nación*, Santiago, 9 jun. 1971, p. 3.

Por sua vez, *El Mercurio*, em editorial de 15 de junho, questionava as afirmações que o crime estaria ligado aos interesses da oposição. Apesar de ressaltar que Allende estava empenhado na investigação e elucidação do crime, o diário apegava-se ao histórico de militância de Rivera Calderón para afirmar que havia contradições na atuação dos comunistas:

Los comunistas parecieron decididos a convencer al país que el móvil del homicidio del señor Pérez Zujovic era alterar la estabilidad institucional. Como los hechos están demostrando otra cosa, insisten en movilizar a las masas en contra de los imaginarios responsables del nefando crimen político del martes último.²⁹¹

Particularmente interessante nesses dias foi a disputa que *El Mercurio* travou com o PC sobre os sentidos da morte de Pérez Zujovic. O PC e parte da esquerda alertavam para os perigos da sedição e do terrorismo de direita, contrapondo-se a isso *El Mercurio* afirmava no editorial “La crítica no es sedición”:

El crimen que produjo la muerte de don Edmundo Pérez Zujovic ha demostrado en forma dramática la acción de las fuerzas que resisten la crítica y están dispuestas perseverar a todo trance en sus propias consignas procurando aplastar lo que las contradiga. Dichas tendencias interpretaron el asesinato del distinguido político demócratacristiano como el resultado de una acción subversiva de la derecha política y no han faltado imputaciones concretas a partidos democráticos sin que los acusadores hayan suministrado prueba alguna de sus asertos. Pues bien, los hechos están demostrando hasta ahora que el crimen ha sido la obra material de revolucionarios de izquierda. Pero el resultado de las pesquisas no se acepta por algunos elementos de la izquierda. Ellos siguen insistiendo en que opera en el país una sedición derechista e interpretan las informaciones y los hechos con una pasmosa falta de serenidad. Se diría que buscan a toda costa otros culpables del clima de violencia y terrorismo que los que surgen de las diligencias policiales. Por eso se afanan por envolver a los medios informativos independientes en cargos absurdos, torciendo el sentido de sus comentarios.²⁹²

Aproveitando-se ainda da morte de Zujovic, *El Mercurio* procurou associar a imagem dos extremistas da VOP aos partidos de esquerda em geral. Para o jornal, o passado “terrorista” da esquerda — enfatizando o histórico de ações armadas do MIR — permanecia vivo nos partidos da UP sob o disfarce de uma via democrática ao socialismo.²⁹³ É importante destacar, porém, que nesse momento, o jornal coloca Allende em uma dimensão distinta dos demais partidos da UP, tratando-o com certa deferência. Por ora, *El Mercurio*, abstinha-se de

²⁹¹ Contradicciones del comunismo. *El Mercurio*, Santiago, 15 jun. 1971, p. 3.

²⁹² La crítica no es sedición. *El Mercurio*, Santiago, 16 jun. 1971, p. 3.

²⁹³ Herencia terrorista en la Izquierda. *El Mercurio*, Santiago, 18 jun. 1971, p. 3.

buscar desconstruir a imagem democrática e constitucionalista reafirmada pela atuação pública do presidente.

Entretanto, mesmo o assassinato de Pérez Zujovic não conseguiu ensombrecer o grande tema que naqueles meses esteve presente recorrentemente nos debates da imprensa e que levou a uma grande vitória política da UP: a nacionalização do cobre.²⁹⁴ Em 22 de dezembro de 1970, um dia após o governo apresentar ao Congresso o projeto de reforma constitucional para a completa nacionalização do cobre, *El Mercurio* dedicou longo editorial sobre o assunto. Para o jornal, esse projeto não passava de uma complementação do que já se iniciara no governo de Eduardo Frei. Afirmava-se que não era mais uma questão política, uma vez que não haveria disputas sobre o projeto e todos os setores políticos chilenos estariam em concordância. A questão era então considerada meramente como “um problema técnico”, cabendo ao governo regular as formas de organização laboral e sindical que assumiriam as empresas nacionalizadas. Nem no plano internacional deveria haver obstáculos, se o governo constitucional chileno exercesse sua soberania dentro das normas legais e os princípios do Direito Internacional.²⁹⁵

Embora a nacionalização tenha sido aprovada por unanimidade pelo Congresso, em 11 de julho de 1971, o processo político que levou a esse resultado não foi um caminho sem percalços como previa *El Mercurio*. Baixas na produção e no preço internacional do minério, perdas de parte do corpo técnico especializado, ameaças de boicote pelo governo dos EUA²⁹⁶ foram alguns dos problemas que marcaram os seis meses de tramitação do projeto. Nesse período, *El Mercurio* teve como centralidade em seus discursos sobre a nacionalização exigir que as relações de trabalho das mineradoras estatizadas não fossem pautadas pelas relações ideológico-partidárias. Recorde-se que o jornal, nesse período, já recebera quantias consideráveis do governo norte-americano, contrário à nacionalização.²⁹⁷ Não obstante, o sólido e amplo apoio social em torno da necessidade de nacionalização do cobre e o ambiente

²⁹⁴ Cabe ressaltar que, mesmo após o processo de “chilenización” do cobre iniciada no governo anterior, no qual o Estado adquiriu parte das ações das principais mineradoras do país, a extração e a venda do cobre chileno seguiam ainda, em sua maior parte, gerando altos ganhos e rentabilidade a monopólios estrangeiros. Em 1971, o Chile produziu um total de 708 mil toneladas do minério, volume que foi responsável por cerca de 80% das exportações do país. BITAR, Sergio. *Transição, socialismo, democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 117-121.

²⁹⁵ Nacionalización completa del cobre. *El Mercurio*, Santiago, 22 dez. 1971, p. 3.

²⁹⁶ Com efeito, após a nacionalização das minas, existiram várias ações em tribunais na Suécia, Holanda e França que questionaram a legalidade das nacionalizações e solicitavam o embargo das exportações de cobre provenientes do Chile. Essas ações foram movidas, sob os auspícios do governo dos EUA, principalmente pela companhia norte-americana Kennecott Copper, ex-proprietária da mina de *El Teniente*. Em outubro de 1972, por exemplo, uma dessas petições conseguiu que um tribunal francês decretasse o embargo de carregamento de cobre chileno que se dirigia ao porto de *Le Havre*. BITAR, Sergio. Op. Cit.

²⁹⁷ Sobre isso ver o primeiro capítulo deste trabalho.

político favorável à UP impediram que *El Mercurio* adotasse uma postura contrária ao projeto.

Essa linha editorial de *El Mercurio*, pouco beligerante, será bastante diferente quando forem discutidos os pagamentos de indenizações aos proprietários das mineradoras nacionalizadas, período em que o jornal nitidamente posicionou-se por defender interesses das companhias norte-americanas²⁹⁸. Apesar de algumas críticas, Allende foi tratado como principal articulador e amplamente responsável pelo sucesso da nacionalização.

El Mercurio também publicou nota publicitária da DC, ocupando uma página inteira, na qual os democratas-cristãos declaravam que seus 75 parlamentares votariam pelo projeto do governo e destacavam que a DC teve a atuação de buscar aperfeiçoar o projeto. Para a DC, a nacionalização era o momento culminante do processo iniciado pelos próprios democrata-cristãos no governo anterior, nenhuma crítica, nessa nota, foi feita ao governo da UP.²⁹⁹

A cessão de espaços publicitários pagos às organizações de diferentes matizes era bastante comum na grande imprensa chilena. Muitas vezes *El Mercurio* usou esse artifício para dar destaque às posições do PN e de *Patria y Libertad*, mas nessa época até o PS adquiria espaço no jornal. Como exemplo, na edição de 12 de julho, dia seguinte à votação da nacionalização do cobre, o PS publicou nota ocupando uma página inteira de *El Mercurio* intitulada “Viva la 2ª Independencia de Chile”, no qual se destacava o significado da nacionalização, atacava-se a direita chilena e apontava-se que esse era o início de profundas transformações revolucionárias.³⁰⁰ Esse espaço publicitário cedido ao PS em *El Mercurio* foi bastante raro. Nas edições dos três anos de jornal que são objetos desse trabalho, poucas vezes nos deparamos com notas semelhantes, a partir de 1972 elas não existem mais. Não podemos afirmar, todavia, se isso se devia a uma restrição imposta pelo jornal ou se era advinda de uma política do próprio PS — e do PC — de não comprarem espaços no diário. Por outro lado, os

²⁹⁸ A fórmula de pagamento das indenizações aprovada pelo Congresso estipulava vários descontos sobre o valor das empresas. O principal abatimento viria dos chamados “lucros excessivos”, valor calculado a partir dos lucros obtidos pelas mineradoras entre 1955 e 1970. Eram considerados lucros excessivos os rendimentos que ultrapassem 12% de lucratividade, parâmetro estabelecido pela rentabilidade mundial das mineradoras nacionalizadas. No entanto, esse abatimento não tinha um caráter automático: o projeto facultava ao presidente estabelecer quanto desse valor seria amortizado do total a ser pago pelas indenizações. Isso, segundo Sergio Bitar, gerou uma armadilha política para a UP. Caso Allende pagasse indenizações muito baixas, a reação norte-americana seria imputada ao governo. Se tal indenização fosse muito alta, Allende sofreria com as críticas internas, principalmente dos setores *rupturistas*. Por fim, em novembro de 1971, o governo decidiu, mesmo com ameaças de bloqueio econômico por parte dos EUA, descontar os valores máximos obtidos com os “lucros excessivos”. Com exceção de duas mineradoras menores, nenhuma das outras obteve qualquer compensação financeira. BITAR, Sergio. *Transição, socialismo, democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 129-130.

²⁹⁹ *El Mercurio*, Santiago, 11 jul. 1971, p. 9.

³⁰⁰ *El Mercurio*, Santiago, 12 jul. 1971, p. 20.

espaços dedicados em *El Mercurio* à DC, PN, *Patria y Libertad* foram recorrentes até o fim do governo da UP.

A edição de 12 de julho de 1971 também demonstra as dificuldades de *El Mercurio* ao lidar com um dos momentos de maior solidez e respaldo político da UP. Na capa, o jornal anunciava: “Por Unanimidad en el Congreso Pleno: Nacionalizado el Cobre”, trazendo uma foto do plenário do Congresso ocupando meia página; na outra metade, uma foto de Allende discursando na rua, em frente ao prédio do Senado, com a manchete: “Allende, desafío a una Gran Tarefa”.³⁰¹ O conteúdo é nitidamente favorável ao governo. No editorial, comentando o discurso de Allende sobre a aprovação do projeto, *El Mercurio* reconhecia que a nacionalização significava um “avance hacia la soberanía económica del país” e concluía que o Estado saía fortalecido do processo; além disso, Allende era tratado como o principal responsável pelo destino nacional, algo considerado positivo e alentador pelo jornal.³⁰²

O tema do cobre esteve bastante presente em *La Nación*. De forma esperada, o diário fez campanha pela nacionalização, publicando em várias edições reportagens sobre a história da extração do cobre chileno; além disso, era recorrente a denúncia daquilo que o jornal chamava de “exploração e enriquecimento imperialista à custa das riquezas chilenas”. Nesse mesmo sentido, foram dedicados diversos editoriais para discutir os significados da nacionalização, cuja análise, em geral, contrastava com a de *El Mercurio*. *La Nación* apontava como o processo de nacionalização não significa simplesmente uma continuidade da “chilenización” iniciada no governo de Eduardo Frei. Pelo contrário, afirmava que as empresas mineradoras, principalmente Kennecott e Anaconda, mantiveram remessas de bilhões de dólares para o exterior entre 1965 e 1970. A nacionalização proposta pela UP era tratada como o início da construção de uma nova economia: “a ruptura con o atraso, el comienzo del fin de la dependencia, la opresión y la vil expoliación por el imperialismo”³⁰³.

A nacionalização foi saudada no editorial de 11 de julho de *La Nación* como a segunda independência do Chile. Era dia, segundo o jornal, de gritar: “¡Viva Chile!”, anunciando o tom entusiasta da cobertura. Salvador Allende foi tratado como o herói que levava a cabo uma missão histórica que fora designada pelo povo chileno. Desse modo, o discurso editorial do jornal assumia um tom patriótico e de exaltação nacional:

Diez millones de chilenos pueden sentir con orgullo que se está haciendo Patria, en el más noble de los sentidos. La Patria no se hace con discursos ni

³⁰¹ *El Mercurio*, Santiago, 12 jul. 1971, p. 1.

³⁰² Tareas de la Nacionalización. *El Mercurio*, Santiago, 12 jul. 1971, p. 3.

³⁰³ Un domingo histórico. *La Nación*, Santiago, 10 jul. 1971, p. 3.

solemnes conmemoraciones de fechas pasadas; ellas deben servir para recordarnos cuál es nuestra herencia y cuál es nuestra obligación con la Patria hacia el futuro, pero la Patria se construye día a día, en lucha permanente contra todo dominio, contra toda dependencia; hacer la Patria no es una tarea que terminó en 1810, sino que comenzó entonces. Durante 16 décadas, millones de hombres pertenecientes a varias generaciones, hicieron sus aportes para construir la gran patria en que soñamos; hubo retrocesos y detenciones en el camino, cuando la anti-patria se enquistó en las posiciones del poder, para vender riqueza, soberanía y patria al amo extranjero. Y he aquí que hoy Chile da su gran salto adelante, aquél que muchos otros prometieron pero que no se atrevieron a cumplir.³⁰⁴

Portanto, não era somente a direita que mobilizava em seus discursos grandiosos termos sentimentais e de grande apelo político, como pátria, nação, sacrifício e heroísmo. No próximo capítulo deste trabalho, iremos analisar como o tema do nacionalismo e de sua relação com os movimentos de esquerda foram componentes importantes e recorrentes nos discursos de *La Nación*.

A página inicial de *La Nación* no dia seguinte, 12 de julho, ao lado da manchete “con la nacionalización culminó una larga lucha de las fuerzas populares para recuperar el cobre”, trazia-se uma foto de Allende discursando, similar à reproduzida na já mencionada primeira página de *El Mercurio*. No entanto, há um elemento simbólico distinto em relação a primeira página mercurial. *El Mercurio* trazia na outra metade da primeira página uma foto do plenário do Congresso; *La Nación*, diferentemente, ocupava espaço similar com uma fotografia mostrando a multitudinária mobilização popular que em uma praça da capital acompanhou a votação do projeto (figuras 1 e 2):

³⁰⁴ ¡Viva Chile!”. *La Nación*, Santiago, 10 jul. 1971, p. 3.

Figuras 1 e 2



La Nación, 12 jul. 1971, p. 1



El Mercurio, 12 jul. 1971, p. 1.

Analisando essas capas de forma comparativa, é possível pensar que, simbolicamente, mobilização popular e institucionalidade rivalizam pelo protagonismo político da nacionalização do cobre. Enquanto a capa de *El Mercurio* sugere que a vitória da nacionalização tenha sido do Parlamento, a de *La Nación* indica como o êxito se deveu às lutas do povo. Além disso, na capa de *El Mercurio*, Allende se encontra na parte inferior do Parlamento, expressando certo sentido de hierarquia, em que a institucionalidade estaria acima da vontade individual do socialista. Já em *La Nación*, o presidente está acima da multidão, uma possível sugestão de como o processo político de transformações socialistas guardava certa ordem, expressando a ideia de que a mobilização popular deveria correr sob a liderança da UP.

Em 24 de julho, *El Mercurio* publicou capa que tem significativo valor para demonstrar a postura que o jornal mantinha em relação a Allende nesse momento:

Figura 3

*El Mercurio*, 24 jul. 1971, p. 1.

Entre manchetes com os dizeres: “Caluroso Recibimiento Al Presidente Allende” e “Primera Reunión de los Mandatarios”, estavam inseridas três fotos nas quais o presidente ocupa posição de destaque.³⁰⁵ Em duas delas, oficiais do Exército estão perfilados ao lado de Allende prestando continência; na outra, o presidente, em uma sacada de *La Moneda*, gesticula alegremente. Allende é representado como estadista, partícipe legítimo da sólida institucionalidade democrática chilena, tão evocada por *El Mercurio* e *La Nación*. Que capa tão contrastante com a postura que assumirá *El Mercurio* em relação a Allende poucos meses depois! Após a nacionalização do cobre, a força moral e política do projeto democrático da UP gozava de expressivo apoio, uma força que se faz perceptível até no principal jornal da grande imprensa crítica ao governo.

³⁰⁵ *El Mercurio*, Santiago, 24 jul. 1971, p. 1.

No momento em que *El Mercurio* ainda iniciava sua transição discursiva para o período de grande polarização que marcou o ano de 1972, cabe ressaltar a ampla cobertura que os dois jornais dedicaram ao Prêmio Nobel conquistado por Pablo Neruda em 1971.

O poeta e ex-senador comunista — que já dedicara versos críticos a *El Mercurio*³⁰⁶ — foi tratado como herói nacional e a escolha do Nobel noticiada como “histórica decisión” na capa de *El Mercurio* que trazia uma grande foto colorida de Neruda observando o mar.³⁰⁷ Ressalte-se que naquela época ainda não era comum o uso de cores na primeira página de *El Mercurio*; em geral, as capas coloridas eram utilizadas em ocasiões e reportagens especiais. Sem efetuar críticas, por duas edições, reportagens sobre a vida e a obra de Neruda ocuparam a capa e várias páginas internas. Na primeira página do *Tercer Cuerpo*, caderno de notícias nacionais e de cultura, foi reproduzida na íntegra uma declaração de Allende sobre a conquista, cujo destaque dizia: “Por la poesía de Neruda pasa Chile entero”, ao lado de outras reportagens laudatórias: “Unió su nombre al de los inmortales”, “Alegría y orgullo por El Galardón”.³⁰⁸

Cobertura não diferente sobre o prêmio realizou *La Nación* — diário no qual Neruda foi colaborador entre 1926 e 1929, quando foi cônsul chileno na Índia, período em que escreveu dezenas de artigos sobre reflexões e impressões de viagens, publicados nas edições dominicais do jornal.³⁰⁹ *La Nación* dedicou a capa da edição de 22 de outubro de 1971 a Neruda, informando que era o segundo prêmio Nobel de Literatura que o país conquistara, já que Gabriela Mistral vencera em 1945. Em editorial, o jornal estatal, já imerso em uma retórica revolucionária, afirmava:

Chile, de pie y jubiloso, recibe el Premio Nobel de Literatura que Pablo Neruda ha conseguido para su pueblo. Por segunda vez, el mundo de las letras ve alzarse el nombre de nuestro pequeño país con estatura de gigante. Por esa misma fecha, en 1945, hace veintiséis años, la dulce Gabriela Mistral estremeció el corazón popular de Chile al obtener el preciado galardón. Esta vez, las especiales circunstancias que vive el país otorgan al Premio Nobel la dimensión multiplicada que alcanza mucho más allá de la sola literatura, para abarcar también lo social. Es que la poesía de Neruda trasciende los marcos esterilizados de la pura estética o de la belleza contemplativa. Poesía, sí, belleza también. Pero, además de poesía y belleza, hay en Neruda un hondo dolor por la gesta social que protagoniza su pueblo.

³⁰⁶ Como no poema *Incitación*: “Pontifica *El Mercurio* cada día:/ Nixon le dicta los editoriales. Es un diario ‘chileno’ Mama mía! Ay qué cinismo, qué melancolía/ La de estos loros de pajarería.” *Apud* COSTA, Adriane Vidal. *Pablo Neruda: uma poética engajada*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007, p. 178.

³⁰⁷ *El Mercurio*, Santiago, 22 out. 1971, p. 1.

³⁰⁸ *El Mercurio*, Santiago, 22 out. 1971, p. 29.

³⁰⁹ Grandes Plumas. Invierno en los puertos. *La Nación*, Santiago, 14 jan. 1992, suplemento especial de aniversario, p. 13.

[...] El Premio Nobel es la respuesta de esa consciencia al grito popular que Neruda ha convertido en verso. [...] El triunfo de Pablo Neruda debe ahora servir de ejemplo a nuestras nuevas generaciones, incorporadas por la historia a la gran tarea de construir el Chile Nuevo, cuyo nombre alcanza en estos momentos una resonancia triunfal.³¹⁰

Sem dúvidas, o Premio Nobel concedido a Neruda — que neste momento exercia o cargo de embaixador chileno na França (posto ocupado por ele entre março de 1971 e janeiro de 1973) — foi também um aspecto que contribuiu para a legitimação e fortalecimento político da UP, em um momento em que as nuvens da tempestade das futuras crises aproximavam-se.

Os últimos meses de 1971 anunciaram os primeiros sinais de crise e da violenta polarização política que marcariam o período final de governo. Acirravam-se conflitos regionais, como as disputas em torno do plebiscito de autonomia universitária na Universidade de Concepción, que levou a tensos enfrentamentos armados entre grupos de esquerda (principalmente do MIR e do PC) e da direita, e intensificou-se a luta política da oposição no terreno institucional, que acabou transbordando em atos e manifestações de rua.

Por essa época, o PN vinha promovendo, sob diferentes pretextos, várias acusações constitucionais contra ministros da UP, em um momento em que surgiam os primeiros sinais de crise de desabastecimento em Santiago. Algo que, segundo Verónica Valdivia, facilitou a organização da primeira massiva manifestação contra o governo, que ficou conhecida como a “marcha de las cacerolas vacías”, que ocorreu no contexto da visita de Fidel Castro ao Chile (da qual falaremos mais no próximo capítulo). Essa manifestação foi organizada por grupos de direita, setores da DC e pelo movimento feminino de oposição.³¹¹

Durante o protesto, as manifestantes foram escoltadas por brigadas de choque de *Patria y Libertad* e, ao final da marcha, ocorreram violentos conflitos que deixaram dezenas de feridos. A direita responsabilizou grupos de esquerda pela confusão, acusando-os de ter agredido manifestantes da marcha. *El Mercurio*, que havia dado grande destaque à manifestação em sua capa, afirmou em editorial: “Las brigadas Ramona Parra, Elmo Catalán y los violentos destacamentos del MIR forman ya en Santiago [...] un dispositivo armado, mediante el cual los partidos marxistas reprimen las expresiones ciudadanas legítimas y autorizadas.”³¹²

³¹⁰ Nobel para Neruda. *La Nación*, Santiago, 22 out. 1971, p. 3.

³¹¹ ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica Valdivia. Op. cit., p. 282, 2008.

³¹² Grupos de combate en la calle. *El Mercurio*, Santiago, 3 dez. 1971, p. 3. Sobre as brigadas Ramona Parra e Elmo Catalán ver: DALMÁS, Carine. Brigadas muralistas e cartazes de propaganda da Experiência Chilena (1970-1973). Dissertação (Mestrado em História) — São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

Esse comentário dizia respeito aos incidentes ocorridos no fim do protesto, no qual o jornal acusava os grupos de esquerda de violentamente agredir as mulheres que protestavam contra o governo. Na falta de fotos que mostrassem os autores dessas agressões, o jornal publicou um instantâneo que depois seria alvo de denúncias por parte de *La Nación*, demonstrando como *El Mercurio* havia manipulado o noticiário com uma foto equivocadamente associada a um militante da esquerda. A capa com a polêmica imagem foi publicada em 3 de dezembro de 1971:

Figura 4



El Mercurio, 3 dez. 1971, p. 1.

Na foto inferior, é possível ver um jovem usando capacete e segurando uma corrente de metal no instante em que algumas mulheres acabavam de cair no solo. A legenda da foto afirma que esse indivíduo acabara de golpear as manifestantes, afirmando também que ele fazia parte de uma brigada marxista. Contudo, nos dias seguintes, *La Nación* publicou uma série de fotos e textos acusando *El Mercurio* de ter mentido, ao manipular as informações

sobre a foto em questão. *La Nación* demonstrou que o jovem de capacete não era vinculado a nenhum grupo de esquerda; tratava-se, na verdade, de um integrante da juventude da DC. Isso pode ser constatado pelo símbolo da falange (usado pela DC) em seu capacete e visível por uma foto tomada por outro ângulo:

Figura 5



La Nación, 7 dez. 1971, p. 1.

A marcha das panelas vazias também marcou o início de uma linha editorial de *La Nación* que passou a dar ênfase ao perigo do “fascismo” no país. Em *La Nación*, a marcha foi noticiada como um movimento de “pitucas”³¹³. Segundo o jornal, elas se associavam a setores fascistas para manter seus privilégios com a clara intenção de derrotar o governo popular. *La Nación*, diferentemente de *El Mercurio*, não publicou fotos com ângulos abertos da manifestação, limitando-se a retratar o ato em um mosaico com prosaicas imagens, no qual se

³¹³ Gíria chilena que corresponde aproximadamente ao “dondocas” do português.

vê mulheres bem vestidas com panelas nas mãos e homens fazendo gestos provocativos e portando bastões (figura 6). Tudo isso, o jornal afirmava ser a cara do fascismo:

Figura 6



La Nación, 3 dez. 1971, p. 1.

É possível afirmar que *La Nación* tanto tentou evitar mostrar a dimensão do ato como subestimou o próprio significado e força do movimento. Não se tratava apenas de setores “fascistas”, a legitimidade política da UP começava a ser efetivamente questionada por amplos setores das classes médias, principalmente a partir do avanço das crises de desabastecimento, do aumento da inflação e da intensificação da polarização política.

Já as denúncias da manipulação feita por *El Mercurio*, acabaram não conseguindo evitar que a direita usasse os incidentes ocorridos na marcha para uma acusação constitucional contra Jose Toha, ministro do Interior. Toha foi acusado de não garantir a necessária segurança pública durante o ato, sendo então destituído do cargo. No plano institucional e nas ruas, a oposição passava à ofensiva.

2.3 Imprensa de combate: a ofensiva da oposição e o *paro* de outubro

A polarização política que desde fins de 1971 passou a colocar a UP diante de uma série de obstáculos ganhou contornos ainda mais graves a partir de meados de 1972. Os enfrentamentos entre grupos e posições antagônicas tornaram-se mais agudos e menos controláveis. No plano interno das esquerdas e das relações políticas entre a UP e a DC, avolumaram-se as tensões. Na DC, após o assassinato de Pérez Jukovic, fortaleceram-se as forças contrárias aos acordos com a UP, o que levou o partido a formar, junto com o PN, a Confederação Democrática (CODE). Dessa forma, as possibilidades de encontrar uma saída negociada para as diferenças que existiam entre DC e UP decresceram significativamente, chegando ao ponto de se tornarem inviáveis. As oposições desenvolveram suas articulações e passaram à ofensiva política, contribuindo para o agravamento da conjuntura de polarizados conflitos sociais acentuados por massivas mobilizações de rua. Essas articulações levaram ao surgimento de diversas ações nos campos político e econômico, com a oposição passando a buscar formas de colocar fim ao governo.

Em dezembro de 1971, as forças de direita constituíram a Frente Nacional da Área Privada, que pela primeira vez reuniu em uma mesma organização proprietários de grandes empresas (que o governo pretendia incluir na Área de Propriedade Social), assim como pequenos e médios empresários da indústria e do comércio. Ao mesmo tempo, depois da nacionalização do cobre, grandes companhias norte-americanas, o governo dos EUA e organismos internacionais influenciados por ele assumiram uma posição de aberta hostilidade ao governo da UP, o que resultou em cortes de linhas de crédito e outras iniciativas voltadas a fragilizar a economia chilena.³¹⁴

Diante disso, é perceptível a reorientação política e discursiva de *El Mercurio*. O periódico, ao longo dos primeiros meses de 1972, intensificou a linha de críticas gerais à UP, aprofundou o discurso antimarxista e passou a adotar uma postura de grande ofensiva política,

³¹⁴ BITAR, Sergio. Op. cit., p. 143-145.

buscando cotidianamente deslegitimar o governo. Passou também a questionar a imagem constitucionalista de Allende, para isso usando vários artifícios e estratégias discursivas que analisaremos no restante deste capítulo. Assim, o jornal — que até fins de 1971 tratava Allende com certa reverência e ressaltava a disposição constitucionalista do presidente — modificou sua atitude.

Por sua vez, *La Nación* manteve sua linha editorial de suporte ao governo, agora dando ainda menos espaço para setores da esquerda *rupturista*³¹⁵. Carlos Altamirano, que era figura frequente no diário a partir de entrevistas e comunicados do PS, passou a ocupar cada vez menos as páginas do jornal. No entanto, isso seria por breve período, após a crise de outubro de 1972, a linha do PS *rupturista* voltaria a ganhar algum espaço no jornal, para tempos depois escassear novamente. No próximo capítulo, em que analisaremos a utopia revolucionária na linguagem política de *La Nación*, veremos com mais propriedade como o jornal passava, nos momentos de maior crise política, por uma oscilação em sua linha editorial em relação ao projeto revolucionário.

Nessa conjuntura, os grupos mais extremos do espectro político-ideológico ganharam relevância nos discursos da grande imprensa, mostrando um cenário de intensificação dos conflitos fora dos espaços institucionais. O MIR tornou-se um ator político de grande destaque nas páginas de *El Mercurio*. De forma oposta, era praticamente ignorado por *La Nación*, que dava ampla cobertura às ações de *Patria y Libertad*, que, por sua vez, pouco aparecia na folha mercurial.

Desse modo, no mês de maio de 1972, *El Mercurio* dedicou várias capas e inúmeras reportagens para noticiar as “ações terroristas” e os “violentos incidentes” que o MIR protagonizava em *Concepción*³¹⁶: “Oleada revolucionaria en Chile anuncia el MIR”³¹⁷, “Violenta acción de extremistas de Izquierda: Vejamen al Juez de Melipilla”³¹⁸, “Estudiante del FER murió en enfrentamientos con Policía: Violencia Extremista se repitió en Concepción”³¹⁹ são alguns exemplos. Essa cobertura, com um tom que flertava com o sensacionalismo, foi uma das formas pela qual *El Mercurio* cobriu os eventos da tensa

³¹⁵ Como informado na introdução, a esquerda *rupturista* era formada pela maioria do PS, pelo MIR, pela IC e, a partir de abril de 1973, por parte do MAPU. Como visão geral, com diferentes matizes, essas organizações percebiam e apoiavam o projeto da UP como um período de acumulação de forças para um objetivo futuro: a necessidade da ruptura institucional armada para o controle do poder e a posterior implantação do socialismo. Segundo essa perspectiva, a possibilidade de construção do socialismo por vias pacíficas era uma impossibilidade, uma vez que as classes dominantes não renunciariam aos seus privilégios sem opor resistência. PINTO VALLEJOS, Julio. Op. cit., p. 18-21.

³¹⁶ *El Mercurio*, Santiago, 13 de mai. 1972, p. 1.

³¹⁷ *El Mercurio*, Santiago, 17 de mai. 1972, p. 1.

³¹⁸ *El Mercurio*, Santiago, 10 de mai. 1972, p. 1.

³¹⁹ *El Mercurio*, Santiago, 14 de mai. 1972, p. 1.

manifestação que setores da UP e do MIR realizaram na segunda semana de maio de 1972 e que ocasionou a morte de um militante da juventude do MIR.

Não se tratavam propriamente de ações armadas ou “terroristas” como afirmava o jornal. Com efeito, a cobertura de *El Mercurio* referia-se aos desdobramentos de uma manifestação ocorrida em *Concepción* no dia 12 de maio de 1972, convocada por partidos da UP, pelo MIR e por organizações sindicais e populares em repúdio a um ato que havia sido marcado pela DC, de críticas à UP, para o mesmo dia. De acordo com o historiador Hugo Cancino Troncoso, o PC não participou da manifestação e buscou usar sua influência política e administrativa para impedir sua realização. O intendente de *Concepción*, Vladimir Chávez, militante comunista, mobilizou o *Grupo Móvil de Carabineros* para evitar, segundo ele, um conflito entre os militantes da esquerda e os de oposição (além da DC, no ato da oposição participariam militantes do PN e de *Patria y Libertad*). As duas manifestações acabaram em enfrentamentos generalizados e ocorreu uma forte intervenção policial, resultando na morte do estudante Eladio Caamaño Salazar em consequência de golpes desferidos por soldados do corpo de *Carabineros*.³²⁰ Miguel Enríquez, secretário-geral do MIR, acusou o governo de “reprimir selvagememente a manifestação da esquerda” culpando as ordens do intendente comunista pela morte do jovem mirista.³²¹ Por seu lado, o PC responsabilizou os “grupos de aventureiros da ultraesquerda” pelos incidentes de *Concepción* e intensificou as críticas aos grupos que os comunistas qualificavam como “extremistas”, passando a usar a consigna: “Con Allende y el Programa de la Unidad Popular, derrotaremos las provocaciones de la ultraizquierda e la ultraderecha”.³²²

Allende, neste momento, deu duras declarações contra a existência de iniciativas autônomas, não coordenadas pelo Executivo da UP, entre as esquerdas chilenas. Declarações que em geral ganhavam destaque na capa de *El Mercurio*. O jornal tentava convencer a opinião pública de que, apesar das declarações constitucionalistas de Allende, grande parte do governo seria cúmplice das ações violentas do “terrorismo esquerdista”. Esse tema surgia em *El Mercurio* sempre que alguma ação violenta podia ser associada aos movimentos sociais hegemonzados pelas esquerdas. Como exemplo, em editorial de 25 de maio de 1972, o jornal

³²⁰ TRONCOSO, Hugo Cancino. *Chile. La problemática del Poder Popular en el proceso de la vía chilena al socialismo. 1970-1973*. Copenhague: AARHUS University Press. 1988, p. 256-257.

³²¹ AMORÓS, Mario. Op, cit., p. 405-406.

³²² *Apud* TRONCOSO, Hugo Cancino. Op, cit., p. 258-259.

comentou a morte do industrial Enrique Nuñez Alvarez, após uma explosão ocorrida no processo de ocupação da empresa da qual ele era proprietário³²³:

Es explicable la preocupación del Presidente Allende por las actividades de los grupos extremistas armados que pululan en el país, pero desgraciadamente los representantes del Ejecutivo en los diversos niveles contribuyen, con su silencio, con sus interpretaciones distorsionadas y a veces con su apoyo directo, al peligroso crecimiento de la criminalidad política. [...] El hecho de que la usurpación con asesinato persiga que se estaticé la industria, la evidencia de que los asesinos son extremistas marxistas y las informaciones del señor Subsecretario del Interior llevan a responsabilizar el Ejecutivo de estos graves hechos e a suponer que el señor Ministro del Interior dará amplios informes acerca del clima de violencia cada vez más generalizado y profundo que existe en el país, cuyos impulsores quieren expandir a sangre y fuego el área estatizada.³²⁴

As tensões internas entre os diferentes setores da UP eram amplamente exploradas por *El Mercurio*. O propósito era sugerir que Allende fosse incapaz de controlar as posições mais extremadas da coalização governamental. Desse modo, o jornal utilizou incisivamente o episódio no qual René Saravia Arévalo, morador da *población* Lo Hermida³²⁵, foi morto em uma ação policial.³²⁶ *El Mercurio* deu destaque em sua capa ao cortejo fúnebre de Saravia Arévalo, em que compareceram milhares de militantes dos movimentos sociais. O jornal destacou também a visita de Allende a *población*. Em *Lo Hermida*, o presidente discursou afirmando que, diferentemente dos governos anteriores que não duvidaram em ordenar violentas repressões contra os movimentos sociais, o dele não apelaria em nenhuma hipótese à violência política; segundo Allende, a morte em *Lo Hermida* teria sido um fato isolado e a ação não teria partido de uma ordem da cúpula da UP.³²⁷

La Nación, por sua vez, em sua primeira página, no dia 9 de agosto, publicou reportagem reproduzindo trechos de um comunicado do PS no qual a cobertura de *El Mercurio* do episódio de *Lo Hermida* era taxada como “canallesca explotación publicitaria de

³²³ Não encontramos referências na bibliografia sobre esse evento, que tampouco foi noticiado por *La Nación*. Ademais, não foi possível identificar os grupos políticos participantes da ocupação informada pelo jornal.

³²⁴ Estatización com Asesinato. *El Mercurio*, Santiago, 25 de mai. 1972, p. 3.

³²⁵ *Población* é o termo geralmente utilizado no Chile para se referir às regiões mais pobres e periféricas das grandes cidades.

³²⁶ No dia 5 de agosto de 1972, com uma ordem judicial, soldados do corpo de *Carabineros* e da *Policía de Investigaciones* (única instituição armada que era dirigida por um militante da UP, o socialista Eduardo Paredes) tentaram prender um militante do MIR que era acusado de ter praticado crimes de natureza comum. Essa ação acabou por originar violentos enfrentamentos em Lo Hermida, local em que vivia o mirista, resultando na morte de Saravia Arévalo e deixando outras seis pessoas feridas por arma de fogo. Após o ocorrido, Allende, de imediato, destituiu Paredes do comando da *Policía de Investigaciones*.

³²⁷ FARIAS, Victor. *La izquierda chilena (1969-1973)*. Documentos para el estudio de su línea estratégica. 6 vol. Santiago: CEIP, 2000, p. 2940-2956.

la derecha”. O diário tratava o caso como uma violência policial desnecessária, fruto da subsistência de “formas de acción policiales propias de regímenes burgueses”. Além disso, saudava-se a iniciativa de Allende de visitar *Lo Hermida* e de pedir investigações para punir os policiais responsáveis pelo assassinato, enfatizando que “esta conducta del compañero Presidente no tiene precedentes en la historia de Chile, [...] expresa su identificación con los trabajadores y su voluntad de darles una reparación moral”.³²⁸ Nessa mesma edição, o editorial de *La Nación* corroborou as posições expressas pelo PS e aproveitou para elevar o tom contra a imprensa oposicionista, ademais de evocar a memória histórica do Libertador Bernardo O’Higgins³²⁹ associando-o a Allende:

Hoy la prensa de derecha, asilo de la oligarquía, la plutocracia y el imperialismo, arceja sus ataques contra la Unidad Popular. [...] destaca, de manera hipócrita y miserable, los simples actos policiales como conmociones públicas de orden político. Frente a este peligro, el único que debe preocuparle al pueblo, los trabajadores deben responder con una confianza combativa y revolucionaria en la persona del compañero Presidente, que por mandato suyo está en el sillón de O’Higgins. Defender lo suyo es la primera obligación moral del pueblo.³³⁰

Em 11 de agosto, as críticas que Allende fizera a setores da UP e ao MIR tiveram grande destaque na capa de *El Mercurio*. Nessas críticas, o presidente buscou responder às acusações feitas pelo MIR de que o governo era responsável pela morte ocorrida em *Lo Hermida*³³¹. Além disso, *El Mercurio*, em editorial, acusou o governo de se dobrar ao “extremismo”, uma vez que, segundo o diário, o afastamento do chefe da *Polícia de Investigaciones*, realizado por Allende, após a morte de Saravia Arévalo, indicava como os extremistas do MIR tinham mais influência no governo do que as intenções constitucionalistas do presidente. Isso porque o afastamento havia sido exigência do PS e do MIR.³³²

³²⁸ *La Nación*, Santiago, 9 ago. 1972, p. 1.

³²⁹ Considerado um dos “Libertadores da América”, Bernardo O’Higgins Riquelme, nascido em Lima, em 20 de agosto de 1778, foi capitão e posteriormente comandante em chefe do Exército chileno e um dos principais organizadores da Expedição Libertadora do Peru, em 1820. Foi também um dos mais influentes personagens do longo processo de independência chileno no início do século XIX, tornando-se chefe de Estado e de governo (com o título de *director supremo de Chile*) entre 1817 e 1823.

³³⁰ Una conversación franca. *La Nación*, Santiago, 9 ago. 1972, p. 3.

³³¹ O MIR tinha grande influência política, ao lado do PS, na *población* de *Lo Hermida*, formada por cinco acampamentos de nomes bastante simbólicos: *Trabajadores al poder*, *René Schneider*, *Vietnam Heroico*, *Lulo Pinochet* e *Asalto al Cuartel Moncada* e que contavam com um total de cerca de duas mil e quinhentas famílias. SALINAS, Sergio. Op. cit., p. 251.

³³² La grave queja socialista. *El Mercurio*, Santiago, 11 ago. 1972, p. 3.

Paralelamente, *El Mercurio* chamava a atenção para a presença de exilados estrangeiros em atuação no país, depois de identificar alguns deles habitando *Lo Hermida*, o que facilitaria, segundo o jornal, a ação do “extremismo”:

Especial alarma provocan estos hechos al advertir la decisiva presencia en ellos de exilados extranjeros. Un extremista argentino o uruguayo fue sorprendido en Lo Hermida, dos presuntos tupamaros están entre los causantes de la explosión de Las Ventanas, varios extranjeros de nacionalidades diversas participan en el llamada Ejército de Liberación. La acción de guerrilleros de otras nacionalidades significa un cambio en el estilo de la lucha revolucionaria en Chile. Esos extranjeros no han respectado vidas ni normas en sus propios países y sin duda no se someterán entre nosotros ni siquiera a consideraciones de gratitud o de humanidad. Este aspecto del nuevo extremismo resulta particularmente siniestro y constituye una grave acusación para las autoridades de Gobierno que usaron de irresponsable liberalidad para admitir en el país a esos peligrosos elementos. Esta grave crisis del orden público necesita de otros criterios y valores que los que están jugando en la política de la Unidad Popular, si el país quiere sustituir el odio y la violencia por la justicia y la verdadera paz.³³³

É bastante evidente a intenção de *El Mercurio* de identificar o conjunto das esquerdas chilenas à imagem de uma “violência extremista”, simbolizada, nas representações do jornal, por toda sorte de ações guerrilheiras, atentados terroristas e ações de violência política em geral. Nessa época, era também constante em *El Mercurio* notícias referentes à crise econômica, de supostas tentativas de cerceamento da liberdade de imprensa por parte do governo, da atuação de órgãos de controle estatal, como as JAP, e intensa crítica à política de estatização de empresas para formação da APS.

A estatização era um tema que *El Mercurio* explorava tanto em seu sentido político geral, afirmando, a partir de um viés liberal, que as estatizações contribuiriam para o agravamento da crise e feriam o direito à propriedade, quanto em um sentido particular, indicando como essas estatizações estariam relacionadas ao aumento da violência política e das ações de “esquerdistas extremistas”. Destarte, as proposições da UP sobre a APS passaram a ser ainda mais duramente combatidas, justamente no momento em que o PN e a DC atuavam ofensivamente no Parlamento para barrar o Projeto de Reforma Constitucional do governo que tratava sobre a constituição da APS.

El Mercurio recorrentemente também procurava explorar os conflitos entre as posições da DC e da UP, como em relação às formas das relações trabalhistas que deveriam ser assumidas pelo Estado nas empresas estatizadas, buscando colocar dúvidas e gerar

³³³ Crisis del orden público. *El Mercurio*, Santiago, 8 ago. 1972, p. 3.

questionamentos aos possíveis acordos entre DC e UP. Assim, as próprias dificuldades políticas da relação entre socialistas e democrata-cristãos, como já apontamos, sempre tensas e marcadas por acentuados conflitos e crises, eram insistentemente exploradas pelo jornal a fim de procurar acentuar o afastamento político entre centro e esquerdas.

Nos meses prévios à crise de outubro, *El Mercurio* publicou quase diariamente em sua capa toda sorte de notícias de teor hostil ao governo ou crítico à situação econômica do país, buscando enfatizar e superdimensionar o agravamento dos problemas socioeconômicos. Assim, as seguintes chamadas de capa, sempre em letras garrafais, exemplificam a seleção de notícias em várias edições do período: “Santiago Bajo la Ola del Crimen”³³⁴, “Cuantiosas Pérdidas en Industrias Textiles”³³⁵, “En 38,75% sube precio de vinos”³³⁶, “Enfermedad que corroe al país. Diagnóstico: insuficiencia hospitalaria”³³⁷; e a bastante expressiva: “NADA (el idioma del desabastecimiento):

Figura 7



El Mercurio, 08 ago. 1972, p. 1.

³³⁴ *El Mercurio*, Santiago, 18 de jun. 1972, p. 1.

³³⁵ *El Mercurio*, Santiago, 23 de jun. 1972, p. 1.

³³⁶ *El Mercurio*, Santiago, 29 de jun. 1972, p. 1.

³³⁷ *El Mercurio*, Santiago, 2 de jul. 1972, p. 1.

Nessa capa, o jornal estampou a foto de três pessoas com expressões desalentadoras em diferentes armazéns de Santiago, todos com prateleiras vazias à mostra. Abaixo das fotos o texto indicava como era grave o problema de desabastecimento e culpava as JAPs e o governo pela escassez.³³⁸

A crise econômica, segundo *El Mercurio*, estava diretamente relacionada ao caráter socialista do governo:

Pero el Gobierno de la Unidad Popular está inspirado en la creencia de que la supresión de los empresarios chilenos va a liberar las fuerzas productoras de la sociedad y a imprimir un ritmo veloz a su desarrollo. Así interpreta el Gobierno el sentido de los tiempos y cree que las capacidades acumuladas en la producción de bienes y servicios deben repudiarse como restos de un pasado desdeñable. La ideología de clase que fluye de las palabras presidenciales es también la inspiradora de las actitudes del Gobierno frente al proyecto constitucional de las tres áreas de la economía. La libertad del trabajo, la libertad de empleo, la libertad empresarial dependen en mucho de que el Gobierno suspensa su tara eliminadora de las empresas libres. [...] Y es deplorable que no vea que la crisis económica y las horas duras anunciadas por el Presidente tienen relación estrecha con esta desarticulación del sistema productivo chileno que ha emprendido la Unidad Popular. El Presidente ha señalado un camino que no sirve para unir a los chilenos y que no calma las inquietudes e incertidumbres de estas horas.³³⁹

Entretanto, os motivos para a intensificação da crise econômica eram de outra natureza. De acordo com Sergio Bitar, o descontrole econômico de fins de 1972 era expressão de desequilíbrios provocados na luta político-social e a dificuldade do governo em conseguir construir correlações de força favoráveis para levar a cabo as medidas necessárias para conter os problemas da área econômica. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se avançava a reforma agrária e as estatizações de empresas, cresciam a resistência da burguesia industrial e de grandes e médios agricultores, aumentando ainda mais a polarização social. Paralelamente, à medida que aumentava o poder de compra dos trabalhadores — conseguido após medidas de distribuição de renda, principalmente com políticas de valorização da capacidade real dos salários e de combate ao desemprego—, não era correspondida uma taxa de elevação da produção interna que pudesse satisfazer plenamente o aumento de consumo, o que acabou por gerar surtos inflacionários. Relacionado a isso, ocorreu o surgimento de uma “economia paralela”, sendo comum o boicote promovido por comerciantes donos de pequenas lojas e

³³⁸ *El Mercurio*, Santiago, 8 de ago. 1972, p. 1.

³³⁹ Vivimos y viveremos horas duras. *El Mercurio*, Santiago, 12 jul. 1972, p.3.

armazéns que estocavam produtos visando vendê-los com maior lucro no mercado paralelo e nos bairros de maior poder aquisitivo, deixando lojas vazias e causando desabastecimento.³⁴⁰

Fundamental para a intensificação da crise econômica foi a atuação hostil do governo norte-americano, resultando em corte de créditos de agências de financiamento internacional e uma política sistemática de boicote às exportações do cobre chileno. Em uma economia que dependia, no curto prazo, de aumentar o volume de importações para satisfazer a demanda interna, que crescia pelo aumento do poder de consumo, o corte de linhas de crédito das agências internacionais causava drásticos efeitos na situação econômica do país. Como resultado, em 1972 o balanço comercial externo do Chile apresentou um déficit de 438 milhões de dólares.³⁴¹

Parecendo viver em um país outro do que aquele noticiado por *El Mercurio*, *La Nación* destacava, em geral, em sua capa, imagens positivas da construção do “governo do povo”, ou do “governo revolucionário” — termos frequentemente usados pelo diário. As denúncias contra as ações da oposição também tinham grande destaque em sua primeira página. Ao mesmo tempo, as declarações de Allende eram reproduzidas constantemente como chamadas de capa: “Allende en clase magistral en Concepción: Chile avanza por la fuerza creadora de sus trabajadores”³⁴², “Allende ante Congreso Pleno: pueblo y gobierno, unidos, venceremos”³⁴³ são alguns exemplos.

Os espaços franqueados por *El Mercurio* à organização de viés fascista *Patria y Libertad* também aumentaram. Muitos desses espaços eram pequenas peças publicitárias com imagens e slogans abertamente antimarxistas³⁴⁴; outras vezes, longos comunicados. Como exemplo, no dia 24 de junho, *El Mercurio* destinou uma página inteira a uma: “Mensaje al país de Pablo Rodríguez Grez, Jefe Nacional de ‘Patria y Libertad’”, na qual eram reproduzidos trechos do que teria sido uma transmissão no dia anterior de um comunicado de Rodríguez Grez em cadeia de rádio. A manchete, ocupando um quarto da página, destacava: “Esta etapa de descomposición nacional debe terminar” e eram feitas acusações contra todas as organizações marxistas e também duras críticas à DC; além disso, todos os “patriotas” eram convocados para defender um projeto nacionalista e antimarxista.³⁴⁵

Patria y Libertad aparecia também constantemente nas páginas de *La Nación* a partir de outra perspectiva: era objeto de constantes denúncias, principalmente em notícias e

³⁴⁰ BITAR, Sergio. Op. cit., p. 191-197.

³⁴¹ Ibidem, p. 207-211.

³⁴² *La Nación*, Santiago, 5 mai. 1972, p. 1.

³⁴³ *La Nación*, Santiago, 22 mai. 1972, p. 1.

³⁴⁴ Analisaremos algumas dessas imagens no próximo capítulo.

³⁴⁵ *El Mercurio*, Santiago, 24 de jun .1972, p. 21.

editoriais que alertavam sobre os perigos de um golpe fascista no país ou de uma guerra civil. Em geral, em *La Nación* era superdimensionada a real força política e as ameaças representadas por *Patria y Libertad*. A ideia de um golpe fascista em curso foi tema que muitas vezes acabou contribuindo para a forma bastante vaga e difusa pela qual o jornal lidou com as forças oposicionistas, geralmente tratando-as de forma indistinta como “fascistas” e “golpistas”. Isso ficará ainda mais evidente nos últimos meses de governo da UP, período em que o discurso do perigo fascista encarnado por *Patria y Libertad* acabou por ofuscar as denúncias do avanço da sedição nas Forças Armadas e evitou que o jornal identificasse em seus discursos, com clareza, os setores que, além de *Patria y Libertad*, tramavam contra a UP.

Em meados de 1972, o governo e os partidos da UP entraram com diversas ações judiciais contra as publicações de *El Mercurio*. Nos quase três anos de governo, a UP procurou ter uma postura de fortes críticas e de medidas institucionais para coibir os excessos da imprensa opositora. Embora o governo não tivesse a intenção da imediata expropriação dos meios de comunicação, complacência ou tentativas de aumentar verbas publicitárias para buscar que os jornais atenuassem as críticas não estiveram no repertório de Allende. Existiu uma política permanente de enfrentamento, tanto a nível partidário — no qual as publicações das esquerdas denunciavam constantemente *El Mercurio* e outras folhas da oposição —, quanto por iniciativa do governo, seja em *La Nación* ou por ações judiciais. O próprio *El Mercurio* dava destaque a essas ações dizendo-se vítima de uma tentativa de cerceamento da liberdade de imprensa, como afirmado em editorial de 2 de julho de 1972:

Esta ofensiva judicial es la última forma que han revestido los ataques a "El Mercurio". [...] Con estas querellas de puro signo persecutorio el Ministro del Interior no debe lograr éxito pero los inspiradores de la nueva estrategia tal vez consigan hacer parecer a los jueces como adversarios del Gobierno en circunstancias de que su rol es ajeno al conflicto que el Ejecutivo tiene con los periodistas. [...] Las querellas forman la actual ráfaga de ataques a "El Mercurio" y tales ataques son un episodio de larga vida de este diario. Pero, cualquiera que sea el número y la gravedad de los ataques oficialistas, seguiremos cumpliendo con nuestro deber, serena y firmemente.³⁴⁶

Adiante neste capítulo veremos como, em uma dessas ações judiciais, *El Mercurio* teve sua circulação suspensa por um tribunal após veicular um comunicado do PN que foi considerado “sedicioso” e anticonstitucional pela Justiça.

Em fins de agosto de 1972, as primeiras greves de comerciantes foram defendidas e justificadas por *El Mercurio*. Segundo o jornal, o quadro de grave crise econômica e a política

³⁴⁶ Querellas contra “El Mercurio”. *El Mercurio*, Santiago, 2 jul. 1972, p.3.

“perturbadora” da UP levaram a que grupos e indivíduos saíssem “en defensa de sus derechos y del bien común del país”.³⁴⁷ Em agosto e setembro, os conflitos sociais, greves, ocupações de terrenos, enfrentamentos nas universidades e escolas secundaristas ganharam grande destaque nas manchetes de capa.

Ademais, *El Mercurio* regularmente reproduzia declarações de políticos da oposição que visavam deslegitimar o governo. No dia 7 de outubro, por exemplo, o jornal publicou com grande destaque em sua primeira página as declarações de senadores de oposição feitas em sessão da Câmara com a manchete: “Gobierno se pone al margen de la ley”. A reportagem, iniciada na capa e continuada na página 11, trazia as severas críticas e declarações dos senadores afirmando que a UP transgredia as normas constitucionais:

El Gobierno que nos rige ya no es un gobierno que comete ilegalidades: es un gobierno ilegal, porque cuando las leyes se violan todos los días, cuando se violan sistemáticamente y planificadamente ya no se puede hablar simplemente de que se infringe la Constitución o la Ley, sino que hay que decir que el gobierno está definitivamente colocado en el terreno de la ilegalidad.³⁴⁸

Essa declaração no Congresso havia sido respaldada, entre outros, pelos senadores Patricio Aylwin (DC) — que seria o primeiro presidente do país no período pós-ditadura—, Julio Durán e Américo Acuña, estes dois últimos pertencentes à democracia radical, setor direitista que rompeu com o Partido Radical (PR) em 1969. Tais afirmações foram feitas em um debate no qual a oposição acusava a UP de transgredir a Constituição a partir de seus projetos de criação da APS e da atuação do governo na estatização do sistema bancário.

A oposição intensificava a articulação e mobilização dos grêmios empresariais. Em agosto e setembro de 1972, os donos dos meios de transporte organizaram a criação de um Comando Único, integrando-se a uma rede de grêmios empresariais de pequena e média burguesia. Nesse momento, ocorreram as primeiras greves de comerciantes e dos motoristas de caminhões, ônibus e táxis, que resultariam na crise de outubro. Em uma conjuntura na qual as forças de oposição atuavam de forma ofensiva e aberta, apelando para grandes mobilizações de rua e ações radicalizadas, o *paro* de outubro originou o mais sério e grave questionamento do processo de realização da “via chilena” até então.

Nesse conflito, a oposição buscou paralisar o país, atingindo a distribuição de mercadorias e de matérias primas, a fim de intensificar a crise econômica e criar um cenário

³⁴⁷ Paro total del comercio. *El Mercurio*, Santiago, 23 ago. 1972, p. 3.

³⁴⁸ *El Mercurio*, Santiago, 7 out. 1972, p. 1.

propício à destituição de Allende. Assim, no dia 10 de outubro de 1972, a *Confederación de Dueños de Camiones*, presidida por León Villarín, decretou greve nacional com o pretexto de protestar contra a criação de uma empresa de transporte estatal anunciada pela UP. O governo reagiu de forma imediata: no dia seguinte foi ordenada a prisão de Villarín e de vários outros dirigentes gremiais. Rapidamente diversos outros setores e organizações sindicais somaram-se ao *paro*³⁴⁹. A situação adquiriu tal gravidade que no dia 14 de outubro o governo decretou Zona de Emergência em 20 províncias do país e anunciou que interviria nas empresas paradas, requisitaria caminhões e fez um chamado geral para a mobilização popular em defesa do governo.³⁵⁰

El Mercurio, que desde agosto já vinha sustentando a posição de apoio às paralisações gremiais, propiciou imediato suporte ao *paro*. No dia 12 de outubro, noticiava em sua capa: “total paro de camiones” e trazia também enorme manchete em que se reproduzia um trecho da fala do presidente do Senado, Eduardo Frei Montalva (DC): “Fracasarán intentos para estatizar la libertad en Chile”.³⁵¹ No editorial, o jornal declarava que a paralisação era uma resposta legítima à tentativa do governo de iniciar a estatização do transporte e que, apesar da lei ter sido “sobrepasada”, as recorrentes infrações da UP aos direitos constitucionais e a intenção anunciada de estatizar empresas de caminhões justificariam a paralisação. Ademais, alertava-se que essa medida da UP seria o início da absorção completa do comércio pelo Estado como havia feito o governo marxista em Cuba. A conclusão do editorial é bem elucidativa da lógica pela qual o jornal buscava legitimar o movimento oposicionista:

Desde el momento en que el transportista de camiones resulte privado de su fuente de actividad y de su herramienta de producción, que es su vehículo, se habrá dado la partida a la paulatina estatización de todo ese importante rubro de los servicios. Hemos visto que en Chile el proceso marxista de supresión de la iniciativa particular ha marchado más aceleradamente que en otras experiencias del mismo corte ideológico. [...] La solidaridad gremial va siendo la única herramienta efectiva que queda contra la marcha de la Unidad Popular hacia el control absoluto de las fuentes de subsistencia del país. La falta de solidaridad, a la inversa, ha resultado, como le demontre el caso de los empresarios de la agricultura e de la industria el mejor estímulo para que la burocracia socialista resuelva apoderarse paulatinamente de las unidades de producción en que ha puesto sus ojos.³⁵²

³⁴⁹ Como a Federación de Sindicatos de Choferes de Taxis, Confederación del Comercio Detallista, Confederación de Producción y del Comercio e a Confederación Nacional Única de la Pequeña Industria y Artesanado.

³⁵⁰ GONZÁLEZ, Mónica. *La conjura. Los mil y un días de un golpe*. Santiago: Catalonia, 2013, p.152-153.

³⁵¹ *El Mercurio*, Santiago, 12 out. 1972, p.1.

³⁵² Significado del paro del transporte. *El Mercurio*, Santiago, 12 ago. 1972, p.3.

A posição de *La Nación* sobre o *paro* foi contundente: “Criminal paro político de los dueños de camiones” era manchete de capa da edição de 12 de outubro; na mesma página, outros destaques diziam: “Gobierno será inflexible para sancionar a los culpables”, “Brutales atentados contra libertad de prensa”, “Tratan de dejar a la ciudad sin alimentos ”.³⁵³ A edição do dia de 13 de outubro sintetiza de forma ainda mais incisiva as posições do jornal: “Infame huelga política de los dueños de camiones. Pretexto: empresas de transporte en Aysen. Método: El asalto, el crimen y el sabotaje. Objetivo: hambruna para la Massa consumidora ”.³⁵⁴ No editorial, *La Nación* condenou a greve e criticou duramente a posição que *El Mercurio* publicara no dia anterior em apoio aos donos de caminhões:

Un diario reaccionario, que se caracteriza por su tartufismo redomado, editorializa ayer alentando a estos "transportistas" y declara que este movimiento sería ilegal y debería ser reprimido bajo "un régimen de normalidad jurídica" pero que como la legalidad está "sobrepasada" es digno de aplauso que estos elementos violen las "disposiciones legales que sancionan la paralización de actividades esenciales". Tal justificación e incitación a un delito de tanta magnitud determinaría, también, dentro de nuestro sistema legal, un procesamiento de los responsables de ese editorial, como autores intelectuales, o por lo menos cómplices, de acciones peligrosísimas en que el matonaje, los asesinatos y el caos surgen a cada momento.

Na conclusão do editorial, *La Nación* defendia uma dura repressão da greve por parte do governo:

La desafiante huelga de este grupo empresarial, aunque cuente con el respaldo de la derecha y de sectores gorilas y sediciosos, será reprimida rigurosamente por las autoridades, ya que parece obvio que las leyes se hicieron para cumplirlas y para ser respetadas bajo cualquier Gobierno. Sostener lo contrario es reconocer, lisa y llanamente, que algunos grupos se han puesto a sí mismos fuera de la ley y que, en consecuencia, deberán responder se sus acciones criminales en forma inmediata.³⁵⁵

Paralelamente ao apoio às paralisações, *El Mercurio* dava destaque e convocava as “marchas pela democracia”, ocorridas em fins de setembro e início de outubro. Na edição de 4 de outubro, por exemplo, o diário dava grande destaque à marcha que se realizaria no dia 10 de outubro, semana seguinte. A mobilização foi citada em várias edições do jornal ao longo da semana, contribuindo, podemos afirmar, para a massificação do protesto. No dia 11 de

³⁵³ *La Nación*, Santiago, 12 out. 1972, p. 1.

³⁵⁴ *La Nación*, Santiago, 13 out. 1972, p. 1.

³⁵⁵ Huelgas políticas. *La Nación*, Santiago, 13 out. 1972, p. 3.

outubro, a capa é inteiramente dedicada à manifestação: “Así marcho la democracia”, dizia a manchete, ilustrada por um instantâneo de uma grande multidão, ocupando três quartos da página, com a legenda: “La más impresionante concentración”. O diário dava conta que uma assistência de centenas de milhares de pessoas havia rumado ao centro de Santiago proveniente de todas as regiões da capital.³⁵⁶ *El Mercurio* atuava, portanto, como um propagandista e articulador de importantes eventos da oposição — procurando enfatizar a ideia que a UP representava um polo antidemocrático, despreocupada em “buscar consensos cidadãos”³⁵⁷—, embora nesse momento ainda não fosse central em seus discursos o tema do totalitarismo, como analisaremos no próximo capítulo.

Nos dias seguintes ao início do *paro*, as principais chamadas de capa de *El Mercurio* — principais, pois o tamanho da fonte tipográfica usada era o dobro das usadas nas outras manchetes — sempre destacavam atitudes favoráveis ao movimento grevista: “Partidos de oposición respaldan a los gremios en conflicto”³⁵⁸, “PDC ordena traducir solidaridad en Acción”³⁵⁹, “Huelgas paralizan el país”³⁶⁰, “En solidaridad a transportistas: Paro de la locomoción”³⁶¹, “Apoyo a los gremios: paralizadas actividades en Educación Superior”³⁶² e assim até o fim do conflito. Percebe-se que *El Mercurio* buscava sugerir que o movimento se intensificava, mobilizava amplas parcelas da população, não só empresários e comerciantes, dando ares magnificentes às notícias relacionadas ao movimento.

No dia 22 de outubro, *El Mercurio* publicou na íntegra o que ficou conhecido como *Pliego de Chile*, documento em que os manifestantes anunciavam suas exigências ao governo. Era pedido respeito às liberdades de organização gremial, a devolução a seus legítimos proprietários de bens requisitados, o respeito ao mais completo direito de expressão e informação, a promulgação de uma reforma constitucional sobre a APS, reforma bancária revertendo o controle único do sistema bancário pelo Estado, entre outras medidas.³⁶³

Por seu turno, *La Nación* deu grande destaque para cada insucesso da paralisação. Destarte, no dia 14 de outubro, trazia como chamada de capa: “Ultima hora: prácticamente solucionado el conflicto: Gobierno restablece normalidad en las carreteras de todo Chile”³⁶⁴;

³⁵⁶ *El Mercurio*, Santiago, 11 out. 1972, p.1.

³⁵⁷ El consenso democrático. *El Mercurio*, Santiago, 15 out. 1972, p. 3.

³⁵⁸ *El Mercurio*, Santiago, 15 out.. 1972, p.1.

³⁵⁹ *El Mercurio*, Santiago, 16 out. 1972, p.1.

³⁶⁰ *El Mercurio*, Santiago, 18 out. 1972, p.1.

³⁶¹ *El Mercurio*, Santiago, 20 out. 1972, p.1.

³⁶² *El Mercurio*, Santiago, 20 out. 1972, p.1.

³⁶³ *El Mercurio*, Santiago, 22 out. de 1972, p. 1-27.

³⁶⁴ *La Nación*, Santiago, 14 out. 1972, p. 1.

“Totalmente quebrado el paro político”³⁶⁵, “¡¡Se derrumba el paro del comercio!!”³⁶⁶, “Lentamente agoniza paro contra el pueblo”³⁶⁷. O jornal passava a impressão que o movimento se fragilizava, quando ocorria o oposto.

Entre *El Mercurio* e *La Nación*, naqueles agudos dias, parecia haver um abismo, dois Chiles de distintos universos, cada qual enquadrado e representado a partir dos interesses, visões de mundo e posições ideológicas dos jornais. A seleção de notícias de cada um deles demonstra claramente como a imprensa do período posicionava-se abertamente em um dos lados das trincheiras em combate. *La Nación*, porém, demonstrava expressar pouco a articulação dos setores da UP que lutavam contra as ações da oposição, destinando pouco espaço, surpreendentemente, para notícias relacionadas ao fortalecimento dos cordões industriais e das ações da própria CUT. A centralidade do discurso de *La Nación*, como mencionamos, foi passar a imagem de que o *paro* era um frágil movimento que rapidamente entraria em colapso, deixando assim de ter como principal preocupação informar ao seu público leitor sobre a real dimensão da força que tinha o movimento oposicionista.

El Mercurio, pelo contrário, articulava uma linha política de grande unidade com as forças que questionavam o governo, dando voz a essas posições em seus editoriais, notícias e ao publicar longos trechos de declarações dos partidos de oposição e dos grêmios empresariais. Podemos afirmar que, desde então, *El Mercurio* passou a ser não só um porta-voz de posições que atuavam para questionar a legitimidade do governo, mas também se constituía como um órgão de articulação política das forças de oposição, aspecto que será fundamental para favorecer a deterioração do ambiente político e para legitimar a ruptura institucional com o golpe no ano seguinte. De toda forma, é possível afirmar que *El Mercurio* foi efetivamente o veículo midiático mais poderoso que a oposição interna e o governo-norte americano contaram para intervir na polarizada situação política chilena desse período.

Cabe destacar que as edições de *El Mercurio* do período entre julho de 1972 e março de 1973 foram objeto de estudo do escritor e sociólogo chileno Claudio Durán em artigo publicado na revista *Araucaria de Chile*, em 1982. Nesse estudo, foi feita uma análise quantitativa da incidência dos principais temas políticos, em noticiários e editoriais, pelas quais *El Mercurio* realizou, segundo Durán, uma propaganda “de agitación” contra a UP. O estudo aponta que seis temas se destacaram nas páginas do jornal naquele período: necessidade de ordem; violência marxista; ataques à democracia realizados pela UP;

³⁶⁵ *La Nación*, Santiago, 17 out. 1972, p. 1.

³⁶⁶ *La Nación*, Santiago, 20 out. 1972, p. 1.

³⁶⁷ *La Nación*, Santiago, 21 out. 1972, p. 1.

incompetência da UP; fracasso internacional do marxismo. Além disso, o estudo destaca como após o *paro* de outubro o jornal promoveu ampla cobertura sobre o crime organizado no país, muitas vezes combinando-se matérias sobre violência comum com notícias relacionadas ao governo ou ao marxismo.³⁶⁸

Em resposta ao *paro* gremial, o fortalecimento e participação do movimento popular foram aspectos decisivos para a derrota temporária das intenções da oposição de destituir Allende. Ao mesmo tempo, o *paro* favoreceu a intensificação e a criação de novas formas do chamado poder popular. Seja por meio da atuação institucional — pela CUT em articulação com ministérios e outros organismos governamentais, atuando para suprir as demandas de transporte, distribuição e abastecimento —, ou por meio do surgimento de novas organizações de base e do fortalecimento dos cordões industriais.³⁶⁹ Como afirma a historiadora Elisa de Campos Borges, a reação dos trabalhadores às intenções dos setores oposicionistas “estimulou a integração entre as indústrias, por meio da construção de canais próprios de discussão, atuação e solidariedade”, favorecendo a reorganização e fortalecimento dos cordões industriais.³⁷⁰

O chamado poder popular teve grande destaque nas estratégias discursivas de *El Mercurio*, usado em geral como uma forma de intensificar a associação do governo ao avanço de uma “ditadura totalitária”. Por sua vez, *La Nación* manteve sempre uma relação ambígua e contraditória com as formas de poder popular, ora se aproximando ora se afastando das posições de Allende sobre os significados e sentidos dos cordões industriais e dos outros espaços não institucionalizados de participação popular. Esse tema será tratado com mais propriedade no terceiro capítulo deste trabalho.

No início de novembro, os ânimos começaram a arrefecer, embora depois de outubro o ambiente político jamais deixaria de estar imerso em um turbilhão de conflitos. No dia 2, assumiu um novo gabinete ministerial no qual, pela primeira vez, desde a eleição de Allende, os militares passaram a ter centralidade no primeiro escalão do governo.³⁷¹ No dia 5, o *Comando Gremial* declarou o *paro* como encerrado.³⁷² Na tão evocada tradição constitucionalista chilena, os militares eram apresentados como uma força apolítica e

³⁶⁸ DURÁN, Claudio. *El Mercurio contra la Unidad Popular (un ejemplo de propaganda de agitación en los años 1972 y 1973)*. *Araucaria de Chile*, Madrid, n. 20, 1982, p. 63-79.

³⁶⁹ CANCINO TRONCOSO, Hugo, p. 300.

³⁷⁰ BORGES, Elisa de Campos. “*¡Con la UP ahora somos Gobierno!*”. *A experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015, p. 132.

³⁷¹ No novo gabinete fizeram parte três representantes das FFAA: general do Exército, Carlos Prats (ministro do Interior); general da Força Aérea, Claudio Sepúlveda (ministro da Mineração) e o almirante Ismael Huerta (ministro de Obras Públicas e Transportes).

³⁷² MOULIAN, Tomás; GARRETÓN, Manuel. Op. cit., p. 122.

profissional; porém, agora, ocupavam a cena política como um dos protagonistas. Deles o governo declarava depender para que a crise fosse solucionada. Ambos jornais destacaram o importante papel que os militares cumpriram na resolução do conflito de outubro. *La Nación* exaltava o sentido patriótico das Forças Armadas:

La derecha movilizó sus fuerzas empresariales y del lumpen social para asumir por sí sola la responsabilidad de su criminal aventura de paralizar a Chile. El Gobierno [...] integró a las Fuerzas Armadas en el nuevo Gabinete con el fin de poner atajo inmediato a la grave paralización de las actividades más importantes de la nación. [...] Las Fuerzas Armadas cumplen, con patriotismo y sacrificios, con sus deberes constitucionales. Ni los halagos interesados de la Derecha, ni sus provocaciones políticas las harán salir de los marcos de la ley. Las Fuerzas Armadas son parte substancial de nuestro pueblo y de su historia.³⁷³

Em alguma medida, *El Mercurio* e *La Nación*, embora a partir de objetivos díspares, fortaleciam na consciência social chilena a confiança nos atores que em breve seriam responsáveis por um dos episódios mais traumáticos e brutais da história do país.³⁷⁴

Como esperado, nos discursos de *El Mercurio*, diferentemente de *La Nación*, o movimento popular ligado às esquerdas não exerceu relevo para a resolução da crise. Pelo contrário, o poder popular significava para o jornal uma grande ameaça à democracia. Interessante notar que os setores do movimento camponês que apoiaram o *paro*, no entanto, tiveram significativo destaque positivo nas páginas do jornal.

Ao longo do governo da UP, as tensões sociais no campo foram estimuladas pela oposição. Entre a UP e a DC desenvolveram-se fortes conflitos pelo objetivo de conquistar posições entre os camponeses, cuja mobilização e sindicalização passaram por significativo crescimento. A taxa de trabalhadores agrícolas sindicalizados chegou a 62,2% no início de 1972. A DC, que desde o governo Frei conquistara grande influência no campo, mobilizava os trabalhadores agrícolas contra a UP afirmando, principalmente, que o governo favorecia fórmulas estatizantes antagônicas ao direito de posse individual da terra. Algo que não correspondia ao previsto no projeto de reforma agrária da UP, que estipulava que as propriedades com mais de 80 hectares seriam expropriadas e estimulava-se a formação de cooperativas. No bojo do *paro* de outubro, em que as classes médias tiveram significativa participação, incluíram-se um grande número de médios e pequenos proprietários de terra,

³⁷³ Halagos a las Fuerzas Armadas. *La Nación*, Santiago, 10 nov. 1972, p. 3.

³⁷⁴ Não foram sem ambiguidades e contradições que os jornais representaram a participação dos militares no governo, como discutiremos no próximo capítulo.

alarmados com a propaganda ideológica da DC e da direita.³⁷⁵ Por isso, não é de se estranhar que *El Mercurio* tenha dado destaque para a mobilização de setores camponeses naquele período.

A historiadora chilena Maria Soledad Valdés ressalta que diversas organizações sindicais de trabalhadores agrícolas, como a Confederação Nacional de Assentamentos e Cooperativas de Reforma Agrária e a Confederação de Trabalhadores Agrícolas, que organizavam pequenos e médios produtores, tomaram parte ativa nas mobilizações de outubro, principalmente defendendo:

[...] la constitución de asentamientos, oponiéndose así a los llamados centros de reforma agraria y centros de producción. [...] Además, la asignación de títulos de propiedad en dominio individual, donde no se ha cumplido con la ley que señala un plazo de tres años, salvo un decreto fundado del Presidente de la Republica.³⁷⁶

Evidentemente, o que se percebe é que pelas lentes de *El Mercurio* os movimentos que buscavam alargar as formas de participação política popular — se fossem ligados à UP — eram considerados perigosos ao regime institucional. Por outro lado, as forças políticas que atuavam para impedir as reformas constitucionais que permitiriam maior participação democrática eram alardeadas como essenciais para a manutenção do regime democrático. Novamente, a *vida democrática* despertava o ódio a quem percebia a democracia como um rito institucionalizado e desconectado da efervescência política popular. Típica visão de quem no futuro próximo irá justificar a ruptura institucional e o sangrento golpe militar como uma forma de resguardar as garantias e as liberdades constitucionais democráticas. Esse paradoxo assumido por *El Mercurio* é em geral percebido nos movimentos conservadores ou reacionários quando estão diante dos conflitos mais agudos que questionam a manutenção do sistema capitalista ou quando estão diante da ampliação da participação política nos regimes democráticos.

2.4 Das eleições parlamentares ao golpe: a imprensa entrincheirada

Após a conjuntura da grave crise de outubro de 1972, os esforços da UP e da oposição concentraram-se nas eleições parlamentares de 4 de março de 1973. A oposição enxergava na

³⁷⁵ BITAR, Sergio. Op. cit., p. 126-128.

³⁷⁶ VALDÉS, Maria Soledad. *Historia de la Reforma Agraria en Chile*. Santiago: Editorial Universitaria, 1988, p. 169.

eleição uma chance para criar condições de colocar fim ao governo pela via institucional: caso conseguissem eleger pelo menos dois terços do Parlamento, poderiam solicitar a destituição do presidente por meio de uma acusação constitucional.

A UP, no entanto, de forma surpreendente para muitos, conseguiu expressiva votação, conquistando 43,4% dos votos, mais do que suficientes para impedir as intenções da oposição, mas longe de conquistar a maioria parlamentar. A Confederação Democrática (CODE), bloco de oposição formado pelo PN e pela DC, obteve 55% dos votos.³⁷⁷

Após ter sido inviabilizada suas pretensões de derrotar o governo pela via institucional, a estratégia de um golpe militar tornou-se a opção privilegiada de amplos setores oposicionistas. Nesse contexto, insere-se o papel crucial desempenhado pela imprensa de oposição na criação de um clima de caos social, atuando fortemente para deslegitimar o governo. O arrefecimento dos ânimos, que marcou o período entre novembro de 1972 e março de 1973, deu lugar novamente a uma conjuntura de violentos enfrentamentos entre governo e oposição e do acirramento das tensões internas na UP.

El Mercurio intensificou o discurso cujo núcleo visava questionar a legitimidade do governo e atuou para legitimar a possibilidade das Forças Armadas assumirem o controle político do país. Nesse sentido, o periódico deu grande destaque no noticiário à grave crise econômica e a onda de atentados terroristas que açoitavam o país, amplificando o clima de caos social vivenciado pela sociedade chilena. *El Mercurio* alertava ainda para as supostas intenções de infiltração comunista nas Forças Armadas e do fortalecimento do poder popular em alternativa ao Estado constitucional. Além disso, passou a ser recorrente nas páginas do jornal conteúdos que davam voz às forças da oposição que ora sugeriam tacitamente, ora abertamente a deposição do governo.

Nesse período, inúmeros atos terroristas mandaram pelos ares pontes, linhas férreas, trens, residências, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de um ambiente político-social propício ao golpe. Esses ataques geraram no país um clima de medo e insegurança. Tais atentados foram levados a cabo principalmente por extremistas de *Patria y Libertad* sob instrução e supervisão direta de militares chilenos em colaboração com agentes da CIA.³⁷⁸ *El Mercurio* desempenhou importante papel para acentuar a sensação de insegurança, caos social e medo, ao noticiar diariamente, sempre com garrafais manchetes de capa, esses atentados. Ao selecionar e destacar as reportagens sobre essas ações terroristas, *El Mercurio* frequentemente as noticiava sem indicar diretamente sua autoria. Todavia, em geral,

³⁷⁷ MOULIAN, Tomás; GARRETÓN, Manuel. Op. Cit., p. 134.

³⁷⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Op. Cit.

essas notícias eram publicadas ladeadas por matérias relacionadas ao MIR; dessa forma, o jornal procurava associar o terrorismo ao “extremismo esquerdista”.

Muito simbólica no sentido de *El Mercurio* procurar associar violência extremista das esquerdas à ideia de uma incapacidade da UP de controlar os setores mais radicais foi a edição de 5 de abril de 1973, que teve grande repercussão nos dias seguintes. Na capa, publicou-se um instantâneo em que se vê um carabineiro com os braços erguidos em posição de defesa diante de um indivíduo, usando capacete e lenço cobrindo o rosto, que faz um movimento para golpeá-lo com um bastão, imagem que teria intenso uso político ao longo dos anos no Chile (figura 8). A manchete principal afirmava: “Desatada Ola de ‘Tomas’”. Também compoendo a capa, reforçando a imagem de violência contra forças policiais, há uma informação sobre um assassinato de um oficial militar na Argentina (com o local do acontecimento em uma tipografia bem menor em relação à manchete), que foi morto supostamente por um “grupo terrorista de esquerda”³⁷⁹:

Figura 8



El Mercurio, 05 abr. 1973, p. 1.

³⁷⁹ *El Mercurio*, Santiago, 5 abr. 1973, p. 1.

A legenda da foto principal afirmava: "Un extremista de Izquierda agrede con un garrote a un carabineiro cuando la policía intervino ayer para evitar que elementos marxistas se apoderaran de las bodegas de Cenadi". Completando que: "Allende denunció que existe una 'escalada de tomas' de industrias y centrales de distribución de alimentos por parte de sectores de ultraizquierda." Como se percebe, *El Mercurio* utilizava os conflitos no campo das esquerdas para desenvolver estratégias para lidar com as diferenciações entre Allende e os setores rupturistas, a fim de instrumentalizar seu discurso antimarxista.

A foto do carabineiro sendo golpeado foi tirada pelo repórter fotográfico de *El Mercurio* Manuel Martínez durante uma tentativa de movimentos populares de ocupar a Central Nacional de Distribución (CENADI), órgão estatal, com o objetivo de iniciar um processo de auto-distribuição de alimentos entre os *pobladores*. O ato foi duramente reprimido pelo corpo de carabineiros, levando a um conflito que deixou dez feridos e trinta e cinco pessoas presas.³⁸⁰

No dia seguinte, o jornal trouxe na capa do *Tercer Caderno* a foto de dois homens em frente a uma banca de revistas observando atônitos a primeira página da edição do dia anterior:

Figura 9



El Mercurio, 06 abr. 1973.

³⁸⁰ SALAZAR, Gabriel. *La violencia política popular en las "Grandes Alamedas": la violencia en Chile 1947-1987 (una perspectiva histórico popular)*. Santiago, LOM, 2006, p. 254.

Na chamada da reportagem, *El Mercurio* vangloriava-se do efeito causado pela edição anterior: “Provocó fotografía. Profundo impacto”, afirmando que a foto era o “Símbolo del Chile de Hoy” e informava sobre as repercussões nacionais e internacionais da imagem:

Impacto profundo causó ayer en la opinión pública la fotografía publicada por "El Mercurio" en su primera página, en que un extremista de Izquierda (mirista) agrede con un garrote a un carabainero, quien solo atina a cubrirse para evitar un castigo mayor. [...]

La fotografía no sólo concitó la atención en el plano nacional, sino que de todas las agencias informativas extranjeras se solicitaron copias, las que fueron difundidas a través del mundo por el sistema radiofotos.

El público exteriorizo este impacto llamando telefónicamente a las secciones informativas de este diario, para felicitar el acierto periodístico [...] En círculos políticos, de trabajadores estudiantiles y dueñas de casa, la fotografía fue calificada como que "refleja el símbolo que vive Chile en estos momentos, donde no se respeta el orden constituido".³⁸¹

Note-se que muito embora a reportagem afirme que o homem com o bastão era um militante do MIR, tal identificação é impossível pela foto³⁸². Mesclada a essa reportagem, aparecia também outra intitulada: “MIR impulsa ‘movilización callejera’”³⁸³, visando nitidamente sugerir que o Chile estaria sendo tomado pela violência política supostamente provocada pelas esquerdas. Ademais, *El Mercurio* noticiava, sem informar o nome, que o carabainero golpeado encontrava-se em estado grave no hospital e com o maxilar fraturado. Na nossa pesquisa, não foi possível encontrar informações adicionais sobre esse carabainero, cujo nome não foi informado pelo jornal, nem verificar a informação, por outras fontes, sobre sua hospitalização.

Ressalte-se, ademais, que a imagem realmente teve repercussão internacional. No Brasil, por exemplo, pelo menos três grandes jornais publicaram a foto, distribuída pela *Agency Press*, em suas edições de 6 de abril de 1973. *O Estado de São Paulo* publicou a foto na capa, com a legenda: “Jovem militante de extrema esquerda de capacete e com lenço no rosto para proteger-se de gás lacrimogêneo, ataca um carabainero, durante os violentos choques de rua que se registraram na capital chilena”; a *Folha de São Paulo*, na página 2 ao

³⁸¹ *El Mercurio*, Santiago, 6 abr. 1973.

³⁸² Anos mais tarde, uma versão retocada dessa foto onde se vê claramente a sigla BRP no capacete (uma alusão às Brigada Ramona Parra, vinculada ao PC) foi disseminada em vários meios; hoje essa foto retocada ainda é muito utilizada em sites anticomunistas chilenos. Todavia, na foto original essa sigla não é legível. Ademais, o enfrentamento contra os carabaineros na CENADI foi protagonizado por movimentos populares com influência do MIR sem a participação do PC ou do PS, o que tornaria completamente insólito um integrante da BRP se enfrentar com as forças repressivas nesse evento.

³⁸³ *El Mercurio*, Santiago, 6 abr. 1973.

lado de uma matéria sobre como Allende pretendia lidar com “a escalada extremista”; o *Jornal do Brasil*, na página 8 do primeiro caderno com os dizeres: “Feitiço contra o feiticeiro. Com armas semelhantes às da polícia — capacete e cassetete, o jovem militante ultraesquerdista ataca o miliciano do esquadrão especializado em dissolver manifestações”.

Em maio de 1973, *El Mercurio* iniciou uma estratégia discursiva que tinha como foco a sugestão que, em determinadas situações, as Forças Armadas poderiam e deveriam intervir para garantir a estabilidade do país. Assim, por exemplo, no final do mês, *El Mercurio* publicou e repercutiu uma carta assinada por generais e almirantes da reserva enviada a Allende que abertamente sugeriam uma ação militar contra o governo. Nessa missiva, os militares criticavam duramente a UP, culpavam o governo pela crise econômica e pelo descontrole em lidar com o que definiam como um caos reinante que dividia os chilenos, referindo-se às ações terroristas quase diárias que afligiam várias regiões do Chile. Sugeria-se também que, como o governo demonstrava não estar disposto a respeitar a Constituição, as Forças Armadas poderiam se sentir “desobrigadas” da sujeição que lhes impunha as normas constitucionais; ou seja, de se constituírem como instituições essencialmente profissionais, hierarquizadas, disciplinadas, obedientes e não deliberantes.³⁸⁴ No editorial que comentava a carta, *El Mercurio* não escondeu seu apoio aos militares:

Estas afirmaciones no pueden ser más graves, pues apuntan al proceso de demolición del Estado en que se empeñan las fuerzas marxistas y se que trae por consecuencia no sólo como se cree un creciente poder para los hombres del régimen, sino también una cierta autonomía de las instituciones fundamentales respecto del Estado, lo que es muy serio para la estabilidad y seguridad del país. Pero indudablemente el aspecto más inquietante de la denuncia de los señores generales y almirantes es el juicio — en si inobjetable — de que se el Gobierno se aparta de la Constitución, caen los cimientos del poder supremo legítimo y las instituciones armadas quedan desligadas, por ese hecho, de su obligación constitucional de obediencia.³⁸⁵

Essa questão esteve em pauta nas semanas seguintes, nas quais vários editoriais foram escritos sobre o papel das Forças Armadas como protetoras supremas das instituições democráticas chilenas. Caso fosse necessário, na visão de *El Mercurio*, os militares poderiam assumir o controle do país para garantir o funcionamento constitucional, uma vez que o governo da UP ameaçava com suas práticas “totalitárias” a liberdade democrática e paulatinamente estaria instaurando um regime de terror, violência e caos.

³⁸⁴ Carta pública de Generales y almirantes. *El Mercurio*, 3 de jun. de 1973. p.3.

³⁸⁵ Idem. (Grifos nossos)

Alguns dias após a publicação dessa carta, *El Mercurio* passou a cobrar uma resposta de Allende, indicando que “La extraordinaria significación de ese documento provocó innumerables comentarios y reacciones de toda índole en las más diversas esferas del país.”³⁸⁶ Allende não tardou em enviar uma réplica, publicada integralmente na edição de *El Mercurio* de 7 de junho de 1973. Na resposta, o presidente manteve o tom elogioso às Forças Armadas e reiterou que a Constituição impunha a obrigação dos militares de se submeter às instituições democráticas, sendo inadmissível, em qualquer caso, uma postura de autonomia militar aos poderes constituídos.

Em uma nova carta, os oficiais reservistas voltaram a criticar o governo e reiterar a legitimidade da ação militar nos casos em que o governo atentasse contra a Constituição. Se opondo ao que respondera Allende, os reservistas afirmam que o país vivia uma situação de desordem social e de infrações recorrentes à legalidade, além do caos econômico. Em editorial, *El Mercurio* comentou a tréplica afirmando que havia sido uma resposta contundente ao presidente e se posicionando abertamente em favor dos generais e almirantes: “Para la suerte del país, es gravísimo que el Presidente Allende interprete como gestos opositores intencionados lo que son advertencias sensatas, prudentes y patrióticas.”³⁸⁷ Ou seja, para *El Mercurio*, a sugestão dos oficiais da reserva de que as Forças Armadas deveriam colocar “ordem no caos” por meio de uma ruptura constitucional poderia ser algo “sensato e patriótico” na turbulenta situação que vivia o país. Essas posições de *El Mercurio* combinam-se com outras estratégias discursivas que o jornal adotou em relação às Forças Armadas e que serão analisadas no próximo capítulo.

Particularmente interessante é a forma como *El Mercurio* lidava, nesse período, com a aparente contradição entre o projeto da UP, entendido como totalitário, e o discurso cotidiano de respeito à legalidade democrática por parte de Allende. Para o jornal, o presidente, apesar de discursivamente buscar demonstrar respeito à institucionalidade, nesse momento, na maior parte das vezes, ficava refém dos setores “extremistas” da UP e seria incapaz de controlar e de se sobrepôr a estratégia totalitária, disfarçada de alternativa democrática, ditada pelos comunistas. As disputas em torno da greve dos trabalhadores da mina de cobre nacionalizada de *El Teniente* – amplamente apoiada pelo jornal – ilustram essa questão.

Após receber uma comissão dos grevistas para negociar suas demandas, Allende foi duramente criticado pelo PC. Os comunistas afirmaram que a greve tinha um caráter sedicioso e que o presidente não deveria se reunir com os grevistas — note-se que era algo bastante raro

³⁸⁶ Una respuesta que se espera. *El Mercurio*, Santiago, 6 jun. 1973, p. 3.

³⁸⁷ Una réplica terminante. *El Mercurio*, Santiago, 15 jun. 1973, p. 3.

o PC apresentar divergências públicas com Allende, ainda mais de forma tão incisiva. Ao se defender das críticas, o presidente contestou: “Nunca he renunciado ni renunciaré a las prerrogativas y a la autoridad que el cargo me impone ante el pueblo y el país entero”³⁸⁸. No editorial “Gobierno Marxista al descubierto” *El Mercurio* comentou a polêmica:

Si bien la intervención presidencial no agregó nada positivo para dar solución a una huelga que irroga ya más de cincuenta millones de dólares de pérdida al país, sin contar las destrucciones de maquinarias y equipos, y causa ingentes sacrificios a los trabajadores y a sus familias, ha tenido la virtud de poner a la vista de todos los chilenos uno de los peligros del régimen marxista que se había olvidado: la dictadura colectiva por sobre las apariencias de una autoridad nominal. En la esencia misma del programa de la Unidad Popular está el reemplazo del Ejecutivo que consulta la actual Constitución por un funcionario que cumpla los acuerdos del Secretariado. No se ha avanzado en este terreno, porque la Unidad Popular no ha podido cambiar La Carta Política, debido a su condición de minoría. [...] Como marxista de línea, el señor Allende no debe ignorar que en un régimen como el que propicia para Chile no se concibe a un Presidente "con prerrogativas", sino a un gobernante que se someta a las decisiones de su Ejecutivo colegiado.³⁸⁹

A greve da mina nacionalizada de cobre de *El Teniente* deixou ainda mais turva a tempestade política que polarizava o país. Iniciada em abril de 1973, a greve durou setenta dias. O motivo foi um desacordo entre os sindicatos dos trabalhadores e a direção da mina, composta por dirigentes de partidos da UP. A disputava girava sobre as formas da aplicação de uma lei nacional que previa reajustes aos trabalhadores chilenos de acordo com a inflação. O problema era que o contrato coletivo de trabalho da mina de *El Teniente* possuía uma cláusula específica que concedia aumento automático de salário correspondente a metade da inflação a cada vez que o índice inflacionário ultrapassasse 5%. Dessa forma, os sindicatos queriam que o aumento automático fosse calculado a partir dos salários já reajustados pela inflação. A direção da mina, porém, sustentava que a lei indicava como base para o aumento as rendas calculadas no momento de assinatura do acordo coletivo, do contrário estariam concedendo um duplo reajuste. O conflito foi mediado pela Comissão de Arbitragem, composta pelos ministros das Minas e do Trabalho, que decidiram em favor da empresa. Os trabalhadores não acataram a decisão e iniciaram a greve.³⁹⁰

Essa paralisação foi marcada pela radicalidade política, como recorda Tomás Ireland, vice-presidente da mina nacionalizada de *El Teniente*, em seu livro de memórias:

³⁸⁸ Gobierno marxista al descubierto. *El Mercurio*, Santiago, 18 jun. 1973, p. 3.

³⁸⁹ Idem.

³⁹⁰ BITAR, Sergio. Op. Cit., p. 252-253,

[...] se desencadenaron por primera vez actos nunca vistos de violencia y sabotaje, como el cierre de la Carretera del Cobre, atentados contra los autobuses que movilizaban a los obreros y manifestaciones callejeras y desordenes frente a las oficinas de la empresa en la calle Millán de Rancagua, Ante estos actos, el gobierno decretó zona de emergencia en Rancagua.³⁹¹

A greve também foi bastante instrumentalizada nos discursos da oposição, em geral afirmando que a UP, apesar de sua retórica socialista, governava contra direitos fundamentais dos trabalhadores. *El Mercurio*, criticando duramente os meios de comunicação que apoiavam o governo, como *La Nación*, e que faziam críticas aos grevistas, declarou em editorial:

Al precio de amargas experiencias personales, cada vez más amplios sectores de la clase trabajadora y los empleados del país vienen conociendo los graves riesgos que para la supervivencia de las estructuras sindicales entraña el funcionamiento exclusivo de una prensa comprometida con las autoridades gubernamentales. Sobre todo cuando los medios de comunicación adecuan su labor a difundir las consignas que interesa propalar al régimen, a costa de una deformación sistemática de la verdad. En la misma medida, los asalariados podrán comprender cómo es de necesaria para su propio beneficio y el de la comunidad en general la existencia de un periodismo independiente que incluya en sus columnas, si deformaciones ni consignas subrepticias, las informaciones, cualquiera sea el color político de las fuentes de las cuales provengan. En efecto, los obreros del cobre han tenido una prueba irrefutable de las mentiras orquestadas por los órganos de difusión del marxismo, a propósito del conflicto de "El Teniente", y de la forma desfigurada en que se ha presentado la gestión de los dirigentes sindicales, y el trato artero que se ha dado a quienes han llevado adelante lealmente la defensa de las reivindicaciones planteadas por los trabajadores.

[...] El país debe meditar en estos hechos. La publicidad estatal no se limita a adulterar la verdad para ocultar las razones efectivas de las huelgas laborales o a mentir con el propósito de socavar la unidad de sindicatos y gremios. La misma técnica se emplea día a día, en la medida que es necesario para el régimen, a fin de esconder la magnitud del fracaso de la experiencia socialista o la ineficiencia de las soluciones que los teóricos y burócratas del marxismo tratan vanamente de implantar.³⁹²

Não há como deixar de afirmar que existe evidente cinismo nesse editorial. *El Mercurio* clama pelo “jornalismo independente” e compromissado com a “verdade” ao mesmo tempo em que apresentava uma atitude jornalística de claro comprometimento político e ideológico. Importante recordar que o jornal recebera, como já mencionado no primeiro

³⁹¹ IRELAND, Tomás. *Nuestro cobre. Memorias de la primera administración chilena de la mina de El Teniente*. Santiago: Editorial Usach, 2015, p. 143.

³⁹² Trabajadores del cobre desmienten. *El Mercurio*, Santiago, 9 mai. 1973, p. 3.

capítulo, milhões de dólares da CIA para combater a UP, prova incontestável do caráter partidário e nem um pouco independente do jornal. Ademais, como demonstramos neste trabalho, *El Mercurio* assumiu ao longo dos anos de governo da UP uma postura que se distanciou significativamente da autoimagem que o jornal buscava reafirmar, de uma folha isenta e que procurava desvincular seu noticiário dos interesses político-partidários. A nosso ver, *El Mercurio* não só usou da seleção de notícias e da sua linha editorial para combater as posições da UP, como também distorcia o noticiário a fim de manipular a opinião pública, com a intenção de desqualificar e deslegitimar o governo, contribuindo assim para fomentar formas não democráticas para depor Allende.

Na primeira quinzena de maio, *El Mercurio* cotidianamente dava destaque a greve de *El Teniente* em suas primeiras páginas. Essa cobertura rendeu diversas acusações do uso político que o jornal fazia do movimento. Em resposta, *El Mercurio* afirmou em editorial de 23 de maio:

Los publicistas de la Unidad Popular suelen burlarse del espacio e importancia que nuestro diario concede al conflicto de los mineros de "El Teniente". Ellos interpretan nuestra preocupación con un cambio de línea y como un afán maquiavélico de movilizar los gremios contra el Gobierno. La verdad es todo lo contrario de lo que disponen esos publicistas. Nuestro diario no ha cambiado de línea al defender los intereses legales de los trabajadores de "El Teniente", porque "El Mercurio" procura siempre ajustarse a la ley y apoyar las causas que están dentro de los moldes del derecho. Toda vez que algún sector se ha apartado a nuestro juicio del cauce legal, ha recibido nuestras críticas.³⁹³

É necessário recordar que no *paro* de outubro, conforme analisamos, *El Mercurio* teve uma preocupação distinta em relação a “ajustar-se aos moldes da lei”, justificando a infração constitucional da paralisação dos donos de caminhões como resposta às supostas infrações constitucionais praticadas pelo governo.

Se a cobertura e os editoriais de *El Mercurio* sobre *El Teniente* foram marcados pelo apoio explícito ao movimento, *La Nación*, por outro lado, criticou duramente os propósitos da greve, com uma linha que inferia ao movimento um caráter de mero joguete nas mãos de interesses externos, posição que coincidia amplamente com as críticas do próprio governo aos grevistas. Dessa forma, no editorial “Crimen contra Chile”, *La Nación* argumentava que os trabalhadores mineiros recebiam os mais altos salários do país e desejavam um reajuste percentualmente maior que o dos outros trabalhadores:

³⁹³ La causa de los mineros del cobre. *El Mercurio*, Santiago, 23 mai. 1973, p. 3.

¿Puede la economía nacional darse el lujo de perder un millón de dólares al día? A esa situación pretenden arrastrar al país aquellos que, desde las sombras y sin atreverse a mostrar su propia cara, están alimentando y manteniendo artificialmente el conflicto del cobre. [...] Además está decir de dónde vienen las maniobras que han arrastrado a fuertes sectores de trabajadores a una actitud antinacional y francamente sediciosa. El imperialismo, lesionado en sus intereses por la nacionalización del cobre, está empeñado en reducir el precio internacional de nuestro metal, porque sabe que por cada centavo que baje el precio, Chile deja de percibir al redor de 18 millones de dólares. [...] Para sus maniobras en el exterior, el imperialismo se basta solo. Pero para ataques en el interior de nuestro país necesita aliados "chilenos" que sirvan incondicionalmente. Y en eso están ahora los imperialistas y sus agentes criollos, la burguesía nacional y sus partidos políticos sirvientes atacando el cobre desde adentro con la ayuda a veces inocentes y otras veces culpable de ciertos sectores laborales que por servir al amo extranjero y al viejo patrón criollo, no vacilan en traiciones a su propia clase.³⁹⁴

Em 20 de junho de 1973, em página inteira, *El Mercurio* publicou, na íntegra, um comunicado do PN que conclamava a população à desobediência civil contra o governo. No texto intitulado “Don Salvador Allende ha viciado su mandato presidencial por ilegitimidad en el ejercicio de su cargo”, o PN condenava o “terrorismo marxista” da UP pelo qual o governo estaria levando o Chile ao caos econômico, à desagregação dos valores tradicionais, à destruição do Estado de Direito e à sedição nas Forças Armadas e defendia-se abertamente a desobediência ao governo.³⁹⁵

Essa publicação levou a Corte de Apelações a suspender *El Mercurio* por seis edições, aceitando a alegação do governo de que, ao publicar o texto do PN, o jornal infringira a Lei de Segurança Interna por sedição. No dia 22, cumprindo a ordem imposta, *El Mercurio* deixava de circular pela primeira vez em 73 anos de existência na capital. Logo no dia seguinte, contudo, a situação foi revertida por uma apelação judicial e o jornal voltou a circular.

Nesse momento, *El Mercurio*, ademais dos amplos espaços cedidos para a publicação de comunicados e cartazes políticos do PN, também declarava sua simpatia ao partido. Assim, no dia 7 de junho de 1973, por ocasião do encontro que elegeu a nova direção do PN, presidida pelo senador Sergio Onofre Jarpa, *El Mercurio* declarou em editorial:

En las horas oscuras que vivimos se requiere que los partidos que están en la línea de la reconstrucción tengan coincidencias positivas y fortalezcan los valores esenciales de la democracia y la libertad. Tales condiciones aparecen ampliamente cumplidas con la reelección de la mesa que preside don Sergio

³⁹⁴ Crimen contra Chile. *La Nación*, Santiago, 12 mai. 1973, p. 3.

³⁹⁵ *El Mercurio*, Santiago, 20 jun. 1973, p. 11.

Onofre Jarpa. [...] Contribuyen ciertamente a producir vigor y unidad las pruebas constantes de solidaridad partidista que han dado los militantes y dirigentes del Partido Nacional así como los repetidos gestos de sacrificios que sus posiciones propias en aras de lograr que la oposición democrática se fortifique. La confirmación en sus cargos de la directiva que preside el senador don Sergio Onofre Jarpa es pues motivo de satisfacción sincera para los medios democráticos del país.³⁹⁶

Na manhã de 29 de junho de 1973, o 2º Regimento Blindado da capital, em colaboração com membros de *Patria y Libertad*, cercaram o Palácio de *La Moneda* e atacaram o Ministério da Defesa, libertando o capitão do Exército Sergio Rocha, que havia sido preso por atividade sediciosa dias antes. A tentativa de golpe foi rapidamente debelada pelas forças militares leais ao governo e pela intensa mobilização popular e dos cordões industriais. Essa sublevação ficou conhecida como *tanquetazo* (ou também: *tancazo*) e deixou 22 mortos, entre civis e militares.³⁹⁷

Embora não tenha dado apoio explícito ao movimento, *El Mercurio* não condenou, em nenhum momento, a tentativa de golpe. A primeira reação do jornal foi questionar a Zona de Emergência que havia sido decretada em Santiago e o pedido de Estado de Sítio feito pelo governo (negado pelo Congresso); para o jornal, essa seria mais uma tentativa do governo de estender seu controle político a fim de censurar a oposição. Nesse sentido, em uma espécie de protesto, *El Mercurio* publicou o editorial intitulado “¿Estado de sitio para la UP?” deixando em branco o espaço que seria destinado ao texto³⁹⁸. Em outro editorial, a referência à tentativa de golpe foi breve e em nenhum outro momento o assunto foi abordado pelo jornal:

El decreto que declaró Zona de Emergencia a la provincia de Santiago el miércoles último tenía fundamentos muy débiles, que el día de ayer se fortalecieron con la evidencia de un conato de sublevación de efectivos del Regimiento Blindado nº 2. [...] No digamos lo que ocurriría con la Ley de Estado de Sitio, que ampliaría las atribuciones de los encargados de aplicarla y durante un período hasta de seis meses. Sería decretar por anticipado la extinción de todas las publicaciones y medios informativos que en alguna forma pudieran seguir aspirando a mantener una opinión distinta a la oficial. Está lejos de nuestro ánimo negar al Gobierno constituido el derecho a defender su existencia e integridad y, con ese motivo, a reprimir las secciones que se dirijan a derrocarlo; pero no podemos silenciar que a través de esa justificación puede provocarse la desaparición de la libertad de expresión, en todas sus formas. Este peligro es tanto más grave cuanto que el actual Gobierno está empeñado en sustituir las actuales instituciones por otras que la mayoría de los ciudadanos no comparte.³⁹⁹

³⁹⁶ Directiva del Partido Nacional. *El Mercurio*, Santiago, 7 jun. 1973, p. 3.

³⁹⁷ MOULIAN, Tomás; GARRETÓN, Manuel. Op. cit, p. 140-141.

³⁹⁸ ¿Estado de sitio para la UP? *El Mercurio*, Santiago, 2 jul. 1973, p. 3.

³⁹⁹ Zona de emergencia y libertad de expresión. *El Mercurio*, Santiago, 30 jun. 1973, p. 3.

Em relação ao *tanquetazo*, *La Nación* teve uma cobertura bem diferente. Em sua edição de 30 de junho, a chamada de capa afirmava: “¡¡¡NO PASARON!!!”, abaixo duas fotografias mostravam a bandeira chilena na fachada de *La Moneda*. Na primeira foto, a bandeira aparecia tombada; na outra, altivamente hasteada. O jornal dizia que eram os símbolos da frustrada tentativa golpista, completando:

Estas dos simbólicas fotografías exclusivas fueron tomadas ayer durante los momentos más álgidos de la sublevación [...] Se ve primero la bandera de Chile, en el frontis de La Moneda, sin lucir gallardamente en el aire debido a un impacto. Luego se ve izada airosamente de nuevo, por las manos leales de los soldados y los carabineros que cumplieron honrosamente con su deber hacia el Gobierno, el pueblo y la ciudadanía.⁴⁰⁰

No editorial dessa edição, é possível perceber a principal característica da linha discursiva de *La Nación* em relação aos setores sediciosos: tratá-los como personificação do perigo fascista. De certa forma, essa generalização e o uso do conceito de fascismo sem nenhum rigor conceitual acabaria por deixar intocados nas críticas do jornal os setores do Exército que nesse período já avançavam na construção de um complô contra o governo. Desse modo, *La Nación* dedicou um editorial inteiro para denunciar a intentona “fascista”, concluindo que:

Lo que ocurrió ayer es el resultado inevitable de la acción indigna de órganos de publicidad facciosos, que prepararon el clima para una subversión, afortunadamente dominada en su inicio. Prensa como "El Mercurio", o "Tribuna" [...] estaban ambientando esta ofensa a las costumbres y a la consciencia de los chilenos. [...] Algo cambió ayer en el curso del proceso de la revolución chilena. Los que se oponen al avance jugaron sus últimas cartas y fueron derrotados.⁴⁰¹

Nesse editorial, *La Nación* acusava a maioria parlamentar, a imprensa de oposição, o PN, *Patria y Libertad* e o presidente da Corte Suprema, Enrique Urrutia Manzano como cúmplices da sublevação, exigindo inclusive sua renúncia. Com relação às Forças Armadas, o jornal enalteceu os militares que enfrentaram os golpistas e dedicou especial agradecimento ao general Carlos Prats.⁴⁰²

⁴⁰⁰ *La Nación*, Santiago, 30 jun. 1973, p. 1.

⁴⁰¹ El país exige mano dura contra el fascismo. *La Nación*, Santiago, 30 jun. 1973, p. 5.

⁴⁰² El país exige mano dura contra el fascismo. *La Nación*, Santiago, 30 jun. 1973, p. 5.

O interessante é que o jornal não tratava os próprios militares sediciosos como integrantes das Forças Armadas. É como se os “traidores” — forma como os militares da divisão blindada foram referenciados — fossem a encarnação do tão odiado fascismo, mas ao mesmo tempo as Forças Armadas devessem ter a imagem preservada, algo compreensível a partir da lógica da confiança no constitucionalismo militar que tanto era proferida por Allende. As próprias reportagens das primeiras páginas dessa edição não citam o fato dos golpistas pertencerem a um regimento blindado do Exército. Todas as fotos e textos falam apenas nas “forças leais” que derrotaram “forças sediciosas”.⁴⁰³ O jornal também deu destaque a uma declaração do secretário geral do PS, Carlos Altamirano, que afirmou: “Patria y Libertad y PN, únicos responsables del atentado fascista”.⁴⁰⁴

De acordo com Mónica González, por essa época, avançava a conspiração militar do alto comando das Forças Armadas que desferiu o golpe de setembro. Desde 25 de junho, um grupo de altos oficiais passou a se reunir secretamente para discutir uma alternativa para a crise chilena, constituindo-se o núcleo duro da conspiração que derrubaria o governo.⁴⁰⁵ Entretanto, a tentativa de sublevação de junho foi feita de forma autônoma, sem orientação e ligação com esse núcleo conspirativo. Nesse período, ainda havia muitos obstáculos para um efetivo golpe que não levasse à divisão das Forças Armadas e ou a uma guerra civil. Esses obstáculos eram de diferentes naturezas. Um deles era a postura constitucionalista de alguns dos principais oficiais que ocupavam postos-chaves nas instituições militares, entre eles os generais Carlos Prats, Mario Sepúlveda e Guillermo Pickering e o almirante Raul Monteiro.⁴⁰⁶

A própria resistência popular e de setores militares à tentativa de golpe também indicavam que ainda não havia consenso suficiente para derrubar o governo sem levar a uma crise de grande intensidade. Nos meses seguintes ao *tanquetazo*, as hábeis movimentações da fração golpistas nas Forças Armadas, aliada à atuação de seus aliados civis, seriam fundamentais para remover esses obstáculos. Também foi fundamental desmobilizar e desorganizar a resistência popular. Para isso, a ampla campanha midiática de propaganda de

⁴⁰³ *La Nación*, Santiago, 30 jun. 1973, p. 1-4.

⁴⁰⁴ *La Nación*, Santiago, 30 jun. 1973, p. 8.

⁴⁰⁵ Nessa primeira reunião, em 25 de junho de 1973, em uma casa no bairro de Lo Curro, em Santiago, estiveram presentes o vice-almirante Patricio Carvajal, o contra-almirante Ismael Huerta (em representação do almirante José Toribio Merino, que por algum motivo não pode comparecer, mas fazia parte do grupo), os generais da FACH Francisco Herrera e Nicanor Díaz, ademais dos generais do Exército Arturo Vivero, Javier Palacios, Sergio Arrelano Stark e Sergio Nuño Bowden. Mais tarde, se juntariam aos conspiradores, outros oficiais das FFAA, entre eles os generais Óscar Bonilla e Ernesto Baeza, constituindo o que ficou conhecido como o “Comitê dos 15”. GONZÁLEZ, Mónica. Op. cit.

⁴⁰⁶ GONZÁLEZ, Mónica. Op. cit., p. 183-192.

claro caráter sensacionalista e baseado em desinformação cumpriu um destacado papel. Notícias sobre arsenais de armas supostamente encontrados em fábricas e acampamentos controlados pelas esquerdas e “infiltrações marxistas” e “ataques marxistas” às Forças Armadas eram publicadas quase diariamente. Associado a isso, a prática cotidiana de invasões e buscas (“*allamientos*”) de arsenais pelas Forças Armadas, permitida pela Lei de Controle de Armas⁴⁰⁷, desempenhou um papel fundamental para o golpe.⁴⁰⁸

Dessa forma, González aponta como a sublevação de 29 de junho esteve praticamente restrita à iniciativa de um setor da suboficialidade do Exército em estreito vínculo com *Patria y Libertad*.⁴⁰⁹ Ainda no dia 29 de junho, os cinco principais dirigentes de *Patria y Libertad* passaram a ser procurados pela polícia de investigações e buscaram refúgio diplomático na Embaixada do Equador. Poucos dias depois, seguiram para o exílio em Quito, deixando *Patria y Libertad* praticamente sem direção em Santiago.

Os episódios envolvendo Roberto Thieme, um dos principais líderes de *Patria y Libertad*, demonstram bem a forma de atuação desse grupo de extrema direita. Em fevereiro de 1973, Thieme protagonizou uma farsa de contornos cinematográficos, com sua própria morte sendo forjada pela organização. Para isso, *Patria y Libertad* informou que Thieme era o piloto de um Cessna 182 que havia caído enquanto sobrevoava o oceano Pacífico. Para dar credibilidade a história, realizou-se uma marcha fúnebre em Santiago, que teve a assistência de milhares de pessoas. A imprensa noticiou o fato sem questionamentos. Tudo era, na verdade, parte de um plano para que Thieme pudesse atuar na clandestinidade, tendo mais liberdade para organizar as ações extralegais do grupo. O embuste só foi descoberto dois meses depois, quando Thieme e outro militante de *Patria y Libertad* foram presos em Mendonza, na Argentina, para onde viajaram com a intenção de se reunir secretamente com alguns militares do Exército argentino, simpatizantes dos ideais do grupo. Depois de tomar ciência que o “defunto” estava detido na Argentina, a extradição de Thieme foi imediatamente solicitada pelo governo da UP. Thieme, porém, acabou solto, beneficiado por um asilo político concedido pelo presidente Alejandro Lanusse. Em julho, logo após o *tanquezo*, Thieme regressou de forma clandestina ao Chile e acabou sendo descoberto e preso no mês

⁴⁰⁷ No último tópico do próximo capítulo, analisaremos a questão da Lei de Controle de Armas.

⁴⁰⁸ ÓRTIZ DE ZÁRATE, Verónica Valdívía. Chile: ¿un país de “excepción”? La Ley de Control de Armas y la máquina represiva puesta en marcha. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Org.). *Fiesta y Drama: nuevas historias de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2014

⁴⁰⁹ GONZÁLEZ, Mónica. *La conjura. Los mil y un días de un golpe*. Santiago: Catalonia, 2013, p. 183-192.

seguinte, em Santiago, ficando na prisão até a data do golpe. Com a volta clandestina de Thieme ao Chile, *Patria y Libertad* retomou a realização de atentados terroristas pelo país.⁴¹⁰

Em *La Nación*, *Patria y Libertad* seguiu tendo grande destaque em suas páginas até o momento do golpe. Enquanto *El Mercurio* estava em estreita articulação com a conspiração do alto comando das Forças Armadas que esmagou o regime democrático em 11 de setembro, *La Nación* seguiu orbitando o imaginário do perigo fascista representado, sobretudo, por *Patria y Libertad*. Em nenhum momento, *La Nación* sugeriu, em consonância com discursos de Allende, que o alto comando militar pudesse estar envolvido na articulação de um golpe contra o governo.

A radicalização e polarização política intensificaram-se ainda mais na conjuntura posterior ao *tanquetazo*, tanto entre o governo e a oposição quanto internamente no campo das esquerdas. Imediatamente após ser derrotada a tentativa de golpe, trabalhadores de um grande número de empresas que não haviam sido incluídas na APS passaram a ocupá-las, exigindo sua estatização, processo que intensificou os atritos entre setores da esquerda e o governo, uma vez que Allende demonstrou ser contrário a esse tipo de ação. Essas ocupações foram intensamente exploradas nas páginas de *El Mercurio*, dando destaque ao que o jornal chamava de “ola de tomas”, produzindo-se dezenas de reportagens sobre o “perigo do poder popular” e da “desagregação social” promovida pela UP. Com esse propósito, *El Mercurio* qualificava os cordões industriais, as JAPS e os comandos comunais como órgãos de poder de uma “ditadura totalitária marxista” que estaria avançando no Chile⁴¹¹.

Nos últimos meses antes do golpe, o discurso de *El Mercurio* frequentemente recorria à construção de representações que procuravam resgatar e reforçar as tradições democráticas chilenas e contrapô-las ao perigo da desagregação total simbolizada pela UP e pelos espaços de poder popular. Nessa perspectiva, o governo inevitavelmente levaria o Chile, em sua tentativa de instaurar a “ditadura marxista”, ao caos e à guerra civil. Isso justificaria, de acordo com o editorial publicado em 16 de julho, que *El Mercurio* passasse a assumir uma postura de intervir abertamente no processo político chileno — como se isso não fosse prática corriqueira do jornal desde o início do governo da UP:

⁴¹⁰ DIAS NIEVA, José. *Patria y Libertad: el nacionalismo frente a la Unidad Popular*. Santiago: CIP, 2015.

⁴¹¹ Tanto as questões relacionadas ao Poder Popular quanto à construção do “totalitarismo marxista” no imaginário e na ideologia de *El Mercurio* serão abordadas no próximo capítulo; assim como também as tensas relações entre os novos espaços de poder popular e o governo, que tiveram algumas expressões em *La Nación*.

En los tiempos que vive el país “El Mercurio” cumple duras y ineludibles obligaciones. Sus páginas, que casi durante tres cuartos de siglo registraron principalmente las crónicas de los acontecimientos mundiales y nacionales, ofrecen ahora también un palenque en que se combate por la permanencia de los valores esenciales de la libertad. Por tradición se colocaba a “El Mercurio” por sobre las luchas políticas y las facciones, pero desde que el país se escindió en dos partidos, el del marxismo y el de la democracia, el diario debió abrazar este último. [...] Sin que “El Mercurio” se lo haya propuesto ha sido colocado por los enemigos de la República en la vanguardia de los que luchan por mantener el país libre de la tiranía totalitaria. Y el diario acepta este puesto de honor y lo mantendrá, seguro de que las detracciones que recibe son la mejor prueba de que está aportando un efectivo concurso a la causa más valiosa que hasta ahora le correspondió defender.⁴¹²

Desde então, para tentar demonstrar o caráter “antidemocrático” e “totalitário” do governo, *El Mercurio*, muitas vezes, procurou construir um amálgama entre as posições de Allende e as dos grupos *rupturistas*. Esses grupos, neste momento, apostavam no acirramento dos conflitos sociais para que a estratégia de conquista do poder pela via insurrecional pudesse aparecer no horizonte de possibilidades. Nesse sentido, sustentavam, sob a consigna “*avanzar sin transar*”, que Allende conduzia o governo em conciliação com os inimigos da classe trabalhadora, o que acabaria por pavimentar o caminho para um futuro golpe das forças reacionárias.⁴¹³

Após o *tanquetazo*, Allende seguiu reafirmando a estratégia da “via chilena”, baseada no respeito à legalidade e à ordem democrática. O foco para resolver as crises seguia na formação de novos gabinetes com a inclusão de militares e a reabertura de diálogo com a DC, mesmo que para isso fosse necessário novas concessões. Nesse sentido, em julho o presidente anunciou os principais pontos que o governo estaria disposto a adotar para o restabelecimento das negociações com os democrata-cristãos. Entre eles, afirmava-se a necessidade de desenvolver o poder popular vinculado ao governo, sem nenhum antagonismo com a institucionalidade; a devolução das fábricas ocupadas que não estavam inseridas no projeto de APS; o combate à formação de qualquer força militar paralela ao Estado e um plano para garantir a distribuição e o combate à inflação.⁴¹⁴ Dessa forma, o PC e Allende mantinham-se como férreos defensores da “via chilena”, sustentando que as iniciativas no sentido de criar um exército popular vicejaria o caminho para uma guerra civil com uma previsível e trágica

⁴¹² Misión de este diario en el momento actual. *El Mercurio*, Santiago do Chile, 16 jul. 1973, p. 3.

⁴¹³ MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. Op. Cit.

⁴¹⁴ ALLENDE, Salvador. Palabras pronunciadas en la sala de plenarios del Edificio de la Cultura Gabriela Mistral, con motivo del plenario de Federaciones, convocado por la Central Única de Trabajadores. 25 jul. 1973. Disponível em < <https://www.marxists.org/espanol/allende/1973/julio25.htm/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

derrota. Allende, coerente com sua estratégia e concepção política, seguia conduzindo o governo sem nenhuma grande alteração de rota.

Por sua vez, os setores *rupturistas* endureceram suas críticas ao governo. Afirmavam que Allende não estaria empenhado em punir os militares sediciosos responsáveis pelo *tanquetazo* e que o presidente vacilava em construir um caminho para derrotar o golpismo ao dar ênfase na busca de diálogo com um setor que demonstrava não estar comprometido com a democracia. Para os *rupturistas*, a correlação de forças se inclinaria favoravelmente à UP se o governo decididamente passasse à ofensiva política, apoiando-se na mobilização e no fortalecimento do poder popular. Ademais, insistia-se, principalmente o MIR, na necessidade de pensar formas da UP organizar uma resistência armada, criando milícias populares, para resistir às prováveis novas ofensivas golpistas.

Nas semanas seguintes, a crise se agravou com rapidez. Depois de fortes pressões, intrigas e manifestações públicas contrárias, o general constitucionalista Carlos Prats renunciou ao comando das Forças Armadas em 24 de agosto, sendo sucedido pelo general Augusto Pinochet.⁴¹⁵ Essa mudança significou um momento crucial nas articulações golpistas. Prats era visto como símbolo da legalidade democrática e do profissionalismo das Forças Armadas, sua saída indicava que o golpismo no alto comando militar removia do caminho um dos últimos obstáculos.

La Nación, ao analisar a renúncia de Prats, no editorial “Grandeza del General Prats”, afirmava que a conduta exemplar do general não era apenas uma questão de cunho pessoal ou ideológico, senão a expressão da definição patriótica inerente às Forças Armadas:

De acuerdo con esta posición de las Fuerzas Armadas, cuyo origen arranca de la Constitución Política del Estado y que entronca con las mejores tradiciones de esos Institutos castrenses, los uniformados chilenos no pueden estar al servicio de intereses particulares [...] Puede-se esperar-se tal conducta, precisamente, porque la doctrina Scheineider-Prats no es fruto de un personalismo o de una inspiración repentina, sino el reflejo de la naturaleza misma de nuestras Fuerzas Armadas [...] que saben diferenciar a los militares chilenos de otros que, en sus respectivos países, han solido poner la espada al servicio de los que niegan y estrangulan la libertad por la cual lucharon los que nos dieron independencia y nos aseguraron soberanía.⁴¹⁶

⁴¹⁵ Nessa polarizada conjuntura, o general Carlos Prats ficou isolado, sem apoio dos principais generais da Armada. Tentando ainda intervir na crise, Prats sugeriu algumas medidas drásticas que permitissem o diálogo entre a UP e setores da oposição, incluindo uma reforma constitucional e a saída de Allende do país com permissão do Congresso. Medidas que foram rechaçadas. Além disso, Prats sofreu pressões tanto internas às Forças Armadas quanto manifestações de rua, principalmente organizada pelo movimento feminino contrário à UP. Diante dessas pressões e dificuldades, Prats não enxergou outra alternativa que renunciar. MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. Op. cit., p. 501-502.

⁴¹⁶ Grandeza del General Prats. *La Nación*, Santiago, 25 ago. 1973, p. 3.

É possível argumentar que este discurso expresso por *La Nación* era parte de uma estratégia que visava neutralizar ou enfraquecer os setores militares ligados à oposição e defensores do golpismo. Entretanto, essa estratégia de ressaltar o caráter patriótico, constitucionalista e apolítico dos institutos castrenses, ademais da ideia de uma excepcionalidade chilena, pouco contribuiu, ou mesmo atuou no sentido inverso, para seus objetivos. Como demonstrou Arturo Valenzuela, a grande maioria da oficialidade enxergava nas Forças Armadas o guardião legítimo da constitucionalidade; no entanto, a “no intervención estaba condicionada al desempeño de los dirigentes civiles, pero no a un principio definido de lealtad a la autoridad civil”⁴¹⁷.

Todavia, enquanto Allende respeitava com afinco o jogo constitucional, a oposição utilizava-se de todo tipo de métodos legais e extralegais em várias frentes de atuação para criar um ambiente de caos e desagregação social. Dessa forma, a ideia de uma neutralidade dos militares acabava por funcionar como uma cortina de fumaça que encobria os movimentos e ações levadas a cabo pelos golpistas, expressando as insuficiências da UP para enfrentar o golpismo no alto comando militar. Problema esse que consistia, por um lado, no avanço da sedição direitista na armada e, de outro, na falta de preparação do governo para enfrentar o iminente golpe, demonstrando a insuficiência de uma estratégia baseada principalmente na perspectiva de derrotar os militares sediciosos por meio dos discursos de evocação do constitucionalismo militar. A postura de Allende, que via na defesa intransigente da legalidade institucional a maior fortaleza da “via chilena”, talvez fosse, na verdade, nesse momento, uma debilidade, em tempos nos quais as ações políticas das forças opositoras indicavam que já atuavam sem grandes preocupações com o respeito constitucional.

Nas últimas semanas antes do golpe, as notícias relacionadas ao “terrorismo” e à ação de “extremistas” dominavam diariamente as páginas dos dois jornais, em geral com chamadas de grande destaque na capa e com extensas reportagens⁴¹⁸. Nesse momento, *El Mercurio* fez uma campanha especialmente voltada para questões relacionadas às Forças Armadas. Dialogando com o medo dos militares da construção de um exército paralelo no país, o jornal

⁴¹⁷ VALENZUELA, Arturo. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013, p. 55.

⁴¹⁸ Em fins de julho e início de agosto, aconteceram mais de uma centena de atos terroristas no país. Um dos mais graves foi o assassinato, em 26 de julho, do *edecán naval* (auxiliar militar do executivo) de Allende, Arturo Araya Peeters. Inicialmente, *El Mercurio* e a imprensa de oposição noticiaram que o assassino fora preso e que confessara ser ligado à esquerda e que também teria acusado a participação de Diego Blanco, integrante do GAP, escolta pessoal do presidente. Mais tarde, porém, ficou provado que o crime foi cometido por membros de *Patria y Libertad* e as confissões iniciais ocorreram em meio a uma sessão de tortura. MAGASICH, Jorge. Op. cit., p. 25-30.

divulgou declarações, entrevistas, discursos e notas de partidos e dirigentes de esquerda, sobretudo do MIR, que versavam sobre a necessidade de armamento do proletariado e a possibilidade de criação de um exército próprio. *La Nación*, por sua vez, procurava reforçar a imagem de que uma ameaça fascista pairava sobre o Chile, concedendo destaque aos atentados terroristas e reproduzindo constantes matérias sobre *Patria y Libertad*.

Ao mesmo tempo, *El Mercurio* deu grande destaque às notícias de supostas “infiltrações comunistas” nas Forças Armadas, algo que causava terror na alta oficialidade militar. O caso da “sublevação da Marinha”, detectado no início de agosto após o serviço de inteligência da Armada descobrir que marinheiros do cruzeiro *Almirante Latorre* e do destróier *Blanco Encalada* mantinham reuniões com dirigentes do PS, do MAPU e do MIR, foi um episódio de amplo uso e destaque no jornal⁴¹⁹.

Assim, por exemplo, *El Mercurio* publicou reportagem com a chamada: “Campaña contra extremistas iniciaron Las Fuerzas Armadas”, na qual relata que “Una campaña de afiches destinada a destacar a orden institucional y el profesionalismo de las Fuerzas Armadas e de Orden, inició la Armada Nacional”. Interessa notar que um desses cartazes utiliza a foto da capa de *El Mercurio* publicada na edição de 5 de abril de 1973 (já mencionada neste trabalho) em que uma pessoa golpeia com um bastão um *carabinero*. Ocupando meia página, o jornal fez questão de reproduzir o cartaz na íntegra:

Figura 10



El Mercurio, 5 set. 1973, p. 27.

⁴¹⁹ Pela importância e centralidade que o caso ganhou na imprensa, analisaremos em detalhes esse episódio no próximo capítulo.

No cartaz (figura 10), ladeando a foto, lê-se: “¡¡Chileno!! ¿Qué sería de tu vida si maleantes como este — que se alzan contra los guardadores del orden público — se adueñaran del país?”; em seguida um alerta: “Para evitar esta vergüenza y defenderte tu, tu familia, tu fuente de trabajo: no permitas que se ataque a las Fuerzas Armadas y de orden que protegen y defienden la seguridad y el porvenir de la patria.”⁴²⁰

Nas semanas prévias ao golpe, *El Mercurio* repercutia com destaque as iniciativas do Parlamento contra o governo, como o requerimento apresentado pela oposição em 22 de agosto de 1973 que afirmava a inconstitucionalidade do governo da UP, no qual o PN e a DC votaram conjuntamente, conseguindo a maioria dos votos. Essa ação da oposição baseou-se, entre outras questões, na argumentação de que a UP havia se tornado cúmplice da formação de um poder paralelo e extralegal no país, permitindo a ocupação de indústrias e a criação de um poder popular. Assim, *El Mercurio*, no dia seguinte, trazia em sua capa a chamada: “El Gobierno Ha Quebrantado Gravemente la Constitución”⁴²¹.

La Nación, contrariamente, dava outra interpretação a esse requerimento: “La oposición dio luz verde para un golpe de Estado” e acusava a oposição de usar o poder judiciário e legislativo para forjar uma situação de ilegalidade institucional e impossibilitar as “transformações revolucionárias”. Além disso, o jornal publicou na íntegra o comunicado de Allende sobre a moção de inconstitucionalidade aprovada no Parlamento, no qual o presidente dizia, entre outros aspectos, que a oposição queria impedir o desenvolvimento e da legalidade do país; que a declaração da oposição não tinha validade jurídica; que a oposição quebrava a disciplina diante da autoridade civil; que a declaração da oposição era quem efetivamente violava a Constituição; e que o governo respeitava incondicionalmente as leis.⁴²²

Sem dúvida, essa votação teve o relevante papel de colocar, aos olhos de um setor da oficialidade inclinada ao constitucionalismo, um ar de legalidade a uma possível atuação das Forças Armadas contra o governo, uma vez que fora decretada sua inconstitucionalidade. Percebe-se, ademais, que as articulações golpistas, com a nítida contribuição de *El Mercurio*, procuravam de todas as formas criar um sólido consenso entre setores civis e militares para justificar e legitimar o golpe. Essa nova crise se deu apenas poucos dias após Allende ter

⁴²⁰ *El Mercurio*, Santiago, 5 set. 1973, p. 27.

⁴²¹ *El Mercurio*, Santiago, 23 ago. 1973, p. 1.

⁴²² *La Nación*, Santiago, 23 ago. 1973, p. 7.

apostado suas últimas esperanças na constituição de um novo e efêmero gabinete com militares, que assumiram ministérios importantes no governo⁴²³.

Enquanto o golpe já entrava em seus momentos decisivos, *La Nación* persistia na sua estratégia de propagandear o constitucionalismo militar e reproduzir a vontade manifesta de Allende, como no seguinte editorial, de 30 de agosto de 1973:

Los soldados de la Patria, desde el más modesto al más encumbrado de sus hombres, han mantenido el alto el cumplimiento de su deber de resguardar el honor, la legitimidad constitucional del Gobierno y la Seguridad Nacional, seriamente amenazada desde afuera y desde dentro, por quienes pretenden empuñar el fusil contra el pueblo.

El compañero Presidente de la República, en palabras graves y solemnes, el día en que jurara el nuevo Gabinete, integrado por Altos Jefes de las Fuerzas Armadas y Carabineros, tal vez, volviendo la mirada al pasado y al porvenir, ha reiterado la decisión irrevocable de todo un pueblo al decir que "no habrá golpe ni guerra civil".⁴²⁴

Como se nota, enquanto Allende se apoiava em um discurso que já não tinha sustentação na realidade, a oposição preparava-se para concretizar o regime autoritário que governaria o Chile nas décadas seguintes.

Nos dias prévios ao bombardeio de *La Moneda*, *El Mercurio* continuou a dar grande destaque à voz dos opositores, dando ênfase a todo tipo de iniciativa que pedia a renúncia ou a destituição de Allende. Desse modo, em 5 de setembro, a principal chamada da capa afirmava: “Piden Renuncia de Allende”, destacando que “nuevas manifestaciones para que el Presidente de la República rectifique la política de su gobierno e renuncie se hicieron sentir ayer en Santiago y en diversas partes del país”.

A matéria da capa destacava também trechos de um editorial lido pelo padre Raúl Hasbún — influente e popular membro da Igreja Católica — em um programa do Canal 13, emissora controlada pela oposição e na qual o religioso era diretor. Segundo Hasbún, a experiência chilena de implantar o “comunismo marxista-leninista” havia fracassado porque comprovou a verdade de uma lei expressada pelo Papa Paulo VI: “cada vez que os homens tratam de organizar a terra sem basear-se na orientação divina, terminam em fracasso”. De acordo com *El Mercurio*, Hasbún “tuvo expresiones encaminadas a persuadir al Presidente de

⁴²³ O novo gabinete que assumiu em agosto tinha o general do Exército Carlos Prats como ministro da Defesa; o almirante Raúl Montero Cornejo no Ministério da Fazenda; o comandante da FACH César Ruiz Danyau no Ministério de Obras Públicas e o general José Sepúlveda Galindo no Ministério de Terras e Colonização.

⁴²⁴ Ni golpe, ni guerra civil. *La Nación*, Santiago, 30 ago. 1973, p. 3.

la República, y a quienes lo acompañan en su gestión gubernativa, para que dejen sus cargos”.⁴²⁵

Ainda assim, na edição de 5 de setembro, é possível perceber a maneira pela qual o jornal manipulava sua seleção de notícias para diminuir a importância das manifestações favoráveis ao governo. A UP havia realizado, no dia anterior, manifestação com a presença de pelo menos 500 mil pessoas, segundo informou *La Nación*, nos arredores de *La Moneda*. No entanto, a primeira página de *El Mercurio* destacava o pedido de renúncia de Allende, bem como outras chamadas de teor hostil ao governo. A manifestação da UP aparecia apenas no pé da página, com uma pequena foto, e a legenda: “UP celebró tercer aniversario”, sem dar conta do número de pessoas presentes no ato.⁴²⁶

Do mesmo modo, em praticamente todas as edições de *El Mercurio* até o golpe, continuou-se a dar destaque aos pedidos e manifestações que apoiavam o fim do governo, como exemplo: “Millares de mujeres democráticas se reunieron en la Alameda: Repudio femenino al Gobierno”, foi a principal manchete da edição de 6 de setembro. O jornal destacava também que, nessa manifestação, “marxistas atacaron a las manifestantes” e “50 heridos en incidentes”. Na mesma capa, uma foto da esvaziada Praça Bulnes, em frente a *La Moneda*, e os dizeres: “Escasa asistencia: Reunión de apoyo al Gobierno”.⁴²⁷ *La Nación*, porém, indicava que nesse dia uma grande manifestação favorável à UP tinha ocorrido nas ruas de Santiago, movimento que foi completamente ignorado nas páginas de *El Mercurio*.⁴²⁸

A primeira edição de *El Mercurio* após o golpe, que foi às ruas no dia 13 de setembro (no dia 12 não houve circulação de jornais no país), anunciava: “Junta Militar Controla el País”, com a foto dos quatro militares, comandantes das três Armadas e de *Carabineros*, que formavam a Junta: Augusto Pinochet (presidente), Gustavo Leigh, José Toribio e Cesar Méndozza Duran; outra manchete trazia a frase: “Murió Allende”, e se informava sobre o suicídio do presidente. Essa edição marcou o início da linha editorial de apoio do jornal à ditadura:

⁴²⁵ *El Mercurio*, Santiago, 5 set. 1973, p. 1.

⁴²⁶ *El Mercurio*, Santiago, 5 set. 1973, p. 1.

⁴²⁷ *El Mercurio*, Santiago, 6 set. 1973, p. 1.

⁴²⁸ *La Nación*, Santiago, 6 set. 1973, p. 1-4;

Figura 11



El Mercurio, 13 set. 1973, p. 1.

No editorial dessa edição, intitulado “Hacia la Recuperación Nacional” e publicado extraordinariamente na capa, *El Mercurio* procurava justificar o golpe, defendendo que o controle total do poder pelos militares era uma forma de dar resposta à “quebra constitucional” promovida pela UP e única maneira de salvar o Chile da “ditadura marxista”, recorrendo também ao discurso do medo do estrangeiro, representada pela infiltração de “ideologias” e “guerrilheiros” no país. Sem comedimentos e com grande desfaçatez, o editorial não mediu palavras para defender o golpe e a ruptura constitucional — golpe que inclusive não hesitou em bombardear um dos principais símbolos da institucionalidade do país:

[...] La intervención de las Fuerzas Armadas, vino en este caso a liberar a la ciudadanía de la inminente dictadura marxista y a salvar a Chile del aniquilamiento político, social y económico. [...]

Con innegable sacrificio y abnegación, las Fuerzas Armadas han cumplido su papel de salvaguardia última de la constitucionalidad, pero la dura tarea que impone restañar las heridas y reanudar la marcha de la nación exige el apoyo resuelto de aquella mayoría ciudadana que, en todos los tonos, ha pedido una honda rectificación.

El quebrantamiento constitucional provocado por el marxismo no pudo soldarse con las solas iniciativas de los partidos políticos. Las Fuerzas Armadas y Carabineros no deseaban ni han deseado nunca tomar sobre sí la responsabilidad de conducir los destinos de la nación, pero el dramático fracaso de la Unidad Popular y las limitaciones del cuadro político opositor para conseguir el indispensable cambio de rumbos forzaron la situación hasta el punto en que se encuentra.

Chile tiene un Gobierno militar, formado por los señores Comandantes en Jefe de las tres ramas de la Defensa Nacional y el señor General Director de Carabineros. La Junta Militar ha asumido el mando supremo, respetando expresamente las atribuciones del Poder Judicial, contando con la asesoría de la Contraloría General de la República y disponiendo el receso del Parlamento. De este modo la Junta cree encontrar el camino adecuado para instaurar la institucionalidad que se requiera.

[...] El país ha vivido virtualmente al margen de la Constitución y absorbiendo grandes dosis de ideología extranjera acompañada también de guerrilleros extranjeros. A nadie puede sorprender que el remedio a tan desesperada situación sea de carácter extraordinario y se le administro proporcionadamente a la violencia que oponga el mal ante de ser dominado.

En medio de las dificultades, lo único que reclama el patriotismo es trabajo, espíritu de solidaridad y colaboración para el establecimiento del orden institucional.⁴²⁹

Em decreto de 11 de setembro de 1973, a Junta Militar definiu como seria a censura e o funcionamento dos veículos de imprensa, definindo que “de acuerdo con lo dispuesto en los bandos [decretos] hasta ahora emitidos y por encontrarse el país en Estado de Sitio, se ha dispuesto ejercer sobre los medios de publicación una estricta Censura de Prensa”. Inicialmente, o regime autorizou a publicação somente dos diários *El Mercurio* e *La Tercera*, informando que “las Empresas no indicadas por este Bando deben considerarse de hecho clausuradas”.⁴³⁰

O golpe de 11 de setembro de 1973 mergulhou o Chile em um período de terror, medo, torturas, execuções, desaparecimentos e uma agressiva política econômica neoliberal. Segundo números oficiais da Comissão Valech, os agentes do Estado e seus colaboradores vitimaram 40.280 pessoas, entre assassinados, desaparecidos e torturados nos dezessete anos em que Augusto Pinochet esteve no poder, de 1973 a 1990.⁴³¹ Com a ruptura do regime

⁴²⁹ Hacia la Recuperación Nacional. *El Mercurio*, Santiago, 13 set. 1973, p. 1.

⁴³⁰ Junta Militar. Bando n° 15. 11 de setembro de 1973. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0021.pdf> Acesso em 16 jun. 2017.

⁴³¹ A Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura (conhecida por Comissão Valech por ter sido presidida inicialmente pelo bispo católico Sergio Valech), foi criada, em 2003, pelo governo de Ricardo Lagos, para investigar as ações de agentes do Estado no período ditatorial (1973-1990). Em 18 de agosto de 2011, a Comissão apresentou oficialmente seu relatório, disponível em <<http://www.derechoshumanos.net/paises/America/derechos-humanos-Chile/informes-comisiones/Informe-Comision-Valech.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

democrático, a imprensa em geral foi duramente atacada, todos os jornais que apoiavam o governo da UP foram fechados.

O ódio evocado em nome da liberdade esfacelou por meio de violência e sangue os sonhos e esperanças despertados pela “via chilena”. Com o golpe, também, despedaçaram-se vários dos mitos políticos tão evocados nas páginas de *El Mercurio* e *La Nación*. A ideia de uma longa e estável tradição democrática e republicana chilena, baseada no profissionalismo e constitucionalismo apolítico de suas Forças Armadas, voou pelos ares nas chamas de *La Moneda*.

3. IDEÁRIOS E IMAGINÁRIOS POLÍTICOS DE *LA NACIÓN* E *EL MERCURIO*: OS JORNAIS CINDIDOS ENTRE A ORDEM E A SUBVERSÃO

3.1 *El Mercurio* e o antimarxismo: o perigo da “ditadura totalitária”

O governo da UP, sobretudo em seus dois primeiros anos, contribuiu para fortalecer a mobilização social cujas aspirações, desejos e expectativas residiam na perspectiva de profundas transformações sociais, simbolizadas pela ideia de que o Chile passava por um processo revolucionário. A ideia de revolução mobilizava não só apoiadores, mas também colocava em marcha um amplo setor de oposição que se escorou em um incisivo antimarxismo para combater a UP. Neste capítulo, estudaremos as principais ideias e imagens que *El Mercurio* e *La Nación* colocaram em circulação seja para a reafirmação do projeto socialista ou para sua crítica, e que contribuíram para a polarização e radicalização dos embates políticos do período, vivenciados de forma real e potencial, mas também influenciados pela manipulação do imaginário, processo no qual a imprensa desempenhou significativa importância. Iniciaremos pela análise das formas pelas quais *El Mercurio* mobilizou um conjunto de imagens e representações visando combater o governo por meio do apelo ao antimarxismo.

Antimarxismo e anticomunismo são usados aqui como noções interdependentes. Entendemos por anticomunismo a expressão de valores, tradições e ações de indivíduos ou grupos em sua luta contra o comunismo, principalmente inspirados no ideário do bolchevismo e do modelo soviético.⁴³² Seria até possível seguir usando exclusivamente a noção de anticomunismo, ressaltando-se as novas formas e sentidos específicos e conjunturais que a ele tenham sido desenvolvidas e agregadas por *El Mercurio*. Porém, para ressaltar o ineditismo do processo da “via chilena” e para destacar as formas não simplórias pelas quais *El Mercurio* lidou com a heterogênea coalização governamental, optamos por privilegiar o uso da noção de antimarxismo. O próprio *El Mercurio* utilizava com muita mais frequência o termo “marxismo” em detrimento de “comunismo” para se referir à UP e ao tipo de governo pretendido por comunistas e socialistas. Em suas páginas, a “ditadura comunista” recorrentemente cedia lugar à “ditadura marxista”. Tudo isso, porém, sem deixar de lado o uso de aspectos tradicionais do repertório anticomunista.

⁴³² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. IXX.

Desse modo, pensamos que o antimarxismo foi a forma privilegiada pela qual o jornal encontrou para desenvolver, ao longo do tempo, a noção de igualdade, ou similaridade, entre os diferentes, inclusive em relação a setores externos à UP, como é o caso do MIR. Buscava-se, assim, vincular Allende e o discurso democrático da UP aos setores que tinham a ruptura revolucionária como sua estratégia, porém sem fazer uma generalização grosseira, destacando, em geral, particularidades dos diferentes atores políticos. Essa foi uma forma criativa pela qual *El Mercurio* buscou associar à UP noções típicas relacionadas sobretudo à ideia de “totalitarismo”. Embora, em alguns momentos, tenha acabado por dar origem a representações grotescas e caricaturais. “Marxismo”, portanto, foi o termo de uso privilegiado no jornal para criar, em certas circunstâncias, um amálgama entre as posições das distintas organizações da UP e do MIR, estratégia discursiva que ocorreu, principalmente, a partir de meados de 1972.

Cabe aqui esclarecer que, em si, o tema do anticomunismo em *El Mercurio* no governo da UP poderia dar origem a um trabalho de maior abrangência e fôlego, analisando charges, entrevistas, veiculações de comunicados partidários, seções de cultura do jornal etc. Contudo, nos limites deste trabalho, nosso objetivo não é esgotar e analisar exaustivamente as formas pelas quais o diário reproduziu, evocou e dialogou com a longa tradição anticomunista chilena na construção de novas imagens e discursos antimarxistas em oposição ao projeto político da UP. Aliás, ressalte-se que só recentemente começaram a surgir trabalhos sobre a história chilena com ênfase no tema do anticomunismo;⁴³³ porém, ainda não há estudo semelhante que tenha como foco o governo da UP. Nossa intenção, de acordo com os objetivos gerais deste trabalho, foi apontar e analisar os aspectos basilares do discurso antimarxista que foram fundamentais para a atuação política de *El Mercurio* em suas estratégias que contribuíram para solapar a legitimidade do governo da UP.

O anticomunismo no Chile remonta ao início da longa tradição de circulação de ideias marxistas no país, que surge já no século XIX, como afirma Marcelo Casals Araya:

[...] el anticomunismo en Chile tiene una larga data y, más aún, forma parte de la tradición política y el sustrato identitario de un amplio arco de fuerzas partidarias y sociales que, en determinados momentos, guiaron parte importante de su discurso y su acción a eliminar, derrotar o criticar el accionar de grupos sindicados como “comunistas” (y otros epítetos asociados). [...] existieron varias y diferentes expresiones de anticomunismo en Chile, motivadas por distintos intereses, objetivos y esquemas doctrinarios. Ellas, a su vez, se alimentaron en diversas dosis de corrientes de pensamiento más amplias, como el catolicismo, el liberalismo y el

⁴³³ Como por exemplo a obra de CASALS ARAYA, Marcelo. Op. cit., 2016.

nacionalismo, expresándose de múltiples maneras en la esfera pública.⁴³⁴

Casals Arays indica que “el anticomunismo fue un elemento estructural del desarrollo político chileno en siglo XX”, influenciando e definiendo os debates políticos de uma série de forças políticas que, por diferentes formas, inseriram-se nos diferentes matizes das polarizadas disputas ideológicas. Um processo cuja historicidade vinculava-se de forma dinâmica aos distintos cenários, problemas e conflitos conjunturais ao longo dos anos, concluindo que:

En ese sentido, los anticomunismos no deben entenderse como una realidad aislada de las personas y organizaciones concretas que invocaron aquellas distintas formas de aversión al comunismo — no debe, en ese sentido, “reificarse” —, sino que, por el contrario, precisan ser asumidos como expresiones social e históricamente enmarcadas, basadas en motivaciones particulares y con una amplia diversidad de consecuencias prácticas en las esferas pública y privada.⁴³⁵

No Chile, o anticomunismo, ao longo do século XX, desempenhou um papel de grande relevo nas disputas políticas do país, refletindo a própria dinâmica mundial na qual os embates em torno da utopia comunista tiveram centralidade, como afirma o historiador Rodrigo Patto Sá Motta:

No decorrer do século XX, o conflito opondo comunismo e anticomunismo ocupou posição central, colocando-se como elemento destacado na dinâmica política, cultural e nas relações internacionais. Não é possível compreender os acontecimentos mundiais dos últimos decênios sem levar em consideração os embates em torno da utopia comunista. Tal centralidade ficou ainda mais evidente no quadro da guerra fria, momento a partir do qual o comunismo tornou-se de fato uma força planetária, na medida em que estados da Ásia, América e África (além da Europa oriental) começaram a aderir aos ideais de Marx, rompendo o isolamento da União Soviética.⁴³⁶

Um dos aspectos mais hábeis de *El Mercurio* em sua batalha contra a UP foi conseguir, principalmente nas conjunturas de maior polarização, colocar em conflito, nas imagens e ideias veiculadas pelo jornal, práticas e projetos dos diferentes atores políticos das esquerdas, isolando e extraindo aspectos de suas ações para então construir um discurso em que as intenções democráticas da UP pareciam um insustentável palavreado demagógico.

Para isso, *El Mercurio* também se utilizou recorrentemente de temas clássicos do repertório anticomunista. As denúncias sobre a vida de sofrimentos e privações no mundo comunista apareciam com constância. A URSS e os países do Leste europeu eram menos

⁴³⁴ CASALS ARAYA, Marcelo. Op. cit., 2016, p. 19.

⁴³⁵ Ibidem, p. 20.

⁴³⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 7.

explorados nessas denúncias, privilegiando-se às análises sobre Cuba. Em geral, as críticas aos modelos socialistas tinham como predominância temas econômicos⁴³⁷ e a retórica em torno das supressões de liberdades, com destaque para a publicação de matérias sobre a perseguição a dissidentes e intelectuais. O tom das críticas à URSS, habitualmente, buscava ressaltar suas conquistas e feitos econômicos para só então criticar as contradições sociais que seriam inerentes ao modelo escolhido. Como exemplo, o editorial que comentava a celebração do 54º aniversário da Revolução Russa afirmava:

El avance de la potencia soviética es incuestionable y el costo social que él ha significado lo reflejan las dramáticas purgas, ora de simples ciudadanos descontentos, ora de gobernantes acusados por sus errores y crímenes. Sobre este panorama complejo y bloqueado por la falta de información se proyecta la luz parcial de los ditirambos, dejando en la sombra muchas realidades penosas y especialmente el seguro paso del comunismo internacional para ejercer dominio sobre los pueblos seducidos por su propaganda, y dentro de los cuales la instalación de sus escuadras es irreversible en la medida que se suprimen o sustituyen las instituciones democráticas [...]⁴³⁸

O editorial toca também na questão do estrangeiro, um tema clássico do anticomunismo que apareceu com certa frequência no jornal, associado tanto ao temor da infiltração do comunismo de Moscou quanto da já comentada imagem de guerrilheiros latino-americanos povoando as *poblaciones* de Santiago em auxílio ao projeto “extremista”. Também havia uma constante tentativa de ressaltar o atrelamento do PC à URSS, afirmando que os comunistas chilenos eram dependentes e submetidos às ordens de Moscou.⁴³⁹

Entretanto, algo importante a ser ressaltado é que certos valores muito presentes no repertório anticomunista clássico, como o apelo ao “patriotismo” e ao “nacionalismo”, não tiveram centralidade em *El Mercurio*. Em geral apareciam de forma secundária ao tratar de outros temas, como a da tradição democrática chilena; até mesmo em *La Nación*, a questão do nacionalismo foi mobilizada com muito mais intensidade do que na folha mercurial, como se verá adiante. O anticomunismo vinculado às questões religiosas, por sua vez, teve um espaço praticamente inexistente em *El Mercurio*.

Era mais comum que a vinculação do marxismo à imagem de violência, privação e sacrifício (típica forma de associação do comunismo à imagem do mal) fosse feita a partir de notícias e comentários sobre a vida em Cuba, com um tom que foi endurecendo ao longo dos

⁴³⁷ Como no editorial: “Fracaso Agrario del Socialismo”, em que o jornal analisa a produção agrícola na URSS, China e Cuba. *El Mercurio*, Santiago, 5 jul. 1973. p. 3.

⁴³⁸ *El Mercurio*, Santiago, 8 nov. 1971, p. 3.

⁴³⁹ Socialismo a la chilena. *El Mercurio*, Santiago, 6 jun. 1971. p. 3.

anos. Isso, pois, o processo revolucionário cubano estava muito mais perto no tempo e no espaço, e exercia considerável influência no imaginário latino-americano. As denúncias das agruras na Ilha, podemos conjecturar, exerciam mais impacto na opinião pública em geral, do que o que se passava no distante e gélido país dos soviets.

Assim, enquanto no Chile havia uma grave crise de desabastecimento e especulação nos primeiros meses de 1973, *El Mercurio* estampava em sua capa: “El Racionamiento en Cuba: 38 Gramas de Carne al Día”⁴⁴⁰. A violência estatal na Ilha também era um mote constante nesse período: “En Cuba: habría 60 mil presos políticos”⁴⁴¹. O jornal, portanto, buscava esvaziar de sentido a proposta da UP de que a solução para a crise de abastecimento e da onda de violência que assolava o país poderia se inspirar em modelos socialistas. O comunismo simbolizaria o recrudescimento das agruras, da fome, do sofrimento. A imagem do Estado comunista coercitivo passa a ser então um tema bastante útil, tanto para combater a ideia de propriedade coletiva e social, uma vez que era associada à imagem do povo escravizado pelo Estado todo poderoso, quanto para fazer frente aos discursos democráticos da UP, indicando como a liberdade para os marxistas seria uma peça demagógica.

No entanto, anos antes, no início de 1971, Fidel Castro e o próprio regime cubano ainda eram tratados com certa complacência. Em editorial, Fidel era representado como um sujeito “sincero y vehemente” e ressaltava-se que seu governo tinha forte apoio popular. O problema cubano era apresentado como sendo, sobretudo, de natureza econômica, criticado por não conseguir atingir níveis de prosperidade do capitalismo avançado: “las fórmulas marxistas, útiles para eliminar la extrema miseria de países atrasados, no dan la prosperidad a aquellos pueblos [...]”⁴⁴². Curiosamente, nesse editorial em que *El Mercurio* analisava os 12 anos de governo castrista, não se fazia menção à violência política. Isso indica como o discurso de *El Mercurio* não foi constante nem linear ao longo do tempo, o tom e o conteúdo de suas críticas alteraram-se à medida que a realidade política se polarizava. O jornal, inserido em um complexo jogo político, manobrava habilmente para reforçar sua credibilidade ao mesmo tempo em que reafirmava a imagem de ser isento e equilibrado que, como vimos, foi um discurso constante em sua história.

A própria viagem de Fidel ao Chile⁴⁴³, que segundo alguns autores teve o efeito de intensificar de forma decisiva a polarização política do país⁴⁴⁴, teve uma cobertura e uma

⁴⁴⁰ *El Mercurio*, Santiago, 2 fev. 1973, p. 1.

⁴⁴¹ *El Mercurio*, Santiago, 17 jan. 1973, p. 1.

⁴⁴² Doce años de castrismo en Cuba. *El Mercurio*, Santiago, 6 jan. 1971, p. 3.

⁴⁴³ Fidel visitou o Chile por 23 dias, chegando ao país em 10 de novembro de 1971 e regressando a Havana em 4 de dezembro.

linha editorial relativamente equilibrada em *El Mercurio*. Algo surpreendente, uma vez que esperávamos que a folha mercurial tivesse aproveitado a visita de Fidel para aumentar o tom de seu discurso contra o governo, o que não ocorreu de forma imediata.

Isso diferentemente de outros setores oposicionistas que fizeram um discurso bastante agressivo contra a presença de Castro no Chile, algo possível de constatar em espaços cedidos ao PN e à *Patria y Libertad* no próprio *El Mercurio*. Como no comunicado publicado em 10 de novembro de 1971, ocupando uma página inteira, intitulado “Al Pueblo de Chile”. No texto, *Patria y Libertad* fazia uma duríssima denúncia da revolução cubana, afirmando que ali teria surgido o “más tiránico, sangriento e ineficaz” dos sistemas, que as Forças Armadas haviam sido destruídas, que “tribunales populares” haviam eliminado a milhares de dissidentes e que “o socialismo marxista además de sacrificar a libertad sólo trae consigo la pobreza generalizada y sin destino”.⁴⁴⁵ Um espaço publicitário desse tipo, de página inteira, no primeiro caderno de *El Mercurio*, certamente era de custo significativo, provavelmente aquém das finanças de uma pequena organização como *Patria y Libertad*. O que permite algumas hipóteses: foi financiado com ajuda do dinheiro que chegava ao país pela CIA ou foi cedido gratuitamente pelo próprio jornal. Do mesmo modo que fazia com outros jornais de sua própria cadeia, *El Mercurio* tinha uma estratégia de guardar um tom equilibrado para seus editoriais, pelo menos até meados de 1972, e deixar que o discurso mais visceral contra o governo fosse realizado por outros agentes, principalmente nesse tipo de espaço publicitário.

Todavia, *El Mercurio* manteve sua linha editorial crítica, mas realizou uma cobertura relativamente equilibrada dos eventos nos quais o líder cubano tomou parte. Cobertura que foi bastante extensa nos primeiros dias, com capas inteiras dedicadas a Fidel, mas que depois foi diminuindo, restringindo-se a notas menores em páginas internas. Por essa época, o grande destaque do jornal foi o intenso conflito que tomou conta da Universidade de Concepción em torno do plebiscito sobre a autonomia universitária. *El Mercurio*, porém, não buscou associar

⁴⁴⁴ Como por exemplo a centralidade para a derrota da UP que o tema ganha em MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Op. cit., 2012; e também em AGGIO, Alberto. Uma insólita visita: Fidel Castro no Chile de Allende. *História*. São Paulo, vol. 22, n. 2, 2003, pp.151-166. Consideramos que há na historiografia uma supervalorização do papel político que a presença de Fidel no Chile representou para a agudização da polarização política do país. Os conflitos entre a oposição e o MIR, as ocupações de terrenos, as manifestações contra a política de abastecimento do governo, já aconteciam antes da visita de Fidel e expressavam sinais de uma polarização que já se acentuava. O manifesto da marcha das Ollas Vacías, publicado em *El Mercurio*, por exemplo, não faz qualquer menção a presença de Fidel no país. Se é fato que a presença do comandante cubano ajudou a elevar o ânimo de setores do polo rupturista, parece ter havido muito menos impacto na opinião pública em geral do que se faz crer. Mas essa é uma questão que ainda necessita de uma investigação mais aprofundada e que transcende nosso trabalho.

⁴⁴⁵ *El Mercurio*, Santiago, 10 nov. 1971. p. 10.

os eventos de radicalização política, que já vinham ocorrendo há meses no país, à visita de Fidel.

Desse modo, na véspera da chegada do líder cubano ao Chile, o jornal dedicou um editorial a analisar, de forma crítica, a história do processo revolucionário cubano. Ressaltava-se a dependência de Cuba à URSS, a violência de sua revolução e Fidel era mostrado como um carismático líder revolucionário que com o tempo havia abandonado o fervor juvenil e se tornado um estadista atado aos desígnios de Moscou. Sem alarmismos, o jornal reconhecia que Fidel era:

[...] un jefe revolucionario que sigue proclamando verbalmente su apoyo irrestricto a los movimientos rebeldes armados, pero que simultáneamente reconoce que la revolución debe seguir en cada país un curso adecuado a la situación allí imperante y que la vía pacífica es aceptable cuando la realidad local la justifique.

[...] Este es él Fidel Castro renovado por los años de lucha y de gobierno que llegará a Chile en las próximas horas. Su viaje mismo encierra una curiosa lección histórica. Viene a ver de primera mano un experimento revolucionario distinto al suyo, en un país que ha vivido una experiencia histórica por entero diversa, una tentativa de construir el socialismo sin pasar por los abismos de sangre y sufrimiento que atravesó Cuba en la pasada década [...]⁴⁴⁶

Essa é uma questão importante, pois vários setores da oposição enxergavam na visita do líder cubano uma tentativa de exportar o modelo armado ao Chile. Visão que *El Mercurio* parecia não corroborar, baseando-se inclusive na análise de que Fidel, no início dos anos 1970, com a aproximação a Moscou, havia se distanciado, na prática, da estratégia da revolução continental armada. Por essa época, *El Mercurio* ainda não usava a noção de totalitarismo para se referir aos governos socialistas.

Apesar de reconhecer que a viagem de Fidel não se tratava de estimular a UP a seguir os rumos da revolução cubana, *El Mercurio* alertava que os “elementos de la ultraizquierda severamente criticados en varios ocasiones por el Presidente Allende” mantinham uma íntima relação com o líder cubano e poderiam se fortalecer com sua visita ao país.⁴⁴⁷

Essas ambiguidades discursivas em relação a Cuba, porém, principalmente a partir de meados de 1972, dariam lugar a um duro discurso contra o comunismo cubano, que serviria para instrumentalizar a luta política do jornal contra o governo da UP. No início, ainda ressaltavam-se certas qualidades dos comunistas: “tenacidade”, “disciplina”, “perseverança”,

⁴⁴⁶ Fidel Castro en Chile. *El Mercurio*, Santiago, 9 nov. 1971, p. 3.

⁴⁴⁷ La visita de Fidel Castro. *El Mercurio*, Santiago, 10 nov. 1971, p. 3.

mas com o tempo foi se concretizando uma visão cada vez mais maniqueísta que apontava apenas as ineficiências e problemas do modelo socialista.

Contudo, imagens negativas sobre os governos identificados com o marxismo sempre estiveram presentes no jornal. Os governos marxistas eram associados à mentira e manipulação. O recurso de associar o marxismo a uma utopia irrealizável, prometedora do paraíso, mas cuja prática efetiva passaria por uma inexorável manipulação da realidade a fim de esconder o inferno terrestre, era uma estratégia muito utilizada nos discursos do diário. Para *El Mercurio*, os marxistas usavam a noção de “transição ao socialismo” como forma de manipulação ideológica. Destarte, segundo o jornal, por meio da ideia de que os regimes eram transitórios, buscava-se justificar as mazelas sociais e as disparidades de condições de vida entre o trabalhador comum e a burocracia governamental; mas que, na verdade, a ideia de transição, momentânea e necessária, ocultaria a dicotomia entre realidade e utopia, entre prática concreta e teoria: “La URSS hizo su revolución hace 58 años, pero el ciudadano soviético no conoce la libertad que anunciaron Marx y Engels ni el nivel de vida que gozan sus contemporáneos oprimidos de Estados Unidos o Francia.”; completando:

Cuando Stalin purgaba físicamente, por centenas de miles, a sus súbditos, lo hacía para proteger la transición al socialismo. Cuando Fidel Castro reduce el nivel de vida cubano al mínimo compatible con la subsistencia está construyendo el socialismo. Cuando Vuskovic [Pedro Vuskovic, ministro da Economía] liquidó el mecanismo de producción y distribución de Chile fue para iniciar la transición al socialismo.⁴⁴⁸

Novamente aparece a ideia de que o povo no comunismo seria um mero “súdito” do Estado, à mercê dos desígnios de seu novo czar, que vivia em opulência, contrastada pela miséria popular. As denúncias aos privilégios burocráticos ajudavam a construir a imagem da hipocrisia comunista: “Brezhnev tiene cinco o seis autos de lujo, pero el moscovita medio sueña con un modesto Fiat”.⁴⁴⁹ Esse conjunto de imagens sobre o comunismo era então associada à própria UP, na tentativa de desqualificar o discurso democrático do governo, indicando que a “transição ao socialismo” pretendida pela UP seria uma cantilena demagógica e teria como objetivo final a estratégia comunista de sempre: o controle total do poder.

A “violência marxista” era um tema frequente que perpassava muitas das associações que o *El Mercurio* fazia entre o governo e os setores mais radicais das esquerdas. Algumas vezes, os males típicos que o anticomunismo inferia aos seus inimigos eram explicitados em

⁴⁴⁸ En transición al socialismo. *El Mercurio*, Santiago, 11 jul. 1973, p. 3.

⁴⁴⁹ Idem.

manchetes com uma base bastante sensacionalista, principalmente em momentos de aguda polarização.

Assim, por exemplo, na edição de 22 de agosto de 1973, *El Mercurio* informava que seis membros da juventude do PN haviam sido gravemente feridos e um deputado golpeado em um conflito no centro de Santiago. Segundo o jornal, por volta do meio dia, um grupo de jovens do PN fazia um “desfile” pelas ruas do centro da capital com o objetivo de “exigir respeito a las mujeres dos transportistas” (nesse momento ocorria uma nova paralisação dos donos de empresas de transporte contra o governo), quando foram agredidos por “brigadas comunistas”. Os jovens do PN teriam então atacado com pedradas a sede do PC. Com a chegada dos carabineiros, que reprimiram a manifestação, os jovens se dispersaram pelas ruas vizinhas e foram então “baleados por elementos extremistas”.⁴⁵⁰ Na matéria, o jornal não dá nenhuma informação sobre fontes que pudessem confirmar a autoria dos disparos ou se alguém foi preso na ação. Já *La Nación* noticiou o caso como uma resposta popular a “brutalidad fascista”, informando que o jovem da foto, caído no chão, Jaime Leppe Fernández, foi “victima de los sucesos provocados el día de ayer por los dementes fascistas que, fracasadas sus acciones, buscaron el enfrentamiento con los trabajadores. Estos demostraron que no se dejarán pisotear.”⁴⁵¹ A manchete da capa dessa edição de *El Mercurio*, bastante expressiva para ilustrar o tema da “violência marxista”, afirmava em grandes letras que ocupavam uma linha inteira: “sangriento baleo marxista” (figura 12):

⁴⁵⁰ *El Mercurio*, Santiago 22 ago. 1973, p. 1.

⁴⁵¹ *La Nación*, Santiago, 22 ago. 1973.

Figura 12



El Mercurio, 22 ago. 1973, p. 1.

Abaixo da manchete, um pungente instantâneo de um jovem caído de costas (identificado pelo jornal como um integrante da juventude do PN) sendo auxiliado por três outras pessoas.⁴⁵² E desse modo há inúmeros exemplos nas páginas de *El Mercurio* de como a “violência marxista” parecia tornar-se quase um ente corpóreo, a típica encarnação do mal, sempre à espreita, esperando a oportunidade de realizar sua vocação maléfica.

Nos últimos meses de 1973, o jornal não só alertava para o perigo da infiltração comunista nas Forças Armadas, mas também desenvolvia um imaginário de medo em torno da possibilidade de uma guerra civil causada pelos comunistas. Isso em resposta as próprias acusações feitas por setores da UP, principalmente pelo PC, que afirmavam que a direita, com ajuda da imprensa, preparava uma guerra civil no país, algo que *El Mercurio* chamou de “campaña del terror”⁴⁵³.

Para tentar fundamentar seus temores, *El Mercurio* passou a publicar trechos extraídos de obras clássicas do marxismo, visando demonstrar que a guerra civil era inerente à estratégia comunista. Destarte, em junho, várias edições deram destaque a uma coluna chamada “Textos comunistas sobre la Guerra Civil”, publicadas na capa do *tercer cuerpo*. Em 3 de junho, por exemplo, se afirmava:

⁴⁵² *El Mercurio*, 22 ago. 1973, p. 1.

⁴⁵³ Fracasa campaña del terror. *El Mercurio*, Santiago, 6 jun. 1973, p. 3.

Los partidos totalitarios siempre han utilizado ampliamente la intimidación como arma política, tanto para conquistar el poder como para mantenerse firmemente en él. La experiencia soviética, generalizada en la doctrina Marxista-Leninista, incluso ha legalizado el terror como instrumento de dominación política.

A esse texto introdutório seguia um parágrafo extraído das obras completas de Lênin, um comunicado escrito quatro anos após a Revolução, em que o bolchevique russo afirmava:

Formular francamente la tesis, justa desde un punto de vista político y de principios (y no sólo del estrictamente jurídico), que explica la esencia y la justificación del terror, su necesidad y sus límites. La justicia no debe suprimir el terror; prometerlo sería engañarse a sí mismo o a los demás [...].⁴⁵⁴

Evidentemente, *El Mercurio* publicava esse tipo de citação sem se preocupar com nenhum tipo de contextualização ou de situar os fragmentos no conjunto da obra desses autores. A essas ideias de Lênin, o jornal associou imediatamente qual seria a estratégia do PC no Chile: “En Chile, el Partido Comunista se encuentra en la etapa de la lucha por el poder total, y con este fin utiliza de manera multifacética una bien organizada maquinaria de intimidación política.”⁴⁵⁵

Essa estratégia de “deixar os inimigos falarem”, criando caricaturas de suas posições, foi bastante usual nos meses prévios ao golpe. Desse modo, *El Mercurio* buscava impactar a opinião pública e justificar seus próprios alertas sobre o perigo marxista, conferindo, desse modo, uma aura de verdade aos discursos do jornal. Ainda assim, buscava-se passar a impressão de que o jornal realmente estava preocupado em lidar diretamente com o pensamento dos adversários, a fim de dar uma demonstração de superioridade intelectual e moral sobre eles.

Nesse sentido, também eram publicadas partes ou mesmo textos integrais de comunicados e obras teóricas editadas pelo MIR e outros partidos da UP, os quais, geralmente, serviam de subsídio para comentários editoriais do jornal. *El Mercurio*, por exemplo, publicou trechos de uma obra teórica intitulada “La Insurrección Armada”, que acabara de ser editada no Chile pela “Ediciones El Rebelde”, editora do MIR. O livro original havia sido publicado décadas antes na URSS, e trata-se de uma análise histórica da estratégia

⁴⁵⁴ *Apud El Mercurio*, Santiago, 2 jun. 1973, p. 25.

⁴⁵⁵ *El Mercurio*, Santiago, 2 jun. 1973, p. 25.

marxista de insurreição armada⁴⁵⁶. Em *El Mercurio*, foram publicados os trechos que davam ênfase à perspectiva de divisão das Forças Armadas e da necessidade de armar os comunistas para a revolução.⁴⁵⁷

Um pilar essencial do discurso pelo qual *El Mercurio* procurou deslegitimar o governo da Allende foi a ideia de que a UP estaria preparando as bases para uma “ditadura marxista totalitária”. Dada a perspectiva da “via chilena” de transição pacífica ao socialismo e o constante discurso democrático de Allende, as formas pelas quais o antimarxismo apareceu em *El Mercurio* teve que, necessariamente, lidar com questões de complexa resolução. Um dos aspectos mais efetivos na estratégia discursiva de *El Mercurio* foi conseguir conferir certa legitimidade ao seu discurso de que a UP representava, na verdade, um projeto totalitário de poder.

Alguns setores oposicionistas, como o PN, insistiram em um discurso anticomunista mais visceral durante todo o governo.⁴⁵⁸ *El Mercurio*, de forma distinta, teve uma estratégia menos linear. O jornal foi bastante hábil em dialogar com a legitimidade alcançada pela UP, buscando inicialmente evitar um discurso mais duro que pudesse prejudicar sua credibilidade e a ampliação do espaço de diálogo político, principalmente com setores de centro. Note-se que o centro político no Chile, principalmente amplos setores das bases sociais da DC, eram simpáticos às ideias de esquerda e ao socialismo.

Não existiu em *El Mercurio* uma preocupação em precisar conceitual e teoricamente o que se entendia por totalitarismo. A noção e os valores associados ao que seria um governo totalitário foram sendo apresentadas aos poucos, em fragmentos ao longo do tempo, em geral, em contraposição à imagem do que seriam os valores considerados democráticos. Assim, conceitos como “liberdade”, “direitos constitucionais”, “cidadania”, foram sendo associados ao bom governo, enquanto seus opostos como “ditadura”, “partido único”, “poder total”, eram identificados ao “projeto marxista totalitário”. A oposição à ideia do “marxismo totalitário” era representada pelo “regime democrático”. Enquanto a “democracia” garantiria as liberdades e os direitos cidadãos, “los sistemas totalitarios, como el comunista, desconocen estas garantías ciudadanas y, en su empeño por entronizarse, introducen la violencia de la lucha de clases en la sociedad y generan graves conmociones o alteraciones del orden

⁴⁵⁶ Publicado sob o pseudônimo de A. Neuberg, essa obra, na verdade, trata-se de uma coletânea de textos de teóricos e dirigentes políticos vinculados ao Comintern (entre eles Ho Chi Minh, Tukachevsky e Piatnitski), e publicado pela primeira vez em Moscou, em 1928.

⁴⁵⁷ *El Mercurio*, Santiago, 9 ago. 1973, p. 8.

⁴⁵⁸ Cf. ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica Valdivia. Op. cit., 2008.

público”.⁴⁵⁹ Desse modo, temas como a liberdade de expressão tornaram-se elementos discursivos de relevo pelos quais *El Mercurio* denunciava uma “pressão comunista sobre a democracia”. Conforme afirmava o jornal, “la libertad de expresión es el núcleo vital del sistema y, por lo mismo, el más amenazado por los enemigos de todas las libertades públicas”.⁴⁶⁰

Por seu caráter vital, a liberdade de expressão conduziria a que “los gobiernos que aspiran a todo el poder, que no se satisfacen con una cuota del mando sino que lo desean todo, sin límites, ni críticas, ni oposiciones, vean en el ejercicio de dicha libertad un gran peligro”. O marxismo seria “el ejemplo contemporáneo más destacado de la ambición a todo el poder”, alertava-se então que “una de las señales evidentes de que el peligro comunista avanza cada día con más fuerza en nuestro país la constituyen los crecientes riesgos y atentados que soportan los medios de información [...]”. Essas ideias eram então relacionadas às ocupações de canais de televisão protagonizadas por seus trabalhadores (como ocorreu no canal 9)⁴⁶¹ e às denúncias de um suposto plano da UP de estatizar as empresas produtoras de papel, cujo propósito seria o de estrangular o acesso à matéria prima disponível para a imprensa opositora.⁴⁶²

Ao mesmo tempo em que adotava as teses do “totalitarismo marxista”, *El Mercurio*, passava a atacar um problema importante: efetivamente ainda existia um regime democrático no Chile, com um Parlamento em funcionamento, com a imprensa exercendo suas liberdades etc. Para o jornal, a UP, por mais que coexistisse com o regime democrático, promovia todo tipo de iniciativa para minar a legitimidade institucional. Ainda assim, buscava-se apontar contradições entre as anunciadas intenções de se chegar ao socialismo preservando a democracia e as possibilidades reais de sua concretização. *El Mercurio* insistia, então, que o “controle total” era uma necessidade inexorável de qualquer modelo socialista:

"La idea de socialismo siempre o casi siempre trae aparejada la idea de dictadura". El "casi" intercalado es evidentemente una concesión al caso chileno, donde se conserva todavía el respeto por el régimen de elecciones democráticas.

⁴⁵⁹ El núcleo vital del sistema. *El Mercurio*, Santiago, 1 jul. 1973, p. 3.

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ O Canal 9 pertencia a Universidade do Chile. Após o reitor da Universidade, Edgardo Boeninger, democrata-cristão, anunciar uma reorganização do canal, visando colocá-lo em oposição ao governo, os trabalhadores da emissora ocuparam suas dependências e passaram a transmitir por conta própria. Como resposta, a Universidade criou o canal 6 (sem amparo legal para tal), de modo que quando ocorreu o golpe existiam dois canais de televisão vinculados à Universidade do Chile. SANTA CRUZ, Eduardo. Op. cit., 2015, p. 169.

⁴⁶² El núcleo vital del sistema. *El Mercurio*, Santiago, 1 jul. 1973, p. 3.

Socialismo implica controles [...] Para remediar los sucesivos mercados negros, es necesario implantar mayores controles, hasta que se concluye que el socialismo sólo puede alcanzar su plena eficacia cuando ha abarcado la totalidad de la economía y ha establecido controles sobre toda las actividades del país. Lo que está sucediendo en Chile actualmente lo ratifica. La argumentación de quiénes desean explicar los fracasos de la política económica en marcha se funda siempre en que no han logrado controlar un sector suficientemente amplio de la economía. La experiencia histórica demuestra que este apellido de dominio del socialismo marxista no se aplaca nunca [...] ⁴⁶³

Algo que chamou a atenção foi que a identificação entre o comunismo e o nazi-fascismo, uma associação que é central na teoria do totalitarismo, como na obra de Hanna Arendt, não foi utilizada na linha editorial de *El Mercurio*. Embora tenha aparecido de forma sub-reptícia nas páginas do jornal uma ou outra vez. Como por exemplo, na seguinte peça publicitária de responsabilidade de *Patria y Libertad*, em que comunismo e nazismo foram tratados como sistemas idênticos:

Figura 13



El Mercurio, 8 jul. 1971.

A peça, além da afirmação “¡Comunismo = Nazismo!”, trazia frases como: “El nazismo y el comunismo son hermanos gemelos.” “El comunismo lucha por la dominación del mundo. El nazismo también lo intentó.” “El comunismo tortura y asesina

⁴⁶³ Socialismo y dictadura. *El Mercurio*, Santiago, 14 jun. 1972, p. 3.

despiadadamente a quiñes se oponen. El Nazismo también lo hizo.” “El comunismo endiosa a sus líderes. El nazismo endiosó a Hitler.”⁴⁶⁴

Apenas uma vez, no turbulento mês de junho de 1973, apareceu no jornal um texto com alguma pretensão de desenvolver de forma teórica essa associação. Foi por meio de um artigo intitulado “El Nazismo-Leninismo”, assinado pelo sociólogo Cristián Fernández Cox, escrito para a seção “tribuna”, de publicação irregular, na qual *El Mercurio* abria espaço para opinião de intelectuais. No texto ilustrado com as fotos das faces de Hitler e Stálin ladeadas, o autor procurou estabelecer uma análise dos pontos em comum que teriam a prática e a teoria do nazismo alemão e do comunismo soviético, porém sem citar nenhuma referência teórica.⁴⁶⁵ Curiosamente, a foto de Stálin, que ilustra a matéria, tem uma proporção nitidamente maior que a do ditador alemão, como pode ser visto na seguinte imagem de parte do artigo:

Figura 14



El Mercurio, 12 jun. 1973, p. 2.

Essa desproporção pode ser vista como se o jornal procurasse simbolizar que as agruras referentes ao comunismo representassem um perigo ainda maior e mais vívido, naquele momento, do que às do nazismo. Isso é interessante, pois se o texto é de responsabilidade de um autor externo ao periódico, a diagramação, todavia, era produto dos editores do jornal. Ademais, Stálin é identificado de forma acrítica ao “leninismo”, traçando uma continuidade entre o bolchevismo e o período do georgiano no poder, sem que fosse feito nenhum tipo de problematização.

O fato é que *El Mercurio* procurou evitar, em seus discursos sobre o totalitarismo, a associação entre nazismo e comunismo. Algo coerente com sua estratégia geral de não se

⁴⁶⁴ *El Mercurio*, Santiago, 8 jul. 1971, p. 8.

⁴⁶⁵ El Nazismo-Lêninismo. *El Mercurio*, Santiago, 12 jun. 1973, p. 2.

constituir apenas como um veículo de afirmação política das posições oposicionistas, tendo a pretensão também de incidir sobre os setores de centro, em que havia um número considerável de indivíduos que ainda apoiavam ou eram simpáticos ao governo.

Sobre esse tema, o filósofo italiano Domenico Losurdo, apresenta uma incisiva crítica ao conceito de totalitarismo, e as aproximações entre os regimes soviético e alemão. De acordo com ele, a noção de totalitarismo sofre de uma inconsistência metodológica ao procurar estabelecer comparações entre aspectos abstraídos de forma arbitrária de uma realidade complexa, ao mesmo tempo em que são ignorados elementos distintivos e fundamentais entre as sociedades estudadas, seja na dimensão teórica que informam as direções políticas desses Estados ou no seu desenvolvimento histórico concreto. Além disso, Losurdo aponta uma motivação de caráter ideológico liberal, que não apenas inspira e incentiva as teorias sobre o totalitarismo, como também se utiliza dessa noção para embasar suas propagandas contra o comunismo. Nos limites deste trabalho, não é possível reconstruir a completa argumentação de Losurdo, por isso, destacamos sua conclusão:

O defeito fundamental da categoria de totalitarismo é transformar uma descrição empírica, relativa a certas categorias determinadas, numa dedução lógica de caráter geral. Não há dificuldades em constatar as analogias entre URSS staliniana e Alemanha nazista; a partir delas, é possível construir uma categoria geral (totalitarismo) e sublinhar a presença nos dois países do fenômeno assim definido; mas transformar esta categoria na chave de explicação dos processos políticos verificados nos dois países é um salto assustador. Sua arbitrariedade deveria ser evidente, por duas razões fundamentais. Já vimos a primeira: de modo sub-reptício as analogias que subsistem entre URSS e Terceiro Reich quanto à ditadura do partido único são consideradas decisivas, ao passo que são ignoradas e removidas as analogias no plano da política eugênica e racial, que permitiriam instituir conexões bem diferentes.

Quanto à segunda razão, mesmo se concentrarmos a atenção sobre a ditadura do partido único nos dois países geralmente postos em confronto, por que remeter à afinidade de suas ideologias antes que à semelhança das situações políticas (o estado de exceção permanente) ou ao contexto geopolítico (a particular vulnerabilidade) que os dois países tinham de enfrentar? Parece-me evidente, em vez disso, que como fundamento do fenômeno totalitário, juntamente com as ideologias e as tradições políticas, age poderosamente a situação objetiva.⁴⁶⁶

⁴⁶⁶ LOSURDO, Domenico. Crítica ao Conceito de Totalitarismo. In: *Crítica Marxista*, São Paulo, UNICAMP, n. 17, 2006, p. 76. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica17-A-losurdo.pdf> acesso em 6 dez. 2017.

A partir de 1973, era comum *El Mercurio* dar grande espaço para noticiar falas de parlamentares no Congresso sobre o “perigo totalitário”. Como na matéria intitulada “Declaró Sergio Diez [PN] en el Senado: gobierno trata de imponer marxismo con totalitarismo”⁴⁶⁷. Em geral, publicavam-se longos trechos dessas declarações com comentários adicionais feitos pelo jornal. Era comum também os próprios parlamentares se referirem a editoriais e matérias publicadas em *El Mercurio* em seus discursos. Assim, imprensa e setores da oposição no Parlamento atuavam numa via de mão dupla, dando credibilidade e relevo aos seus discursos e massificando suas visões de mundo, imaginários e ideologias.

Outro bom exemplo de como *El Mercurio* incorporava aspectos conjunturais ao seu repertório antimarxista, a fim de desenvolver a imagem do perigo totalitário, foi durante a greve da mina de *El Teniente*. Em editorial, *El Mercurio* analisava a “batalha dos mineiros” afirmando que a resistência dos trabalhadores da mina — frisando que contavam com grande apoio da população — tinha um “carácter de símbolo” na luta contra o totalitarismo. Ressaltava-se que o governo pretendia aniquilar o sindicalismo livre ao intervir nos sindicatos da região, forma repressiva de criar um novo “organismo sindical controlado por el marxismo”, isso porque o governo não teria “contemplaciones con los que combaten sus inclinaciones totalitarias”.⁴⁶⁸ Como se vê, o discurso não é apenas em referência aos setores comunistas do governo, buscava-se identificar toda a UP com a imagem de um projeto totalitário.

Já nos meses prévios ao golpe, em meio à intensa polarização que dividia o país, *El Mercurio* assumiu abertamente o discurso de qualificar a UP como um projeto de poder totalitário, já sem grandes preocupações com mediações ou considerações à estratégia democrática da “via chilena”. Desse modo, em uma boa síntese do que seria totalitarismo para o jornal, se afirmava:

El objetivo real de los partidos de la Unidad Popular es la obtención del poder total, que significa la destrucción de todas las instituciones que caracterizan a la democracia y su reemplazo por otras que están gobernadas desde el centro del poder: el partido único de la revolución que puede tomar diversos nombres [...] El objetivo está claro: el socialismo marxista-leninista y éste es un sólo. [...] Los estrategos de la Unidad Popular han decidido aumentar su poder para tomar el control total del país; las concesiones se harían de este modo cada vez más breves y los ataques a la institucionalidad más duros. La ofensiva de la Unidad Popular sigue vigente porque el fin

⁴⁶⁷ *El Mercurio*, Santiago, 4 jun. 1973, p. 23.

⁴⁶⁸ La Batalla de los Mineros. *El Mercurio*, Santiago, 14 jun. 1973, p. 3.

último sigue siendo el mismo: la implantación en Chile de un régimen dictatorial marxista [...] ⁴⁶⁹

Em meados de 1973, o impacto do imaginário em torno do perigo da ditadura comunista pode ser constatado na eleição da nova direção da DC que levou Patricio Aylwin à presidência do partido. Aylwin, refratário aos acordos com a UP, foi eleito com a tese de que o maior perigo naquele momento era o avanço da ditadura marxista no Chile. Essa postura triunfou com 55% dos votos sobre a tese que sustentava que o principal problema do país tinha outra natureza: a anarquia promovida pelo caos e o descontrole social.⁴⁷⁰ Como estamos demonstrando, *El Mercurio*, contribuía cotidianamente para promover essas duas perspectivas.

A noção de “totalitarismo”, portanto, era dia após dia associada à prática política e à estratégia da UP. A perspectiva democrática do governo era eclipsada por um discurso que procurava homogeneizar o campo das esquerdas a partir do suposto perigo totalitário, usando a construção imagética que conferia a UP uma estratégia de ruptura institucional com o objetivo de alcançar o “marxismo totalitário”. A conjuntura de extrema polarização, as crises econômicas, a violência política amplificada nos noticiários, o temor nos quartéis de uma “infiltração marxista”, contribuía para a credibilidade do discurso de *El Mercurio*. Desse modo, o antimarxismo no jornal foi um aspecto essencial em sua estratégia de oposição ao governo e de buscar deslegitimar a “via chilena”.

3.2 *La Nación* e o discurso revolucionário: a afirmação do Chile socialista

Se o tom das publicações de *El Mercurio* era permeado por um incisivo antimarxismo, em *La Nación*, de forma oposta, a noção de revolução socialista orientava sua linha editorial. Em relação a isso, embora compartilhasse muitas visões e perspectivas em comum com outros atores da UP, o jornal apresentou concepções peculiares sobre a revolução chilena. Destarte, ao longo dos anos, a noção de que o país vivia uma revolução que enxergava no horizonte a construção de uma sociedade socialista era um aspecto constante e orientador dos discursos de *La Nación*.

⁴⁶⁹ Doble táctica de la Unidad Popular. *El Mercurio*, Santiago, 10 jun. 1973, p. 3.

⁴⁷⁰ VALENZUELA, Arturo. Op. cit., p. 152.

Mas quais as características deveriam assumir a revolução chilena? Qual o modelo a seguir? Que valores identificados com a transformação revolucionária eram ressaltados? São algumas questões que nortearão nossa análise do jornal sobre esse tema.

No Chile do início dos anos 1970, a noção de revolução era um importante legitimador dos projetos políticos das esquerdas. Os mil dias da unidade popular, como afirma Julio Pinto Vallejos, estiveram marcados pela expectativa da realização da “revolução socialista”. No programa e na prática política, os discursos em torno da ideia de revolução estiveram presentes nos enunciados de todos os setores da UP, dando origem a acalorados debates sobre como fazê-la e qual seria seu caráter.⁴⁷¹

Debates que acabaram por suscitar uma série de ambiguidades. Até que ponto a ideia de “revolução” assumida nos discursos políticos não levava, em si, a uma percepção de que o governo da UP estaria associado à dinâmica das revoluções socialistas identificadas ao bolchevismo e à estratégia insurrecional de quebra da institucionalidade? Como afirma Tomás Moulian, o governo da UP deu origem a práticas e estratégias políticas tão heterogêneas que muitas vezes a atmosfera política do período dava a impressão de que se vivia uma “revolución a secas”; ou seja, uma revolução de viés tradicional, inspirada na tomada do poder do Estado a partir da mobilização e radicalização das massas.⁴⁷²

Evidentemente, tal atmosfera não era fruto apenas de uma construção discursiva: as práticas de poder popular, a intensa radicalidade política em determinados conjunturas, os desdobramentos das profundas mudanças estruturais — como as nacionalizações e a reforma agrária — indicavam que, de alguma forma, estava em curso um processo que levava a “via chilena” para além das pretendidas sendas institucionalizadas. E o discurso revolucionário acabava por retroalimentar a própria radicalização do processo. Ao mesmo tempo, a estratégia do governo buscava conferir à ideia de revolução outro significado, calcado na necessidade de uma moderada marcha de transformação social, a ser realizada em completo respeito à institucionalidade. A própria insuficiência das formulações teóricas sobre a via escolhida, associada às dificuldades de se conciliar revolução e moderação política, acabava por alimentar ambiguidades e contradições.

Em *La Nación* essas ambiguidades se expressaram a partir do eclético uso dos mais variados referenciais teóricos, como veremos. Além do mais, o jornal contribuía para massificar a própria ideia de que o Chile vivia uma revolução, ao também reproduzir trechos dos discursos do próprio Allende. Isso, pois, “revolução” e “governo revolucionário” eram

⁴⁷¹ PINTO VALLEJOS, Julio. Op. cit., p. 10.

⁴⁷² MOULIAN, Tomás. Op. Cit., 2005, p. 35.

termos frequentes nos comunicados presidenciais e nos impressos políticos dos diferentes partidos das esquerdas.

Desse modo, já nos primeiros meses de governo, era comum em *La Nación* manchetes de capa como a da sua edição de 17 de junho de 1971, que em letras garrafais, afirmava: “Somos un gobierno revolucionario”. Em uma tipografia com caracteres menores, acima da manchete, informava-se que essa havia sido uma frase dita por Allende na véspera em um discurso no centro de Santiago.⁴⁷³ Essa foi uma estratégia recorrentemente usada pelo jornal: transformar em sua manchete uma frase de algum dirigente da UP, principalmente de Allende, mas também, ocasionalmente, de Carlos Altamirano. Um leitor menos atento, ou olhando de certa distância o jornal em uma banca de revista, talvez percebesse a frase como de autoria do próprio diário.

Em um editorial assinado por Oscar Waiss o jornal esclarecia sua visão de revolução e de marxismo, desenvolvendo a ideia de que a revolução chilena seria “larvada”; um processo que preparava a metamorfose do casulo em uma “crisálida”. Buscava-se, assim, enfrentar as acusações de que a “via pacífica” abandonava por completo a perspectiva revolucionária, ao referir-se às críticas feitas pelo setor *rupturista*:

[...] son legítimas tendencias, pues el marxismo es, por encima de todo, vida. El proceso social es dinámico, sorpresivo, a ratos desconcertante. Y El marxismo no es un dogma, sino un guía para la acción. No establece esquemas muertos, sino orientaciones fundamentales. Saber reconocerlas es lo que diferencia a un marxista revolucionario de un charlatán desorientado.

O editorial prossegue tratando da questão da violência revolucionária e qualificando as transformações estruturais pelas quais o Chile passava como “cambios sin duda alguna revolucionarios”. Todavia, apontava-se a perspectiva de polarização e acirramento futuro:

No hemos renunciado, los socialistas chilenos, a la revolución. Ya dicho muchas veces Salvador Allende que este es un gobierno revolucionario. [...] No me ilusiono pensando que este derrotero seguirá como hasta hoy tranquilo y pacífico. Estoy seguro de que llegará un momento en que el enemigo de clase intentará una resistencia desesperada.

Si hablo de revolución "larvada" es porque ella permanece, en sus expresiones clásicas, esperando el momento de transformarse en crisálida. Nadie ha renunciado a la revolución y en el hecho la estamos haciendo. [...] Y existe lo que pudiera llamarse la "economía de violencia" reconocida por

⁴⁷³ *La Nación*, Santiago, 17 jun. 1971, p. 1.

Marx y por Engels, como también por Lênin en "El Estado y la revolución".⁴⁷⁴

Note-se que era bastante comum, em editoriais do jornal, o uso de textos clássicos do marxismo como aspecto legitimador de suas posições. Marx, Engels e Lênin eram as principais referências. Entretanto, a referência à obra *O Estado e a Revolução* de Lênin por parte de Waiss, que foi feita em mais de uma ocasião, merece uma reflexão especial, uma vez que a associação dessa ideia de “revolução” gradual e sistêmica com a perspectiva de Lênin e sua particular concepção de Estado nos parece bastante problemática. Ressalve-se também que Waiss está aqui reproduzindo um sentido de revolução que é compartilhado tanto por Allende como parte dos gradualistas, mas ao mesmo tempo não deixa de, ambigualmente, tentar conciliá-la com aspectos que são próprios da ideia de revolução do tipo rupturista.

Desse modo, Waiss busca se apoiar em Lênin para justificar a ideia de uma revolução “larvada”, gradual. Entretanto, na obra citada, mas também no sentido geral de sua concepção, o revolucionário russo demarca uma visão bastante clara do que ele entende por revolução: “A revolução consiste em que o proletariado destrua o ‘aparelho administrativo’ e todo o aparelho de Estado, substituindo-o por um novo constituído pelos trabalhadores armados”.⁴⁷⁵

Portanto, para Lênin, a revolução seria a tomada do poder que originaria um novo Estado, não um processo de acúmulo de forças para um golpe final em um futuro incerto. Essa é a tese central de *O Estado e a Revolução*, escrito que teve a intenção de polemizar tanto com as concepções anarquistas, que não enxergavam a necessidade de um estado como meio de transição pós-capitalista, quanto com as teses de Karl Kautsky e Eduard Bernstein — autores que tiveram grande influência na social-democracia alemã, mas também na Rússia, no final do século XIX e início do seguinte. Cada qual a sua maneira, Kautsky e Bernstein apresentaram concepções do uso gradual da república parlamentarista como instrumento de transição ao socialismo. Aliás, o que indica que muitos dos aspectos da “via chilena” — assim como as concepções da “via pacífica” do PC soviético, elaboradas no XX Congresso do PCUS—, não eram, do ponto de vista teórico, propriamente inovadoras, embora trouxessem novas particularidades e adaptações conjunturais.

Desse modo, com seu estilo visceral e pouco complacente, Lênin é bastante enfático ao responder a perspectiva de Kautsky, que advogava a possibilidade de se chegar ao

⁴⁷⁴ Una revolución “Larvada”. *La Nación*, Santiago, 18 jul. 1971, p. 3.

⁴⁷⁵ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução*: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 142.

socialismo por meio da eleição de um governo “favorável” ao proletariado, que significaria uma etapa de acúmulo de forças, visando um futuro “Estado revolucionário”:

A essência da questão está em saber se a velha máquina do Estado (ligada à burguesia por milhares de fios e impregnada até a medula de rotina e inércia) será mantida ou se será *destruída* e substituída por uma *nova*. A revolução deve consistir não que a nova classe comande e administre com a ajuda da *velha* máquina de Estado, mas em que ela *quebre* essa máquina e comande, administre, com a ajuda de uma máquina *nova* — é essa *ideia fundamental* do marxismo que Kautsky escamoteia ou da qual não entendeu nada.⁴⁷⁶

A própria perspectiva de Waiss que via o processo revolucionário chileno como uma espécie de etapa de acumulação de forças para enfim dar vida a uma transformação qualitativa, o “casulo transformando-se em crisálida”, é algo também bastante problemático de se conciliar com os escritos de Lênin. Ao criticar Kaustky, que estaria de acordo em “lutar por um deslocamento das relações de forças no interior do poder do Estado” para a “obtenção da maioria no parlamento e a elevação do parlamento à condição do senhor do governo”, Lênin afirmou:

[...] todo o proletariado consciente estará conosco na luta não por uma “modificação de relação de forças”, mas pela derrubada da burguesia, pela destruição do parlamentarismo burguês, por uma república democrática do tipo da Comuna ou uma república dos soviets de deputados operários e soldados, pela ditadura revolucionária do proletariado.⁴⁷⁷

Independentemente do juízo que possa ser feito das teses de Lenin, aqui se deseja ressaltar que a esquerda chilena, em geral, tinha grandes dificuldades para desenvolver uma teoria da revolução que prescindisse do uso legitimador de obras do marxismo. Obras que apontam, muitas delas, claramente para uma perspectiva bastante diferente da adotada pela “via chilena” tal como defendida por Allende.

Ressalte-se que há certa crítica, principalmente de autores de tradição liberal, que busca identificar a perspectiva de ditadura do proletariado de Lênin com a supressão total das próprias formas de democracia, principalmente ao tentar reduzir e identificar o pensamento de Lênin às formas sócio-políticas que foram desenvolvidas nas URSS, sobretudo no seu período staliniano. A já referida concepção de totalitarismo de Hanna Arendt é uma delas. Algo que nos parece passível de crítica.

⁴⁷⁶ Idem. [grifos do original]

⁴⁷⁷ Ibidem, p. 146. [grifos do original]

No plano teórico, Lênin concebe a ditadura do proletariado como uma forma superior de democracia, uma vez que estaria constituída por espaços de efetiva participação e do controle do aparato estatal exercidos pelas classes populares, algo que acabou não se concretizando, de forma duradoura, na Rússia revolucionária. Ademais, a ditadura do proletariado era entendida como uma democracia de tipo superior, uma vez que a crítica marxista qualifica a “democracia burguesa” com expressão do domínio do capital sobre a política, com ampla restrição de participação não só na própria estrutura governamental, mas também à liberdade de imprensa, que seriam mediadas e condicionadas pelo poder econômico. O modelo soviético seria então uma oposição a essa “ditadura da minoria”, qualificada como “democracia”. Todavia, para Lênin, o processo de superação do “parlamentarismo burguês” não se resumiria a um “alargamento da democracia já existente”:

Mas a ditadura do proletariado, isto é, a organização de vanguarda dos oprimidos em classe dominante para o esmagamento dos opressores, não pode limitar-se, pura e simplesmente, a um alargamento da democracia. *Ao mesmo tempo* em que produz uma considerável ampliação da democracia, que se torna pela *primeira vez* a democracia dos pobres, a do povo, e não mais apenas a da gente rica, a ditadura do proletariado acarreta uma série de restrições à liberdade dos opressores, dos exploradores, dos capitalistas. Devemos reprimir sua atividade para libertar a humanidade da escravidão assalariada, devemos quebrar sua resistência pela força [...]⁴⁷⁸

Isso é relevante, pois diferentemente do que afirma Waiss, não há no pensamento de Lênin uma centralidade da busca pela “economia da violência”. Se a violência não é assumida como uma condição desejável, ela tampouco é tratada como imprescindível. No pensamento de Lênin, o uso da violência é a única forma de se contrapor à inevitável resistência das classes dominantes à efetivação por parte do proletariado de seu programa socialista. Aqui não se trata, portanto, propriamente da violência em relação à tomada do poder: o sentido essencial da violência revolucionária em Lênin tem a ver com a subjugação da resistência da classe possuidora na luta contra a perda de seus privilégios e, assim, da necessidade de derrotar o inimigo de classe de forma violenta, uma vez que a classe dominante estaria disposta a usar todos os recursos a seu dispor na luta pela manutenção de suas riquezas.

Essa questão também é importante uma vez que a obra de Lênin era um referencial de grande influência entre os setores rupturistas, mas também reivindicada, em termos mais genéricos, como afirma Tomas Moulian, por praticamente todos os partidários da ideia de revolução, à exceção de Allende e de alguns setores do PS. Dessa forma, as ambiguidades em

⁴⁷⁸ Ibidem, p. 114.

torno da ideia de “revolução”, expressa tanto pelas diferentes organizações da UP, mas também nas páginas de *La Nación* — considerando que a posição editorial do jornal coexistia, em certos momentos, com as concepções expressas pelo setor rupturista —, tem muito a ver com a própria teoria política que informava as esquerdas chilenas da época.

Todavia, é necessário ressaltar que, posteriormente, muitos autores marxistas problematizaram algumas dessas concepções de Lenin, sobretudo em relação ao Estado. Nesse sentido, Gramsci distingue duas dimensões pelas quais ocorrem os embates de hegemonia e as relações de dominação de classes na sociedade capitalista. A primeira é a sociedade política, instituições por meio das quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência (como as Forças Armadas, e o aparato policial e judicial responsável pela imposição e aplicação das leis). A sociedade política coincide, grosso modo, com a própria concepção de Estado de Lenin em suas análises sobre a Rússia czarista. Nas palavras de Gramsci, a sociedade política é o “aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’”.⁴⁷⁹

A outra dimensão é a sociedade civil, uma complexa rede de instituições responsáveis pelas disputas de concepções de mundo, com funções educacionais e ideológicas, compreendendo o sistema escolar, os meios de comunicação, os sindicatos, as igrejas, os partidos políticos etc. Gramsci aponta a existência de complexas relações de disputas na sociedade civil, com a luta de classes passando a ter como terreno essencial os aparelhos privados de hegemonia, ganhando centralidade a luta pela direção político-ideológica e a formação de consensos. Essas concepções de Gramsci, ao longo do tempo, foram apropriadas de distintas maneiras, servindo tanto para justificar posições de caráter essencialmente reformista, como nas formulações do eurocomunismo, como na revitalização de outras estratégias que apontavam para a viabilidade da insurreição revolucionária, principalmente em torno da ideia de crise orgânica.⁴⁸⁰ O curioso é que o próprio Gramsci era pouco lido pelas esquerdas chilenas da época⁴⁸¹.

⁴⁷⁹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, v. 2, p. 21.

⁴⁸⁰ Sobre isso ver HIRSCH, Joachim. *Teoria materialista do Estado*. Rio de Janeiro, Revan, 2010; ANDERSON, Perry. *Las antinomias de Antonio Gramsci: Estado y revolución en Occidente*. Barcelona: Fontamara, 1981; DAL MASO, Juan. *El Marxismo de Gramsci*. Notas de lectura sobre los Cuadernos de la cárcel. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2016.

⁴⁸¹ Segundo Alberto Aggio, a0020lém de Marx e Engels, as experiências da social-democracia alemã, do bolchevismo, e de novas perspectivas do marxismo e da chamada “nova esquerda” (como Sartre e Marcuse) exerceram influência no período: principalmente Lenin e Trótski, em relação ao modelo cunhado pela Revolução Russa; Rosa Luxemburgo e Kautsky, em relação à social-democracia alemã; e também autores relacionados às experiências maoísta, iugoslava, do guevarismo e do castrismo. Segundo Aggio, Gramsci era um autor pouco conhecido no Chile, cujas referências eram encontradas esparsamente em alguns textos. AGGIO, Alberto. Op. cit., p. 155.

Contudo, é nítido que no Chile a teoria marxista de “revolução” nunca deixou de estar, de alguma forma e em alguma medida, bastante identificada à ideia da quebra do Estado, do assalto violento ao poder e da constituição de um poder alternativo ao velho Estado de tipo parlamentar. Para Julio Pinto Vallejos, porém, na prática, o setor gradualista afastou-se da ortodoxia leninista com base na argumentação de que o funcionamento democrático das instituições chilenas outorgava uma suficiente flexibilidade para permitir que se defendesse a ocupação de alguns de suas instituições em benefício das classes populares, com a perspectiva de pacificamente ir se afastando do poder estatal, ao longo do processo, os inimigos de classe.⁴⁸²

Em *La Nación*, por mais que fossem reafirmados os postulados de uma revolução democrática, reivindicava-se também, de forma contraditória, elementos da teoria marxista associados ao bolchevismo e a própria Revolução de outubro. Em editoriais e outros textos, Marx, Engels e Lenin eram bastante citados como legitimadores das análises teóricas e conjunturais. São principalmente esses autores que o jornal reconhece como intérpretes da teoria socialista e que outorgavam sentido às práticas políticas da UP.

Ao se referir à ideia de revolução, valores como sacrifício, ordem, pátria e nação eram recorrentes em *La Nación*. A noção de “batalha da produção”, forma pelo qual o governo buscava estimular os trabalhadores a produzir o máximo possível, contribuindo para debelar a crise econômica, sintetiza bem esses valores. Nesse sentido, tudo que era identificado como contrário à ideia de uma revolução ordeira e subordinada ao Estado democrático de direito era visto com ressalvas. As ocupações de fábricas e instalações produtivas, greves e paralisações, por exemplo, eram desestimuladas por Allende, ao mesmo tempo em que o discurso centrava-se em identificar o governo aos interesses da classe trabalhadora:

Siempre he sostenido que mi Gobierno, el de la Unidad Popular, es el Gobierno de los Trabajadores, no el de los empresarios. Es ahora cuando mi Gobierno demuestra con qué clase social se identifica, cuando hay que pronunciarse a favor o en contra de que la clase trabajadora sea dueña de las empresas fundamentales del país. [...]

Debo insistir en lo que tantas veces he dicho: solo un pueblo disciplinado, organizado y consciente, afianzará la revolución y la hará progresar. Debo insistir en que hay que estudiar más, en que hay que trabajar más y producir más, para lo cual es fundamental la disciplina. Los militantes y simpatizantes de la Unidad Popular no pueden prestarse a participar en tomas de edificios,

⁴⁸² PINTO VALLEJOS, Julio. Op. cit., p. 29.

oficinas, caminos casas o predios agrícolas. No puede aceptarse la interrupción del trabajo, ni realizar tareas políticas en las horas de labor.⁴⁸³

Tais ideias eram muito presentes em *La Nación*, a luta popular deveria ser feita com trabalho, disciplina, responsabilidade e ordem:

La opinión pública exige, en su inmensa mayoría, que todas las fuerzas del país se pongan en trabajo. [...] Las fuerzas democráticas de Chile reclaman con urgencia el retorno a la normalidad social, a la disciplina nacional y a la más amplia responsabilidad en el trabajo fecundo y creador, únicas vías posibles para el despegue del país y en cumplimiento de sus grandes metas de desarrollo. [...]

El Estado tiene el poder suficiente para imponer el orden, y las fuerzas renovadoras de la patria son plenamente conscientes de su histórica responsabilidad [...] de empujar con vigor el carro de la vitoria nacional y popular.⁴⁸⁴

O recurso ao apelo à ordem e a imagem de um carro nos trilhos é a junção perfeita da ideia de uma “via pacífica e institucional” com a reconfortante chegada futura à estação do socialismo; para lá ruma o povo ordeiro, trabalhador, consciente de sua abnegada luta. Nota-se, aqui, que na concepção de Allende o Estado torna-se o principal sujeito do processo revolucionário, isso mesmo o Estado chileno não sendo controlado pelos socialistas, que ocupavam somente uma parcela do poder.

A centralidade de valores como “ordem” e “disciplina” no trabalho, ademais, guardam certos pontos de contato com os discursos ideológicos da própria direita e da concepção liberal. O horror diante das fábricas ocupadas e das paralisações e greves de “caráter político” eram lugares comuns do arsenal discursivo da imprensa oposicionista, como visto em *El Mercurio*. A grande virtude valorizada é o trabalho, seu inverso é associado à preguiça, falta de comprometimento, desordem. Há uma valorização da ideia de que a atividade essencial humana é sua condição produtiva. O trabalhador, nessa concepção liberal, é visto como um componente de uma maquinaria social em marcha, direcionada ao progresso, sua ação política geral é percebida como desvinculada do espaço fabril e de sua própria condição de ser trabalhador. Esse último ponto, todavia, difere-se, em alguma medida, da forma como o governo tentava estimular formas de participação política nas empresas, mas mesmo assim esse estímulo acabava por se inserir em uma lógica produtivista; ou seja, o aspecto político

⁴⁸³ ALLENDE, Salvador. El dilema de Chile: los intereses de Chile o los del capital extranjero. Alocución por radio y televisión. Santiago, 10 jul. 1972. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/allende/1972/julio10.htm>>, acesso em 5 dez. 2017.

⁴⁸⁴ Tiempo de trabajo. *La Nación*, Santiago, 12 ago. 1973, p. 1.

essencial do ser trabalhador não estaria conectado a sua participação geral na política, mas em seus esforços e criatividade no espaço fabril, em suporte à “batalha da produção”.

Nessa perspectiva, a noção de luta de classes é, até certo ponto, secundarizada. Os “grandes burgueses”, referidos quase sempre por *La Nación* pela pejorativa expressão popular “momios”, são vistos como a encarnação das forças reacionárias, mas sua derrota seria expressão da aplicabilidade da ordem institucional, distantes de qualquer insurreição e do protagonismo efetivo das massas populares. A mobilização popular torna-se um elemento auxiliar no protagonismo político estatal. O Estado passa a ser o local por excelência de mediação dos conflitos. A moderação é enfatizada, recorre-se à “disciplina”, “la revolución implica entrega y sacrificio”, como dizia uma manchete de capa em agosto de 1973, que se referia a um discurso de Allende⁴⁸⁵. O caminho ainda é longo, por isso todos devem assumir sua responsabilidade para o triunfo final:

Nos espera aún un largo camino antes que culminen nuestras realizaciones más importantes y promisorias para el porvenir de Chile. Es hora, entonces, de que cada uno asuma su responsabilidad revolucionaria, porque no están en juego simples operaciones de política menuda, sino todo un proceso que compromete hasta las raíces la consciencia nacional, la tarea revolucionaria y el triunfo de la justicia.⁴⁸⁶

Todavía, o discurso de ordem assumido nos tempos da “batalha da produção” coexiste ambigualmente com denúncia da violência da classe dominante chilena, da descrição da natureza beligerante das forças burguesas, e dos limites da estratégia advindas do próprio debate democrático. Assim, em editorial, *La Nación* afirmava:

[...] la distorsión permanente de nuestra realidad política, social y económica, no son el fruto del subjetivismo de clase ni pueden abonarse al Gobierno popular, sino que son actitudes y acciones lógicas de validez universal cuando la burguesía comienza a perder definitivamente sus posiciones y privilegios.

Resulta inútil tratar de convencer al enemigo del desarrollo del país, de su progreso, del bienestar de sus hijos, poniendo a tu disposición nuevas formas de vida que impliquen de una vez justicia para todos, libertad para todos y paz para todos.⁴⁸⁷

Valores como pátria, nação, sacrifício e vontade revolucionária surgiam no jornal, também, bastante associados às experiências dos países socialistas. A URSS era o modelo

⁴⁸⁵ *La Nación*, Santiago, 21 ago. 1973, p. 1.

⁴⁸⁶ Consciencia revolucionaria frente a la oposición. *La Nación*, Santiago, 12 mai. 1973, p. 3.

⁴⁸⁷ Idem.

menos referido, apesar da Revolução Russa sempre ter uma atenção especial no jornal. Lênin era tratado com grande deferência: “Lenin: o gigante de la revolución”, era uma das manchetes do especial sobre a revolução, publicada em novembro de 1972. Não havia destaque semelhante para nenhum dos outros líderes da revolução bolchevique.

Cuba aparecia mais em momentos festivos e na reafirmação da importância do seu projeto revolucionário, embora a perspectiva da luta armada não fosse apoiada pelo jornal. A visita de Fidel Castro ao Chile, em novembro de 1971, foi o período em que a revolução cubana ganhou mais destaque. Em geral, a linha do jornal era exaltar Cuba como um expoente de libertação dos povos latino-americanos, cujo objetivo seria similar ao chileno, porém por vias distintas:

Por otra parte, la adhesión popular a la visita del líder de la revolución cubana significará también una prueba de adhesión a los postulados de la propia revolución chilena. Cuba y Chile, por distintas vías, marchan hacia la realización de los mismos ideales. [...] quieren ambos ser independientes; quieren encontrar los caminos del desarrollo que antes estuvieron obstruidos por la acción de los monopolios nacionales e internacionales. Ambos, en suma, quieren construir el socialismo, única vía de dignidad plena para los dos pueblos que luchan por sacudirse del yugo de la explotación externa e interna.⁴⁸⁸

Essa aproximação de “ideais comuns”, todavia, dão margem a ambiguidades. Mais uma vez a ideia de uma “revolução pacífica” poderia ficar em questão, afinal, revolução não é o que fizeram os cubanos? Não é se apoderar por completo do poder estatal? O próprio Oscar Waiss, em uma coluna publicada em *La Nación*, tratou de abordar essas dificuldades. Segundo ele, a revolução cubana foi uma legítima forma de derrotar o imperialismo, mas que respondia a particularidades específicas e a correlação de forças existentes naquele país. Para Waiss, não se tratava de invalidar a teoria do foquismo como uma alternativa. A questão era que o Chile era tão revolucionário quanto Cuba, porque seguia sua própria originalidade revolucionária e Fidel não estava no país para exportar o modelo cubano:

La revolución cubana pudo triunfar y pudo caminar porque no imitó a nadie y se produjo al ritmo de una realidad peculiar, lo que Fidel sabe perfectamente [...] [Fidel] es un gran líder revolucionario de su pueblo, que viene a saludar al pueblo chileno en los momentos en que se trata de llegar a formas de vida socialistas de conformidad a nuestra propia lucha y teniendo en cuenta nuestras condiciones. Somos nosotros los que debemos responder ¿Cómo? ¿dónde? y ¿cuándo?, y no Fidel, que no viene a eso, que no te

⁴⁸⁸ La visita de Fidel Castro. *La Nación*, Santiago, 8 nov. 1971, p. 3.

interesa meterse en eso, que es demasiado inteligente, demasiado vital, para meterse en eso.⁴⁸⁹

Curiosamente, a partir de meados de 1972, foi o modelo da Coreia do Norte a ter mais incidência na linha editorial de *La Nación*. Isso se explica pela franca simpatia de Waiss ao regime de Kim Il-Sung, patriarca da dinastia que governa o Estado norte-coreano desde sua fundação em 1948 e avô do atual presidente, Kim Jong-un. Em julho de 1972, após Waiss ter visitado a Coreia do Norte, integrando uma delegação governamental,⁴⁹⁰ o jornal passou a dedicar considerável espaço para o regime norte-coreano, valorizando aspectos da ideologia Juche⁴⁹¹ em seus editoriais.

Desse modo, na edição de 9 de julho de 1972, *La Nación* publicou uma longa entrevista que o próprio Waiss fizera com Kim Il-Sung intitulada: “Líder coreano busca reunificar su patria”. Na conversa, Kim Il-Sung demonstrou bom conhecimento sobre o que se passava no Chile, analisou alguns aspectos do processo e deu um conselho a Allende: o presidente deveria, com ajuda das massas, “aplastar” as forças reacionárias que impediam o caminho ao socialismo⁴⁹². Em editorial, nessa mesma edição, assinado e enviado por Waiss de Pyongyang, analisando a “Ideia Juche”, o diretor apontou vários aspectos que sintetizam boa parte do discurso editorial de *La Nación* sobre a perspectiva revolucionária chilena, valorizando aspectos nacionalistas e patrióticos. O nacionalismo era visto como uma bandeira extremamente importante para a luta socialista dos povos oprimidos, e sua subestimação contribuiria para as forças reacionárias se fortalecerem:

⁴⁸⁹ Fidel ante la piedra inmóvil. *La Nación*, Santiago, 9 nov. 1971, p. 3.

⁴⁹⁰ Oscar Waiss, em entrevista ao escritor Jorge Jobet, que nessa época mantinha uma coluna aos sábados em *La Nación*, relatou algumas de suas impressões da viagem. Ficou bastante impressionado com o país “fabuloso”, repleto de grandes edifícios e de complexos industriais construídos em curtos períodos de tempo. *La Nación*, Santiago, 15 jul. 1972, p. 3.

⁴⁹¹ A “Ideia Juche”, palavra que em coreano significa “autossuficiência”, é a ideologia oficial do partido governante da República Popular Democrática da Coreia (RDPC) e apareceu pela primeira vez em um discurso de Kim Il Sung em 1955. Em 1962, no contexto de distanciamento entre a União Soviética e a China, o Juche se tornou a orientação política da RDPC, reafirmando a independência norte-coreana em relação aos outros países do bloco socialista e apresentando concepções para o desenvolvimento econômico nacional baseadas em uma filosofia que afirma que as massas populares seriam as “mestras” do processo revolucionário. Segundo os dirigentes coreanos, a Ideia Juche não seria apenas o marxismo-leninismo adaptado à realidade coreana, e sim uma nova ideologia, que superaria o próprio marxismo, baseada em um novo modelo na relação filosófica entre o ser humano e o mundo. ZONG IL, Kim. *Sobre La Idea Zuche*. Pyongyang: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 2002. Todavia, não é difícil constatar que o Juche acabou por ser uma ideologia nacionalista, influenciada pelo período staliniano e a concepção de “socialismo em um só país”, legitimadora de uma burocracia dinástica que controla o país de forma pouco democrática, em meio a um forte culto à personalidade de Kim Il Sung. Sobre os significados da ideologia Juche e os debates sobre a influência da URSS em sua formação ver: MYERS, Brian. The Watershed that wasn't: re-evaluating Kim Il-Sung's 'Juche Speech' of 1955, *Acta Koreana*, v. 9, n. 1, Jan. 2006. WEST, Alzo David. Marxism, Stalinism and the Juche Speech of 1955: On the theoretical De-Stalinization of North Korea. *The Review of Korean Studies*, v. 10, n. 3, set. 2007.

⁴⁹² *La Nación*, Santiago, 9 jul. 1972, p. 2.

La subestimación del nacionalismo ha sido una de las causas del lento progreso de las acciones del pueblo, ya que le ha dejado a la oligarquía una falsa bandera de patriotismo, incompatible con su conducta entreguista. Los políticos de la derecha y la prensa mercenaria [...] se han caracterizado por acusar a los trabajadores de obedecer consignas "internacionalistas", mientras con la mayor desvergüenza han regalado a los monopolios extranjeros nuestras materias primas y se han sometido en todos los terrenos a las órdenes de una gran potencia.

Chegando a conclusão que o nacionalismo deveria ocupar o primeiro plano na luta popular:

No hemos sabido oponernos a esta farsa con la debida rapidez y, aún ahora, no sabemos sacar partido de nuestra conducta diáfana nacionalista, concreta en medidas como la nacionalización del cobre [...] La propaganda popular debe colocar, en primer plano, este candente tema que es la base de movilizaciones gigantescas en otras zonas donde también se combate contra el dominio foráneo. Sacarles la careta a los "patrioterros" reaccionarios es reafirmar el nacionalismo más auténtico.

Nesse sentido, a Coreia do Norte e o Juche eram um modelo referencial e esses valores passaram desde então ao primeiro plano nos discursos do jornal:

Por ejemplo, el pueblo coreano tiene una dirección bastante clara. Kim Il Sung, líder indiscutible de su revolución, ha dicho que "la revolución no se puede exportar ni importar" [...] Agrega: "Los extranjeros no pueden hacer la revolución en lugar nuestro. El dueño de la revolución de cada país es su propio pueblo y el factor decisivo del triunfo de la revolución es también la fuerza de su propio país." El Zuche, un término que jamás habíamos entendido, y que por ser una palabra típicamente coreana resulta intraducible, no es otra cosa que la afirmación de este principio [...] ⁴⁹³

Para a perspectiva marxista, a questão nacional sempre foi um tema polêmico e problemático. Nos discursos da direita, as potencialidades das ideias de nação e pátria ocupam um lugar privilegiado para difusão de noções identificadas com a preservação da ordem e afirmação de uma unidade nacional em torno de valores conservadores e ou reacionários. No caso do nacionalismo de esquerda, ao contrário, esses valores em geral aparecem vinculados a noções como libertação nacional do jugo imperialista, justiça social, luta popular e, em alguns casos, como no Chile, na construção do socialismo.

Para Jorge Castañeda, na América Latina a esquerda buscou associar a ideia de “nação” à de “povo”: “a nação haveria de pertencer ao povo” e “não existe verdadeira nação

⁴⁹³ La revolución no se puede exportar ni importar. *La Nación*, Santiago, 9 jul. 1972, p. 5.

que não seja do povo”. O próprio desenvolvimento histórico do continente conferiu às elites uma identidade, em grande medida, vinculada ao estrangeiro, propiciando uma percepção da realidade a partir de uma região em que a dominação e a exploração das riquezas tiveram sua origem na conquista e que seguiram, com diferentes formas, sendo monopolizadas por forças externas.⁴⁹⁴ O próprio Agustín Edwards Eastman, com sua formação e cultura moldadas em grande parte no exterior, e a história empresarial de sua família, imbricada em relações com grupos empresariais estrangeiros, é um bom exemplo dessa faceta da realidade latino-americana.

A perspectiva que indica a relação entre o caráter nacionalista das lutas populares e sua conexão com ideais socialistas não é nova. Desde a consolidação na URSS da chamada teoria do “socialismo em um só país” e o desenvolvimento da estratégia de “frentes populares”, o nacionalismo tem ocupado um aspecto importante na estratégia dos partidos comunistas em muitos países. Em geral, essa perspectiva é acompanhada de uma nova estratégia em relação ao poder: uma etapa nacional-desenvolvimentista, antioligárquica e anti-imperialista que precederia a etapa propriamente dita da revolução socialista. Com isso, ampliava-se o arco de alianças, valorizando-se como aliados setores das burguesias nacionais, vistas como “progressistas e democráticas”, inaugurando, desse modo, uma época de intensa conciliação e colaboração entre setores comunistas e das classes dominantes.

De uma forma geral, essas concepções que vinculam ideias de esquerda ao nacionalismo, todavia, não estiveram isentas de críticas. Aponta-se que a noção de “luta nacional anti-imperialista” esvazia de conteúdo noções essenciais do marxismo, uma vez que as tensões entre o proletariado e os setores da burguesia nacional ficariam diluídas na “luta popular”. Assim, as ideias de “povo”, “unidade nacional”, “patriotismo” tornariam secundárias noções como “classe” e “luta de classes”. Além disso, acusa-se o nacionalismo de ser incompatível com o internacionalismo proletário e de promover alianças que levariam os governos populares a assumir, muitas vezes, uma ação política que contrariaria os próprios interesses da classe trabalhadora, tendo inclusive ações repressivas contra setores populares para garantir a continuidade da estratégia de unidade nacional.⁴⁹⁵

Como vimos, nos anos 1950, as ideias de Waiss sobre o nacionalismo estavam vinculadas à perspectiva de uma revolução continental. Todavia, em *La Nación*, o latino-

⁴⁹⁴ CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 230.

⁴⁹⁵ Para um estudo dos aspectos e formulações teóricas em torno da questão nacional e marxismo, assim como sua crítica, cf. HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do Marxismo VI. O marxismo na época da terceira internacional: da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares*. São Paulo, Paz e Terra, 1985.

americanismo deixou de ser enfatizado, privilegiando-se um discurso nacionalista em prejuízo do apelo ao caráter internacionalista e continental da revolução. Depois disso, ao longo de 1973 até o golpe, o jornal publicou longos trechos de discursos do líder norte-coreano com foco nas questões relacionadas ao Juche. Há, portanto, uma indisfarçada simpatia pelas ideias relacionadas ao nacionalismo e ao patriotismo contidas em tal ideologia.

Note-se que, por essa época, o jornal dava grande destaque à “batalha patriótica” que o país travava contra a mineradora Kennecott, que fazia uma campanha internacional pelo embargo do cobre chileno. Do mesmo modo que à época da nacionalização, o jornal voltou a dar destaque à ideia de que a revolução e o socialismo chileno tinham um caráter de luta anti-imperialista, valorizando noções como “pátria” e “nação”. Assim, em muitas manchetes reproduziram-se tais valores, como por exemplo: “Kennecott corrompe justicia francesa: embargo del cobre es desafío a la patria”⁴⁹⁶ e “Por la patria y su destino, defendamos el cobre de Chile”⁴⁹⁷.

No meio dessa batalha contra a mineradora norte-americana, *La Nación* realizou ampla cobertura da visita da norte-americana Angela Davis ao Chile⁴⁹⁸, dando espaço para as discussões sobre as questões raciais nos EUA, mas também associando a luta contra o racismo a luta anti-imperialista. Em editorial, o jornal comentava que:

La visita de Angela Davis se hace todavía más grata a los ojos de los trabajadores chilenos porque coincide con la ofensiva lanzada por la empresa Kennecott contra nuestro país. En los mismos momentos en que un consorcio imperialista [...] pretende pisotear la soberanía chilena una luchadora norteamericana hace presente su solidaridad con Chile [...]

Um aspecto interessante de como era tratada a questão nacional era a afirmação de que o problema não era o povo dos países imperialistas, indicando como as questões de classe não eram completamente esquecidas. O problema do imperialismo seria proveniente de suas corporações e governos reacionários:

Es un gesto [a solidariedade de Angela Davis] que merece ser agradecido y señala la existencia - tal como lo destacó la profesora negra - de otro EE. UU. Un EE. UU. formado por trabajadores, estudiantes y dirigentes políticos progresista que ciertamente no comparten de la visión del mundo propia de

⁴⁹⁶ *La Nación*, Santiago, 5 out. 1972, p. 1.

⁴⁹⁷ *La Nación*, Santiago, 7 out. 1972, p. 1.

⁴⁹⁸ Angela Davis chegou ao Chile em 5 de outubro de 1972, ficando por cerca de uma semana no país. Participou de vários atos públicos organizados por universidades e entidades sindicais. *La Nación* deu ampla cobertura à visita, publicando fotos e artigos relatando todos os passados de Davis pelo país. Em *El Mercurio* a cobertura foi bem mais tímida.

las empresas imperialistas. Deben sufrir la misma explotación que los países dependientes en el seno de su país. Para ese EE. UU. va el saludo de todos los trabajadores chilenos.⁴⁹⁹

Dessa forma, a ideia de revolução em *La Nación* era permeada por múltiplas referências, imagens e valores. Há nítidas ambiguidades entre aspectos identificados com a “via chilena” tal como pensava Allende⁵⁰⁰, e noções e valores que remetem a outras perspectivas teóricas, principalmente relacionadas ao bolchevismo e a ideia de revolução enquanto ruptura insurrecional. Uma das grandes ambiguidades do governo da UP talvez tenha sido em torno da concepção de Estado e da ideia de revolução, assim como em suas práticas políticas. Ao mesmo tempo em que se conclamava o povo a mobilizar e apoiar as “mudanças revolucionárias”, atuava-se para arrefecer mobilizações autônomas e qualquer expressão mais radicalizada, principalmente com relação às práticas de poder popular. A ideia de “revolução”, usada como forma de legitimação de sua anunciada perspectiva democrática e pacífica de transição ao socialismo, todavia carregava em si uma tradição muito mais identificada com uma prática política radicalizada do que propriamente ordeira e institucionalizada.

3.3 O poder popular: sentidos e disputas

O poder popular foi um aspecto crucial durante o governo da UP, perpassando debates, orientando projetos, ações políticas e também sendo objeto de múltiplas apropriações e interpretações. Aqui pretendemos discutir como *La Nación* e *El Mercurio* incorporaram e instrumentalizaram essa questão, que em diversas ocasiões ocuparam um lugar central em seus discursos. O tema foi usado de forma contundente por *El Mercurio*, principalmente em suas elaborações sobre os perigos do avanço da “ditadura totalitária marxista”, enriquecendo, assim, sua artilharia antimarxista. Já em *La Nación*, o poder popular apresentou ambiguidades e contradições, refletindo as próprias tensões que o tema gerava entre as esquerdas.

Franck Gaudichaud propõe estruturar a história do poder popular a partir de três períodos: o primeiro, que vai da eleição de Allende até o *paro de outubro* de 1972, cuja centralidade é definida pelas novas formas de participação nas empresas sob gestão do

⁴⁹⁹ Presencia de Angela Davis. *La Nación*, Santiago, 11 out. 1972, p. 3.

⁵⁰⁰ Cabe recordar que a especificidade do pensamento de Allende em relação a “via chilena” era a defesa de um processo que aprofundasse o conteúdo democrático e formal do Estado burguês, sendo sustentado pela mobilização de massas e pelos institutos legais do Estado. AGGIO, Alberto, *op. cit.*, p. 161.

Estado, e também pelos conflitos gerados por trabalhadores que ocupavam locais de trabalho reclamando sua incorporação à Área de Propriedade Social. O segundo, o período iniciado com a crise de outubro de 1972 até junho do ano seguinte, caracterizado pelo surgimento de organismos independentes da estrutura governamental, como os Cordões Industriais e os Comandos Comunais. Ressalta-se, todavia, de acordo com a historiadora Elisa de Campos Borges, que o próprio governo da UP funcionou como “catalisador” dessas novas práticas de poder popular e que esses organismos são, também, expressão da experiência acumulada pela classe trabalhadora a partir da atuação sindical e dos partidos da esquerda chilena.⁵⁰¹ E o terceiro, a conjuntura posterior à malograda tentativa de golpe de 29 de junho de 1973, momento em que as iniciativas relacionadas ao poder popular atingiram seu ápice.⁵⁰²

As políticas e concepções sobre o poder popular dos diferentes setores da UP e do MIR apresentaram significativas divergências. O programa da UP e a posição de Allende colocavam a classe trabalhadora e a mobilização popular como fundamentais para a “ação revolucionária”. Todavia, essa mobilização era pensada a partir de uma lógica de integrá-la aos organismos sindicais e de apoio à UP já existentes ou que deveriam ser criados. O fundamental seria organizar os trabalhadores incorporando-os aos sindicatos sob a liderança da CUT a fim de que exercessem o seu papel de “vanguarda”, auxiliando assim as políticas de Estado.⁵⁰³

Segundo o programa da UP, dado o caráter revolucionário do novo governo, o poder popular deveria atuar em conformidade com a direção política governamental, em organismos vinculados à estrutura sindical tendo como objetivo a criação de uma novem ordem institucional, o “Estado Popular”, que seria baseado em uma “Asamblea del Pueblo”, de câmara única, em substituição ao Congresso bicameral.⁵⁰⁴ Para Allende, a concepção de “revolução” significava transferir o poder das classes dominantes (burguesia, latifundiários) para as classes populares (trabalhadores, camponeses, setores médios), rompendo com a dependência econômica, política e cultural, em um processo institucionalizado e coordenado pelo governo popular sem deixar margens à constituição de um “poder paralelo”.⁵⁰⁵ Essa concepção, portanto, é avessa à autonomia dos movimentos sociais em relação ao governo e às ações espontâneas de massas (como ocupações de fábricas e terrenos).

⁵⁰¹ BORGES, Elisa de Campos. Op. cit., p. 31.

⁵⁰² GAUDICHAUD, Franck. Op. cit., p. 27.

⁵⁰³ BORGES, Elisa de Campos. Op. cit., p. 48.

⁵⁰⁴ Programa básico de gobierno de la Unidad Popular, p. 15.

⁵⁰⁵ BORGES, Elisa de Campos. Op. cit., p. 149.

Em relação ao poder popular, o PC atuou orientado por concepção bastante próxima a de Allende. Para os comunistas, essa nova prática de poder “deveria expressar a participação das massas organizadas em defesa e em colaboração com o governo”.⁵⁰⁶ Perspectiva inserida nas formulações que sustentavam que o processo revolucionário vivia uma primeira etapa de caráter antioligárquico e anti-imperialista, mas ainda não socialista. Tanto as posições de Allende como a do PC, focada na relação Estado/movimento a partir de uma lógica de relativo controle e atrelamento (coerente com a perspectiva da via institucionalizada ao socialismo), acabaram por gerar conflitos e contradições com setores dos movimentos populares. Um exemplo foi o plano Millas⁵⁰⁷, que, entre outras medidas anunciadas no início de 1973, previa a devolução aos seus proprietários de 123 empresas ocupadas durante a crise de outubro de 1972 e que não faziam parte da lista de empresas incluídas na APS. Esse plano, que envolvia também uma série de ajustes econômicos, gerou fortes protestos e mobilizações contrárias realizadas por setores populares, principalmente de alguns Cordões Industriais.⁵⁰⁸

Por sua vez, o poder popular na formulação e na prática das esquerdas *rupturistas* apoiava-se em concepções e premissas distintas. O historiador Julio Pinto Vallejos indica como esses setores, principalmente a partir de meados de 1972, concentraram seus esforços na necessidade de criar órgãos de coordenação popular que dariam origem, ao fim e ao cabo, a um poder alternativo ao Estado e a institucionalidade dominante, embora essa perspectiva teórica nunca tenha se concretizado. Para a esquerda *rupturista*, havia uma contradição insolúvel entre a natureza do Estado e o movimento de massas. O poder popular seria então: “la única y mejor defensa del proceso revolucionario chileno”. O ápice dessa perspectiva foi a realização da *Asamblea do povo de Concepción*, as mobilizações populares durante o *paro* de outubro e o início da massificação dos *Cordones Industriales* e dos *Comandos Comunales*.⁵⁰⁹

Em um primeiro momento, as novas práticas relacionadas ao poder popular estiveram inseridas, sobretudo, nas novas formas de relação no espaço fabril surgidas com as nacionalizações e estatizações de empresas e das ocupações feitas pelos trabalhadores para exigir que os locais de trabalho fossem incorporados à área estatizada da economia. Pelo projeto da UP, seria criada a Área de Propriedade Social (APS) a partir da estatização de setores estratégicos da economia, que incluiria as grandes mineradoras e indústrias, o sistema financeiro, o comércio exterior, além de setores chaves de energia, transporte e distribuição.

⁵⁰⁶ BORGES, Elisa de Campos. Op. cit., p. 151.

⁵⁰⁷ O nome se refere ao projeto ter sido idealizado na gestão do comunista Orlando Millas no Ministério da Economia.

⁵⁰⁸ GAUDICHAUD, Franck. Op. cit., p. 45.

⁵⁰⁹ PINTO VALLEJOS, Julio. Hacer la revolución en Chile. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Org.). *Cuando hicimos historia. La Experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005, p. 31-32.

Ademais, previa-se a criação de uma área mista, combinando capitais estatais e privados, e o respeito e estímulo a uma área de economia privada, correspondente à pequena mineração, médias e pequenas indústrias e outros setores, como o de serviços. Esses setores privados estariam submetidos à planificação estatal e receberiam incentivos, como a diminuição de impostos e subsídios para produção.⁵¹⁰ Todavia, a APS foi sempre motivo de polêmicas e disputas, sofrendo forte crítica da DC e da direita, mas também de uma falta de consenso entre as esquerdas sobre sua dimensão, quais setores deveriam ser incluídos e com qual seria o ritmo das estatizações. Dessa forma, o projeto da APS foi recusado e rediscutido várias vezes no parlamento, sem nunca ter se chegado a sua aprovação formal. Nesse ínterim, o governo seguia uma política de nacionalizações e estatizações usando diversos mecanismos legais disponíveis⁵¹¹.

A indústria têxtil Bellavista-Tomé foi a primeira empresa desapropriada por um decreto presidencial em dezembro de 1970. Baseado na legislação que permitia intervir em empresas que tivessem pendências trabalhistas, como atrasos de salários.

La Nación deu destaque ao feito, dedicando as capas das edições de 2 e 3 de dezembro para noticiar a novidade. Ainda administrado pela direção anterior a Oscar Waiss, o jornal trazia uma sóbria manchete: “Allende firmó decreto en Talcahuano: Expropiada Fábrica Bellavista Tomé”; acrescentado, nas legendas de três grandes fotos de Allende sendo recepcionado na região, que: “A petición de los propios obreros y empleados, impagos desde el mes de octubre, la mayor industrial textil del país pasa a ser propiedad nacional”.⁵¹²

No dia seguinte, *La Nación* apresentava em sua primeira página uma enquete feita com pessoas nas ruas de Santiago sobre a expropriação. O resultado estampava uma grande manchete: “Encuesta callejera: todos felices con expropiación de Bellavista Tomé”, ao lado de fotos de sete pessoas que haviam respondido à indagação do jornal, informando nome e ocupação (entre as respostas: estudante, comerciante, vendedora, dentista, motorista). Ainda na capa, destacaram-se alguns trechos das opiniões respondidas, entre elas: “las expropiaciones deben generalizar-se”, “las industrias deben producir para el país”, “una

⁵¹⁰ BALTRA, Mireya. La participación de los trabajadores en el gobierno popular del Presidente Salvador Allende. In: LAWNER, Miguel (org.) et al. *Allende, presencia en la ausencia*. Santiago, LOM, 2008, p. 250.

⁵¹¹ Alguns desses meios foram: a via parlamentar (que conseguiu a aprovação da nacionalização do cobre); o uso da Lei 520, promulgada durante a República Socialista em 1932, pela qual o Estado poderia intervir em empresas nas quais conflitos trabalhistas afetassem o abastecimento de produtos essenciais; oferta pública de compra de ações (que foi usada principalmente na estatização dos bancos); requisições decretadas pela DIRINCO, nos casos de transgressão das normas de preço e distribuição; intervenção do ministério do Trabalho em casos de infração de leis trabalhistas.

⁵¹² *La Nación*, Santiago, 2 dez. 1970, p. 1.

muestra de lo que ha sido la corrupción capitalista”, “la expropiación defiende el trabajador”. Nenhuma opinião contrária foi informada. Em editorial, o jornal comentava a expropriação, justificando-a pelas transgressões trabalhistas do dono da empresa:

Detrás de los hechos que motivaron esta medida hay una historia realmente siniestra. No existe explicación posible para que se hayan tolerado los hechos criminales que ello cometió su principal accionista, el delincuente Teófile Yarur Asfura, actualmente prófugo y fuera del país. Mientras sus 1400 trabajadores están impagos desde septiembre pasado, este sujeto - a mero título de "gastos de representación" - se embuchaba 150 millones de escudos al mes. 5 mil millones de pesos diarios. DOSCIENTAS CINCUENTA MIL VECES LO QUE GANABA UN OBRERO CON CINCO Y MAS HIJOS. Cuesta creerlo, pero es así.⁵¹³

Nesse momento, no discurso do jornal, a lógica de apoio às expropriações tem a ver mais com as práticas empresariais que feriam direitos trabalhistas do que propriamente associada a uma crítica ao capitalismo, ou à perspectiva de uma revolução socialista.

Poucos meses depois, quando as primeiras empresas sem pendências judiciais começariam a ser expropriadas por pressão de seus trabalhadores, e já sob a direção de Oscar Waiss, *La Nación* continuará apoiando essas medidas, mas evitando, entretanto, um tom de maior radicalização. O jornal passou a ressaltar que as empresas deveriam ser adquiridas mediante o pagamento de indenização com ”preço justo”, e que somente com a negativa dos donos em negociar, é que deveriam ser expropriadas por decreto. Assim, em um comentário editorial pouco tempo após a expropriação da industrial têxtil Yarur⁵¹⁴, a primeira a passar ao Estado como da pressão dos trabalhadores, que ocuparam as instalações da fábrica, afirmava-se:

Es propósito del Gobierno negociar con las empresas su adquisición sobre las bases de precios justos, que consideren los legítimos derechos de ambas partes. No obstante, si pese a esa disposición del Gobierno, algunos empresarios quisieran boicotear los acuerdos y se negaren a llegar a una fórmula mutuamente aceptable, las autoridades harán aplicación rigurosa de las leyes vigentes para efectuar la expropiación.⁵¹⁵

A reação de *El Mercurio* às expropriações de empresas, diferentemente do que se poderia imaginar, demorou bastante a aparecer como um discurso bem definido. No mês de

⁵¹³ Expropiación de paños Bellavista-Tomé. *La Nación*, Santiago, 2 dez. 1970, p. 3, maiúsculas do original.

⁵¹⁴ Sobre o processo de lutas na indústria têxtil Yarur que levaram a sua estatização ver WINN, Peter. *Tejedores de la revolución. Los trabajadores de Yarur y la vía chilena al socialismo*. Santiago: LOM, 2004.

⁵¹⁵ Estatización de la industria textil. *La Nación*, Santiago, 27 mai. 1971, p. 3.

dezembro de 1970, por exemplo, o jornal noticiou de forma bastante sucinta a transferência da indústria Bellavista-Tomé ao Estado, e não dedicou maiores comentários ao assunto. Por essa época, *El Mercurio* estava mais preocupado em pressionar o governo a cumprir os compromissos constitucionais assumidos no acordo assinado com a DC. Assim, como exemplo, ao comentar o desmentido de Allende de que existiam planos de criação de milícias populares, depois de rumores publicados na imprensa, *El Mercurio* afirmava: “La tranquilidad pública que produces declaraciones como la que comentamos [o desmentido de Allende] va pues más allá de la simple confirmación de que el Gobierno no quiere apartarse de los cauces ‘legales’.”⁵¹⁶ Ocorrida na mesma semana, a morte de um estudante do MIR em um confronto com brigadas do PC teve mais destaque em sua capa do que a expropriação da BellaVista-Tomé.⁵¹⁷ As reflexões mais aprofundadas direcionadas a questionar a formação da APS e das expropriações só surgiram em *El Mercurio* em meados do ano seguinte.

Dessa forma, em editorial de primeiro de maio de 1971, *El Mercurio* refletia sobre “o futuro do trabalho no Chile”. Em um tom bastante ameno (se comparado ao que o jornal adotará no futuro), o diário afirmava que a coexistência de áreas sociais, privadas e mistas acabaria por trazer grandes prejuízos à economia nacional e que a tentativa de “trânsito ao socialismo” coexistindo com a estrutura capitalista “deteriora violentamente esta última y hace más difícil y dolorosa la implantación de una economía regentada por el Estado”. *El Mercurio* alertava então que a dinâmica desejada pela UP “dejará cada vez menos sitio a la propiedad mixta -- controlada mayoritariamente también por el Estado — y reducirá la privada a un artesanazgo sin porvenir, junto a los que conserven la casa o heredad que hoy poseen”. O diário afirmava ainda que a UP acabaria por fracassar, dado o caráter doutrinário da condução marxista, isso embora existissem no Chile técnicos com conhecimentos adquiridos em organismos internacionais para tentar evitar que a transição socialista chilena resultasse em “otro desgraciado laboratorio de experimentos” e que “Les damos el beneficio de que estén poseídos de la fe en que van a conseguir para Chile los mayores logros y para sus habitantes un mundo de justicia y de satisfacciones culturales y materiales”.⁵¹⁸

Como se percebe, *El Mercurio* buscava ainda promover uma luta ideológica a partir de críticas mais gerais à UP e ao marxismo, tentando dialogar e se contrapor a certos aspectos propositivos da UP, ainda sem recorrer a pesados esquemas baseados em desinformação e

⁵¹⁶ No a las milicias populares. *El Mercurio*, Santiago, 16 dez. 1970, p. 3.

⁵¹⁷ O choque armado entre estudantes do MIR e do PC na Universidade de Concepción em 2 de dezembro de 1970 resultou na morte do estudante universitário e militante do MIR Arnoldo Ríos Alarcón, após ser golpeado por um militante comunista.

⁵¹⁸ El porvenir del trabajo em Chile. *El Mercurio*, Santiago, 1 mai. 1971, p. 3.

manipulação, que seriam vistos nas páginas do jornal em outras conjunturas. No repertório verbal do jornal, nesse momento, por exemplo, ainda não há um ataque frontal à UP associando o governo e as expropriações a um avanço de uma “ditadura totalitária”. A crítica à formação da APS e as expropriações assumiam um caráter mais geral, não constituindo nenhuma campanha específica ou articulação contra determinada ação ou expropriação específica. Algo que corrobora o afirmado por Alberto Aggio, que, de forma inesperada, nos primeiros meses de governo, as associações patronais não tiveram uma política de defender seus associados em casos particulares, mas de discutir a propriedade privada a partir de um plano geral.⁵¹⁹ *El Mercurio* refletia essa forma de lidar com o momento em que a UP estava na ofensiva política e contava com significativo apoio.

Além disso, sob um claro discurso orientado por concepções liberais, *El Mercurio* afirmava que o ambiente político do Chile estava começando a abalar as “nobres relações tradicionalmente harmônicas entre capital e trabalho”, e que isso não surgia do “desentendimento entre patrões e empregados”, mas como consequência do programa político da UP e da tentativa de construção do socialismo. Para o jornal, o governo mantinha um “frágil compromisso de manutenção da ordem democrática” e assim o país estaria sendo “empurrado a uma agudização da luta de classes”. *El Mercurio* se contrapunha, também, a ampliação da participação dos trabalhadores no ambiente fabril e das novas relações de trabalho surgidas com as estatizações:

La materialización de este proceso se logra actualmente con una campaña destinada a que los trabajadores se sientan psicológicamente en el Gobierno y en la dirección de las actividades y paralelamente con la realización de un proceso en que caben las tomas materiales del campo y de las fábricas o su requisición o expropiación. Esta doble acción debilita toda convivencia armónica y da a la construcción del socialismo [...] el sello de una abierta y exclusiva lucha de clases.⁵²⁰

Essa posição de *El Mercurio* ocorria em um momento em que mudanças consideráveis aconteciam no mundo do trabalho. Como afirma Elisa Borges, com as expropriações havia se iniciado uma mudança nas relações entre proprietários e trabalhadores. A figura tradicional do empresário viu-se transferida para o Estado, algo que acarretava mudanças hierárquicas nas empresas e nas relações de trabalho, mas também uma mudança simbólica. Nos discursos das lideranças sindicais, e também de Allende, havia a afirmação que agora as empresas pertenciam ao povo, ou seja, buscava-se afirmar uma ideia de propriedade coletiva e que os

⁵¹⁹ AGGIO, Alberto. Op. cit., p. 115.

⁵²⁰ El porvenir del trabajo em Chile. *El Mercurio*, Santiago, 1 mai. 1971, p. 3.

trabalhadores eram donos de seus locais de produção. Na dimensão concreta, o trabalhador passou a se inserir no processo produtivo com maior protagonismo criativo: opinando, discutindo, inovando, com o propósito de colaborar com o sucesso do governo. Por mais que todo o processo seguisse inserido em uma economia capitalista, havia uma transformação de cotidiano do trabalho nas fábricas estatizadas.⁵²¹

Esse processo também acabou por suscitar polêmicas sobre quais as formas deveriam assumir a administração das empresas. Em geral, a UP designava um interventor para constituir, junto com um trabalhador, uma gestão compartilhada nas indústrias estatais inseridas na APS. Muitas vezes, isso gerava conflitos, principalmente porque o interventor nomeado pelo governo geralmente era um dirigente político externo à empresa e era mal recebido pelos trabalhadores. Essa questão foi bastante instrumentalizada por *El Mercurio*, que acusava o governo de “politizar as relações de trabalho” e de que o Estado passaria a cumprir o papel de patrão. Como já discutimos, *El Mercurio* tem uma longa tradição de defesa dos ideais neoliberais, fortemente crítico ao papel do Estado na economia (o que não o impedirá no futuro de apoiar a ditadura, fechando os olhos à pesada repressão estatal, enquanto o governo reorganizava a economia). Parte das esquerdas, como o PS e o MAPU, defendiam um modelo de autogestão dos trabalhadores em todas as empresas estatizadas. Política também sustentada pela DC, apesar de que esta organização o fazia de forma bastante casuística, uma vez que no governo de Eduardo Frei os democrata-cristãos não defenderam qualquer tipo de modelo parecido nas indústrias de propriedade do Estado.⁵²²

Nos comentários editoriais de *La Nación*, o tema da participação dos trabalhadores no ambiente fabril praticamente não foi abordado, embora o jornal tenha aberto um amplo espaço em meados de 1971 para que diferentes correntes políticas, inclusive o MIR e a DC, pudessem debater sobre vários assuntos, entre eles as formas de gestão que deveriam ser assumidas nas fábricas nacionalizadas.⁵²³

A questão do poder popular passou a ganhar bastante espaço nos jornais a partir de 1972, principalmente após a crise de outubro. Em *La Nación*, todavia, as novas práticas e espaços de poder popular, em seu discurso e em sua cobertura, aparecerão com mais intensidade apenas em 1973, algo que indica a resistência do jornal, inicialmente, em

⁵²¹ BORGES, Elisa de Campos. Op. cit., p. 60.

⁵²² Ibidem, p. 88.

⁵²³ Para uma análise desses debates nas páginas de *La Nación*, que foram publicadas em partes semanais entre maio e junho de 1971 e denominado pelo jornal de “O Grande debate” ver: SANTOS, Emmanuel dos. Os debates sobre democracia, socialismo e revolução no jornal chileno *La Nación* durante o governo da Unidade Popular (1970-1973). In: *Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Campo Grande, 2016. Disponível em: < http://anphlac.fflch.usp.br/noticia_91 >, acesso em 17 nov. 2017.

reconhecer a importâncias dos *Cordones Industriales* e dos *Comandos Comunales*, compartilhando assim a própria visão de Allende sobre o assunto.

A *Asamblea del Pueblo de Concepción*, realizada em 27 de julho de 1972, foi um importante espaço de discussão e organização política envolvendo setores da UP e do MIR e que pela primeira vez estabeleceu, de forma mais ampla, uma atuação comum e discussões programáticas que depois estariam presentes em plataformas e posições políticas dos *Cordones Industriales* e outros espaços de poder popular. O evento recebeu bastante atenção em *El Mercurio*, tendo menos espaço em *La Nación*.

A *Asamblea* ocorreu na cidade Concepción, cidade com a terceira maior concentração urbana do país e região de grande importância industrial e mineira, local também da Universidade de Concepción, de tradição laica, que, ao longo dos anos 1960 e início da década seguinte, foi centro de um radicalizado movimento estudantil, do qual surgiram importantes lideranças do MIR. O encontro foi convocado para discutir o “caráter contrarrevolucionário do Parlamento” e, ao mesmo tempo, prestar “uma combativa homenagem à Revolução Cubana”. Estima-se que 5 mil pessoas participaram do evento, lotando os lugares do *Teatro Concepción*. Participaram delegados e representantes de organizações sindicais, estudantis e populares, representando 60 sindicatos, 5 organizações de camponeses, 31 acampamentos de *pobladores*, 16 organizações estudantis, 27 *centros de madres* e 5 partidos políticos (PS, MIR, MAPU, IC, PR).⁵²⁴

O PC não participou. Para os comunistas, a *Asamblea* teria um caráter divisionista e enfraqueceria a condução unitária do governo. Explica-se também essa ausência a permanente tensão entre o PC e o MIR na região, que originava recorrentes enfrentamentos, inclusive como a já mencionada morte de um estudante mirista. Volodia Teitelboim, dirigente comunista, às vésperas do encontro, deu declarações à imprensa qualificando a *Asamblea* como “una idea delirante”.⁵²⁵

Entre o PS, o MIR e o MAPU havia um elemento consensual sobre o caráter do *Asamblea*, como indica Hugo Cancino: “Tanto el MIR, el PS como el MAPU afirmaban que su intención no era convertir a la Asamblea en un poder alternativo a la institucionalidad vigente, sino en un organismo de agitación, propaganda y movilización[...]”, algo que coexistia com aspectos programáticos divergentes, refletindo as posições mais gerais de cada corrente.⁵²⁶ Apenas um pequeno grupo trotskista, a Organização Marxista Revolucionária

⁵²⁴ CANCINO TRONCOSO, Hugo. Op. cit., p. 262

⁵²⁵ Ibidem, p. 261.

⁵²⁶ CANCINO TRONCOSO, Hugo. Op. cit., p. 262.

(ORM)⁵²⁷, de influência restrita a alguns setores estudantis, interpretou a *Asamblea* como um dos prolegômenos do surgimento do “duplo poder” no país. Nesse sentido, a ORM propôs, sem conquistar apoio, que a *Asamblea* se tornasse um órgão de funcionamento permanente e que fosse estendida para todo o país.⁵²⁸

El Mercurio deu destaque à realização da *Asamblea del Pueblo*. Em uma matéria de capa estampava a manchete: “Se opone el P. Comunista: Asamblea del Pueblo aprueban sectores UP de Concepción”, ressaltando as divergências existentes na UP e dando destaque às declarações do MIR sobre o encontro.⁵²⁹ Como de praxe, o jornal buscava identificar o MIR à UP e acentuar o caráter conflitivo entre as esquerdas, algo bastante comum em sua estratégia de afirmar que Allende era refém das posições mais extremadas da UP. Ademais, em editorial, *El Mercurio* utilizou a realização da *Asamblea* para acusar o governo de querer destruir a ordem institucional por meio da criação de novas formas de poder político, paralelas ao Estado. Para isso, usou a estratégia de atribuir um caráter de política oficial da UP às propostas surgidas em *Concepción*, inclusive as minoritárias. Uma clara e evidente distorção. Nesse sentido, o jornal afirmou:

Esta asamblea es el primer ensayo para una tentativa de implantar órganos de poder "popular" con caracteres más revolucionarios que las ilegales JAP, pero que pretenden actuar en el mismo sentido, esto es, derrocando de hecho e inutilizando los mecanismos regulares del sistema institucional.

Los organizadores de la Asamblea de Concepción desconocen la representatividad del Parlamento, creen que su tarea es destruir esa institución, consideran que su última decisión válida fue ungir Presidente al Excmo. Señor Allende. [...] los gestos de prescindencia del Parlamento, la calidad oficial de los oradores que injurian al Congreso Nacional y que, destituidos por este, son vueltos a designar en cargos ministeriales, y el desarrollo de toda una legislación de facto constituida por decretos administrativos que burlan el Parlamento, hacen difícil fijar el límite entre el divisionismo "delirante" y la ofensiva estratégica de la Unidad Popular.⁵³⁰

La Nación também condenou a realização da *Asamblea del Pueblo*. Inicialmente, em sua edição de 1º de agosto, o jornal publicou, em sua primeira página, uma carta enviada por

⁵²⁷ A ORM estava filiada ao Comitê pela Reconstrução da IV Internacional, cujo principal dirigente era o francês Pierre Lambert. O outro grupo trotskista no Chile nesse período era o Partido Socialista Revolucionário (PSR), identificado com o Secretariado Unificado da IV Internacional, grupo dirigido pelo economista belga Ernest Mandel. Diferentemente da influência que conquistara na Argentina, no início dos anos 1970, o trotskismo teve mínima relevância no Chile durante o governo da UP, ficando restrito a pequenos círculos de propaganda.

⁵²⁸ CANCINO TRONCOSO, Hugo. Op. cit., p. 263.

⁵²⁹ *El Mercurio*, Santiago, 29 jul. 1973, p. 1.

⁵³⁰ *Hacia la destrucción del parlamento?*. *El Mercurio*, Santiago, 5 ago. 1972, p. 3.

Allende aos partidos da UP. Acima do texto, a manchete: “Carta de Allende a los partidos de la UP: En este instante debe imponerse la claridad y la definición”. Na missiva, Allende definia a *Asamblea* como um “proceso deformado”, um “fenómeno de tendencia divisionista” que atentava contra a “homogeneidad do movimiento de la Unidad Popular” e que havia que “concretar el sentido real del camino revolucionario”, qualificando as propostas da *Asamblea* de devaneios à margem da realidade.⁵³¹ Para Allende, assim como para o PC e um setor do PS, a *Asamblea* foi uma iniciativa que enfraquecia a condução unitária da UP.

Em editorial, *La Nación*, comentando a posição de Allende, chamava os realizadores da *Asamblea* de “aprendices de brujos de la revolución”; para o diário, o encontro carecia de “respaldo e poder” e as posições ali discutidas seriam “aprovechadas por la derecha contrarrevolucionaria”. Isso, pois, segundo o jornal, a imprensa de direita estaria usando a *Asamblea* para “probar en qué forma el Gobierno usaba la legalidad institucional para desbordar al Poder Legislativo”.

Ou seja, para *La Nación*, qualquer postulação da esquerda que estivesse orientada a questionar o programa do governo e a apresentar alternativas aos limites do Congresso, apresentando a necessidade de um novo tipo de parlamento (aliás, algo que a própria UP previa em seu programa), acabaria por instrumentalizar o discurso da direita. Algo bastante problemático, uma vez que o Chile vivia um processo considerado revolucionário e que, portanto, gerava intensa criatividade política, tanto em formas organizativas quanto em formulações teórico-estratégicas. O jornal, fazendo coro à afirmação de Allende de que faltava “formação ideológica” para as esquerdas que promoveram a *Asamblea*, terminou seu editorial evocando Goethe: “Los que en tiempos confusos, dijo Goethe, tienen el pensamiento confuso, multiplican el mal y lo agravan cada vez más. Pero el que mantiene una idea firmemente, crea un mundo nuevo”.⁵³² Mas não seria certa dose de confusão um aspecto promotor da criatividade? Não seriam os espaços e os debates democráticos um desordenamento de diferentes concepções e perspectivas que por fim promovem consensos e atuações unitárias? Talvez não para visões baseada em maniqueísmos, autoritarismos e concepções dogmáticas.

Ademais, havia no discurso de *La Nación* uma perversa lógica que culpava as esquerdas críticas ao governo pela forma como a direita se utilizava da *Asamblea* para atacar a UP. Desconsidera-se, inclusive, que o discurso da direita, compartilhado por *El Mercurio*, manipulava e distorcia posições e intenções adotadas majoritariamente pela *Asamblea*. Não

⁵³¹ Carta de Allende a los partidos de la UP. *La Nación*, Santiago, 1 ago. 1972, p. 1.

⁵³² El camino revolucionario. *La Nación*, Santiago, 2 ago. 1972, p. 3.

existiu entre as esquerdas, tirando posições bastante minoritárias, um chamado a se constituir, de forma imediata, um duplo poder paralelo, ou seja, de caráter antagônico ao governo e à institucionalidade. Essa posição, que poderia até ser legítima em outra conjuntura e com outra correlação de forças, não foi hegemônica entre os setores da esquerda rupturista em nenhum momento durante o governo da UP. Além disso, *La Nación* desqualificava qualquer legitimidade dos setores reunidos em Concepción como se não tivessem representatividade ou inserção social, o que não correspondia à realidade.

Na historiografia, alguns autores corroboram a perspectiva crítica de Allende sobre a *Asamblea* e, equivocadamente, insistem na tese de que ali se pretendeu dar origem a um “duplo poder”. Alberto Aggio, por exemplo, afirma que o fato novo gerado pela *Asamblea de Concepción* foi à explicitação de forças de esquerda de atuarem na crise política através “[...] da instituição de um duplo poder. A ruptura com a política do governo era, então, flagrante, o que implicou o rechaço público do presidente da República e do PC”.⁵³³ Embora traga interessantes reflexões sobre a compatibilização entre socialismo e as formas clássicas de democracia, a obra de Aggio analisa o processo por uma ótica, sobretudo, superestrutural, na qual os atores institucionais ganham relevância quase exclusiva como sujeitos do processo político. Em sua obra, praticamente não se dá qualquer importância ao poder popular, no máximo citando os *Cordones Industriales* como meros espaços de apoio ao governo.

Tampouco a *Asamblea* foi convocada para pleitear tornar-se um Parlamento paralelo em oposição ao existente. No encontro, as posições majoritárias ainda estavam limitadas à agitação da crítica ao caráter reacionário do “Parlamento burguês” e à perspectiva de suplantá-lo no futuro. Essa crítica estava contida no próprio programa da UP, que indicava a necessidade de substituir o Parlamento por uma forma mais democrática (na forma da *Asamblea del Pueblo* unicameral), proposta que Allende havia apresentado ao Congresso em 1971 e que foi rejeitada. Hugo Cancino sugere, em base a uma suposição analítica, uma vez que não há uma indicação clara nesse sentido nos textos públicos do MIR, de que para esta organização tanto a dissolução do Parlamento quanto sua substituição por uma Assembleia do Povo seriam resultado de mobilizações populares externas e em oposição à institucionalidade, com a formação de uma nova legitimidade não outorgada pelos mecanismos da democracia representativa.⁵³⁴ Todavia, essa não foi a posição majoritária da *Asamblea* e nem parece ter sido, nas formulações do MIR, uma orientação para a ação imediata, tratando-se mais de propaganda para a luta política entre as esquerdas, derivada de suas concepções teórico-

⁵³³ AGGIO, Alberto. Op. cit., p. 136.

⁵³⁴ CANCINO, Hugo. Op. cit., p. 260.

estratégicas. Dessa forma, nos parece desprovidas de sentido as afirmações de que a *Asamblea del Pueblo* pretendia dar origem a formação de um “duplo poder” paralelo à institucionalidade, como afirma Aggio.

Em suma, compreendemos a *Asamblea del Pueblo de Concepción* como parte legítima de um processo que expressava a grande criatividade política originada com o governo da UP, assim como as próprias diferenças entre os polos rupturistas e gradualistas que desde então, até o final do governo, permeariam as disputas entre os diversos espaços de poder popular. Tanto *El Mercurio* como *La Nación* utilizaram o encontro seja para criticar o governo, caso da folha mercurial, ou para instrumentalizar a luta política contra os setores das esquerdas críticos ao governo, caso de *La Nación*.

Em *El Mercurio*, daí em diante, à medida que o processo político se radicalizava, as expressões do poder popular passaram a ganhar bastante espaço em sua estratégia discursiva contra o governo. Já em *La Nación*, principalmente a partir do início de 1973, o tom duro contra o poder popular cederá espaço para contradições e ambiguidades.

Nos dois meses anteriores a importante eleição parlamentar de março de 1973, o discurso de *El Mercurio* esteve direcionado a questionar, de forma incisiva, o caráter democrático e constitucional do governo, acusando-o permanentemente de atuar visando o controle total do poder. Para isso, os problemas relacionados à distribuição e ao racionamento de mercadorias ganharam ênfase no noticiário e nos comentários editoriais, dando grande destaque em seus discursos às Juntas de Abastecimiento y de Control de Precios (JAP).

As JAPs foram espaços de sociabilidade política e de prática de poder popular que exerceram bastante influência tanto na própria organização e ação política das esquerdas e setores populares quanto nos discursos e imaginários da imprensa. As JAPs surgiram em um contexto no qual o governo enfrentava uma forte crise de distribuição e abastecimento de mercadorias. Sua criação foi motivada pela falta de uma ampla rede de comercialização, algo que favorecia o surgimento de práticas especulativas de comerciantes, que estocavam produtos e os vendiam com preços superfaturados, dando origem também a um mercado paralelo. A UP idealizou então uma política cujo objetivo era a planificação do consumo, abastecimento e controle de preços. A proposta da JAP foi anunciada pelo ministro da Economia Pedro Vuskovic, em julho de 1971, em um encontro no Estádio do Chile com as mulheres da UP, organizado por militantes da esquerda dos bairros populares e foi regulamentada por decreto oficial em abril de 1972. A JAP estava subordinada à Direção de Indústria e Comércio (DIRINCO) e era organizada em bairros e *poblaciones*. A direção da

JAP era composta por 5 integrantes: dois representantes das *Juntas de Vecinos*⁵³⁵, um dos *Centros de Madres*⁵³⁶, um pequeno comerciante e um representante de qualquer outra associação local. A expansão da JAP pelo país foi bastante rápida. Em março de 1972, já existiam 416 JAPs; em junho, 988, das quais 675 somente em Santiago.⁵³⁷

Para o PC, a JAP era o símbolo de como o poder popular poderia atuar em harmonia com o governo, já que por meio delas “se enfocaba en defender el gobierno y no en hacerle frente”. Nesse sentido, as JAP, nas conclusões políticas do PC, segundo Rolando Alvarez, cumpriam uma dupla função: denunciar a verdadeira origem do desabastecimento e auxiliar o governo a corrigir falhas nos mecanismos de controle e distribuição, denunciando assim o mercado paralelo e fazendo cumprir os preços estabelecidos.⁵³⁸

O MIR também via nas JAP um importante espaço de fortalecimento do poder popular, pois via nesse organismo um embrião de duplo poder em que seria possível expandir o controle popular sobre a distribuição e auxiliar no combate à especulação e ao mercado paralelo, que afetava sobretudo as *poblaciones*, locais em que o MIR tinha bastante influência política.⁵³⁹ A partir de matizadas perspectivas, a JAP era unanimemente reivindicada pelas diversas organizações das esquerdas.

Desse modo, nem bem o ano começava e *El Mercurio* publicava seu primeiro editorial que colocava o desabastecimento como aspecto central em seu discurso político. Buscando inverter a responsabilidade pelas faltas de mercadorias nas prateleiras, *El Mercurio* afirmava que a UP buscava jogar a responsabilidade de sua incompetência administrativa e os problemas relacionados à “lógica econômica marxista” na oposição. Segundo o jornal, o mercado paralelo seria uma necessidade em face do desabastecimento criado pela política econômica da UP.⁵⁴⁰ Por meio do controle da distribuição, e da atuação das JAPs, a folha mercurial alertava que:

⁵³⁵ Criadas no governo de Eduardo Frei Montalva, a *Junta de Vecinos* surgiu com o objetivo de ser um espaço de participação para os moradores de uma determinada região, cujo objetivo era promover o desenvolvimento comunitário e de defesas de direitos, sendo também um canal de contato com o Estado.

⁵³⁶ Os *Centros de Madres* (CEMA) surgiram em meados dos anos 1950 durante o governo de Carlos Ibáñez del Campo, com o propósito de serem organizações de solidariedade e ajuda às mulheres mais pobres. Em 1971, passaram a se chamar *Coordinadora de Centros de Madres* (COCEMA).

⁵³⁷ CURY, Marcia Carolina Oliveira. *O protagonismo popular: experiências de classe e movimentos sociais na construção do socialismo chileno (1964-1973)*. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2013, p. 256-258.

⁵³⁸ ALVAREZ, Rolando. *Arriba los pobres del mundo. Cultura e identidad política del Partido Comunista de Chile entre democracia y ditadura. 1965-1990*. Santiago, LOM, 2011, p. 210.

⁵³⁹ ENRIQUEZ, Miguel. ¡A desarrollar y fortalecer el poder popular!. In: NARANJO, Pedro (org.) et. al. Op. cit., p. 219.

⁵⁴⁰ La UP y el Mercado Negro. *El Mercurio*, Santiago, 1 jan. 1973, p. 3.

El propósito marxista a este respecto es nítido: configurar un monopolio total en la distribución de artículos de primera necesidad. De lograrlo es indudable que se dispondría de un instrumento de presión de enorme importancia para implantar el control del abastecimiento. [...] Conviene relacionar esta maquinación con la labor que desempeñan las Juntas de Abastecimientos y Precios, creadas por inspiración del Partido Comunista, y también con las tentativas inequívocas de provocar el racionamiento [...] La escasez y el mercado negro son realidades incontestables del régimen marxista implantado en nuestro país. La ciudadanía en los últimos meses se ha familiarizado con las colas para adquirir productos, propias de las repúblicas llamadas populares, pero que son simplemente dictaduras marxistas.⁵⁴¹

Tudo isso, segundo *El Mercurio*, levaria a “dictadura por el estómago”⁵⁴², uma vez que:

El estómago de la población, en especial de los sectores desafectos a la Unidad Popular a los que se ubica geográficamente, constituye un claro objetivo para los jercas gubernativos. Estos piensan que por tal expediente podrán doblegar la resistencia democrática a la implantación de un régimen totalitario. [...] El control económico de la población incuestionablemente lleva al control político, como acontece en las naciones cuyo signo es el socialismo.⁵⁴³

El Mercurio então transforma a JAP em um símbolo do terror. Em uma reportagem de capa, na edição de 15 de janeiro de 1973, o diário destacava em sua manchete: “JAP imponen el terror”. No texto da reportagem, publicada na capa, o jornal afirmava que a JAP estaria promovendo “una ola de allanamiento ilegales, asaltos, robos, saqueos, agresiones a gente indefensa, especialmente pequeños y medianos comerciantes”. Para responder a isso, formavam-se “brigadas de defensa” com o propósito de “de neutralizar y rechazar los asaltos y agresiones”. Para dar legitimidade a essas informações, publicou-se uma foto de uma reunião de comerciantes da comuna de San Bernardo realizada na Câmara de Comércio da capital, com a sugestiva legenda: “Las JAP y sus cómplices están sembrando el terror no sólo entre comerciantes y consumidores de San Bernardo, sino en toda la provincia, [...]”. O jornal ainda destacava que ao fundo, atrás dos comerciantes, era possível ver um quadro com a imagem de “Bernardo O’Higgins”; uma forma de *El Mercurio* sugerir que o Libertador zelava pelos comerciantes, vítimas da UP.⁵⁴⁴

⁵⁴¹ Control oficialista de la Distribución. *El Mercurio*, Santiago, 8 jan. 1973, p. 3.

⁵⁴² Hacia la Dictadura por el Estómago. *El Mercurio*, Santiago, 12 jan. 1973, p. 3.

⁵⁴³ Control oficialista de la Distribución. *El Mercurio*, Santiago, 8 jan. 1973, p. 3.

⁵⁴⁴ *El Mercurio*, Santiago, 15 jan. 1973, p. 1.

La Nación, ao contrário, fazia uma ampla defesa da atuação da JAP e da campanha do governo contra o mercado paralelo. No dia 12 de janeiro, por exemplo, o diário dava grande destaque às ações coordenadas pela JAP e pela DIRINCO que acarretaram na descoberta de grande quantidade de produtos escondidos em um supermercado, publicando uma grande foto de um local com caixas até o teto.⁵⁴⁵ O jornal enxergava a JAP como um importante órgão de poder popular, ressaltando sua legalidade. Assim, após uma declaração do general Alberto Bachelet, Secretário Nacional de Distribuição, defendendo a atuação da JAP, *La Nación* afirmou:

[...] la derecha opositora deberá tener en cuenta la legalidad y la legitimidad para no seguir en su interesada campaña contra las JAP. Más le valdría, se es que insiste en presentarse como defensora de los intereses populares, llamar al pueblo a luchar también por otros medios contra el mercado negro, la especulación y el desabastecimiento; pero eso es como pedirle al ratón que cuide el queso o al zorro que cuide las gallinas.⁵⁴⁶

Como não podia faltar, *El Mercurio* incluiu o MIR em seus discursos contra as JAPs. No dia 17 de janeiro, em sua primeira página, uma das manchetes principais afirmava: “MIR anuncia Comando de JAP”, trazendo uma nota do MIR, publicada na íntegra, que reafirmava a necessidade do controle operário da distribuição e o fortalecimento da JAP. Como já mencionamos, essa estratégia era recorrente no jornal: publicar trechos ou a integralidade de comunicados e declarações do MIR, a linguagem radical do movimento, associada a outros elementos textuais e à interpretação do jornal, acabava por constituir um elemento discursivo bastante útil às intenções do jornal. Desse modo, abaixo da nota do MIR, estava uma foto de uma longa fila, em que se veem homens e mulheres de costas na porta de um armazém, e a expressiva legenda:

Elementos extremistas se unen a cuanto cola existe en la ciudad con instrucciones de promover y agredir las mujeres que protestan contra el desabastecimiento y a los reporteros gráficos que tratan de cumplir su misión periodística. La denuncia fue formulada por la Confederación Nacional del Comercio con el fin de advertir a las dueñas de casa, especialmente, que son las víctimas preferidas de esos agitadores.⁵⁴⁷

⁵⁴⁵ *La Nación*, Santiago, 12 jan. 1973, p. 1.

⁵⁴⁶ Vigência y legalidade de las JAP, Santiago, 22 jan. 1973, p. 3.

⁵⁴⁷ *El Mercurio*, Santiago, 17 jan. 1973, p. 1.

Isso se constituía uma notável manipulação. Na falta de imagens que mostrassem essas supostas agressões, *El Mercurio* associava ao MIR uma corriqueira foto de pessoas em um fila para conferir legitimidade à informação proveniente de uma entidade de classe ligada a setores da oposição. As outras manchetes da capa ajudavam os propósitos do jornal: “En Cuba: habría 60 mil presos políticos”, “Comandos por manzanas será sistema distribuidor”, “En Chuquicamata rechazan la tarjeta”.⁵⁴⁸ No contexto polarizado da época, e em que era comum recorrer à imagem do MIR para associá-la a violência e ao extremismo, esse tipo de artifício produzia, é possível afirmar, considerável efeito.

As questões relacionadas à JAP e ao controle de distribuição seguiram tendo centralidade em *El Mercurio* até as eleições parlamentares de março. Publicava-se, quase diariamente, fotos de longas filas pelo país e se combatia a JAP e a UP como as principais responsáveis pela falta de liberdade de consumo e de comércio. Na própria propaganda eleitoral, muitos candidatos buscavam associar suas plataformas políticas ao combate à JAP.

Próximo ao dia da votação, era comum *El Mercurio* franquear espaço para peças publicitárias eleitorais. Em suas páginas, é possível identificar propagandas de candidatos ao Congresso dos principais partidos de oposição, em geral publicadas no primeiro caderno. O exemplo a seguir (figura 15) é de um candidato a deputado pela CODE (coligação formada pelo PN e pela DC). Na imagem, a peça publicitária retoma a ideia de que a JAP representava um ataque à liberdade de comércio, com o uso do recurso de uma imagem que buscava causar impacto:

Figura 15



El Mercurio, 1 mar. 1973, p. 7.

⁵⁴⁸ *El Mercurio*, Santiago, 17 jan. 1973, p. 1.

As inserções do PN rotineiramente também se utilizavam da JAP, evocando elementos simbólicos do anticomunismo:

Figura 16



El Mercurio, 13 mai. 1973, p. 3.

Na conjuntura que levou à malograda tentativa de golpe de junho de 1973 até o fim do governo, em 11 de setembro, o poder popular ocupou grande destaque nos discursos e na cobertura dos jornais. Por essa época, intensificavam-se a organização e a expansão dos *Cordones Industriales* e outras práticas de poder popular.

Um dos aspectos mais originais surgidos durante o governo da UP, os *Cordones Industriales* foram criados em várias das principais zonas industriais e bairros populares em diversas regiões do país. O termo *Cordón Industrial* expressa uma concentração de indústrias, localizadas em uma determinada região, de distintos ramos produtivos. Todavia, segundo Elisa Borges, “sua novidade está relacionada à territorialização e à integração entre as demandas dos trabalhadores das diversas indústrias do *Cordón*” e também, em certos momentos, agregando demandas de bairros populares próximos à região do *Cordón*.⁵⁴⁹

Esse processo de constituição dos *Cordones*, enquanto espaço de atuação política, inicia-se em meados de 1972 e intensifica-se com as mobilizações populares contra o *paro* patronal de outubro. O primeiro *Cordón*, chamado de Comitê Coordenador Cerrilhos-Maipú,

⁵⁴⁹ BORGES, Elisa de Campos. Op. cit., p. 23.

foi criado em junho de 1972, na região que unia Cerrillos e a Comuna de Maipú, local de intensa concentração industrial. Entretanto, o Cordón Cerrillos-Maipú, assim como diversos outros, só passaria a ter funcionamento regular depois do *paro* de outubro.⁵⁵⁰

O setor *rupturista* do PS, liderado por Carlos Altamirano, era a força política com maior atuação nos *Cordones Industriales*; e o MIR, embora tivesse trabalhos importantes em setores industriais e nos *Cordones*, tinha como principal foco de atuação os *Comandos Comunales*.⁵⁵¹

Importante ressaltar, no entanto, que existiam nos *Cordones*, como afirma Elisa Borges, uma multiplicidade de posições defendidas pelos trabalhadores, que não podiam se resumir apenas aos programas levantados pelos setores *rupturistas*. De acordo com a autora, diferentemente do que afirmaram em muitos momentos Allende e o PC, os *Cordones* não se colocaram em oposição à UP, uma vez que estabeleciam críticas direcionadas principalmente a posições conjunturais do governo e da CUT, mas sem propor desenvolver um governo paralelo. Por conseguinte, Borges conclui que “Allende e o PC assumem uma posição um tanto extrema ao criticarem de forma tão incisiva os *Cordones*, hostilizando claramente qualquer possibilidade de crítica pela esquerda em relação às posições do governo e da CUT”.⁵⁵²

Em seu estudo sobre o governo da UP, Carlos Altamirano, afirma que os organismos de poder popular surgiram como uma criativa “resposta espontânea das massas”, diante das dificuldades do processo revolucionário. Essa iniciativa seria fruto de uma “tomada de consciência” dos setores populares que perceberam que só ocupar um dos “órgãos do Estado burguês” (referindo-se ao executivo) não bastava para alterar substancialmente os obstáculos colocados ao processo revolucionário. Altamirano afirma que, no início, o poder popular estabeleceu-se como espaço de apoio às tarefas do governo obstruídas pela burguesia e pelos entraves burocráticos do Estado, e então passaram a ganhar, paulatinamente, certa autonomia, ampliando seus objetivos até se torarem elementos de pressão e poder real: “El desarrollo de cierta conducta autónoma de las masas, fue tan inevitable en Chile, como lo ha sido sin excepción en todas las experiencias revolucionarias del mundo”⁵⁵³.

Entretanto, Altamirano termina por reivindicar uma posição interna do PS, aprovada em fevereiro de 1972, que se opõe taxativamente aos processos qualificados como espontaneístas: “Condenamos las tomas indiscriminadas de sitios urbanos, de predios

⁵⁵⁰ Ibidem, p. 31.

⁵⁵¹ GAUDICHAUD, Franck. Op. cit., p. 43.

⁵⁵² BORGES, Elisa de Campos. Op. cit., p. 167.

⁵⁵³ ALTAMIRANO, Carlos. Op. cit., 1977, p. 108.

agrícolas, de fábricas, minas y edificios públicos o privados". Altamirano, que ao mesmo tempo buscava se apoiar na mobilização e na criatividade popular, com certos graus de autonomia, embora, condenando ações espontaneístas, concluía que: “El proceso se concebía, sí, como resultado de la acción convergente del Estado y de la organización y movilización de las masas.”⁵⁵⁴

Dessa forma, para o PS, ainda que defendesse que o processo revolucionário assumisse ritmos e aspectos táticos distintos aos desejados por Allende e o PC — diferenças simbolizadas pelas consignas “*avanzar sin transar*” e “*consolidar para avanzar*”—, também sustentavam que o poder popular, naquele momento, deveria atuar em coordenação com o governo. Todavia, durante o processo, a relação entre as práticas do incipiente poder popular e o governo sempre foram marcados por tensões: ocupações de fábricas e terrenos e outras ações mais radicalizadas aconteceram mesmo contra o desejo das direções políticas de partidos da UP.

Central na estratégia do MIR, os *Comandos Comunales*, por sua vez, constituíram-se como espaços de poder popular de caráter territorializado, organizando principalmente os setores mais pauperizados e periféricos das regiões urbanas, constituído sobretudo por um proletariado de trabalho precarizado. Na estratégia do MIR, os *Comandos Comunales* deveriam atuar como uma frente coordenadora dos diferentes espaços de poder popular, embora isso não tenha, na prática, se realizado. O MIR tinha grande influência em *poblaciones* como *Nueva La Habana*, um “verdadero pueblo autogestionado dentro de Santiago”.⁵⁵⁵ Eder Sader e Santiago Quevedo destacam que as formas de poder popular surgidas na *frente poblacional* tinham como característica gerar instituições alternativas à ordem constituída, responsáveis por administrar aspectos da vida social, inclusive com relação à justiça, citando exemplo do que ficou conhecido como “tribunais populares”, não obstante nunca tenham passado de um estágio embrionário, sem conseguir converter em uma instância própria e autônoma do Estado.⁵⁵⁶

O MIR via no poder popular uma forma de organização autônoma das massas, pelo qual os setores populares passariam a exercer seu papel de vanguarda, começando a se tornar “independentes da ordem burguesa e do reformismo”. Esse ainda seria um processo embrionário de constituição de poder popular, cujos órgãos de coordenação deveriam ser os

⁵⁵⁴ Idem, p. 109.

⁵⁵⁵ GAUDICHAUD, Franck. Op. cit., p. 41.

⁵⁵⁶ SADER, Eder; QUEVEDO, Santiago. Algunas consideraciones en relación a las nuevas formas de poder popular en poblaciones. *EURE - Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, Santiago, v. 3, n. 7, 1973.

Comandos Comunales. Para o MIR, com a crise de outubro e a incorporação dos militares nos ministérios, o governo mudou seu caráter. Tratava-se então de “imponer un verdadero gobierno de los trabajadores”, que só poderia ser conquistado desenvolvendo e fortalecendo o poder popular. Diferentemente dos setores rupturistas do PS e de Altamirano, o MIR fazia uma defesa das “ações diretas das massas”, apoiando toda iniciativa de ocupação de fábricas e terrenos, e sustentava que o caráter do poder popular deveria ser de independência ao governo e “alternativo al orden burgués”.⁵⁵⁷

Gaudichaud afirma que os *Comandos Comunales* não conseguiram alcançar o nível de desenvolvimento e organização dos *Cordones Industriales* e estiveram distantes de se tornarem um espaço coordenador mais amplo. Uma aproximação entre os *Comandos Comunales* e os *Cordones Industriales* ocorreu apenas de maneira efêmera durante a conjuntura da crise de outubro de 1972 e de junho de 1973. Segundo o autor, essa ausência de unificação do movimento popular explica porque a ideia de um *Comando Comunal*, como órgão de poder que formaria uma “frente” dos distintos setores, nunca conseguiu ganhar corpo de forma substantiva.⁵⁵⁸

Os rumos dos próprios *Cordones* eram objeto de disputa, o governo e o PC tinham uma clara política de impor a integração desses espaços à CUT⁵⁵⁹. Algo que levou inclusive a ações como a tentativa de criação de “*Cordones paralelos*” pelas quais o PC tentou tomar a direção de alguns dos *Cordones* de Santiago⁵⁶⁰. Ao mesmo tempo, os *Cordones* divulgavam suas plataformas políticas com exigências e propostas que compartilhavam, em geral, grande parte das posições da esquerda *rupturista*.

Em julho, surgiu, por iniciativa do PS, a *Coordinadora Provincial de los Cordones Industriales*, tentativa de constituição de um espaço para compartilhar as experiências e coordenar a atuação dos diferentes *Cordones* de Santiago, iniciativa que foi criticada por Allende e pelo PC. O presidente e os comunistas viram na criação da *Coordinadora* um risco para a condução unitária da classe trabalhadora, uma vez que poderia se constituir como um elemento de paralelismo sindical, embora a declaração de fundação da *Coordinadora* rechaçasse a hipótese de ser um órgão paralelo à CUT. A criação da *Coordinadora* também

⁵⁵⁷ ENRÍQUEZ, Miguel. ¡A desarrollar y fortalecer el poder popular!. In: NARANJO, Pedro (org.) et. al. Op. cit., p. 207-215.

⁵⁵⁸ GAUDICHAUD, Franck. Op. cit., p. 43.

⁵⁵⁹ A relação entre a CUT e os *Cordones* abriu uma intensa polêmica a partir de julho. O PC e parte do PS avançaram em um acordo, em julho de 1973, para que os *Cordones* passassem a fazer parte da estrutura orgânica da CUT, processo que teve apoio do MIR e de Allende. Todavia, o PS estava dividido, parte expressiva dos socialistas seguiam defendendo que os *Cordones* mantivessem sua autonomia em relação à CUT. CANCINO, Hugo. Op. cit., p. 376-377.

⁵⁶⁰ CANCINO, Hugo. Op. cit., p. 377.

aumentou as desavenças entre o PS e o MIR, uma vez que esta organização acusava os *Cordones* de dividir a CUT, além de o MIR insistir na centralidade do papel dos *Comandos Comunales* em detrimento dos *Cordones*.⁵⁶¹

Em *La Nación*, somente após a derrota do *tanquetazo*, em 29 de junho de 1973, os *Cordones Industriales* passaram a ter maior ênfase. Algo concomitante a própria postura do governo em relação aos *Cordones*: a destacada importância das mobilizações dos *Cordones* contra a tentativa golpista obrigou o governo, e o PC, a reconhecê-los como importantes para a luta política contra a oposição. Muito embora, como é perceptível no próprio *La Nación*, havia uma disputa sobre os sentidos que o poder popular deveria assumir, assim como sua relação com o governo e com a CUT. Na prática, também em relação ao poder popular, *La Nación* serviu como um órgão de defesa das posições de Allende e do PC, embora tal conduta não fosse isenta de ambiguidades.

Destarte, em 3 de julho, *La Nación* publicou matéria intitulada “Crear poder para apoyar mejor al gobierno popular”, relatando a visita do ministro de Terras e Colonização, Roberto Cuellar ao “gigantesco centro de Poder Popular que es el Cordón Industrial de Huachipato, integrado por CAP Carbones, Inchalam Petroquímica, Petrodown etc., donde se agrupan 20 mil trabajadores”. Segundo o jornal, os trabalhadores estabeleceram um diálogo com o ministro a fim de o governo adotar medidas para que a produção das indústrias do Cordón “sea de verdadera utilidad social” por meio de uma indústria que atuasse em “función de las necesidades de todos los chilenos”. Também de acordo com o diário, os trabalhadores do Cordón publicaram um manifesto de apoio ao governo e às Forças Armadas no qual se ressaltava a necessidade de seguir com o processo de transformações e “crear todo el poder posible para apoyar al Gobierno de la Unidad Popular”.⁵⁶²

Como se percebe, *La Nación* buscava explicitar o caráter de apoio dos *Cordones* ao governo e de seu potencial para colaborar com a gestão estatal, evitando transparecer qualquer crítica à UP. Importante ressaltar que há uma falta de trabalhos que tenham como objeto os *Cordones* do interior do país, como é o caso do *Cordón Huachipato*, localizado na comuna de Talcahuano. Isso deixa uma importante lacuna para a compreensão entre as possíveis diferenças dos *Cordones* das grandes regiões industriais do interior e da capital, sendo por ora impossível saber, por exemplo, se a cobertura de *La Nación* sobre o *Cordón Huachipato* deixou de fora possíveis críticas ao governo de forma intencional ou se realmente elas não existiam. Os *Cordones* da capital, influenciados principalmente pelo MIR e pelo PS,

⁵⁶¹ BORGES, Elisa de Campos. Op. cit., p. 205.

⁵⁶² *La Nación*, Santiago, 3 jul. 1973, p. 5.

difícilmente expressariam uma posição de tão completo apoio ao governo. Talvez, por isso, *La Nación* tenha evitado, por um tempo, incluir em suas reportagens os principais *Cordones* da capital, e quando o fez evitou entrevistar trabalhadores identificados com o MIR ou o PS.

Alguns dias depois, *La Nación* publicou uma extensa reportagem sobre os *Cordones* em que transparecem algumas ambiguidades em relação à política do governo, muito embora o enfoque ainda permanecesse no papel que o poder popular poderia representar contra a sedição da direita. Desse modo, o título da reportagem afirmava: “Cordones Industriales: dique contra la derecha sediciosa”. Todavia, uma das manchetes da matéria dá voz a uma das principais reivindicações dos *Cordones* naquele momento: “¡no pasarán, ni las empresas serán devueltas!”. Uma referência às críticas que eram feitas nos *Cordones* às intenções do governo de devolver fábricas que haviam sido ocupadas e que não estavam incluídas no projeto de APS. Esse foi um tema de constantes tensões entre os *Cordones* e o governo desde o anúncio do já referido plano Millas no início de 1973.

Nas matérias, todavia, não há espaço para maiores críticas ao governo. Em uma das reportagens, é entrevistado o dirigente da CUT Pedro Henriquez (da qual não encontramos maiores informações), que o jornal afirmava estar na direção do *Cordón Cerrillos*. O entrevistado limitou-se a destacar o papel dos *Cordones* contra o golpe e a disposição dos trabalhadores de ocupar empresas contra novas “intentionas sediciosas” em defesa do “governo popular”. Nessa época, o *Cordón Cerrillos* era presidido pelo socialista Hernán Ortega, que não foi citado na matéria, tampouco as posições de socialistas e de miristas apareceram. Também foi entrevistado o trabalhador Juan Fernandez, da indústria Elecmetal, integrante do *Cordón Vicuña-Mackenna*; segundo ele, o *Cordón* “está sirviendo para hacer claridad a los trabajadores ante los ataques de la oposición al Gobierno Popular. Cada día logramos más avances y por eso está temerosa la derecha.”⁵⁶³ Ou seja, *La Nación* deixava transparecer muito pouco qualquer conflito entre o governo e os *Cordones*, dando expressão quase unicamente às posições que enxergavam nos *Cordones* um instrumento de defesa incondicional do governo.

Contudo, na edição do dia seguinte, 7 de julho, em outra extensa matéria sobre os *Cordones*, surgem, de forma fugaz, algumas posições mais radicalizadas sobre o papel que deveriam cumprir os *Cordones* no processo revolucionário. A matéria era intitulada “Que tiemble la derecha económica: los Cordones son más fuertes que la SOFOFA”, destacando-se o grande poder de mobilização dos *Cordones*: “en una hora están en pie los ocho que rodean

⁵⁶³ *La Nación*, 6 jul. 1973, p. 4-5.

Santiago”. Um dos trechos da matéria dava destaque à entrevista de Eugenio Cantillana, que o jornal informava ser o presidente do *Cordón Macul*⁵⁶⁴. Cantillana afirmou, de forma contundente, que as fábricas ocupadas não seriam devolvidas e que “El conflicto entre los Cordones Industriales y el Parlamento lo vamos a resolver nosotros. Nosotros decidiremos y le haremos frente a la política reaccionaria que se pretende implantar, cual es devolver las empresas a sus antiguos dueños” concluído que “los sepan, advierte aquí no se devolverá ninguna empresa porque así lo han decidido los trabajadores por unanimidad y en conjunto”. Os militantes do PS e do MIR, bastante atuantes nos *Cordones*, seguiram sem aparecer nessas matérias.⁵⁶⁵

Nesse momento, portanto, o único ponto de maior divergência entre os *Cordones* e Allende que transparecia na cobertura de *La Nación* era em torno das declarações que afirmavam que as fábricas ocupadas não seriam devolvidas aos seus proprietários. Allende, já nos primeiros dias após o *tanquetazo*, indicava que os trabalhadores deveriam começar a se desmobilizar para devolver as empresas aos seus donos, como forma de evitar maiores tensões com a oposição. No dia 25 de julho, ainda em um momento em que muitas empresas permaneciam ocupadas, o presidente foi ainda mais enfático. Em um discurso realizado na plenária de Federações dos Sindicatos de Santiago, convocada pela CUT, Allende afirmou, ao comentar uma declaração que o PS publicara na véspera:

Ayer, por ejemplo, en el diario “El Mercurio” venía una declaración, atribuida a la Comisión Política del Partido Socialista, diciendo que se había acordado que no se devolvería ninguna empresa. Esa declaración no puede ser de la Comisión Política del Partido, el Partido Socialista tuvo representantes de alta responsabilidad en la Comisión del Gobierno y de la Central Única de Trabajadores, y estuvimos de acuerdo respecto de las empresas que había que devolver y se devolvieron, compañeros. Y ya lo he indicado: se tomaron 25 a 30.000 empresas. ¿Cuántos miles, cientos y cientos de miles de empresas se han devuelto? Y ya he señalado que acerca de aquellas que están en conflicto, se está estudiando con seriedad, con responsabilidad, su paso al Área Social, al Área Mixta o si han de ser devueltas.⁵⁶⁶

⁵⁶⁴ Essa informação é confirmada por Franck Gaudichaud, que também informa que Cantillana era dirigente sindical da empresa Rittig e militante do maoísta Partido Comunista Revolucionário (PCR) cf. GAUDICHAUD, Franck. *Chili 1970-1973: Mille jours qui ébranlèrent le monde*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2013.

⁵⁶⁵ *La Nación*, 7 jul. 1973, p. 4-5.

⁵⁶⁶ ALLENDE, Salvador. Palabras pronunciadas en la sala de plenarios del Edificio de la Cultura Gabriela Mistral, con motivo del plenario de Federaciones, convocado por la Central Única de Trabajadores. 25 jul. 1973. Disponível em < <https://www.marxists.org/espanol/allende/1973/julio25.htm/>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

Em fins de julho, *La Nación* passou a tratar os *Cordones* como base integrante da CUT, transferindo, em seus discursos, o protagonismo na condução do poder popular para a Central.⁵⁶⁷ O jornal passa então a considerá-los como “defensores da revolução”, publicando extensas reportagens sobre os *Cordones* da capital e de Concepción; ademais, o jornal afirmava que eram um “embrión de poder popular”.⁵⁶⁸

Um exemplo de como os discursos de *La Nación* sobre o poder popular era percebido por um leitor foi em uma carta publicada no jornal, enviada ao diretor, por um trabalhador de Valparaíso, Luis Riquelme, que afirmava:

Compañero director, [...] paso a saludarlo en mi nombre y en el de un grupo grande de trabajadores de Valparaíso para decirle las noticias que su diario ha estado dando sobre los cordones industriales de Santiago y de Concepción, en las cuales supimos que los compañeros trabajadores de allá están bien organizados para defender al compañero Presidente de los momios facinerosos que nos quieren echar del gobierno. Nosotros estamos entusiasmados para que se den noticias de los trabajadores de Valparaíso que también estamos con nuestro Presidente [...]⁵⁶⁹

Interessante notar o alcance nacional do jornal e como aparentemente a carta foi publicada para legitimar o próprio discurso de *La Nación*, interessado em demonstrar que os *Cordones* eram estritamente um órgão de defesa do governo. Note-se que o jornal não tinha uma seção regular de cartas de leitores, desse modo tal tipo de publicação era incomum, ocorrendo de forma bastante aleatória. Apesar dos pedidos de Riquelme, não encontramos em *La Nación* mais nenhuma publicação a respeito dos *Cordones* de Valparaíso.

Na cobertura e no sentido que *La Nación* dava aos *Cordones Industriales*, desapareciam as disputas entre os setores que, por um lado, hegemonizavam a CUT (principalmente o PC) e por outro eram parte importante da direção dos *Cordones* (principalmente o PS *rupturista*). Enquanto no nos movimentos sociais as diferenças e as disputas se acentuavam, aumentando a polarização entre as esquerdas, no jornal os *Cordones* eram vistos como uma base bastante homogênea, um espaço quase acrítico de apoio a Allende e ao governo.

Por sua vez, *El Mercurio* utilizava os *Cordones* e os processos relacionados ao poder popular, principalmente as ocupações de indústrias, como aspecto privilegiado para reafirmar os perigos da “ditadura marxista totalitária”. Associado a isso, a constante denúncia de que os *Cordones* estocavam grandes quantidades de armas, constituiu um imaginário de medo que

⁵⁶⁷ *La Nación*, 23 jul. 1973, p. 4-5.

⁵⁶⁸ *La Nación*, 26 jul. 1973, p. 6-7.

⁵⁶⁹ Carta de Luis Riquelme ao diretor Oscar Waiss. *La Nación*, 10 ago. 1973, p. 26.

teve significativa influência nas ações políticas ao longo do ano de 1973. Como prática comum, o jornal também dava grande espaço para publicar trechos de discursos de deputados e senadores no Parlamento que, a partir de julho, deram grande ênfase nas questões do poder popular. Como o discurso do senador democrata-cristão Patricio Aylwin, no qual acusava a UP de quebrar o acordo das garantias constitucionais estabelecido com a DC em 1970, ao não controlar a existência de “grupos armados” e de “explosivos” nas fábricas ocupadas.⁵⁷⁰ Assim, em uma via de mão dupla, *El Mercurio* reproduzia, massificava e legitimava tais discursos, principalmente de parlamentares do PN, que acusavam o governo de transgredir a ordem institucional a fim de apoiar o radicalismo extremista.

No dia 3 de julho, *El Mercurio* afirmou em editorial: “La CUT ordena toma de industrias”. Para o jornal, as ocupações eram um fato grave, uma vez que a Controladoria Geral da República tinha acabado de rechaçar o decreto de promulgação parcial do projeto da APS, conferindo, assim, às ações “ordenadas pela CUT” um caráter “abiertamente irregular”. A isso acrescenta que: “la órdenes a que nos referimos fueron impartidos por inspiración comunista, pues dicho partido totalitario abriga la esperanza de adelantar el cambio de régimen en medio de la confusión”.⁵⁷¹

Além disso, *El Mercurio* se utilizou das ocupações para desenvolver a imagem de que o “controle marxista” avançava no Chile, publicando grandes manchetes como “Marxistas de la Cut amplían control sobre las industrias”⁵⁷², “a 49 suben industrias ocupadas por marxistas”⁵⁷³; e, sob duas grandes fotos de indústrias ocupadas, questionava: “¿Descarrilamiento de la ‘vía chilena?’”, concluindo que existia no Chile um “descarrilamiento institucional”.⁵⁷⁴

Em 5 de julho, *El Mercurio* endureceu os ataques aos *Cordones* e às ocupações. Em sua capa, estampava as manchetes: “Intervendrán Industrias Tomadas por Marxistas”, “Instrucciones de Cordón Industrial sobre preparativos de fuerza”. Segundo o jornal, detalhadas instruções para o uso de “ações de força”, atribuídas à direção do Cordón Vicuña-Mackenna foram distribuídas entre os trabalhadores das indústrias ocupadas. Tal documento teria sido entregue à polícia e à imprensa por trabalhadores da indústria Lucchetti, que não “compartían de la ideología del Cordón”. Segundo o jornal, além de uma série de questões logísticas, as instruções davam detalhes sobre o uso de armamentos e explosivos, com

⁵⁷⁰ *El Mercurio*, Santiago, 12 jul. 1973, p. 1.

⁵⁷¹ *El Mercurio*, Santiago, 3 jul. 1973, p. 1.

⁵⁷² *El Mercurio*, Santiago, 6 jul. 1973, p. 1.

⁵⁷³ *El Mercurio*, Santiago, 7 jul. 1973, p. 1.

⁵⁷⁴ *El Mercurio*, Santiago, 8 jul. 1973, p. 1.

orientações para que os trabalhadores do *Cordón* levassem às suas fábricas armas e materiais para fabricação de explosivos e coquetéis molotov.⁵⁷⁵

Na capa dessa edição, em meio a fotografias de fábricas ocupadas nas quais se viam faixas com dizeres como “esta empresa fue tomada por decisión de sus trabajadores”, *El Mercurio* informava também que o governo havia anunciado que interviria em empresas “ocupadas ilegalmente”. Segundo o jornal, “la mayoría de las industrias y fábricas de la capital se encuentran en poder de trabajadores de Izquierda”, mas que em outras industrias, grupos de trabalhadores “que no comparten los procedimientos de tipo marxista” denunciavam que “minorías apoyadas a veces por gente extraña a la firma pretenden imponer su criterio político”.⁵⁷⁶ Assim, usualmente o jornal buscava contrapor a noção de democracia à atuação marxista, além de tentar mostrar, quando lhe convinha, que existia um conflito entre o governo e setores de trabalhadores.

De acordo com Elisa Borges, após o *tanquetazo*, chegou a existir em muitas lideranças dos *Cordones* uma preocupação de como iniciar um processo para armar os trabalhadores, vislumbrando a possibilidade de futuros enfrentamentos. Contudo, o treinamento militar acabou por ficar restrito às bases partidárias do MIR e do PS, não existindo uma política de armamento e treinamento massivo dos *Cordones*. Para a autora:

[...] a temível preparação militar dos Cordones, ao que parece, era quase nenhuma, e dependia, definitivamente, da disposição dos dirigentes partidários e da conjuntura política imediata; não se vislumbrava, portanto, uma ação de longo prazo para a constituição de milícias populares.⁵⁷⁷

Em obra recente, Carlos Altamirano acrescenta, criticando o próprio PS, do qual era secretário geral na época, de não efetivar as resoluções dos congressos que aprovaram as teses de que sem um poder armado não seria possível realizar no Chile um processo revolucionário:

Nosotros construimos el programa de Gobierno conforme a una lógica legalista, por eso ese programa no incluyó ningún acápite relativo al acopio de armas ni a la formación de milicias armadas con el objetivo de asegurar el poder y la realización de los objetivos revolucionarios. Allende y la UP, en general, se atuvieron al legalismo y, por añadidura, al parlamentarismo. Nadie — salvo el MIR, pero en una pobre medida — se planteó la necesidad de cumplir los acuerdos de Linares y Chillán, o de construir un efectivo poder armado.⁵⁷⁸

⁵⁷⁵ *El Mercurio*, Santiago, 5 jul. 1973, p. 1.

⁵⁷⁶ *El Mercurio*, Santiago, 5 jul. 1973, p. 1.

⁵⁷⁷ BORGES, Elisa de Campos. Op. cit., p. 242.

⁵⁷⁸ SALAZAR, Gabriel. *Conversaciones con Carlos Altamirano: memorias críticas*. Santiago, Random House Mondadori, 2010, p. 341.

El Mercurio, ao sugerir a existência de artefatos explosivos e armas nas fábricas ocupadas, buscava desenvolver a imagem dos *Cordones* como espaços de preparação para enfrentamentos armados e, portanto, hostis à institucionalidade democrática; ao mesmo tempo, o jornal passava a cobrar a aplicação da Lei de Controle de Armas, que havia sido aprovada e sancionada pelo presidente em fins de 1972, como parte das concessões de Allende à DC para a resolução da crise de outubro, mas que só passaria a ser efetivamente usada pelas Forças Armadas após o *tanquetazo*. Para *El Mercurio*, no editorial “Responsabilidad del Gobierno”, a mobilização da CUT e dos *Cordones* contra o *tanquetazo* significou:

[...] una revelación inesperada del armamento y militarización de grupos de choque [...] quedó a la vista que los cordones industriales y demás grupos que ofrecen constantemente su respaldo al Gobierno estaban en posesión de arsenales de distintas magnitudes y que su objetivo era entrar a una verdadera contienda con elementos civiles o uniformados.

Conta isso, *El Mercurio* fazia uma defesa acalorada da aplicação da Lei de Controle de Armas e concluía: “[...] el país ha comenzado a vivir días amenazantes para la paz interior, a través de un proceso desatado de arrasamiento de la propiedad privada, de industrias y empresas, bajo las órdenes reiteradas de la CUT e con participación abierta del MIR.” O jornal afirmava que, a pesar de Allende ter sugerido que as fábricas ocupadas deviam ser devolvidas aos donos, suas opiniões tinham pouca efetividade diante das ações de socialistas e setores radicais, que exerceriam influência decisiva no governo.⁵⁷⁹ Esse discurso é parte de outra imagem que o jornal buscava desenvolver, a que existia um “doble juego” por parte da UP: por um lado, as declarações públicas tranquilizadoras e de respeito à institucionalidade; e por outro, as ações ilegais, com o armamento dos Cordones com os quais se pretendia “cercar as cidades” como parte da “implantación de la dictadura marxista”.⁵⁸⁰

A Lei de Controle de Armas foi um capítulo a parte do processo de repressão, desmobilização e desmoralização do poder popular nos meses prévios ao golpe. Em geral, *El Mercurio* apresentava com grande estardalhaço os resultados das ações de buscas feitas pelas Forças Armadas em indústrias, *poblaciones*, sindicatos, sedes de partidos e terrenos. Em geral, dava grande destaque à descoberta de arsenais e explosivos. Todas as pesquisas históricas posteriores indicam, porém, que, os “terríveis e amplos arsenais” não passavam de

⁵⁷⁹ Responsabilidad del Gobierno. *El Mercurio*, Santiago, 8 jul. 1973, p. 3.

⁵⁸⁰ Avanza la dictadura. *El Mercurio*, Santiago, 9 jul. 1973, p. 3.

poucas e rudimentares armas, quando existiam, refletindo a inexistência de uma atuação efetiva dos partidos da UP de treinar e armar os trabalhadores dos *Cordones* para resistir às ofensivas golpistas.

Em *La Nación*, não existiu postura editorial mais contundente que questionasse a aplicação da Lei de Controle de Armas. Nos poucos editoriais que tocaram no assunto, o discurso, em geral, era o de cobrar que a aplicação da Lei fosse feita também contra os setores de extrema-direita, onde “realmente estavam às armas” e que a aplicação da Lei nos *Cordones* era em vão. O jornal limitava-se a afirmar que as denúncias de existências de armas feitas pela imprensa e pelo uso da Lei de Controle de Armas pela “oligarquia capitalista” pretendia empurrar o comando das Forças Armadas contra o povo. Além de criticar os excessos e as buscas mais violentas.⁵⁸¹

Para *La Nación*, portanto, parecia que não era exatamente um setor do próprio comando militar que utilizava a Lei de Controle de Armas contra o povo. Apenas em reportagens, bastante esporádicas, havia alguns questionamentos à aplicação da Lei, e ocorriam ou por meio de declarações da CUT e do PS, ou ao noticiar as buscas em que ocorreram violências mais graves, como na mais lembrada dessas operações militares, realizada na indústria Lanera Austral, na região de Magallanes, no início de agosto de 1973, que resultou na morte de um operário⁵⁸². Apesar de ter recebido destaque nas páginas internas, essa ação repressiva não foi noticiada na capa nem gerou qualquer comentário editorial. A ausência de uma postura mais dura contra a forma pela qual os militares aplicavam a Lei de Controle de Armas (assim como contra a própria Lei) pode ser explicada pela maneira como, em geral, *La Nación* lidava com as Forças Armadas, buscando evitar qualquer tipo de denúncia, crítica ou enfrentamento, como analisaremos na próxima parte deste capítulo.

Já *El Mercurio* tinha uma linha editorial de completo apoio ao uso da Lei De controle de Armas. Contra as informações de órgãos do próprio governo de que as buscas não estavam

⁵⁸¹ ¿Quien tiene las armas?. *La Nación*, Santiago, 6 ago. 1973, p. 3.

⁵⁸² Em 5 de agosto de 1973, um operativo militar do Exército, FACH e Marinha, que contou com cerca de 500 militares, efetuou uma ação de busca simultaneamente em várias indústrias na região de Punta Arenas. O operativo utilizou tanques blindados, helicópteros e jipes com metralhadoras. A ação foi dirigida pelo general Manuel Torres de la Cruz, comandante da Quinta Divisão do Exército e que depois seria um dos chefes do golpe nessa região do país. Com uma grande violência, sob golpes de pontapé, os trabalhadores foram revistados e ordenados a sair dos locais de trabalho. Essa ação resultou na morte do trabalhador Manuel González Bustamente, metralhado por um dos militares após desobedecer à ordem de parar quando saía de um banheiro. Outro trabalhador foi ferido com golpes de baioneta quando demorou a sair do setor de máquinas. ÓRTIZ DE ZÁRATE, Verónica Valdívía. Chile: ¿un país de “excepción”? La Ley de Control de Armas y la máquina represiva puesta en marcha. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Org.). Fiesta y Drama: nuevas historias de la Unidad Popular. Santiago: LOM, 2014, p. 226.

encontrando arsenais e dos protestos dos *Cordones* e da CUT contra a aplicação da Lei, *El Mercurio* era enfático:

Las Actuaciones desarrolladas por la FACH en Santiago y efectivos de la Marina en Valparaíso en busca de armamentos ocultos revelan una sapa y tranquilizadora intención de cumplir con el papel que la ley asignó a las instituciones armadas en el control de la tenencia y uso de armas de fuego en el país. [...] Las declaraciones del Subsecretario del Interior revelan el ánimo de seguir encubriendo una realidad que nadie desconoce. Ha dicho el señor Vergara que [...] no fueron encontrados armamentos durante las operaciones de la FACH y de la Marina. Como ni los intendentes ni los carabineros o agentes tienen injerencia alguna en la actuación de la Justicia Militar, la declaración carece de todo valor. [...] La guerra civil se previene intensificando las inspecciones de las Fuerzas Armadas [...]⁵⁸³

Verónica Valdívía destaca que as buscas de armas permitiram a definição de um “inimigo interno”, uma vez que os locais vistoriados eram taxados como espaços instigadores da guerra civil. A acusação de que a UP preparava uma “ditadura totalitária” ganhava vida com a imagem dos *Cordones Industriales* repletos de armas, preparados para atacar a qualquer momento. Valdívía sugere também como a aplicação da Lei de Controle de Armas conferiu uma autonomia aos militares em relação ao poder civil, dando legitimidade às ações militares como forma de resolução do conflito social por meios repressivos. Para a autora, a violência com que ocorriam as buscas e a ação militar contra trabalhadores desarmados contribuíram para que no momento do golpe os oficiais e as tropas já estivessem familiarizados com essas práticas repressivas. Os discursos da imprensa oposicionista, sobretudo de *El Mercurio*, contribuíam para legitimar essas violentas ações militares. Muito embora a violência terrorista instalada com a ditadura militar não tivesse comparação com o ocorrido anteriormente, a aplicação da Lei de Controle de Armas colocou em movimento a futura máquina repressiva com práticas que seriam depois generalizadas e rotineiramente incorporadas à maquinaria repressiva estatal. Dessa forma, as ações repressivas dos militares, nos últimos meses antes do golpe, funcionaram como uma espécie de “prolegómenos de la dictadura” que estava por vir.⁵⁸⁴

⁵⁸³ Resultado efectivos del control de armas. *El Mercurio*, Santiago, 11 jul. 1973.

⁵⁸⁴ ÓRTIZ DE ZÁRATE, Verónica Valdívía. Chile: ¿un país de “excepción”? La Ley de Control de Armas y la máquina represiva puesta en marcha. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Org.). *Fiesta y Drama: nuevas historias de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2014, p. 229-232.

Com o golpe, colocou-se fim também à efervescência política do poder popular. A criatividade política dos setores sociais que apontavam para a construção de novas formas de participação democrática foi esmagada pelo autoritarismo das armas.

El Mercurio, como demonstrado, foi fundamental para amplificar medos e temores sobre os significados do poder popular, contribuindo para a escalada autoritária contra os movimentos sociais e as esquerdas.

La Nación, por sua vez, pecou pela hesitação entre um apoio incondicional aos *Cordones* e seu compromisso com as posições de Allende. Suas páginas primaram pela ausência de uma irresoluta posição política, em prejuízo da necessária clareza estratégica e unidade para se combater o golpe. Ademais, o jornal comportava-se quase exclusivamente como um órgão do Estado, não servindo para expressar a multiplicidade das posições políticas do processo revolucionário. Dessa forma, *La Nación* absteve-se de publicar as principais resoluções e manifestos dos *Cordones* e outros espaços de poder popular. Em suas páginas, por exemplo, não apareceram os trechos da célebre carta enviada pela *Coordinadora Provincial de los Cordones Industriales* ao presidente Allende, tornada pública em 5 de setembro de 1973, que denunciava as vacilações do governo diante da direita e que trazia um claro prenúncio do que estava por acontecer:

[...] ha considerado de urgencia dirigirse a Ud. alarmados por el desencadenamiento de una serie de acontecimientos que creemos nos llevarán no sólo a la liquidación del proceso revolucionario chileno sino, a corto plazo, a un régimen fascista del corte más implacable y criminal.

Antes, teníamos el temor de que el proceso hacia el socialismo se estaba transando para llegar a un gobierno de centro reformista, democrático burgués que tendía a desmovilizar a las masas o a llevarlas a acciones insurreccionales de tipo anárquico por instinto de conservación.

Pero ahora analizando los últimos acontecimientos nuestro temor ya no es ese; ahora tenemos la certeza de que vamos en una pendiente que nos llevará inevitablemente al fascismo. [...]

Pero nosotros preguntamos ¿dónde está el nuevo estado, la nueva constitución política, la Cámara única, la asamblea popular, los tribunales Supremos?

Han pasado tres años, compañero Allende, y Ud. no se ha apoyado en las masas y ahora nosotros, los trabajadores, tenemos desconfianza.

Los trabajadores sentimos una honda frustración y desaliento cuando su Presidente, su Gobierno, sus Partidos, sus organizaciones, les dan una y otra vez orden de replegarse en vez de la voz de mando de avanzar. Nosotros

exigimos que no sólo se nos informe sino que también se nos consulte sobre las instrucciones que al fin y al cabo son definitivas para nuestro destino.

Sabemos que en la historia de las revoluciones, han habido momentos para replegarse y momentos para avanzar; pero sabemos, tenemos la certeza absoluta que en lo último, años podríamos haber ganado no sólo batallas parciales sino la lucha total; [...] ⁵⁸⁵

Na nossa compreensão, os espaços e práticas do poder popular expressaram um legítimo aspecto de um processo de criatividade política que surgia em grande medida além das estruturas tradicionais e inauguravam novas formas de organização política, muito embora influenciada pelos partidos e pela cultura política e pelas práticas tradicionais das esquerdas. A férrea posição de Allende e do PC que tratavam o poder popular sob a lógica do atrelamento estatal, atuando para inseri-lo nos trilhos da “via chilena”, acabaram por não valorizar adequadamente uma das mais ricas possibilidades daquele processo: uma reorganização estratégica que se apoiasse na mobilização popular e na criatividade política dos setores populares para avançar em uma ruptura revolucionária, o que evidentemente se trataria de questionar, em algum momento, a própria estratégia inicial. Em alguns períodos, pareceu existir uma correlação de forças para isso, principalmente na conjuntura da derrota da intenção golpista em outubro de 1972 e no imediato momento após a vitória da mobilização popular contra o *tanquetazo*, em junho de 1973. Contudo, a lógica da “revolução democrática e institucionalizada” acabou por atuar como um arcabouço teórico-político, orientado por um considerável grau de dogmatismo, que impediu a possibilidade de vislumbrar, entre o setor gradualista, uma reorientação mais profunda da própria dinâmica do processo. O poder popular, portanto, acabou sendo visto, sobretudo, como algo a ser incorporado à estratégia inicial da “via chilena” e não um dínamo irradiador de uma nova dinâmica revolucionária.

3.4 Militares e poder político: entre o constitucionalismo e a sedição

A partir de perspectivas e sentidos diferentes, *La Nación* e *El Mercurio* fizeram usos frequentes de representações e interpretações sobre o papel das Forças Armadas no processo da “via chilena”. Nesse sentido, a questão militar foi de fundamental importância tanto para o processo de tentativa de realização da “via chilena” como para as estratégias discursivas dos

⁵⁸⁵ GAUDICHAUD, Franck. Op. cit., p. 441-447.

jornais e sua atuação política voltada a estabelecer consensos e legitimar ações políticas das Forças Armadas.

Os militares deveriam participar diretamente do governo? Como interpretar essa participação à luz da ideia do tradicional profissionalismo e apoliticismo militar? De que forma deveriam atuar diante da intensificação dos conflitos? Os jornais estiveram bastante atentos a essas e outras questões. Assim, por exemplo, a integração de oficiais do alto comando das Forças Armadas ao gabinete de Allende foi tema bastante espinhoso para *El Mercurio*, uma vez que o jornal tinha uma linha editorial de evitar qualquer tipo de crítica aos militares, inclusive aos constitucionalistas mais próximos do presidente. Porém, *El Mercurio* não se absteve de problematizar o papel que essa integração poderia cumprir em um governo que caminhava, segundo o jornal, para uma “ditadura totalitária”. Adiante, veremos como o jornal lidou com essas dificuldades e como *La Nación*, por sua vez, manteve, nesse tema, uma estratégia discursiva essencialmente coincidente com as posições de Allende.

A evocação da tradição constitucionalista e democrática chilena, base da ideia de que o Chile tinha um caráter excepcional em um continente repleto de governos ditatoriais, foi aspecto recorrente nos discursos dos dois jornais. Não por acaso, a construção imagética de um Chile que estaria imune a rupturas institucionais esteve no cerne da política militar da UP, cujo subproduto era a exaltação da natureza profissional e constitucionalista das Forças Armadas. Nos discursos de Allende, era frequente o apelo a essa tradição, principalmente como aspecto retórico que procurava justificar escolhas e alternativas estratégicas da “via chilena”. O seguinte trecho de um discurso proferido pelo presidente no Parlamento em 1971 é um significativo exemplo:

Os céticos e catastrofistas [...] afirmam enfaticamente que as Forças Armadas e os Carabineiros, até agora elementos de sustentação da ordem institucional que superaremos, não aceitariam garantir a vontade popular decidida a edificar o socialismo em nosso país. Esquecem a consciência patriótica das nossas Forças Armadas e dos Carabineiros, sua tradição profissional e sua submissão ao poder civil. [...] E afirmo que as Forças Armadas chilenas e o Corpo de Carabineiros, mantendo fidelidade a seu dever e a sua tradição de não interferir no processo político, serão o apoio de uma ordem social que corresponda à vontade popular expressa nos termos estabelecidos pela Constituição.⁵⁸⁶

Os meios de comunicação, ao circularem ideias e visões de mundo, reforçam ou questionam valores e tradições. No caso da ideia da tradição democrática chilena, tanto *El*

⁵⁸⁶ ALLENDE, Salvador. A via chilena para o socialismo. IN: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012, p. 417.

Mercurio quanto *La Nación*, em diferentes momentos ao longo da conflituosa tentativa de realização do programa da UP, incorporaram em suas estratégias discursivas essa visão sobre as Forças Armadas e sobre a dinâmica política chilena.

De acordo com Tomás Moulian, a confiança criada desde o início no papel crucial que os militares exerceriam para a segurança constitucional foi fundamental para contornar, no plano teórico, as dificuldades enfrentadas pela UP ao se deparar com os problemas relacionados ao Estado de Direito e sua compatibilização com o projeto da “via chilena”. A UP, ao fazer uso do poder conquistado, outorgava ao Estado o papel de sustentar um precário equilíbrio entre legalidade e transformação revolucionária. Algo que, em essência, consistia em um governo que buscava transformar pela via institucional o capitalismo em socialismo. Desse modo, o papel que a UP concedia ao Estado era o de garantidor — por meio das instituições jurídicas e coercitivas — de um novo Estado de Direito que surgia. Não desapareceria por completo a propriedade privada dos meios de produção, porém ela seria limitada e subordinada à propriedade social, e sua existência privilegiada seria negada. Segundo Moulian, esse seria o ponto crucial nas limitações e insuficiências das elaborações teóricas da UP: conferia-se ao Estado o papel de articulador de uma totalidade social, desconsiderando-o enquanto espaço dos conflitos entre as classes sociais. Ou seja, o Estado era entendido como mero aparato institucional, cuja garantia de funcionamento asseguraria também o sucesso da “via chilena”. Coerente com isso, a conformação de redes capazes de construir relações de classes para sustentar o projeto da UP é secundarizada diante da esperança do apoio ao funcionamento institucional baseado no constitucionalismo das Forças Armadas.⁵⁸⁷

Contudo, de acordo com a historiadora Verónica Valdívía, não só de confiança no profissionalismo das Forças Armadas consistiu a política militar da UP. Dentro da perspectiva de transição institucional ao socialismo da “via chilena”, seria necessário considerar a questão militar dentro de um processo de transformação do Estado em uma dinâmica de médio e longo prazo. A autora aponta que a UP teve uma política militar baseada em dois grandes eixos: a manutenção da subordinação militar ao mando civil, reiterando seu caráter constitucionalista e a incorporação das Forças Armadas às tarefas de desenvolvimento nacional e do processo de transformações sociais e políticas, tratando de conferir a isso uma fundamentação doutrinária baseada na perspectiva de modernização e desenvolvimento

⁵⁸⁷ MOULIAN, Tomás. La via chilena al socialismo: itinerario de la crisis de los discursos estratégicos de la Unidad Popular. In: PINTO VALLEJOS, Julio (org). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005, p. 38-39.

social. Assim, a UP buscou incorporar os militares às diversas iniciativas estatais e à direção de empresas e instituições públicas, destacando-se sua atuação em planos de obras públicas e de serviços comunitários.

Verónica Valdívía enfatiza também que as teses que apontam que a UP teve certa “ingenuidade” ao confiar no constitucionalismo militar desconsideram a existência nas Forças Armadas de tendências nacionalistas de caráter terceiro-mundista e de inclinação anti-imperialista. Segundo a autora, o desenvolvimento histórico das Forças Armadas chilenas indicava que o anticomunismo, embora consideravelmente forte, não era o fator preponderante em sua doutrina. Isso principalmente se considerada a existência de um setor de oficiais comprometidos com uma perspectiva “ibañista”, partidária da necessidade de reformas estruturais e que conservava entre os militares um visão do papel do Estado como agente desenvolvimentista e de ampliação da participação democrática.⁵⁸⁸

Esse “reformismo militar” sofria influências de experiências nacionalistas do “terceiro mundo”, principalmente do chamado socialismo árabe, em particular de Gamal Abdel Nasser do Egito. A doutrina militar também era influenciada por intelectuais como Raúl Prebisch, ligado à CEPAL, e autores mais conservadores, como o sociólogo italiano Gino Germani. Essas influências mesclavam-se às orientações da Doutrina de Segurança Nacional, o que deu origem, de acordo com Valdívía, a uma doutrina militar baseada em um “nacionalismo socialista, no marxista, que aspiraba a la independencia soberana con desarrollo económico y social, pero sin comprometerse con ninguno de los bloques”. Dessa forma, parte dos militares expressava uma boa dose de anticomunismo, mas não eram reacionários às mudanças estruturais, percebidas como urgentes e necessárias.⁵⁸⁹

Esse complexo caldo político-ideológico que formava a doutrina militar chilena também foi analisada pelo general Carlos Prats: “las FF.AA. están integradas en un 80% de su personal por una planta de tendencia política centro-izquierdizante, no proclive al marxismo”; entre altos oficiais e suboficiais, havia a preponderância de grupos de tendência “direitista”; na oficialidade e baixa oficialidade, outro grupo estaria “infiltrado por la propaganda marxista”. Outro dado importante apresentando pelo general é quanto à composição social das Forças Armadas: “El 90% del contingente habitual de las FF. AA. es

⁵⁸⁸ ÓRTIZ DE ZÁrate, Verónica Valdívía. Todos juntos seremos la historia: venceremos. Unidad Popular y Fuerzas Armadas. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Org.). *Cuando hicimos historia. La Experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005, p. 183.

⁵⁸⁹ Idem.

juventud de procedencia obrera y campesina; el 10% restante es estudiantado de clase media. En general, no hay conscriptos de la clase alta.”⁵⁹⁰

As análises de Verónica Valdívía se opõem às visões de importantes atores políticos da época que afirmavam a impossibilidade, dada a natureza “burguesa” das instituições militares, de cumprirem um papel de sustentação das transformações revolucionárias sem que sofressem uma grande transformação estrutural. Crítica produzida principalmente pelos setores *rupturistas*. Carlos Altamirano, por exemplo, em sua obra *Dialéctica de una derrota*, publicada no exílio em 1977, fez uma incisiva análise da política militar da UP, concluindo que um dos grandes problemas do governo foi não ter atuado para intervir e transformar radicalmente a própria estrutura militar.

De acordo com Altamirano, o alegado “apoliticismo” militar estaria condicionado à capacidade do sistema em regular suas crises internas, sem a necessidade de recorrer à violência. Os militares permaneceriam nos quartéis desde que as crises e conflitos surgidos no interior da burguesia e desta com os demais setores sociais pudessem ser resolvidos por meio da institucionalidade e que o “sistema de dominação” capitalista não estivesse em perigo. Altamirano afirma que na época era aceito quase sem questionamentos a “ilusión de una fuerza armada políticamente prescindente, no deliberante y sometida al poder civil. Una especie de mítico ejército profesional, más allá de las clases y por encima de sus conflictos”. E que esse “mito”, ao não ser questionado a partir da própria história chilena, acabou justificado por uma “ideologia constitucionalista”, minimizando o papel que as instituições armadas cumprem em uma sociedade de classes. Não negando a existência de um setor do alto comando de fato comprometido com valores constitucionalistas, Altamirano apontava que isso, contraditoriamente, acabava ocultando que esse setor, sobretudo pelos valores de classe que partilhava, não poderia cumprir um papel consequente nos enfrentamentos do processo revolucionário.⁵⁹¹

Altamirano coloca o anticomunismo e o nacionalismo de direita, este com valores calcados no destino manifesto de uma “grande nação”, como componentes essenciais na formação do pensamento militar chileno. Ressaltando que os EUA tiveram decisiva influência na formação profissional do comando militar, ao mesmo tempo em que as Forças Armadas chilenas tinham grande dependência do país imperialista no plano tecnológico e de abastecimento de material bélico. Fato que se intensificou com o estreitamento dos laços entre exércitos de países latino-americanos e os EUA após o triunfo da Revolução Cubana. Diante

⁵⁹⁰ PRATS, Carlos. *Memorias. Testimonios de un soldado*. Santiago: Pehuén, 1985, p. 141.

⁵⁹¹ ALTAMIRANO, Carlos. *Dialéctica de una derrota*. Cidade do México, Siglo XXI, 1977, p. 149.

dessas caracterizações, o ex-secretário geral do PS chega à conclusão de que a UP não teve uma política militar efetiva. Para ele, a UP “se limitó a ensayar un tipo de vinculación que no penetra en las formas tradicionales de manejo de los asuntos castrenses ni alteró la naturaleza formativa de sus cuadros.” Portanto, seria necessário ir muito além de “satisfazer as orientações profissionais” dos militares.⁵⁹²

Sob a perspectiva apriorística da inevitabilidade da falência do projeto constitucionalista da “via chilena”, Altamirano advoga que teria sido possível articular uma linha estratégica armada desde que a direção da UP manifestasse uma resoluta decisão nesse sentido. Tal linha privilegiaria, por um lado, intervenções internas nas Forças Armadas, promovendo quadros e comandantes leais, dissolvendo focos sediciosos e destituindo elementos de inclinação golpista e usando pressupostos legais, como a exoneração de oficiais por meio da Junta de Qualificações, artifício já usado em governos anteriores; por outro, a criação de milícias operárias armadas, apoiando-se na intensa mobilização popular. Perspectiva, evidentemente, antagônica a de Allende, do PC e de parte do próprio PS.⁵⁹³

Independentemente dos juízos que se possa fazer dessas conclusões, o fato é que existiu uma intensa disputa na opinião pública pelos sentidos e o papel que deveriam cumprir os militares no processo político, como se pode constatar nos jornais analisados.

Em *La Nación*, antes dos socialistas assumirem a direção, havia um jubiloso tom de exaltação dos militares na história do país, como é possível observar no seguinte editorial de 19 de setembro de 1970, data em que o Chile celebra as Glórias do Exército:

Sí hay algo de que nos enorgullemos legítimamente [...] es del comportamiento siempre recto, nunca desmayado, con que las Fuerzas Armadas de Chile dan muestras de su singular preparación y claro sentido de sus deberes para con el pueblo que les da su razón de ser. En eso el soldado de esta tierra testimonia que es el digno guardián de las tradiciones que ya le impusieron a Chile los padres de la Patria. [...] Chile se mira en sus Fuerzas Armadas y, al hacerlo, horna el fruto de la historia.⁵⁹⁴

Sob a administração de Oscar Waiss, o louvor às Forças Armadas, enquanto instituição, perdeu centralidade, cedendo lugar à exaltação de personagens da história militar chilena identificados com a noção de constitucionalismo. Foi assim, por exemplo, na edição de 21 de maio de 1971, data de comemoração das “glórias navais”, em que o jornal dedicou várias páginas ao tema. Na capa, ocupando meia página, publicou-se uma gravura de Arturo

⁵⁹² Idem.

⁵⁹³ ALTAMIRANO, Carlos. Op. cit., p. 138-153.

⁵⁹⁴ Día de las Fuerzas Armadas, *La Nación*, Santiago, 19 set. 1970, p. 3.

Prat⁵⁹⁵, considerado o maior herói naval do país, capitão de fragata na Guerra contra a Espanha (1865-1866) e morto em Iquique, em 1879, durante os combates da Guerra do Pacífico. A imagem mostra Prat na beira do mar, envolvido em um pavilhão com os símbolos chilenos; a mão no peito, olhar em riste, a espada desembainhada, em pé sobre um homem aparentemente morto. Ao lado da imagem, um laudatório texto glorificando os feitos do “herói nacional” e comparando-o a grandes estrategistas militares da história mundial. Embora não se fizesse uma associação direta com Prat, Allende também aparece em uma notícia de capa:

Figura 17



La Nación, 21 mai. 1972, p. 1.

No editorial dessa edição, o jornal afirma:

En este día, tan cargado de la más pura substancia de la Patria, el pueblo de Chile recuerda conmovido a los héroes de Iquique, a Arturo Prat y a sus hombres que dieron la vida en el cumplimiento del deber [...] Arturo Prat

⁵⁹⁵ A imagem publicada é uma reprodução livre (que o jornal indica ter sido feita por S. Figueroa) baseada na litografia “Arturo Prat Chacón, 21 de mayo de 1879”, criada em 1879 por Luis Fernando Rojas, desenhista chileno que viveu entre 1857 e 1942.

simboliza lo mejor de nuestro pueblo, de su historia cívica y militar, de sus Fuerzas Armadas y de todas las instituciones de la República que [...] se ponen nacionalmente de pie cuando de la defensa de la Nación se trata, virtud esta que el país vigila con celo.

Em sua defesa dos setores constitucionalistas das Forças Armadas, o tom patriótico e de glorificação do nacional, atribuído às virtudes dos grandes heróis pátrios, será elemento importante nas estratégias discursivas de *La Nación*. Esse tipo de evocação do passado histórico chileno em geral aparecia para legitimar a atuação dos militares identificados com o constitucionalismo, como o general René Schneider e Carlos Prats. No discurso do jornal, os constitucionalistas do presente compartilhavam os mesmos ideais e à devoção patriótica de personagens históricos como Arturo Prat.

Já em *El Mercurio*, em editorial nessa mesma data festiva, o enfoque e o tom são um pouco distintos. Há o júbilo com as glórias do passado heroico da Marinha e de sua tradição patriótica, porém sem ter como ênfase destacar a atuação de Arturo Prat ou outro herói nacional. Dessa forma, o jornal buscava enaltecer a própria instituição, evocando o passado histórico da Armada para fazer alusão às crises do presente:

Los distintos gobiernos han tratado de prestar atención a las aspiraciones ineludibles de la defensa naval. Sin embargo, cada día se profundiza más la consciencia de que sólo una economía sana y dinámica puede asegurar la continuación y el perfeccionamiento materiales de la Armada [...] En el día de las glorias navales, el país se inclina con veneración hacia el recurso inmortal de los héroes, pero también expresa su agradecimiento al constante y abnegado esfuerzo de nuestros marinos de hoy.⁵⁹⁶

A incorporação dos militares ao gabinete ministerial após a grave crise de outubro de 1972 teve importantes impactos para a continuação do governo e para as lutas fracionais dentro das Forças Armadas, assim como suscitaram importantes debates na imprensa. *El Mercurio* manteria seu apoio incondicional às instituições militares ao mesmo tempo em que vociferava contra um governo dirigido, em parte, por altos oficiais? Criticaria abertamente Prats e os outros generais que cumpriam um papel claramente político? Por sua vez, *La Nación* daria espaço para os setores da esquerda que criticavam a estratégia adotada por Allende?

Dada as conversações de Allende com os militares para formação de um novo gabinete, *El Mercurio* apostou em uma fórmula inventiva: os militares não teriam uma atuação de natureza “política”, sua presença no governo seria meramente uma forma da

⁵⁹⁶ Día de las glorias navales. *El Mercurio*, Santiago, 21 mai. 1972, p. 3.

oposição ter a garantia de que a UP iria cumprir os acordos estabelecidos, fundamentais para o desfecho do conflito, e para garantir a manutenção da ordem pública, gravemente ameaçada, segundo o jornal, pelo “marxismo”. Ou seja, os ministros militares de Allende, por esse discurso, continuariam a ser parte da tradição constitucionalista das Forças Armadas, adeptos da “doutrina Schneider” de não participação política em assuntos governamentais, sua participação no governo seria episódica e de natureza “arbitral”, resguardando interesses constitucionais. Uma curiosa forma de tentar despolitizar algo eminentemente político. Para justificar essa posição, *El Mercurio*, nos dias seguintes ao anúncio do novo ministério, deu grande destaque em sua capa para declarações que afirmavam o caráter apolítico da presença militar no governo. Da mesma forma, o jornal publicou uma carta de Patricio Aylwin em que analisava e reafirmava a doutrina Schneider, assim como destinou vários editoriais sobre o assunto.

Destarte, em 3 de novembro, o jornal trazia na capa: “Participan FF.AA. y dirigentes de trabajadores: Juro el nuevo gabinete”, destacando em uma manchete: “Declaró General Prats: FF. AA. no asumen compromiso político”⁵⁹⁷ e no editorial concluía:

De peldaño en peldaño el Gobierno de la Unidad Popular ha recorrido inútiles jornadas, sin solucionar absolutamente nada. Finalmente ayer ha debido reorganizar a fondo la composición ministerial [...] Las Fuerzas Armadas entrarán a dar a la gestión del Gobierno un espíritu ajeno al sectarismo y al empecinamiento marxista. Es un resultado que se alcanza a pesar de todo.⁵⁹⁸

Não obstante, somente alguns dias depois o jornal produziu um editorial no qual trazia mais argumentos para justificar o papel que os militares poderiam cumprir no governo, ao mesmo tempo em que era, mais uma vez, exaltado o constitucionalismo das Forças Armadas chilenas. Nesse editorial, *El Mercurio* destacava a função que os militares haviam tido na manutenção da ordem pública durante o conflito de outubro, afirmando que: se o “pior final” não aconteceu, foi graças ao trabalho das Forças Armadas, “cuya completa neutralidad en la pugna entre los gremios y el Gobierno y cuya acción infatigable lograron que estos difíciles días se vivieran con el mínimo de sacrificio compatible con la situación”. *El Mercurio* tentava inclusive justificar a atuação que os militares tiveram em ações contra a oposição:

⁵⁹⁷ *El Mercurio*, Santiago, 3 nov. 1972, p. 1

⁵⁹⁸ A pesar de todo. *El Mercurio*, Santiago, 3 nov. 1972, p. 3.

Era inevitable que la tarea de las Fuerzas Armadas hiriera algunas expectativas políticas, generara roces con los civiles y suscitara incomprensiones en algunos sectores. Los ánimos estaban demasiado caldeados para atender razones y las iniciativas del Gobierno de la Unidad Popular ponían a prueba la paciencia de los opositores ensayando arrestos, requisamientos y otras medidas represivas. Las Fuerzas Armadas, estando legalmente a cargo del orden público y de la tranquilidad ciudadana, se encontraron en una de las situaciones más difíciles de su trabajo profesional, pero consiguieron sortearla con buen éxito.⁵⁹⁹

Na conclusão do editorial, mais uma vez o jornal exaltava o papel de guardião constitucional das Forças Armadas:

Al término del régimen de estado de emergencia, forzoso es atribuir a la disciplina y espíritu profesional de las Fuerzas Armadas el hecho de que el país haya permanecido en orden [...] Esta presencia eficaz de Las Fuerzas Armadas las acredita sobradamente como fiadoras del orden constitucional y permite abrigar las certidumbre de que ellas garantizaran también la limpieza y libertad de los comicios de marzo próximo [eleições parlamentares de março de 1973].⁶⁰⁰

Há em tudo isso uma clara disputa discursiva em torno das Forças Armadas. *El Mercurio*, como um dos articuladores das forças que buscavam derrotar o governo, evitava questionar e promover fissuras na imagem pública das instituições militares. Existe um duplo objetivo. Primeiro, a evidente busca por um consenso na opinião pública sobre uma possível futura ação militar para destituir o governo, plano que, já nessa época, encontrava-se em gestação. Legitimavam-se, assim, as Forças Armadas como árbitros constitucionais que estariam acima das disputas políticas. Além disso, ao procurar demonstrar que os militares não tinham uma atuação política no governo, tentava-se passar a imagem de que não existiriam setores do alto comando politicamente comprometidos com o projeto socialista e que os militares atuavam como um corpo homogêneo. *El Mercurio* procurava, portanto, reforçar a ideia de uma unicidade hierárquica da estrutura e da instituição militar, que não teria comprometimento político com o governo, e cuja vocação profissional dependeria a democracia chilena.

Isso será muito útil, entre outros motivos, quando nos meses seguintes o jornal passará a divulgar frequentemente notícias sobre “infiltrações marxistas” nas Forças Armadas. Desse modo, o pavor em setores do alto comando gerado por notícias sobre “infiltrações” e o suposto avanço da “estratégia de divisão das forças armadas pelos marxistas” ganharia ainda

⁵⁹⁹ Las FF. AA. en el Estado de Emergencia. *El Mercurio*, Santiago, 3 nov. 1972, p. 3.

⁶⁰⁰ Idem.

mais efeito, contribuindo para se fazer acreditar que efetivamente havia o risco de uma maciça insubordinação nos institutos militares. Dessa forma, nos discursos de *El Mercurio*, consolidava-se a visão de que o “marxismo” pretendia destruir os verdadeiros sustentáculos da democracia chilena.

O importante para *El Mercurio* era atuar para fortalecer um consenso em torno das Forças Armadas como uma instituição unificada, hierarquizada, independente das disputas políticas e garantidora da vontade constitucional do país. Isso traria legitimidade para uma possível intervenção militar mais drástica. Não havia a intenção no jornal de tornar públicas as disputas internas no alto comando das Forças Armadas. As formas de o jornal influenciar essas próprias contendas internas acontecia por outras maneiras: deslegitimar o governo, criar uma imagem de descontrole social, superdimensionar as ações da extrema-esquerda, amplificar as notícias de infiltrações e conspirações marxistas na baixa e média oficialidade. Isso explica, por exemplo, que *El Mercurio* nunca tenha feito uma campanha de desmoralização e de críticas ao general Carlos Prats, como chegaram a fazer outros setores da oposição (como o PN e *Patria y Libertad*). Prats sempre foi tratado com relativo respeito pelo jornal, inclusive nos momentos de maior crise que levaram a sua renúncia do comando do Exército.

La Nación, por sua vez, inicialmente teve uma posição de tratar a participação dos militares no governo com certa objetividade, evitando tecer análises sobre o tema, ao mesmo tempo em que não dava qualquer espaço para as críticas de setores da esquerda. Destarte, nos primeiros dias após o novo gabinete, não se produziu nenhum editorial procurando justificar a escolha feita por Allende. O novo gabinete foi tratado como algo natural, as reportagens de capa sobre o tema traziam declarações do presidente e de ministros sobre a importância da atuação unitária no governo, mas sem discutir a natureza e o ineditismo da própria composição ministerial⁶⁰¹.

Somente uma semana depois dos militares terem assumido seus postos ministeriais, *La Nación* produziu um editorial sobre o tema, incomodado com os “elogios” da direita com relação ao papel das Forças Armadas no ministério. O diário afirmava que, apesar de todo respeito que os chilenos sentiam por suas Forças Armadas, responsáveis por “simbolizar o desenvolvimento da história pátria”, isso não deveria se confundir com a “torpeza infinita” dos elogios que a direita tecia aos militares. Essa é sem dúvida uma resposta ao editorial já

⁶⁰¹ Ressalte-se que a UP já havia incorporado um militar ao primeiro escalão do governo, o general Pedro Palacios Camerón, como ministro da Mineração em abril de 1972. Essa experiência, contudo, durou pouco mais de um mês e não teve a mesma importância e o significado da incorporação dos militares ao gabinete em outubro de 1972.

mencionado de *El Mercurio*. *La Nación*, assim, entrava na “disputa” discursiva em torno das Forças Armadas. Continuava o jornal:

No es esta fracción reaccionaria de los chilenos la llama a proclamar las virtudes de nuestros soldados [...] siempre presentes en el corazón de la nacionalidad. La finalidad que se per sigue no es otra que la de confundir a la opinión pública, mezclar a la Fuerzas Armadas en las contingencias políticas y enfrentar al Gobierno a nuevas y graves situaciones.⁶⁰²

La Nación também procurava tratar a participação dos militares no governo como algo externo ao político (como se vê no editorial, para o jornal era a direita que conferia um caráter político aos militares no Ministério), uma força de suporte constitucional à UP, uma espécie de arbitro e mediador entre os campos em conflito, visão bastante coincidente com a de *El Mercurio*. Formulações condizentes com as posições de Allende em relação ao papel “apolítico” que os militares deveriam cumprir para salvaguardar o processo de construção socialista, em franco antagonismo às estratégias de construção de “milícias populares armadas” ou de reestruturação interna dos institutos militares. Desse modo, *La Nación* explicava os motivos que a UP incorporou os militares ao governo:

El Gobierno, después de agotadas todas las posibilidades del diálogo democrático, de sus llamados a la responsabilidad política, al patriotismo y al destino superior de Chile, integró a las Fuerzas Armadas en el nuevo Gabinete con el fin de poner atajo inmediato a la grave paralización [...] y a la sedición abierta promovidos por la Derecha.

Las Fuerzas Armadas cumplen, con patriotismo y sacrificios, con sus deberes constitucionales. Ni los halagos interesados de la Derecha, ni sus provocaciones políticas, las harán salir de los marcos de la ley. Las Fuerza Armadas son parte substancial de nuestro pueblo y de su historia.⁶⁰³

Em algum momento, a exaltação patriótica de *La Nación* e *El Mercurio* apresentam muitos pontos similares, com a diferença de que o jornal oposicionista ocultava sua crescente atitude sediciosa sob um discurso público de respeito à legalidade.

Diferentemente do tratamento de outros assuntos polêmicos, *La Nación* não abriu qualquer espaço para a crítica dos setores *rupturistas* à incorporação dos militares ao gabinete. Muitas vezes as posições desses setores eram expressas por meio de entrevistas, principalmente de Carlos Altamirano, que costumavam ser publicadas com manchetes de capa, mas desta vez o jornal não abriu espaço para essas críticas.

⁶⁰² Halagos a las Fuerzas Armadas. *La Nación*, Santiago, 10 nov. 1972, p. 3.

⁶⁰³ Idem.

Foi em um editorial, assinado pelo próprio Oscar Waiss, o único momento em que a crítica à participação dos militares foi abordada por *La Nación*. No texto, Waiss tratava tais críticas como “divagações”, afirmando que eram fruto de uma “insuficiente formação ideológica”. Segundo Waiss, os questionamentos seriam feitos a partir de uma visão “dogmática” de marxismo, que excluiria uma análise dialética do processo, citando o economista polonês Oskar Lange⁶⁰⁴ que afirmava que “todo processo se encontra intimamente ligado a contradições e dificuldades”. Dessa forma, sem apresentar os argumentos dos que criticavam a entrada dos militares no governo, Waiss procurava deslegitimar tais posições afirmando que a composição social das Forças Armadas, predominante de soldados oriundos de extratos populares, permitiria que em seu meio a UP conquistasse apoio para as transformações socialistas:

En Chile, por primera vez [...] surgió un gobierno a través de los filtros de la democracia burguesa, con un programa claro de cambios estructurales proyectados hacia una meta socialista. ¿Qué de extraño tiene entonces que tal perspectiva interese y hasta entusiasme a vastos círculos castrenses? Negar esta posibilidad, vilipendiar a los militares por el hecho de llevar uniforme, impedirles participar en esta gran empresa pública, es un error muy grave.⁶⁰⁵

O fato é que a incorporação dos militares ao governo, com a expectativa de que pudessem resolver os problemas de fundo, naquilo que Arturo Valenzuela denominou como um “moderador político”, acabou por criar novas tensões e conflitos, colocando as Forças Armadas, contraditoriamente, no centro das disputas políticas. Dentro das próprias instituições militares, acentuaram-se os conflitos:

Este hecho aumentaría la tensión entre los sectores que aborrecían al gobierno de la Unidad Popular – y que estaban dispuestos a combatirlo por la fuerza – y aquellos sectores “constitucionalistas” que preferían no correr los enormes riesgos que implicaba un acto de esa naturaleza.⁶⁰⁶

⁶⁰⁴ Oskar Lange (Tomaszów Mazowiecki, 1904 – Londres, 1965) foi um economista e diplomata polônes que ficou bastante conhecido no início da década de 1930 ao apresentar os primeiros estudos de fôlego que se contrapunham à Escola Austríaca, sobretudo em críticas aos trabalhos de Ludwig von Mises. Sua período de maior produção intelectual ocorreu nos EUA, para onde emigrou em 1934. Tornou-se professor da Universidade de Chicago em 1938.

⁶⁰⁵ WAISS, Oscar. ¿Teoría de la inercia o Inercia de la Teoría?. *La Nación*, Santiago, p. 3.

⁶⁰⁶ VALENZUELA, Arturo. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago: Universidad Diego Portales, 2013, p. 139.

Entre os militares, como indica Valenzuela, havia dois grandes medos: o da criação de um exército paralelo e o da insurreição em suas fileiras, principalmente causado por uma “infiltração comunista”. Temor que se intensificou após o *tanquetazo* e a radicalização dos discursos de setores das esquerdas, principalmente conclamando a mobilização dos trabalhadores para a resistência contra a sedição golpista. Dessa forma, segundo Valenzuela, a crise política e as intenções das esquerdas mais radicais despertaram:

[...] un creciente temor de que por primera vez la propia institución estuviera amenazada. A la oficialidad le preocupaba que la izquierda planeara establecer una fuerza militar paralela entre los trabajadores y, más amenazante si cabe, que intentara una instigación generalizada a la insubordinación de las tropas.⁶⁰⁷

El Mercurio, habilmente, conseguiu estabelecer estratégias discursivas que, podemos afirmar, contribuíram para a intensificação desses medos. Seus discursos apoiavam-se em dois aspectos principais: reproduzir toda e qualquer fala de dirigentes da esquerda que indicasse uma estratégia de criar forças armadas paralelas à institucionalidade militar e o uso exaustivo de notícias relacionadas a supostas ações subversivas das esquerdas nas Forças Armadas. Para isso, foi produzida, entre junho e setembro de 1973, grande quantidade de reportagens, editoriais, entrevistas e artigos explorando em detalhes qualquer aspecto que pudesse indicar algum conflito entre as esquerdas e os militares.

Desse modo, *El Mercurio* deu destaque a toda sorte de publicações sobre “ataques e estratégias marxistas” em relação às Forças Armadas com notícias e editoriais sobre arsenais de armas, ações de grupos armados ligados à esquerda, ações subversivas das esquerdas entre os militares etc. “La UP se arma”, por exemplo, é o editorial de 8 de julho, indicando como nos cordões industriais eram “estocadas” e “fabricadas” armas, concluindo que: “La UP está armándose contra las Fuerzas Armadas. No hay otra posibilidad”⁶⁰⁸.

Comentando fragmentos descontextualizados de declarações do senador comunista Luis Corvalán e do deputado socialista Mario Palestro, que haviam discursado sobre a tenaz resistência que os setores populares fariam a um possível golpe, *El Mercurio* declarava: “Las palabras de comunistas y socialistas no tienen más que un destinatario: las Fuerzas Armadas. Los marxistas saben muy bien que [...] ningún sector civil tiene pertrechos y organización para oponerse con armas al Gobierno.”⁶⁰⁹

⁶⁰⁷ Ibidem, p. 163.

⁶⁰⁸ La UP se arma. *El Mercurio*, Santiago, 8 jul. 1973, p. 3.

⁶⁰⁹ Estrategia de tierra Arrasada. *El Mercurio*, Santiago, 12 jul. 1973, p. 3.

Nem o próprio *La Nación* escapou das acusações de *El Mercurio* de estar envolvido em “campanhas políticas” contra as Forças Armadas. Isso quando *La Nación* publicou na capa de sua edição de 26 de julho de 1973 um frame da célebre sequência em que um oficial do Exército atirou e matou o cinegrafista argentino Leonard Henricksen durante a tentativa de golpe em junho. Essa sequência depois ficaria mundialmente conhecida ao ser reproduzida no documentário *A Batalha do Chile*, do diretor Patricio Guzmán⁶¹⁰:

Figuras 18 e 19



La Nación, 26 jul. 1973, p. 1 e p. 3.

No editorial do dia seguinte, *El Mercurio* acusou *La Nación* de culpar o oficial pela morte de Henricksen, afirmando que o diário estatal teria se baseado em “uma trucagem cinematográfica” para fazer acusações “pré-fabricadas” e “tendenciosas”. Segundo *El Mercurio*, havia uma portaria baixada por um órgão de investigação militar que havia proibido a exibição dessa filmagem. Por isso, o jornal afirmava que era um grande absurdo *La*

⁶¹⁰ “A Batalha do Chile: a luta de um povo sem armas”, lançado entre 1975 e 1979, é um documentário constituído por uma trilogia que narra, com imagens *in loco*, os eventos do governo da UP entre 1972 e setembro de 1973. Dirigido pelo cineasta chileno Patricio Guzmán, o documentário ganhou seis grandes prêmios em festivais internacionais na Europa e América Latina.

Nación, que “se editava com recursos públicos”, ter infringido um decreto militar a fim de “colaborar com o desprestígio das Forças Armadas”.⁶¹¹

A resposta de *La Nación* não tardou. Em um tom de indignação, o jornal declarou não ter existido nenhuma infração ao decreto da “Fiscalia Militar”, porque a ordem chegou à direção somente após a edição ter sido publicada e retrucava em editorial: “y en cuanto al testimonio, no es 'prefabricado o tendencioso' sino el elocuente y estremecedor acto postrero de un periodista que asesinado en el instante en que filmaba la escena. Aunque le extrañe a los plumarios de 'El Mercurio' hay periodistas que trabajan por algo más que el dinero”.⁶¹² Além disso, de forma pitoresca, em um claro revide às críticas de *El Mercurio*, na capa dessa edição, *La Nación* noticiava que “se busca por estafador [caloteiro] a dueño de El Mercurio”, exibindo um fac-símile de um mandado de detenção expedido dias antes contra Agustín Edwards pela acusação de um crime cometido contra o sistema financeiro; o diário ainda alfinetava: “Estos son los que predicán moral pública. Se pedirá la extradición del mercachifle [trambiqueiro] fugado”.⁶¹³

O MIR era peça chave na estratégia de *El Mercurio* de amplificar supostos conflitos entre as esquerdas e as Forças Armadas. Mesmo sabendo que a organização não era parte da UP, o jornal buscava sempre criar artifícios para identificá-lo como a ala mais radical e extremista do governo. Assim, em editorial de 21 de julho de 1973, o jornal afirmava:

Un sector extremo del socialismo [...] actúa siempre en estrecha coordinación con el MIR. Así, las cosas que el senador Altamirano insinúa, el señor [Miguel] Enríquez — o otro vocero del MIR — se encarga de explicitarlas y subrayarlas.⁶¹⁴

Com isso a UP garantiria, segundo *El Mercurio*, um canal de ações e declarações extremistas sem correr o risco de ver seus parlamentares e funcionários oficiais acusados pelo “vozerio subversivo”. Nesse período, Miguel Enríquez, secretário geral do MIR, acabara de dar declarações públicas que tiveram grande repercussão no alto comando militar, na qual conclamava soldados e suboficiais a desobedecer a ordens de oficiais golpistas, afirmando que nesses casos a resistência e a quebra da hierarquia militar seriam legítimas. Enríquez havia

⁶¹¹ Campaña política contra las FF. AA. *El Mercurio*, Santiago, 26 jul. 1973, p. 3.

⁶¹² Felonía de “El Mercurio”. *La Nación*, Santiago, 27 jul. 1973, p. 3.

⁶¹³ *La Nación*, Santiago, 27 jul. 1973, p. 1.

⁶¹⁴ Contra la disciplina militar. *El Mercurio*, Santiago, 21 jul. 1973, p. 3.

reivindicado também o legítimo direito do MIR de construir seu próprio destacamento armado.⁶¹⁵

El Mercurio afirmava que tais posições de Enríquez seriam compartilhadas pelos socialistas, do qual o MIR seria um “alter ego”, concluindo que “La incitación a la desobediencia, el deseo de anarquizar internamente las Fuerzas Armadas — insinuados por el senador [Altamirano] — se hacen concretos y explícitos en su alter ego mirista”.⁶¹⁶ Essas insinuações, criando um amálgama entre as posições do MIR e de setores da UP, se repetiria uma semana mais tarde em outro editorial de *El Mercurio*, intitulado “El MIR persiste en crear ejército paralelo”. Dessa vez analisando um comunicado mirista sobre a criação de um “exército do povo”, o jornal afirmava que esse era o verdadeiro anseio marxista no Chile, escondido sob a máscara do discurso democrático.⁶¹⁷

El Mercurio construía seu discurso editorial utilizando trechos e frases desconexas do programa do MIR e de declarações de seus dirigentes, temperando com notícias sobre supostos arsenais de armas encontrados em buscas feitas pelos militares, tudo com uma diagramação que colocava na mesma página esses diversos elementos, construindo assim uma belicosa imagem de que o MIR (e a UP) se preparava para enfrentar militarmente as Forças Armadas.

Por essa época, o MIR tinha um eixo programático que girava em torno da democratização das Forças Armadas, baseado em um modelo miliciano que sustentava que uma parte do exército deveria ser composta por militares profissionais e outra parte incorporando cidadãos com outras funções profissionais. Isso combinado à democratização interna, com carreiras e escolas de formação única, rompendo a divisão entre oficiais e tropas.⁶¹⁸

Em relação à atuação do MIR nas Forças Armadas, Andrés Pascal Allende⁶¹⁹, em entrevista ao historiador Jorge Magasich, destacou que o MIR manteve um trabalho político especialmente entre a suboficialidade da Marinha, tendo poucos contatos no Exército e na Aeronáutica. Esse trabalho, todavia, de acordo com Pascal Allende, jamais conseguiu passar de um estágio embrionário, sem conseguir estabelecer relações mais profundas e organizativas entre os militares. Pascal Allende informou também que o MIR nunca teve uma

⁶¹⁵ GONZÁLEZ, Mónica. Op. cit., p. 212.

⁶¹⁶ Contra la disciplina militar. *El Mercurio*, Santiago, 21 jul. 1973, p. 3.

⁶¹⁷ El MIR persiste em crear ejército paralelo. *El Mercurio*, Santiago, 27 jul. 1973, p. 3.

⁶¹⁸ NARANJO, Pedro (org) et. al. *Miguel Enríquez y el proyecto revolucionario en Chile. Discursos y documentos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, MIR*. Santiago, LOM, 2004.

⁶¹⁹ Andrés Pascal Allende foi dirigente do MIR e responsável pela política militar do partido durante o governo da UP. Era sobrinho do presidente, com o qual tinha uma relação pessoal bastante próxima, embora politicamente conflituosa.

política de propor o ingresso de jovens militantes nas Forças Armadas, embora pudesse fazê-lo, a vinculação de militares ao MIR se deu sem “infiltrar a nadie”.⁶²⁰

O fato é que o MIR e as esquerdas tinham uma militância orgânica bastante reduzida entre os militares. Em seu volumoso trabalho sobre os militares da Marinha que resistiram ao golpe, o historiador Jorge Magasich efetuou um longo e detalhado estudo sobre as relações das esquerdas chilenas com as Forças Armadas. O autor constatou que a centralidade da política do MIR, e em menor medida do MAPU e de uma parte do PS, em relação às Forças Armadas, foi de atuar propagandeando suas posições e, mais tarde, dar ênfase na organização de pequenos círculos de militares que se opunham a um possível golpe. Atuação que não foi compartilhada pelo PC, que, embora em suas formulações teóricas criticasse a exigência do absoluto apoliticismo militar, optou por seguir a linha adotada por Allende, respeitando estritamente a legalidade e deixando de formular políticas democratizantes para as Forças Armadas, abstendo-se também de buscar realizar um trabalho político ostensivo entre as tropas.⁶²¹

A outra face da estratégia discursiva de *El Mercurio* na relação entre esquerdas e as Forças Armadas versava sobre o perigo de sublevação de soldados e de “infiltrações marxistas” entre os militares. O caso mais célebre, usado à exaustão pelo jornal, e que por isso iremos analisá-lo em detalhes, foi a descoberta pela inteligência da Marinha, no início de agosto de 1973, de um grupo de marinheiros e suboficiais, que pretendia sublevar suas embarcações contra o golpe que se avizinhava. Com manchetes sensacionalistas e exageradas, baseadas em desinformação, *El Mercurio* contribuiu ainda mais para o cenário de medo da “subversão marxista” que pairava entre a oficialidade. Por sua vez, *La Nación* teve uma cobertura abstencionista, corroborando versões oficiais e não enfrentando a artilharia verbal da folha mercurial.

Durante o ano de 1973, com o crescimento dos rumores de um golpe e com a detecção de movimentações de setores golpistas na Armada, passaram a surgir grupos de marinheiros e suboficiais orientados por um desejo de defender o governo constitucional. No cruzeiro *Almirante Latorre* e no destróier *Blanco Encalada*, grupos liderados pelo sargento Juan Cárdenas e o cabo Pedro Blaset desenvolveram um plano de ocupação dos navios para enfrentar a fração golpista da Armada. Buscaram, então, a ajuda de organizações da esquerda, a fim da ação não se configurar uma iniciativa isolada.

⁶²⁰ MAGASICH, Jorge. *Los que dijeron “no”. Historia del movimiento de los marinos antigolpistas de 1973*. Santiago: LOM, 2008, v. 1, p. 384-386. 2v.

⁶²¹ MAGASICH, Jorge. Op. Cit., p. 379.

De acordo com Magasich⁶²², o primeiro a ser procurado foi o PC, que se negou terminantemente a apoiar o plano dos marinheiros e prosseguir as relações com o grupo. Em seguida, os marinheiros reuniram-se com Oscar Garretón, secretário geral do MAPU, que considerou a intenção dos marinheiros uma aventura sem chance de êxito, mas sugeriu a Carlos Altamirano recebê-los.

No dia 3 de agosto de 1973, uma delegação de oito marinheiros reuniu-se secretamente em uma casa nos arredores de Santiago com Carlos Altamirano, Miguel Enríquez e duas dezenas de militares do MIR. Altamirano declarou que informaria ao presidente e ao PS sobre as intenções do grupo, deixando claro que não apoiaria uma “ação preventiva” de ocupação dos navios — que poderia, segundo ele, dar argumentos para justificar e legitimar um golpe de Estado. No entanto, Altamirano afirmou que poderia apoiar a sublevação caso ocorresse como resposta imediata a um golpe. O MIR declarou seu apoio ao movimento e ao motim, com a condição de que não fosse uma ação isolada e que ainda não fosse estabelecida uma data para a ação (os marinheiros já haviam marcado a sublevação para o dia 7 de agosto de 1973, data que imaginavam ser a véspera do golpe planejado pela fração golpista do alto comando militar). O MIR se comprometeu, inclusive, a enviar uma maleta com armas — o que realmente aconteceu — para que os marinheiros pudessem iniciar o processo de ocupação dos navios.⁶²³

No entanto, o movimento já estava sendo monitorado pela inteligência da Marinha. No fim de semana do dia 5 de agosto, os marinheiros envolvidos passaram a ser detidos e foi ordenado o aquartelamento da esquadra, anunciando-se à imprensa que havia sido detectado “um foco subversivo na Armada”. No dia 10, os primeiros relatos de que os marinheiros estavam sofrendo torturas passaram a circular, provenientes de enfermeiros e contatos da esquerda dentro dos quartéis. Segundo Magasich, as torturas, em um primeiro momento, provavelmente aconteceram sem o conhecimento do então Comandante em Chefe da Marinha, o almirante constitucionalista Raúl Montero. Os grupos de torturadores respondiam às ordens do almirante José Toribio Merino, um dos principais articuladores da fração golpista na Armada. Os presos foram mantidos incomunicáveis, com o cerceamento de seu direito de defesa, até pelo menos o dia 16 de agosto.

⁶²² Jorge Magasich, cuja obra é resultado de sua tese de doutorado, analisa o processo militar (causa 3926) contra os marinheiros; além de nos anos 2000, sob a perspectiva da metodologia da história oral, ter realizado entrevistas com 52 marinheiros, entre eles os principais líderes do movimento. MAGASICH, Jorge. *Los que dijeron “no”. Historia del movimiento de los marinos antigolpistas de 1973*. Santiago, LOM, 2008, 2 v.

⁶²³ MAGASICH, Jorge. Op. cit., 2008.

Nesse período, *El Mercurio* deu grande destaque ao ocorrido, com farta produção de notícias e editoriais analisando a “subversão marxista nas Forças Armadas”. Conforme indica Mónica González, esse episódio teve grande repercussão e contribuiu para convencer setores de militares ainda indecisos da oficialidade sobre a necessidade de por fim ao governo por meio de uma ação armada. Ao mesmo tempo, teve bastante repercussão a denúncia feita pelos marinheiros de que altos oficiais da Marinha estavam articulando um golpe contra o governo, fazendo o comando da II Zona Naval de Talcahuano emitir um comunicado cujo trecho afirmava:

La sola duda que se pretendiera sembrar en estos aspectos agravía el honor de la institución. La Armada es fiel cumplidora y guardiana de la Constitución y la Ley. No acepta la infiltración de elementos políticos de cualquier orden dentro de sus filas.⁶²⁴

A versão oficial da Marinha sobre o ocorrido, corroborada por *El Mercurio*, apontou a existência de uma conspiração de marinheiros e suboficiais em duas unidades da esquadra que estariam planejando — a mando de Miguel Enríquez, Carlos Altamirano e Óscar Garretón — assumir o controle das embarcações e assassinar seus oficiais, como parte de uma trama para dividir as Forças Armadas.

A capa de *El Mercurio* de 8 de agosto de 1973 deu grande destaque a essa versão. Em uma manchete em letras garrafais, afirmava-se: “Acción de extremistas: Armada detectó movimiento subversivo en dos unidades”. Abaixo da manchete, reproduzia-se a nota oficial da Marinha sobre o caso — também reproduzida por *La Nación* —, na qual a Armada já estabelecia um claro juízo sobre o ocorrido:

[...] estos hechos son consecuencia evidente de la intensa campaña de propaganda perniciosa que han estado desarrollando grupos extremistas mediante continuos llamados a la desobediencia. La Armada nacional condena violentamente todo intento destinado al quebrantamiento de la disciplina y cohesión institucional que afecta a la institución.⁶²⁵

No editorial, *El Mercurio* responsabilizava o “marxismo extremista”: “Bajo el mando del ala extrema del marxismo se ha iniciado una escalada rápida y violenta contra las Fuerzas Armadas, con el objeto de neutralizarlas en medio del quebrantamiento del estado de derecho que afecta el país.” O editorial continua afirmando que socialistas, comunistas e miristas há

⁶²⁴ *Apud* GONZÁLEZ, Mónica. Op. cit., p. 235.

⁶²⁵ *El Mercurio*, Santiago, 8 ago. 1973, p. 1.

muito promoviam uma campanha contra as Forças Armadas, mas que agora a “audácia extremista” chegava a um novo patamar com o chamado aberto à “subversão” na Marinha:

[...] el socavamiento de la disciplina y de la cohesión institucionales de se transforma ahora en una incitación a la subversión directa [...] Es gravísimo el delito de injurias y calumnias que se profiera contra individuos de las Fuerzas Armadas [...] El Honor del Ejército, de la Armada y de las Fuerzas Aéreas es un valor sagrado para la patria y también los es el honor de quienes visten el uniforme de esas instituciones.

O editorial termina com uma grande ironia: *El Mercurio*, cuja direção está plenamente comprometida com as tramas do golpe que se avizinha, acusa de subversão os militares que lutavam pela defesa do governo constitucionalmente constituído. O jornal ainda aproveita o episódio para reafirmar a imagem de que o marxismo desejava destruir as Forças Armadas:

Debe insistirse, sin embargo, en que la embestida actual no es tan sólo contra el honor militar o contra la seguridad personal de los hombres de armas. En la presente situación, el llamado es a la insurgencia de los soldados y suboficiales contra sus jefes, es la tentativa de paralizar la acción de los cuerpos armados cuando ellos cumplen misiones que la ley les encomienda, es la sedición propiamente tal.

La acción visible contra las instituciones crecientes es un reflejo de la profunda erosión a que han estado sometidas, a través de la propaganda extremista que muchas veces tiene sello oficial. La corrupción del sentido da la historia nacional, la consigna de que los militares defienden un aparato económico burgués, la disolución del sentido de patria y el azuzamiento de las diferencias y conflictos sociales corresponden a un largo deseo marxista para destruir las Fuerzas Armadas conforme a los principios de la revolución comunista.⁶²⁶

No dia seguinte, o destaque da capa de *El Mercurio* dava conta que: “23 detenidos por intento de subversión en la Armada”.⁶²⁷ No editorial, o jornal usava o caso para mais uma vez afirmar que o governo estava prostrado diante da linha da “ultra-izquierda” o que mostraria “a las claras que los peligros para la seguridad nacional vienen en primer término de la ultraizquierda y que está impone la ruta a socialistas primero y después a comunistas”.⁶²⁸

Durante a investigação, a Marinha obteve várias confissões mediante torturas, que já naquele momento foram amplamente denunciadas pelos advogados de defesa e por parte da

⁶²⁶ Escalada contra las Fuerzas Armadas. *El Mercurio*, Santiago, 8 ago. 1973, p. 3.

⁶²⁷ *El Mercurio*, Santiago, 9 ago. 1973, p. 1.

⁶²⁸ Sediciosos reales e imaginarios. *El Mercurio*, Santiago, 11 ago. 1973, p. 3.

imprensa.⁶²⁹ As esposas dos marinheiros detidos também denunciavam a situação. Regina Muñoz, esposa do sargento Juan Cárdenas, concedia uma entrevista à rádio Porteña de Valparaíso, afirmando: “Lo único que ellos pensaban era que no querían ser utilizados en un Golpe de Estado, mi marido estaba preocupado [...] porque los planes de la ultraderecha que está en la oficialidad son terribles, piensan eliminar a mucha gente...”. Quando ela começava a relatar as torturas que seu marido sofrera, a rádio subitamente saiu do ar. Um contingente de soldados da Marinha invadira os estúdios, detendo os radialistas.⁶³⁰

Em *El Mercurio*, as notícias dos planos obtidos com as “confissões” dos marinheiros foram aparecendo paulatinamente. Desse modo, em 24 de agosto, foi noticiado na capa: “Lo confirman extremistas detenidos: Altamirano, Garretón y Enríquez ordenaron complot contra Armada.” Nos discursos do jornal, os marinheiros passam a ser apenas “infiltrados extremistas” que confessaram ter recebido ordens diretas de “los cerebros intelectuales del plan subversivo que consideraba la muerte de oficiales”. Dava-se conta também que Miguel Enríquez teria prisão decretada nas “próximas horas”, e que Altamirano e Garretón teriam o pedido de inquérito enviado ao Congresso, uma vez que tinham foro privilegiado. Informava-se, ademais: “más de cien extremistas detenidos en el abortado golpe sedicioso”.⁶³¹

Nas reportagens sobre o tema, não existiu em *El Mercurio* uma preocupação em apresentar a versão da defesa dos acusados⁶³² e sempre foi usado um tom incriminatório carregado de adjetivos como “sediciosos” e “subversivos”. As manchetes sobre o caso, em geral, procuravam causar choque, flertando com o sensacionalismo, como na manchete da capa da edição de 25 de agosto: “Marxistas planeaban bombardeo naval y asesinato de oficiales.”⁶³³ Além disso, eram manchetes que sempre apareciam ao lado de notícias sobre atentados terroristas e supostos arsenais de armas encontrados em redutos das esquerdas, compondo, mais uma vez, uma imagem de violência associada ao marxismo.

Como se sabe, no mês de agosto e início de setembro, *Patria y Libertad*, em estreita relação com altos oficiais militares, efetuou todo tipo de ação terrorista no Chile. Aliás, o

⁶²⁹ As revistas *Punto Final* e *Chile Hoy*, por exemplo, deram grande destaque às denúncias de que os marinheiros estavam sendo torturados, publicando relatos dos presos, que chegaram às revistas por meio de seus advogados e de testemunhas que tiveram contato com eles. Cf. *Punto Final*, n. 191, 28 ago. 1973; *Chile Hoy*, n. 62, 24. ago 1973. Os jornais *El Siglo* e *Puro Chile*, ligados ao PC, inicialmente, limitaram-se a corroborar a versão oficial da Marinha, mas depois das denúncias de tortura mudaram suas posições, passando a se solidarizar com os marinheiros presos. MAGASICH, Jorge. Op. cit., 2008.

⁶³⁰ Cf. GONZÁLEZ, Mónica. Op. cit., p. 233-234.

⁶³¹ *El Mercurio*, Santiago, 24 ago. 1973, p. 1.

⁶³² Apenas no caso de Altamirano e Garretón, que como parlamentares tinham direito ao foro privilegiado, o jornal comentou em um editorial que a investigação, se permitida pela suspensão do foro, permitiria que esclarecessem o caso. Mas sem nunca trazer o conteúdo do que alegavam em sua defesa. Altamirano debe solitificar su desafuero. *El Mercurio*, Santiago, 29 ago. 1973, p. 3.

⁶³³ *El Mercurio*, Santiago, 25 ago. 1973, p. 1.

centro da cobertura de *La Nación*, como já mencionado, foi dar destaque ao noticiário desses atentados e a *Patria y Libertad*. Poucos dias antes do golpe, o jornal estatal dedicou várias capas ao grupo de extrema-direita, afirmando que *Patria y Libertad* era a encarnação do fascismo chileno.

Muito diferente da forma beligerante pela qual *El Mercurio* instrumentalizou o caso dos marinheiros, *La Nación* teve uma cobertura absenteísta e, em grande medida, corroborou a versão oficial da Marinha. Destarte, no dia 8 de agosto de 1973, *La Nación* reproduziu, em uma página interna, a mesma nota oficial da Marinha que *El Mercurio* publicara em sua capa; porém, diferentemente da folha mercurial, não fez nenhum comentário. O texto da nota, no entanto, como já indicado, trazia em si uma clara posição de criminalizar os marinheiros que estariam agindo em uma conspiração contra as Forças Armadas.

De forma surpreendente, a publicação dessa nota é a única menção do caso em *La Nación* até finais de agosto. No dia 23, em uma página interna, sem muito destaque, o jornal publicou a única reportagem na qual deu algum espaço para a defesa dos acusados, em uma matéria intitulada: “Afirma la defensa: Marineros son culpados de actos no cometidos”, no qual, no entanto, não se falava das torturas. Pelo contrário, enquanto setores da imprensa davam destaque às acusações das torturas sofridas pelos presos, *La Nación* afirmava, eufemisticamente, nessa nota, que havia informações de que os marinheiros estariam sofrendo “maltratos” na prisão.⁶³⁴

Ao mesmo tempo, *La Nación* seguia publicando declarações em defesa das Forças Armadas e fortalecia a imagem de que os interesses populares e dos militares estariam combinados na defesa do regime democrático. Em 17 de agosto, por exemplo, o jornal publicou, em meia página, um anúncio da UP em que reforçava a crença na tradição democrática chilena como elemento que salvaria o país do “golpe fascista”. Esse anúncio, ocupando um terço da página, é de expressivo valor simbólico. Na fotografia, Allende aparece diante do constitucionalista general Carlos Prats, observados com atenção por dois outros militares. No topo da foto, os dizeres: “Y aunque desesperen los fascistas... ¡Nos seguiremos apoyando en nuestra tradición democrática!”⁶³⁵, deixando clara a evocação do passado constitucionalista chileno para reforçar a ideia da excepcionalidade profissional das Forças Armadas:

⁶³⁴ *La Nación*, 23 ago. 1973, p. 19.

⁶³⁵ *La Nación*, Santiago, 17 ago. 1973, p. 16.

Figura 20



La Nación, 17 ago. 1973, p. 16.

O que explica essa cobertura de *La Nación*? Por que o jornal não fez questão de dar respostas, como sempre fazia sobre outros assuntos, à torrente de notícias sobre o caso dos marinheiros que *El Mercurio* publicava diariamente? Por que não se somou aos outros veículos de imprensa em relação às denúncias que os marinheiros sofriam torturas para confessarem? Sem dúvidas, a cobertura de *La Nación* só pode ser compreendida a partir de uma sintonia estabelecida, nesse momento, com as próprias posições de Allende a respeito do caso: evitar qualquer tipo de “provocação” pública às Forças Armadas para não precipitar o golpe (que há muito já se sabia que estava sendo tramado). Nesse momento, Allende e o PC, ainda insistiam na centralidade da política de negociar um acordo com a DC para evitar um desfecho violento para a tensa situação.

Nessa conjuntura de gravíssima crise, a postura dos setores gradualistas em relação aos militares se mantém férrea aos seus princípios constitucionalistas. Evitava-se qualquer intervenção nos assuntos internos das instituições armadas, recusando terminantemente cogitar seguir os conselhos de Altamirano que advogava afastar os oficiais identificados com a trama golpista. Allende levou até o fim a estratégia de buscar uma solução política e negociada para a crise, com o subterfúgio de evitar uma provável guerra civil. A convocação de um plebiscito para decidir sobre a continuidade do governo, que seria anunciado na semana em que ocorreu golpe, seria sua última cartada; ou para avançar em um entendimento com a

DC ou para deixar o governo por meios legais caso fosse derrotado nas urnas. Evidentemente, a contrapartida dessa perspectiva constitucionalista foi não ser possível nenhuma ação mais contundente direcionada a enfrentar o golpismo militar. Na cena pública, as Forças Armadas eram tratadas como um bloco unitário, e se reafirmava o discurso de sua vocação constitucionalista. O foco então era o combate ao “fascismo”, uma estratégia um tanto abstrata, encarnada nas páginas de *La Nación* pelo perigo representado por *Patria y Libertad* e pelo PN.

Desse modo, desde que o caso dos marinheiros veio a público, as declarações de Allende procuraram associar o movimento à “ultraesquerda” e em nenhum momento o presidente somou-se as campanhas que denunciavam as torturas. A primeira vez que tocou no assunto, na ocasião da apresentação do novo gabinete ministerial, em 9 de agosto, Allende afirmou, em discurso publicado por *El Mercurio*, que: “Ayer se descubrieron tentativas de organización celular en dos buques de la Armada Nacional” e corroborou a versão da Marinha: “Se presume que intervinieron miembros del sector de ultraizquierda. Una vez más se dan la mano los extremistas de izquierda con los de derecha”.⁶³⁶

Ainda assim, no dia 13 de agosto, Allende se dirigiu à população por cadeia nacional de rádio e televisão com um discurso que tratava da onda de atentados terroristas que afligia o país⁶³⁷. *El Mercurio*, no dia seguinte, publicou a íntegra dessa declaração. O presidente, em um tom bastante duro, acusou *Patria y Libertad* pelos atentados terroristas e de declarar guerra ao governo; ao mesmo tempo, fazia coro à tese de que a “ultraesquerda” promovia uma campanha contra as Forças Armadas (corroborando com um dos principais eixos discursivos de *El Mercurio*). Para isso, Allende criticou duramente o MIR, que nesse momento, ao lado da CUT e de setores do PS, promoviam uma intensa campanha de solidariedade aos marinheiros presos. Segundo Allende:

Lamentablemente, dentro de los sectores que se dicen revolucionarios también han aparecido publicaciones, volantes y discursos contra las fuerzas armadas. Me refiero al MIR. Con ellos se hace el juego al fascismo, a la reacción, a los golpistas. No es posible dividir al pueblo, no es posible atentar en contra de las instituciones que defienden la estabilidad del país. También aplicaremos la ley contra ellos aunque se digan o se sienta revolucionarios.⁶³⁸

⁶³⁶ *El Mercurio*, Santiago, 10 ago. 1973, p. 5.

⁶³⁷ Curiosamente, a transmissão foi interrompida antes do fim; enquanto Allende falava, um atentado terrorista fez voar uma torre de alta tensão deixando a capital sem eletricidade por algumas horas.

⁶³⁸ Salvador Allende, discurso em cadeia nacional de rádio e televisão em 13 ago. 1973. *El Mercurio*, Santiago, 14 ago. 1973, p. 5.

Contra os altos oficiais que realmente tramavam dividir o povo e atentar contra as instituições, nenhuma palavra.

La Nación não publicou na íntegra o comunicado do presidente, trazendo apenas uma reportagem com comentários sobre alguns trechos. Todavia, na mesma página dessa nota, apareceu uma reportagem intitulada: “Armada califica al MIR como aventurero e irresponsable”.⁶³⁹ O teor desse texto é muito semelhante a outra nota surgida no mesmo dia em *El Mercurio*, intitulada: “Audaz ataque del MIR a la Armada”.⁶⁴⁰ Ambas se referiam a trechos de um comunicado oficial do Comando da Marinha que afirma que ocorreram “intentos de organização celular ultraesquerdista”, culpando o MIR pela ação.

Não é exagero afirmar, portanto, que nesse momento, Allende, *La Nación* e *El Mercurio* apresentaram um discurso sobre o caso dos marinheiros que tinham muitos pontos de acordo. Principalmente em relação à preocupação de defender a unidade das instituições militares, reforçando a acusação de que setores da esquerda planejavam dividir as Forças Armadas. Interessante é notar como a perspectiva política de Allende o condicionava a não ter a mesma dureza discursiva e nem medidas de enfrentamento contra a fração golpista das Forças Armadas.

Diferentemente dos duros ataques ao MIR. Os verdadeiros golpistas, que nesse momento discutiam os últimos detalhes da ação que colocariam fim à UP, não sofreram qualquer tipo de ataque ou denúncia nas páginas de *La Nación*. E não era por falta de conhecimento. Nas últimas semanas antes do golpe o governo estava plenamente ciente das movimentações de que uma fração golpista estava em ação. Mesmo não sabendo com precisão e certeza todos os nomes envolvidos, não faltaram sugestões de conselheiros próximos ao presidente para tomar medidas enérgicas contra os oficiais já identificados com a conjura.⁶⁴¹ Evidentemente, essa não foi a perspectiva adotada pelo governo, e nem poderia ser sem mudar completamente sua estratégia política.

⁶³⁹ *La Nación*, Santiago, 14 ago. 1973, p. 26.

⁶⁴⁰ *El Mercurio*, Santiago, 14 ago. 1973, p. 1.

⁶⁴¹ Mónica González aponta como o governo há muito já vinha recebendo, por várias fontes, informações sobre os movimentos de setores golpistas nas Forças Armadas. Era bastante sabido que o almirante Toribio Merino, Gustavo Leigh e outros altos oficiais estavam comprometidos com a organização de uma conjura. Não obstante, não se tinha conhecimento de todos os envolvidos, tampouco dos detalhes e a data em que pretendiam dar o golpe (quando Allende finalmente se decidiu por convocar um plebiscito, o governo tinha como certo que o golpe ocorreria no dia 14 ou 15 de setembro; avaliava-se que o anúncio do plebiscito desmobilizaria a ação). O momento em que Pinochet adere ao golpe dificilmente terá uma avaliação precisa e consensual pela historiografia. González, apoiada em amplo estudo documental e de entrevistas com os principais generais envolvidos no golpe, afirma que Pinochet só tomou uma decisão efetiva nas vésperas da ação. Outros estudos indicam como o setor de inteligência do MIR, já meses antes, havia informado ao general Carlos Prats que Pinochet se encontrava secretamente com os golpistas. Prats, em suas memórias, afirma que tinha plena confiança em Pinochet, assim como Allende, e que foram surpreendidos. Cf.

Depois da repercussão das acusações de tortura (e da carta dos marinheiros enviada ao presidente⁶⁴²), Allende publicou uma nota comentando o caso, que é bastante expressiva da forma como ele lidava com as Forças Armadas. Esse texto foi publicado em *La Nación* no dia 7 de setembro, no qual afirmou o presidente:

Es decisión del Gobierno impedir el enfrentamiento entre chilenos y por esa superior razón señala que las acciones o declaraciones que contribuyen a dificultar un proceso crítico como el que vive la nación son altamente perjudiciales. El Gobierno ha insistido en que no puede deformarse la realidad chilena con un falso antagonismo entre el pueblo y las Fuerzas Armadas, instituciones estas que deben mantener su integridad y profesionalismo para cumplir con las elevadas responsabilidades que imponen la defensa y seguridad nacionales.

El Gobierno de acuerdo con su conducta invariable de respecto al Estado de Derecho no puede ni debe emitir juicio alguno sobre los hechos que se investigan y que se encuentran en estado de tramitación.

En relación con las denuncias públicas sobre flagelaciones a miembros de la Marina, sometido a proceso, ha sido informado que algunos de estos han ejercitado las acciones legales ante los Tribunales respectivos. Por otra parte, ha dispuesto que se tomen todas las medidas que sean necesarias para esclarecer los hechos referidos y se adopten las concordantes con los resultados de la investigación. Si hay culpables de torturas serán sancionados, en caso contrario, serán castigados los que se hayan hecho responsables de imputaciones sin fundamento.⁶⁴³

Para o presidente, o governo não podia de antemão estabelecer qualquer juízo sobre os incidentes e tomar qualquer outra atitude em relação às Forças Armadas que não o estrito respeito às suas decisões e investigações internas. Interessante que essa nota é publicada a

GONZÁLEZ, Mónica. Op. cit., 2013; PRATS, Carlos. Op. cit., 1985. O mais provável, contudo, é que Pinochet tinha, desde o início, conhecimento do andamento da conspiração e se reunia com os golpistas, muito embora evitando se comprometer em definitivo. Sua atitude foi a de quem espera até o último momento para ver para qual lado se inclina o pêndulo da correlação de forças. Quando percebeu que o governo não se sustentava e o golpe era um intento sólido, bandeou-se para o lado que quebrou a Constituição.

⁶⁴² No fim de agosto, alguns dos acusados presos conseguiram fazer chegar clandestinamente ao exterior, e que depois circularia no Chile, uma carta assinada por 22 marinheiros e 12 suboficiais, afirmando que haviam planejado, por conta própria, o motim para defender o governo constitucional e agora esperavam auxílio. Além disso, relatavam parte das torturas sofridas depois de se negar a dizer que Carlos Altamirano e Miguel Enríquez haviam ordenado o complô: “Como nos negamos, nos seguían golpeando en la cruz, nos colgaban en ataúd, nos hacían tomar las meadas de los verdugos, nos colgaban de los pies y nos sumergían en el agua, nos sumían en pozos de barro, nos aplicaron corriente, nos tiraban agua caliente en el cuerpo, después fría y decenas de cosas más.” Embora fosse direcionada ao presidente e aos “trabalhadores do país”, a óbvia intenção da carta foi se dirigir a opinião pública. Nem *La Nación* nem *El Mercurio* publicaram ou comentaram a missiva. *Carta de los marineros torturados a Salvador Allende*. In: FARIAS, Victor. *La izquierda chilena (1969-1973). Documentos para el estudio de su línea estratégica*. Santiago: CEIP, 2000, 6 v., p. 4909-4911.

⁶⁴³ ALLENDE, Salvador. Declaración sobre la campaña contra las torturas en la Armada. *La Nación*, 7 set. 1973, p. 27.

apenas quatro dias do golpe, quando tudo já estava praticamente decidido. As movimentações do setor golpista nas Forças Armadas já tinham forjado — com a imensa colaboração da imprensa, do governo norte-americano e de grupos empresariais — um consenso interno bastante sólido para o desfecho final.

O marinheiro Carlos García, um dos presos e torturados na época, se mostra incrédulo que Allende tivesse realmente sido informado por Altamirano sobre as movimentações golpistas na Armada⁶⁴⁴, não compreendendo a inação do governo:

Fue la decepción más grande. Porque entendimos que el presidente Allende no tenía idea de la dimensión que tenía la conspiración dentro de las FF. AA. y entendimos que los dirigentes políticos fueron incapaces de asumir su responsabilidad y de explicar bien lo que estaba ocurriendo. Porque había evidencias suficientes como para saber que el golpe venía, que estaba muy avanzado, y nosotros éramos una muestra palpable de lo avanzado que estaba el golpe de Estado. Y no creyeron o se hicieron los que no creyeron o simplemente eludieron su responsabilidad, porque en ese momento asumir su responsabilidad plena era informar correctamente al Presidente de la República y exigir la renuncia inmediata de todo el mando de las fuerzas armadas. Y eso generaba una crisis política muy grande y yo creo que no fueron capaces de asumirla.⁶⁴⁵

Outros marinheiros relatam que houve um sentimento de desmoralização e desesperança com as posições assumidas pelo governo em relação ao caso.

Jorge Magasich afirma que, durante os 36 dias transcorridos entre a detenção dos marinheiros e o golpe de Estado, a fração golpista do alto comando da Marinha começou a impor internamente o regime que depois se generalizará durante a ditadura. Os marinheiros detidos foram os primeiros a ser ilegalmente mantidos incomunicáveis e torturados nas dependências da Marinha, algo flagrantemente contrário ao Estado de Direito. Já em agosto de 1973 se realizaram práticas que depois se tornariam habituais na ditadura: residências foram invadidas em busca de documentos e livros “reveladores”; destacamentos de soldados cercaram um teatro e prenderam participantes de um ato em solidariedade aos marinheiros, com o emprego de grande violência⁶⁴⁶; além da organização dos primeiros grupos de

⁶⁴⁴ Mais tarde, Carlos Altamirano, André Garretón e Andrés Pascal confirmaram que Allende foi informado de todas as reuniões que eles tiveram com os marinheiros, e que as informações quem haviam repassado sobre a fração golpista na Armada foram devidamente informadas ao presidente. Cf. MAGASICH, Jorge. Op. cit.

⁶⁴⁵ Entrevista de Carlos García *apud* MAGASICH, Jorge. Op. cit., v. 2, p. 175.

⁶⁴⁶ Esse ato foi organizado pelo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos no teatro *Concepción*, na cidade de mesmo nome, no dia 21 de agosto, com a participação de delegações da CUT, entidades estudantis, sindicatos, familiares dos marinheiros presos. Ao fim do ato, o exército e os carabineiros haviam cercado o teatro e receberam os participantes com golpes e bombas de gás lacrimogêneo, prendendo cerca de 200 pessoas. *El Mercurio* relatou o ocorrido e buscou justificar a repressão, dizendo que a intenção dos

torturadores militares.⁶⁴⁷ Ainda segundo Magasich, os advogados tiveram negado o direito elementar de se entrevistar com os presos, acrescentando que: “pese a las denuncias, abrumadoras, los partidos de derecha descalifican las denuncias de ‘presuntas’ torturas y la Armada las niega oficialmente”. Além disso, informa que esse episódio levou ao surgimento no Chile dos primeiros comitês de defesa dos direitos humanos e pela primeira vez se enviam acusações de tortura contra o Estado chileno à Comissão de Direitos Humanos da ONU.⁶⁴⁸

Já na semana anterior ao golpe, *El Mercurio*, em um prenúncio de como seria sua linha editorial durante a ditadura, afirmou em editorial que a imprensa de oposição, por meio da invenção de acusações de torturas, tentava encobrir o apoio que UP dera ao “motín marxista”:

El Gobierno y la opinión pública están suficientemente impuestos del motín marxista que se preparaba por algunos elementos de la Armada en conexión con elementos civiles [...] asistimos a una campaña sistemática de denigración de la justicia naval por parte de los medios oficialistas que [...] subrayan e insisten en presumir que las declaraciones de los insurrectos fueron arrancadas por medio de torturas.⁶⁴⁹

O caso da sublevação dos marinheiros, no fim das contas, acabou por ser utilizado de forma bastante hábil pela fração golpista das Forças Armadas. Contraditoriamente, a posição titubeante de Allende acabou para isso favorecer. *El Mercurio* foi peça importante na amplificação dos temores de que a esquerda preparava a “divisão” ou “destruição” das Forças Armadas, ao mesmo tempo em que buscava consolidar na opinião pública a ideia de que os militares eram a última reserva moral, e tinham o dever constitucional, de libertar o país do “caos promovido pelo marxismo”. Por sua vez, *La Nación*, lamentavelmente, acabou por contribuir para certa desmoralização que setores da esquerda vivenciaram a partir do caso dos marinheiros torturados. A ausência das denúncias de tortura pelo jornal, o foco excessivo nas ações de *Patria y Libertad* como o grande promotor do “fascismo” e o discurso de reforçar o “constitucionalismo e o profissionalismo” nas Armadas — enquanto já era visível a divisão promovida pela fração golpista —, foi bastante ineficaz para contribuir para a resistência ao golpe.

militares era garantir a ordem, evitando distúrbios provados por “extremistas”, e que então foram recebidos com consígnias provocativas por militantes do MIR, o que levou ao uso da força. *El Mercurio*, Santiago, 22 ago. 1973. *La Nación* não deu nenhuma informação sobre o caso.

⁶⁴⁷ MAGASICH, Jorge. Op. cit., p. 16-17.

⁶⁴⁸ Ibidem, p. 17.

⁶⁴⁹ Apoyo de la UP al motín de la Armada. *El Mercurio*, Santiago, 5 set. 1973, p. 3.

Por fim, às 07h55min da manhã do fatídico dia 11 de setembro de 1973, já sabendo da gravidade da situação, mas ainda com esperanças de que o golpe pudesse ser impedido, Allende fez por rádio um último chamado aos militares chilenos: “[...] temos que ver a resposta, que espero seja positiva, dos soldados da pátria, que juraram defender o regime estabelecido que é expressão da vontade cidadã e que cumprirão com a doutrina que prestigiou ao Chile e que o prestigia pelo profissionalismo das Forças Armadas”.⁶⁵⁰ Poucos responderam da forma como desejava o presidente. Entre os militares, a falta de uma política mais incisiva do governo para desarticular o golpismo, e as hábeis ações que por meses vinham executando a fração golpista, lograram forjar um amplo acordo que os levou ao poder sem enfrentar resistências massivas⁶⁵¹.

⁶⁵⁰ Discurso de Salvador Allende na *Radio Corporación*, 11 set. 1973. Apud GARCÉS, Joan. *Allende e as armas da política*. São Paulo: Scritta, 1993, p. 316.

⁶⁵¹ Embora focos de resistência popular armada existiram em vários locais do país, e mesmo nas forças militares existiram diversos casos de insubordinação. Sobre isso cf. GARCÉS, Mario; LEIVA, Sebastián. *El golpe em La Legua: los caminos de la historia y la memoria*. Santiago: LOM, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da imprensa durante os mil dias da Unidade Popular demonstram a influência que os jornais exerceram na luta política do período. A perspectiva de trânsito democrático ao socialismo levou o governo a ter uma atitude de respeito absoluto aos direitos constitucionais da imprensa de oposição. Valendo-se disso, *El Mercurio* atuou como um ator com liberdades quase irrestritas. Da oposição sistemática ao governo nos primeiros meses, a folha mercurial passou a atuar como uma poderosa ferramenta de desestabilização do regime, contribuindo para progressivamente corroer a legitimidade alcançada pela UP.

A partir da análise das principais estratégias discursivas de *El Mercurio* nos meses finais do governo, é perceptível a significativa influência e importância política desempenhada pelo jornal na preparação e articulação do golpe levado a cabo pelos militares e setores civis. Ao contribuir para intensificar a polarização social — com editoriais e notícias que amplificavam os problemas sociais, ações terroristas, e um discurso cuja intenção era deslegitimar o governo da UP, ao mesmo tempo em que consagrava aos militares o papel de salvar o país do caos social e da “ameaça marxista” —, *El Mercurio* atuou como um agente político de grande relevo para o golpe. Seus editoriais e seleção de notícias, no período final de governo, basearam-se na contínua exaltação ao patriotismo das Forças Armadas, nas representações sobre os perigos da “ditadura totalitária marxista”, na amplificação dos conflitos sociais. Destarte, para um leitor assíduo de *El Mercurio* que tivesse o jornal como principal fonte de informação, o golpe poderia ser percebido, podemos afirmar, como uma reação das forças patrióticas e constitucionais à caótica situação que o governo socialista teria mergulhado o país.

Em tempos recentes, a grande imprensa também tem atuado para a desestabilização de governos democraticamente eleitos na América Latina. Ao anúncio de propostas que visam limitar e democratizar os conglomerados midiáticos, escutam-se gritos horrorizados contra a censura. Todavia, a experiência chilena, assim como as crises de um presente mais recente, demonstra que a liberdade de imprensa não pode ser compreendida como um valor abstrato, absoluto, desvinculado dos interesses e projetos políticos que norteiam a atuação dos veículos midiáticos. Essa forma de tratar a “liberdade de imprensa”, como um valor universal e soberano, pairando acima das disputas políticas, acaba por ser expressão máxima da ideia de que os veículos de comunicação seriam objetos informativos “isentos e imparciais”. Portanto, uma das insuficiências políticas da UP, considerada a perspectiva socialista de seu projeto, foi a carência de uma ação política no sentido de democratizar e estabelecer formas de controle

social sobre os veículos da grande imprensa. Essa necessidade foi explicitada mais de uma vez por vozes da esquerda crítica ao governo, mas que nunca foi considerada com a devida atenção pela UP. Nessa decisão pesou o receio de evitar contribuir para o acirramento dos conflitos políticos. Na história da UP, entretanto, não faltaram temores e tentativas de apaziguar confrontos, que, ao fim e ao cabo, acabaram por, contraditoriamente, facilitar as intenções golpistas. O golpismo sempre de atuação intransigente, feroz, intrépida. A conciliação com setores antidemocráticos, ou, dizendo em tons mais brandos, a falta de contundência na estratégia política para lidar com o golpismo, acabou por favorecer e facilitar o desfecho final.

Para além dos debates sobre a viabilidade ou não da “via chilena”, o fato é que em certo momento, a proposição inicial da UP parece ter se tornado impraticável. Os sucessivos fracassos do entendimento entre a UP e a DC e a aguda polarização iniciada com a crise de outubro de 1972, culminando na tentativa de golpe de junho de 1973, indicavam que se esgotavam as possibilidades de sucesso da estratégia traçada inicialmente. A errática política do governo no período entre julho e setembro de 1973, lançando mão de improvisadas tentativas de solução dos conflitos, como as novas incorporações de militares ao ministério ou a sinalização de que estavam dispostos a grandes concessões, com o sacrifício de pontos importantes do programa da UP para reabrir diálogos com a DC, demonstra o nível das dificuldades enfrentadas na tentativa de realização da “via chilena”. A forma desorganizada e improvisada com a qual Allende lidou com sua última cartada, o plebiscito para definir a continuidade do governo, indica que, enquanto a conspiração golpista marchava de forma efetiva e organizada, o executivo já não tinha tanta confiança nos próprios rumos do processo. Isso embora o discurso público de Allende fosse sempre o de que “não haverá golpe, nem guerra civil”, repetido inúmeras vezes pelo presidente nas últimas semanas.

La Nación, por sua vez, também expressou as dificuldades do governo em relação aos meios de comunicação. Ao ser uma folha comprometida em massificar as posições vinculadas a Allende, ao mesmo tempo em que cerceava espaço para setores das esquerdas críticas ao governo, apresentou uma linha editorial desprovida de uma consistência política que pudesse contribuir para fortalecer uma alternativa de resistência ao golpe. De certa forma, o jornal, nas conjunturas de maior radicalização, acabou por atuar como um instrumento político das posições de Allende contra as críticas de outros setores das esquerdas, servindo aos gradualistas nas disputas internas da UP. Isso em prejuízo de expressar a rica criatividade política do período, que superava a superestrutura política e originava novas formas e práticas de poder popular. A pluralidade democrática das esquerdas não teve espaço amplo no jornal.

A instrumentalização dos significados dos espaços de poder popular, principalmente após o *tanquetazo*, foi característico exemplo de como *La Nación* também manipulou sua cobertura para atuar nas disputas políticas dentro do campo da esquerda.

Portanto, a grande criatividade política que se originou com as práticas da UP acabaram por não ter em *La Nación* um instrumento privilegiado para sua expressão. Como jornal estatal, vinculado diretamente à ampla coalização de partidos, era de se esperar que o jornal tivesse uma postura de expressar com mais vigor o debate existente no campo das esquerdas, dando espaço de forma mais ampla as posições políticas que transcendiam a perspectiva de Allende e do PC. *La Nación*, dessa forma, acabou por atuar de forma muito similar a um jornal vinculado a uma organização política, no caso o “partido” sintonizado com as concepções gradualistas, com forte centralidade das posições de Allende.

Evidentemente, em um sentido mais geral, as dificuldades e insuficiências de *La Nación* estão inseridas no conjunto de práticas e disputas políticas daquele período. Se a própria UP e sua perspectiva de transição democrática ao socialismo continham insuficiências teóricas e políticas, isso não tinha como deixar de se expressar na imprensa que apoiava o governo. As ambiguidades e a falta de clareza na condução da “via chilena”, e as dificuldades de conseguir unificar as esquerdas e os setores populares em um projeto comum, não foi uma responsabilidade exclusiva da imprensa, embora ela também tenha sua contribuição. Além disso, *La Nación* acabou por ter pouca consistência política nos últimos meses de governo, não sendo capaz de fazer frente ao poderio de *El Mercurio* e da imprensa oposicionista. Na verdade, *La Nación* acabou por contribuir para a própria forma pouco eficaz que Allende conduziu a política em relação aos militares no período posterior ao *tanquetazo*, o episódio dos marinheiros torturados é um claro exemplo. Nessa conjuntura, a insistência no discurso constitucionalista e na reaproximação com a DC como última alternativa deram a tônica do discurso de Allende, reproduzido de forma acrítica por *La Nación*. A centralidade que o “perigo fascista” passou a ganhar em suas páginas também foi outro complicador para que o jornal expressasse com mais clareza os movimentos oposicionistas que visavam colocar fim ao governo.

A experiência da UP foi uma rica mostra de que a história das lutas populares não está condenada a ficar circunscrita a fórmulas e modelos pré-concebidos. A dinâmica desse tipo de processo histórico origina novas formas de criatividade política e organizativa, mescladas e influenciadas por práticas e culturas políticas já existentes. No caso chileno, um dos maiores limites do processo de tentativa de realização da “via chilena” foi não ter se conseguido originar uma nova institucionalidade, apoiada nas formas mais criativas do processo

revolucionário, que conferisse ao poder popular um papel de protagonismo político. Contraditoriamente, o governo acabou, nos meses finais, por discursivamente estimular a superação do capitalismo e a luta contra a reação, ao mesmo tempo em que apresentava práticas que dificultavam a massificação e organização de um novo tipo de poder no país. A resolução dessa contradição passava necessariamente por uma profunda reorientação estratégica.

Ao fim do processo, Allende e os movimentos populares tornaram-se vítimas de um Estado no qual a UP ocupava apenas uma fração do poder. O domínio político no Chile, mesmo com o novo governo, ainda permaneceu, em considerável medida, sob influência das velhas oligarquias e dos conglomerados capitalistas. Os discursos de confiança na democracia, na institucionalidade e na consciência patriótica mostraram-se insuficientes, e mesmo danosos, para conter a ofensiva golpista final. Apostou-se na estratégia da conciliação com o centro político, na desmobilização dos setores mais radicais, na preservação da hierarquia militar, sem titubeação na garantia cada vez maior de concessões para estabelecer pactos de governabilidade, visando preservar o funcionamento institucional. Tudo isso em prejuízo de buscar na radicalização do processo uma alternativa para a crise — como não hesitou em fazer a direita golpista. Allende levou a cabo sua estratégia de respeito à institucionalidade de forma coerente até o fim; a direita e as classes proprietárias chilenas, por outro lado, não tiveram semelhante apego ao jogo democrático.

A ferocidade do governo ditatorial após o golpe e o ódio expressado às organizações de esquerda demonstram o grau de radicalização daquele processo. Não se tratava apenas de garantir à restituição irrestrita da posse das empresas estatizadas e nacionalizadas aos seus antigos donos, ou de instituir um agressivo modelo neoliberal na economia. Para a ditadura, havia que extirpar uma consciência socialista que dava vida militante a dezenas de milhares de chilenos. Não por acaso, o governo de Pinochet protagonizou um verdadeiro aniquilamento de uma parte da sociedade chilena, um massacre que levou à morte de milhares de indivíduos que lutavam pela realização do sonho de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

Documentais

Chile Hoy, Santiago, n. 4, jul. 1972.

Chile Hoy, Santiago, n. 62, ago. 1973.

Covert Action in Chile, 1963-1973. Staff report of the select committee to study governmental operations with respect to intelligence activities. Washington: U. S. Government Printing Office, 1975. Disponível em: <<https://www.intelligence.senate.gov/sites/default/files/94chile.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2017.

El Mercurio, Santiago, edições de set. 1970 a set. 1973.

El Mercurio contra la Unidad Popular (un ejemplo de propaganda de agitación en los años 1972 y 1973). *Araucaria de Chile*, Madrid, n. 20, 1982, p. 63-79.

FARIAS, Victor. La izquierda chilena (1969-1973). Documentos para el estudio de su línea estratégica. Santiago: CEIP, 2000. 6v.

Foreign Relations of the United States, 1969–1976. Volume XXI: Chile, 1969–1973. Washington: United States Government Printing Office, 2014. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v21>>. Acesso em: 20 out. 2017.

Foreign Relations of the United States, 1969–1976. Volume E-16: Documents on Chile, 1969–1973. Washington: United States Government Printing Office, 2015. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve16>>. Acesso em: 20 out. 2017.

Informe de Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. Santiago: [s. n.], 1991, v. 1, t. 2, p. 610. Disponível em <<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-94640.html>>. Acesso em 15 out. 2017.

Junta Militar. Bando nº 15. 11 de setembro de 1973. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0021.pdf>. Acesso em: 02 set. 2017.

La Nación, Santiago, 14 jan. 1957.

La Nación, Santiago, edições de set. 1970 a set. de 1973.

La Nación, Santiago, suplemento especial de aniversário, 14 jan. 1992.

Punto Final, Santiago,, n. 129, mar./abr. 1971.

Punto Final, Santiago, n. 191, ago. 1973.

Punto Final, Santiago, n. 384, mai. 2009.

WEITZEL PEREZ, Ruby. Entrevista concedida por correo eletrônico ao autor deste trabalho em dez. de 2016.

Bibliográficas

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

AGGIO, Alberto. *Democracia e Socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. *Frente popular, radicalismo e revolução passiva no Chile*. São Paulo: Annablume, 1999.

ALBORNOZ, Cesar. La Cultura en la Unidad Popular: porque esta vez no se trata de cambiar un presidente. IN: PINTO VALLEJOS, Julio (Org.). *Cuando hicimos historia. La Experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005.

ALTAMIRANO, Carlos. *Dialéctica de una derrota*. Cidade do México, Siglo XXI, 1977.

ALVAREZ, Rolando. *Arriba los pobres do mundo. Cultura e identidad política del Partido Comunista de Chile entre democracia y ditadura. 1965-1990*. Santiago, LOM, 2011.

AMORÓS, Mario. *Allende: la biografía*. Santiago: Ediciones B, 2013.

ARANCIBIA CLAVEL, Patricia. *Conversando con Roberto Kelly V.: recuerdos de una vida*. Santiago, Biblioteca Americana, 2005.

BALTRA, Mireya. La participación de los trabajadores en el gobierno popular del Presidente Salvador Allende. In: LAWNER, Miguel (org.) et al. *Allende, presencia en la ausencia*. Santiago, LOM, 2008.

BARROS, José D'Assunção. História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface. *Saeculum - Revista de História*. n. 12. João Pessoa: UFPB, 2005.

BITAR, Sergio. *Transição, socialismo, democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BERNEDO, Patricio. La prensa escrita durante la Unidad Popular y la destrucción del régimen democrático. In: ROLLE, Claudio (org.). *1973: La vida cotidiana de um año crucial*. Santiago: Planeta, 2003.

BORGES, Elisa de Campos. "¿Con la UP ahora somos Gobierno!". *A experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

BORRAT, Héctor. *El periódico, actor político*. Barcelona: Gustavo Gili, 1989.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana & PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs.). *História das Américas: fontes e abordagens históricas*. São Paulo: Humanitas, 2015.

CASALS ARAYA, Marcelo. *El alba de una revolución: la izquierda y la experiencia de construcción estratégica de la “via chilena al socialismo” 1956-1970*. Santiago: LOM, 2010.

_____. *La creación de la amenaza roja. Del surgimiento del anticomunismo en Chile a la «campana del terror» de 1964*. Santiago, LOM, 2016.

CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CORREA SUTIL, Sofia. *Con las riendas del poder. La derecha chilena en el siglo XX*. Santiago: Debolsillo, 2011.

_____. Algunos antecedentes históricos del proyecto neoliberal en Chile (1955-1958). *Opciones*, Santiago, n. 6, mai./ago. 1985.

CORVALÁN, Luis. *De lo vivido y lo peleado, memórias*. Santiago, LOM, 1999.

_____. *El Gobierno de Salvador Allende*. Santiago, LOM, 2003.

CORVALÁN MARQUÉZ, Luis. *Los partidos políticos y el golpe del 11 de septiembre. Contribución al estudio del contexto histórico*. Santiago: Ediciones Chile América – CESOC, 2000.

_____. Identidad, ideología y política en el Movimiento Nacional Socialista de Chile, 1932-1938. *Izquierdas* (Santiago), Santiago, n. 25, p. 76-119, out. 2015.

COSTA, Adriane Vidal. *Pablo Neruda: uma poética engajada*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

CURY, Marcia Carolina Oliveira. *O protagonismo popular: experiências de classe e movimentos sociais na construção do socialismo chileno (1964-1973)*. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas. Campinas, 2013.

DAL MASO, Juan. *El Marxismo de Gramsci*. Notas de lectura sobre los Cuadernos de la cárcel. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2016.

DALMÁS, Carine. *Brigadas muralistas e cartazes de propaganda da Experiência Chilena (1970-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) — São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

DE CASTRO, Rodrigo. *Tiempos de reforma*. El diario de Eliodoro Yáñez y la instauración del Estado de Bienestar. Santiago: Radio Universidad de Chile, 2015.

DE RAMÓN, Armando. *Historia de Chile: desde la invasión incaica hasta nuestros días (1500-2000)*. Santiago: Catalonia, 2003.

DIAS NIEVA, José. *Patria y Libertad: el nacionalismo frente a la Unidad Popular*. Santiago: CIP, 2015.

DOONER, Patrício. *Periodismo y política. La prensa de derecha e izquierda 1970-1973*. Santiago, Adelante, 1989.

DOUGNAC, Paulette; SALINAS, Claudio; HARRIES, Elizabeth. et al. *El diario de Agustín: cinco estudios de casos sobre El Mercurio y los derechos humanos (1973-1980)*. Santiago: LOM, 2009.

FALCON, Francisco. História e representação. In: CARDOSO, Ciro F. e MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações. Contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.

FERREIRA JUNIOR, José. *Capas de jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico visual*. São Paulo: Senac, 2003.

GARAY CANALES, Sol Marina. *Memoria y exilio a través de la obra de escritores chilenos exiliados en Alemania (1973-1989): una apertura al otro*. Tese (Doutorado em Literatura e Estudos Transculturais) – Madri: Universidade Autônoma de Madri, 2010.

GARCÉS, Joan. *Allende e as armas da política*. São Paulo: Scritta, 1993.

GARCÉS, Mario; LEIVA, Sebastián. *El golpe em La Legua: los caminos de la historia y la memoria*. Santiago: LOM, 2012.

GARGUREVICH, Juan. *A golpe de titular: CIA y periodismo en América Latina*. Lima: Editorial Causachun, 1982.

GAUDICHAUD, Franck. *Poder Popular y cordones industriales. Testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-173*. Santiago: LOM, 2004.

_____. *Chili 1970-1973: Mille jours qui ébranlèrent le monde*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2013.

GOMES, Flavia Schettino Marques. *A Guerra do Pacífico, o Combate Naval de Iquique e a construção do nacionalismo chileno nas páginas do jornal El Mercurio de Valparaíso (1879-1884)*. Dissertação (Mestrado em História) — Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

GONZÁLEZ, Mónica. *La conjura. Los mil y un días de un golpe*. Santiago: Catalonia, 2013.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. 2v.

HERRERO, Victor. *Agustín Edwards: una biografía desclasificada del dueño de El Mercurio*. Santiago: Debate, 2015.

- HIRSCH, Joachim. *Teoria materialista do Estado*. Rio de Janeiro, Revan, 2010.
- HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do Marxismo VI. O marxismo na época da terceira internacional: da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares*. São Paulo, Paz e Terra, 1985.
- IRELAND, Tomás. *Nuestro cobre. Memorias de la primera administración chilena de la mina de El Teniente*. Santiago: Usach, 2015.
- JOBET, Julio. *El Partido Socialista de Chile*. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1971. 2v.
- KORNBLUH, Peter. *Los EEUU y el derrocamiento de Allende. Una historia desclasificada*. Santiago: Ediciones B, 2003.
- LAGOS, Claudia (ed.). *El diario de Agustín: cinco estudios de casos sobre El Mercurio y los derechos humanos (1973-1980)*. Santiago: LOM, 2009.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LOSURDO, Domenico. Crítica ao conceito de totalitarismo. In: *Crítica Marxista*, São Paulo, UNICAMP, n. 17, 2006.
- LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 2012.
- MAGASICH, Jorge. *Los que dijeron "no". Historia del movimiento de los marinos antigolpistas de 1973*. Santiago: LOM, 2008. 2v.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MATELLART, Armando et. al. *Los médios de comunicación de masas. La ideología de la prensa liberal en Chile*. Buenos Aires: El Cid, 1975.
- _____. Lucha de clases, cultura socialista y medios de comunicación massivos. In: *Cuadernos de la Realidad Nacional*, Santiago, CEREN, Universidad Católica, n. 8, p. 173-223, jun./ago. 1971.
- MÉNDEZ, Luz María. *La exportación minera en Chile, 1800-1840: un estudio de historia económica y social en la transición de la Colonia a la República*. Santiago: Universitaria, 2004.
- MÖNCKEBERG, Maria Olivia. *Los magnates de la prensa: concentración de los medios de comunicación en Chile*. Santiago: Random House Mondadori, 2011.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos. A derrubada de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jun. 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

_____. Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan./jun. 2013.

_____. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). *O jornal, da forma ao sentido*. Brasília: Editora Unb, 2012.

MOULIAN, Tomás. *Fracturas. De Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973)*. Santiago: Lom, 2006.

_____. *La forja de ilusiones: el sistema de partidos 1932-1973*. Santiago: Universidad Arcis, 1993.

_____. *Democracia y socialismo en Chile*. Santiago: FLACSO, 1983.

MOULIAN, Tomás; GARRETÓN, Manuel. *La Unidad Popular y el conflicto político en Chile*. Santiago: LOM, 1983.

NAZER AHUMADA, Ricardo. *La fortuna de Agustín Edwards Ossandon: 1815-1878*. Historia, Santiago, v. 33, p. 369-415, 2000. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0717-71942000003300008&script=sci_arttext>

NARANJO, Pedro (org) et. al. *Miguel Enríquez y el proyecto revolucionario en Chile. Discursos y documentos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, MIR*. Santiago, LOM, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora; FAPERJ, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2005.

OSLAK, Oscar. *La trama oculta del poder. Reforma agraria y comportamiento político de los terratenientes chilenos, 1958-1973*. Santiago: LOM, 2016.

ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica Valdivia. *Nacionales y gremialistas: el "parto" de la nueva derecha política chilena, 1964-1973*. Santiago: Lom, 2008.

_____. *Todos juntos seremos la historia: venceremos*. Unidad Popular y Fuerzas Armadas. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Org.). *Cuando hicimos historia. La Experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005.

_____. Chile: ¿un país de “excepción”? La Ley de Control de Armas y la máquina represiva puesta en marcha. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Org.). *Fiesta y Drama: nuevas historias de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2014.

PALIERAKI, Eugenia. *¡La revolución ya viene! El Mir chileno en los años sesenta*. Santiago: LOM, 2014.

PRATS, Carlos. *Memorias. Testimonios de un soldado*. Santiago: Pehuén, 1985.

PINTO VALLEJOS, Julio. Hacer la revolución en Chile. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Org.). *Cuando hicimos historia. La Experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005.

_____. Os fantasmas da Unidade Popular: um vazio inquietante na historiografia chilena. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.14, p. 31-42, jan./jun. 2013.

PINTO VALLEJOS, Julio; SALAZAR, Gabriel. *Historia contemporánea de Chile I: Estado, legitimidade, ciudadanía*. Santiago: LOM, 2014.

_____. *Historia contemporánea de Chile II: Actores, identidad y movimiento*. Santiago: LOM, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SALAZAR, Gabriel. *La violència política popular en las “Grandes Alamedas”*: la violencia en Chile 1947-1987 (una perspectiva histórico popular). Santiago, LOM, 2006, p. 254.

_____. *Conversaciones con Carlos Altamirano: memorias críticas*. Santiago, Random House Mondadori, 2010.

SALINAS, Sérgio. *El tres letras. Historia y contexto del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)*. Santiago: Ril, 2013.

_____. Brasileiros e ciências sociais no Chile da Unidad Popular. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.18, p. 121-138, jan./jul. 2015.

SANTA CRUZ, Eduardo. *Prensa y sociedad en Chile, siglo XX*. Santiago: Universitaria, 2015.

_____. *La prensa chilena en el siglo XIX: Patricios, letrados, burgueses y plebeyos*. Santiago: Universitaria, 2010.

_____. *Análisis histórico del periodismo chileno*. Santiago: Nuestra América: 1988.

SANTOS, Emmanuel dos. Os debates sobre democracia, socialismo e revolução no jornal chileno *La Nación* durante o governo da Unidade Popular (1970-1973). In: *Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Campo Grande, 2016.

SCHMIEDECKE, Natália Ayo. *Não há revolução sem canções: utopia revolucionária na Nova Canção Chilena, 1966-1973*. São Paulo: Alameda, 2015.

SILVA CASTRO, Raul. *Prensa y periodismo en Chile*. Santiago: Ediciones Universidad de Chile, 1958.

_____. *El Mercurio de Santiago: 1900-1960*. Santiago, Editorial Lord Cochrane, 1960.

SOTO GAMBOA, Ángel. *El Mercurio y la difusión del pensamiento político económico liberal, 1955-1970*. Santiago, Libertad, 1995.

SUNKEL, Guillermo. *La prensa sensacionalista y los sectores populares*. Bogotá: Norma, 2002.

TRONCOSO, Hugo Cancino. *Chile. La problemática del Poder Popular en el proceso de la vía chilena al socialismo. 1970-1973*. Copenhague: AARHUS University Press. 1988.

VALDÉS, Juan Gabriel. *Pinochet's Economist. The Chicago School in Chile*. Cambridge: University Press, 1995.

VALDÉS, Maria Soledad. *Historia de la Reforma Agraria en Chile*. Santiago: Universitaria, 1988.

VALENZUELA, Arturo. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago: Universidad Diego Portales, 2013.

VALENZUELA, Esteban Teo. *Dios, Marx... y el MAPU*. Santiago: LOM, 2014.

VITALE, Luis. *Interpretación marxista de la historia de Chile*. Santiago, LOM, 2011. 2v.

WAISS, Oscar. *Chile Vivo. Memorias de un socialista: 1928-1970*. Santiago: Centro de Estudios Salvador Allende, 1986.

_____. *Chile ni siquiera una tumba*. Madri: Mayler, 1977.

WEITZEL PEREZ, Ruby. Cuando *La Nación* dejó de existir. In: *200 años de la prensa en Chile*. Santiago: USACH, 2011.

WINN, Peter. *La revolución chilena*. Santiago: LOM, 2013.

_____. *Tejedores de la revolución. Los trabajadores de Yarur y la vía chilena al socialismo*. Santiago: LOM, 2004.